

Media & Jornalismo

Imprensa da Universidade de Coimbra | Coimbra University Press

N.º 26. Vol. 14, N.º 1 - 2015

CORRUPÇÃO POLÍTICA, MEDIA E DEMOCRACIA



Media&Jornalismo

revista do centro de investigação media e jornalismo

CORRUPÇÃO POLÍTICA, MEDIA E DEMOCRACIA

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL
ISABEL FERIN CUNHA / ESTRELA SERRANO

Nº 26, Vol. 14, Nº 1 – 2015

CIMJ Centro de Investigação Media e Jornalismo

MEDIA&JORNALISMO
UMA REVISTA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO MEDIA E JORNALISMO

N.º 26, VOL.º 14, N.º 1 – 2015

EDIÇÃO:
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RUA DA ILHA, 1
3000-214 COIMBRA
PORTUGAL

PERIODICIDADE
SEMESTRAL

ISSN
1645-5681

ISSN DIGITAL:
2183-5462

DOI:
[HTTP://DX.DOI.ORG/10.14195/2183-5462_26](http://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_26)

DEPÓSITO LEGAL
186314/02

Nº DE REGISTO ERC
124296

DIRECÇÃO EDITORIAL
ESTRELA SERRANO
FRANCISCO RUI CADIMA
MARISA TORRES DA SILVA

CAPA E PAGINAÇÃO
MICKAEL SILVA

IMPRESSÃO
WWW.ARTIPOL.NET

ÍNDICE

EDITORIAL Isabel Ferin e Estrela Serrano.....	5
RESUMOS / ABSTRACTS	9
ARTIGOS	
A CORRUPÇÃO POLÍTICA E OS MEDIA – UMA PERSPETIVA COMPARADA José Pacheco Pereira	25
A MEDIATIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL: FORMAS PROCESSOS E IMPACTOS Carlos Filipe Preces Ferreira	39
MEDIA E PADRÕES DA CORRUPÇÃO POLITICA: OS CASOS <i>FREEPORT</i> E <i>FACE OCULTA</i> Isabel Ferin Cunha.....	45
O PROJETO CORRUPTECA – UMA FERRAMENTA ANALÍTICA PARA A ANÁLISE DO FENÓMENO DA CORRUPÇÃO Nuno Mesquita, José Álvaro Moisés, Giovanni Eldasi	65
A CORRUPÇÃO EM PORTUGAL – ABORDAGENS DISTINTAS DE UM MESMO OBJETO António João Maia.....	77
SERÃO OS BLOGS UMA ALTERNATIVA AOS MEDIA NA DISCUSSÃO DE TEMAS COMO A CORRUPÇÃO POLÍTICA? Estrela Serrano e Vanda Calado.....	91
ANATOMIA DO COMENTÁRIO: CORRUPÇÃO, NOTICIÁRIOS E DESTINATÁRIOS Rita Figueiras.....	111
REGALIAS E PROVEITOS DOS POLÍTICOS COMO INSTIGADORES DA PERCEÇÃO DO ESCÂNDALO Bruno Paixão	133
A COBERTURA TELEVISIVA DA CORRUPÇÃO EM ANOS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DO CASO PETROLÃO NOS NOTICIÁRIOS DE EMISSORAS PÚBLICA E COMERCIAL Iluska Coutinho e José Tarcísio Oliveira Filho.....	149

**CORRUPÇÃO E ESCÂNDALO POLÍTICO:
O ENQUADRAMENTO DOS ESCÂNDALOS *FACE OCULTA*
E *MENSALÃO* NA IMPRENSA PORTUGUESA
E BRASILEIRA | Helder Prior, Liziane Guazina, Bruno Araújo 167**

EDITORIAL

ISABEL FERIN CUNHA E ESTRELA SERRANO

A corrupção é unanimemente considerada uma ameaça à democracia e ao desenvolvimento das sociedades, estando em grande parte na origem do descrédito da política e dos políticos, afastando os cidadãos da participação cívica e gerando neles sentimentos de revolta e de impotência. O combate à corrupção entrou definitivamente na agenda dos governos dos países da União Europeia, não obstante se trate de um desafio difícil e, em muitos casos, demorado.

Nas sociedades hiper-mediaticizadas dos nossos dias, a corrupção, nomeadamente quando envolve altas figuras dos meios político, financeiro e social, tornou-se um assunto incontornável da agenda dos *media*, desviando muitas vezes as atenções para os factos que envolvem os seus protagonistas mais mediáticos, com prejuízo de um debate sério sobre o fenómeno, em si, e sobre as suas consequências para a sociedade.

Este número da revista *Media & Jornalismo* tem precisamente como tema a relação entre a corrupção política e os *media*, incluindo os novos *media*, e surge no âmbito, embora não apenas a ele cingido, de um projecto de investigação - *Corrupção Política nos Media: Uma Perspetiva Comparada* - financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, abrangendo Portugal, Brasil e Moçambique.

Os dois textos que abrem este número correspondem a comunicações apresentadas por dois especialistas no tema da corrupção, com perfis e experiências profissionais diversas e complementares. O primeiro artigo é da autoria do historiador e ex-deputado, José Pacheco Pereira, autor de vasta obra bibliográfica, colunista e comentador em vários meios de comunicação. O seu texto foi apresentado no Colóquio *A Corrupção Política e os Media – Uma Perspetiva Comparada*. Trata-se de um texto fundamental para a compreensão do fenómeno da corrupção em Portugal. Segundo o autor, discutir o problema da corrupção política implica não ignorar a permanente manipulação de opinião pelos *media* que é feita de forma profissionalizada. Pacheco Pereira sublinha a ausência de mecanismos de distanciação por parte dos *media* e afirma que a cobertura jornalística da corrupção política está muito longe de cobrir os aspetos mais importantes da realidade. Referindo-se à invisibilidade dos mecanismos da corrupção, traça um retrato demolidor mas realista do funcionamento do sistema político e do seu entrosamento com o jornalismo. Debruça-se, em particular, sobre a imprensa económica e o papel das agências de comunicação na mercantilização da informação, que considera sem controlo democrático nem escrutínio por parte dos cidadãos. Na sua tentativa de explicação destes fenómenos, Pacheco Pereira salienta “o mecanismo de *trade-off* – «eu dou-te isto, tu dá-me isto»” - sobretudo a fragilização das redações motivada pela crise económica, que levou ao afastamento de jornalistas com experiência e independência, substituídos por trabalho precário de estagiários. Referindo-se ao sistema político-partidário, o autor analisa os circuitos do poder no seio dos partidos, os mecanismos de influência entre estes e deputados, autarquias e governos.

O autor do segundo artigo é Procurador da República, destacado na Comarca de Aveiro para a fase recursiva do processo Face Oculta, tendo sido titular desse pro-

cesso na sua fase de inquérito e co-representante do Ministério Público na fase de instrução e no julgamento do mesmo processo. A sua comunicação reveste-se de particular interesse, não apenas por partir de alguém que viveu por dentro um dos processos mais mediáticos dos últimos anos em Portugal, mas também por constituir um testemunho raro vindo de um magistrado do Ministério Público. No texto que agora se publica, Carlos Filipe Preces Ferreira defende que a investigação dos crimes de corrupção e afins deve assentar num novo paradigma que não se cinja nem se esgote no exame ao facto e ao seu autor, mas procure analisar a actividade criminosa no seu todo. Referindo-se aos processos que envolvem indivíduos de elevada notoriedade social e/ou política, o Procurador Carlos Ferreira reconhece que a sua revelação faz nascer dois outros tipos de processos: um processo mediático e um processo político, funcionando o processo judicial como fonte legitimadora daqueles, alimentando-os, a maioria das vezes sem conformidade com a realidade processual. Interrogando-se sobre as razões dessa desconformidade, o autor identifica o que chama de “insuficiência comunicacional do sistema formal de justiça” que se refugia no segredo de justiça em vez de “revelar o suficiente e o necessário para cortar cerce quaisquer veleidades especulativas na arena mediática”. A partir desta premissa, Carlos Ferreira propõe uma nova estratégia de comunicação que tenha em conta o interesse do Estado na realização de uma justiça isenta e independente, o interesse do arguido em não ver publicamente revelados factos que podem não vir a ser provados e o interesse da Comunicação Social em informar e dos cidadãos em serem informados. Para o autor, essa nova estratégia consistiria numa “Plataforma Comum de Comunicação”, com base na qual a comunicação seria veiculada oficialmente e por acordo entre os diferentes sujeitos processuais, envolvendo a responsabilização de todos, para todos e com todos.

A estes dois textos marcados pela experiência pessoal e profissional dos seus autores, segue-se o artigo *Media e padrões da corrupção política: os casos Freeport e Face Oculta*, de Isabel Ferin Cunha, coordenadora do projecto “Corrupção Política nos media: uma perspetiva comprovada”. A autora analisa o papel desempenhado pelos *media* na denúncia da corrupção política num quadro de profundas mudanças nas sociedades europeias, a partir de 2008, particularmente em Portugal. Para a autora, se, por um lado, o jornalismo tem investigado e denunciado procedimentos ilícitos de elites e grupos de interesses, por outro, o sistema dos *media* tem normalizado, pela repetição e saturação da visualização, situações e fenómenos excepcionais, conferindo às denúncias características de entretenimento popular. Com base numa sólida bibliografia sobre o fenómeno da corrupção política, a autora analisa a cobertura jornalística realizada pelos canais de televisão de sinal aberto, RTP1 (canal público), SIC e TVI (canais privados) nos dois casos citados, identificando a prevalência das rotinas na construção da notícia e a personalização da política nas principais figuras da democracia.

O quarto artigo, intitulado *O projeto Corrupteca – uma ferramenta analítica para a análise do fenómeno da corrupção* é da autoria dos investigadores brasileiros Nuno Mesquita, José Álvaro Moisés e Giovanni Eldasi. Nele os autores expõem o projecto *Corrupteca*, biblioteca digital criada no Brasil para avaliar como a corrupção afeta a qualidade da democracia e a influência da cultura política no seu surgimento. O objetivo principal é subsidiar as pesquisas e análises sobre o fenómeno da

corrupção no Brasil e no mundo, permitindo avaliar, para além de outros objetivos de conhecimento, a influência da corrupção na relação de confiança dos cidadãos com as instituições democráticas.

Segue-se o artigo *A corrupção em Portugal – abordagens distintas de um mesmo objeto*, de António João Maia, investigador destacado no Conselho de Prevenção da Corrupção. O autor analisa as diversas “verdades” do fenómeno da corrupção: a que deriva do discurso mediático, a que resulta dos conceitos jurídico-criminais e as verdades formais apuradas na fase de investigação criminal e em julgamento, finalizando com uma breve caracterização e análise da dimensão que o problema apresenta em Portugal.

O sexto artigo é da autoria das investigadoras Estrela Serrano e Vanda Calado e intitula-se *Serão os blogues uma alternativa aos media na discussão pública de temas como a corrupção política? As autoras analisam a contribuição de um conjunto de blogues independentes na cobertura e no debate público de quatro casos de corrupção com grande impacto em Portugal, em 2009 e 2010: BPN, Face Oculta, Freeport e Submarinos*. O artigo pretende apurar se a agenda dos blogues é influenciada pela agenda dos *media mainstream* na abordagem desses casos e se os blogues seguiram ou não os enquadramentos e as interpretações desses meios. Os dados apurados mostram que o agendamento desses casos nos blogues foi fortemente influenciado pelas agendas da televisão e da imprensa, não tendo os blogues constituído um espaço alternativo de discussão do fenómeno da corrupção, limitando-se em grande parte a comentar notícias e opiniões veiculadas pelos *media*.

Segue-se o artigo da investigadora e professora da Universidade Católica de Lisboa, Rita Figueiras, intitulado *Anatomia do Comentário: Corrupção, Noticiários e Destinatários*. A autora procura identificar o modo como os comentadores nos noticiários da televisão generalista abordam dois dos casos de corrupção mais mediatizados nos últimos anos em Portugal (*Freeport* e *Face Oculta*), relacionando as narrativas jornalísticas e as dos comentários, bem como a forma como os comentadores se posicionam no debate público e entendem a sua função no processo comunicativo democrático. A autora apurou que a análise da narrativa do comentário se revelou um local privilegiado para identificar e compreender como as lutas sociais de poder são travadas no espaço público.

O artigo de Bruno Paixão, doutorando na Universidade de Coimbra, debruça-se sobre *Regalias e proveitos dos políticos como instigadores da perceção do escândalo*. Partindo da constatação de que os benefícios obtidos pelos políticos e ex-políticos, sejam financeiros ou de outra ordem, fazem deles alvos preferenciais dos *media*, o autor apurou, através de dados extraídos da análise de imprensa referente ao período democrático, que uma larga percentagem de escândalos políticos está relacionada com prevaricações de ordem financeira.

O artigo seguinte, intitulado *A cobertura televisiva da corrupção em anos eleitorais: Uma análise do enquadramento do caso Petrolão nos noticiários de emissoras pública e comercial* é da autoria dos investigadores brasileiros Iluska Coutinho, José Tarciso Oliveira Filho e pretende apurar em que medida a cobertura televisiva da corrupção está estruturada em anos eleitorais sob a dimensão do escândalo. O artigo tem como objeto de análise a cobertura jornalística do caso *Petrolão* no noticiário de uma emissora pública, o Repórter Brasil, da TV Brasil, e de uma TV

Comercial, o Jornal Nacional, da Rede Globo recorrendo à análise de conteúdo associada à dramaturgia do telejornalismo.

O último artigo intitula-se *Corrupção e Escândalo Político: o enquadramento dos escândalos Face Oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira*, tem como foco uma análise comparativa entre dois casos de corrupção no Brasil e em Portugal, e é da autoria dos investigadores Hélder Prior, Liziane Guazine, Bruno Araújo. Os autores analisam a relação entre os conceitos de “corrupção política” e “escândalo” à luz da Filosofia Política, tentando apurar de que forma o semanário português SOL e a revista brasileira Veja operaram uma reconfiguração daqueles dois escândalos no momento da sua eclosão.

As organizadoras deste número da revista Media & Jornalismo respeitaram o discurso oral dos conferencistas e a grafia dos autores brasileiros. No entanto, para tornar perceptível a compreensão de alguns termos técnicos utilizados introduziu-se, em alguns casos, um glossário ou explicações para a compreensão de terminologia utilizada.

Lisboa, Março de 2015

Isabel Ferin Cunha e Estrela Serrano

Resumos

Abstracts

Resumos

Abstracts

**A CORRUPÇÃO POLÍTICA E OS MEDIA –
UMA PERSPETIVA COMPARADA
THE POLITICAL CORRUPTION AND THE MEDIA -
A COMPARATIVE PERSPECTIVE**

JOSÉ PACHECO PEREIRA

CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

RESUMO

O artigo defende que discutir o problema da corrupção política implica não ignorar a manipulação de opinião pelos media e a ausência de mecanismos de distanciamento por parte destes e afirma que a cobertura jornalística da corrupção política está muito longe de cobrir os aspetos mais importantes da realidade no que respeita à corrupção. No que respeita ao sistema político-partidário, o autor analisa os circuitos do poder no seio dos partidos, os mecanismos de influência entre estes e deputados, autarquias e governos.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo, Partidos Políticos, Corrupção, Crise, Clientelismo

ABSTRACT

The article argues that discussing political corruption implies not ignoring the manipulation of opinion and the lack of distancing mechanisms in the media. It states that the media coverage of political corruption is far from covering the most important aspects of reality with regard to corruption. Concerning the system of political parties, the author analyzes the power circuits within the parties, the mechanisms of influence between them and deputies, authorities and governments.

KEYWORDS

Journalism, Political Parties, Corruption, Crisis, Patronage

A MEDIATIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL:
FORMAS, PROCESSOS E IMPACTOS
THE MEDIATIZATION OF POLITICAL CORRUPTION IN PORTUGAL:
FORMS, PROCESSES AND IMPACTS

CARLOS FILIPE PRECES FERREIRA

CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

RESUMO

Esta comunicação constata a insuficiência comunicacional do sistema formal de justiça e propõe uma nova estratégia de comunicação que tenha em conta o interesse do Estado na realização de uma justiça isenta e independente, o interesse do arguido em não ver publicamente revelados factos que podem não vir a ser provados e o interesse dos media em informar e dos cidadãos em serem informados. Essa nova estratégia consistiria numa “Plataforma Comum de Comunicação”, com base na qual a comunicação seria veiculada oficialmente e por acordo entre os diferentes sujeitos processuais, envolvendo a responsabilização de todos, para todos e com todos.

PALAVRAS-CHAVE

Justiça, Comunicação, *Media*, Corrupção

ABSTRACT

This paper notes the inefficiency of the communication of the formal justice system and proposes a new communication strategy that takes into account the state’s interest in conducting a free and independent justice, the defendant’s interest in not seeing publicly disclosed facts that can turn out not to be proved and the interest of the media in informing the citizens. This new strategy would consist of a “Common Communication Platform”, based on which communication would be conveyed officially by agreement between the different procedural subjects, involving the responsibility of all for all and with all.

KEYWORDS

Justice, Communication, *Media*, Corruption

**MEDIA E PADRÕES DA CORRUPÇÃO POLÍTICA: OS CASOS
FREEPORT E FACE OCULTA**
**MEDIA AND PATTERNS OF POLITICAL CORRUPTION:
FREEPORT AND HIDDEN FACE**

ISABEL FERIN CUNHA

DFCI@FL.UC.PT

RESUMO

Esta comunicação analisa o papel desempenhado pelos *media* na denúncia da corrupção política, num quadro de profundas mudanças nas sociedades europeias, a partir de 2008, particularmente em Portugal. Neste processo a corrupção política emerge como fenómeno nacional dentro de padrões globalizados (Johnston: 2005), monitorizada por órgãos internacionais de prevenção, bem como por instituições nacionais. Se, por um lado, o jornalismo tem investigado e denunciado procedimentos ilícitos de elites e grupos de interesses, por outro lado, o sistema dos *media* através de práticas jornalísticas têm normalizado, pela repetição e saturação da visualização, situações e fenómenos excecionais, conferindo às denúncias características de entretenimento popular (Streeck: 2013). Com base nestes enquadramentos teóricos objetivamos caracterizar a corrupção política em Portugal a partir da análise dos canais de televisão de sinal e acesso aberto, RTP1 (canal público), SIC e TVI (canais privados). Para a análise do conteúdo manifesto deste *corpus* recorreremos a um quadro teórico advindo da teoria da corrupção (Johnston: 2005; Economakis, Rizopoulos & Sergakis: 2010). Os resultados apontam para a prevalência das rotinas na construção da notícia e para a personalização da política nas principais figuras da democracia.

PALAVRAS-CHAVE

Democracia e *Media*, Crise Económica Europeia, Corrupção Política, Cobertura Jornalística Televisiva, Análise da Televisão

ABSTRACT

This paper analyzes the role played by the *media* in denouncing of political corruption in a context of profound changes in European societies, from 2008, particularly in Portugal. In this process, political corruption emerge as a national phenomenon within globalized standards (Johnston, 2005), monitored by international organizations as well as by national institutions. If, on the one hand, journalism has investigated and denounced illegal procedures by elites and interest groups, on the other hand, the *media* system through journalistic practices are standardized, by repetition and saturation of visualization exceptional situations and phenomena, giving to the accusations popular entertainment features (Streeck: 2013). Based on these theoretical frameworks we aim

to characterize the political corruption in Portugal from the analysis of open access television channels, RTP1 (public channel), SIC and TVI (private channels). For the analysis of the manifest content of this corpus we used a theoretical framework arising from the theory of corruption (Johnston: 2005; Economakis, Rizopoulos & Sergakis: 2010). The results point to the prevalence of the routines in the construction of news and for political personalization on major figures of democracy.

KEYWORDS

Democracy and *Media*, European Economic Crisis, Corruption Policy, News Television Coverage, Analysis of Television.

O PROJETO CORRUPTECA – UMA FERRAMENTA ANALÍTICA PARA A ANÁLISE DO FENÔMENO DA CORRUPÇÃO THE CORRUPTECA PROJECT - AN ANALYTICAL TOOL FOR THE ANALYSIS OF ISSUES RELATED TO CORRUPTION

NUNO COIMBRA MESQUITA, JOSÉ ÁLVARO MOISÉS E GIOVANNI ELDASI

NUPPS@USPBR

RESUMO

A corrupção política é um dos problemas mais severos e complexos enfrentados por novas e velhas democracias. A pesquisa acadêmica já abordou o papel de fatores gerais responsáveis pelo seu enraizamento no sistema político. Entretanto, falta avaliar o quanto ela afeta a qualidade da democracia, além da influência da cultura política na sua ocorrência. A *Corrupteca* é uma biblioteca digital especializada no tema da corrupção que visa preencher essa lacuna. O seu objetivo principal é subsidiar as pesquisas e análises sobre o fenômeno da corrupção no Brasil e no mundo. A ideia é que os interessados possam avaliar, para além de outros objetivos de conhecimento, a influência da corrupção na relação de confiança dos cidadãos com as instituições da democracia.

PALAVRAS-CHAVE

Corrupção Política, Democracia, Instituições Democráticas, Cultura Política.

ABSTRACT

Political corruption is one of the most severe and complex problems faced by new and old democracies. Academic research has addressed the role of general factors responsible for its roots in the political system. However, the issue of how it affects the quality of democracy – as well as how political culture influences its occurrence – is still to be addressed. *Corrupteca* is a digital library specialized in the theme of corruption, aiming to fill this gap. Its main objective is to support the research and analysis of the phenomenon of corruption in Brazil and worldwide. The idea is that the public can evaluate – in addition to other educational objectives – the influence of corruption in trust between citizens and democratic institutions.

KEYWORDS

Political Corruption, Democracy, Democratic Institutions, Political Culture.

A CORRUPÇÃO EM PORTUGAL – ABORDAGENS DISTINTAS
DE UM MESMO OBJETO
CORRUPTION IN PORTUGAL - DIFFERENT APPROACHES TO
THE SAME OBJECT

ANTÓNIO JOÃO MAIA
CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

RESUMO

O problema da corrupção apresenta diversas vertentes que traduzem os diferentes ângulos através dos quais pode ser equacionado. Neste texto procuramos perceber as principais perspetivas – a que chamamos verdades – de análise do problema, designadamente as que derivam do discurso mediático que tem sido produzido, os principais traços evidenciados pela perceção social dos portugueses sobre o problema, o quadro dos conceitos jurídico-criminais associados à noção de corrupção, as verdades formais que tendem a ser apuradas na fase de investigação criminal e depois em julgamento. Finalizando com uma breve caracterização e análise da dimensão que o problema apresenta em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE

Corrupção, Crime de Corrupção, Discurso Social da Corrupção, Representação Social da Corrupção, Investigação Criminal da Corrupção, A Prova no Crime de Corrupção.

ABSTRACT

The problem of corruption shows several aspects concerning the different angles through which it can be seen. In this paper we try to show the main perspectives - we call it truths – of the problem, namely those from the discourse that has been produced by the *media*, the social perception of the Portuguese people about the problem, the juridical and criminal concepts associated with the notion of corruption, the formal truths achieved during criminal investigations and in trial, and, to finalize, a brief description and analysis of the dimension of the problem in Portugal.

KEYWORDS

Corruption, Crime of Corruption, Social Discourse of Corruption, Social Perception of Corruption, Criminal Investigation of Corruption, The Evidence in the Crime of Corruption.

SERÃO OS BLOGS UMA ALTERNATIVA AOS *MEDIA* NA DISCUSSÃO PÚBLICA DE TEMAS COMO A CORRUPÇÃO POLÍTICA? ARE BLOGS AN ALTERNATIVE TO THE MEDIA IN DISCUSSING ISSUES SUCH AS POLITICAL CORRUPTION?

ESTRELA SERRANO E VANDA CALADO

CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

RESUMO

O artigo analisa a contribuição de um conjunto de blogs independentes na cobertura e no debate público de quatro casos de corrupção com grande impacto em Portugal em 2009 e 2010. Pretende-se apurar se a agenda dos blogs é influenciada pela agenda dos *media mainstream* na abordagem desses casos e se os blogs seguiram ou não os enquadramentos e as interpretações desses meios (McCombs: 2004). Em particular, procura-se evidência empírica sobre a capacidade dos blogs seleccionados de se constituírem como alternativa na interpretação e no enquadramento desses casos. Os dados apurados mostram que o agendamento dos casos em análise nos blogs foi fortemente influenciado pelas agendas da televisão e da imprensa. O artigo conclui que os blogs não se constituíram como um espaço alternativo de discussão do fenómeno da corrupção, limitando-se em grande parte a comentar notícias e opiniões veiculados pelos *media* aos quais se ligam através de *links*, concordando ou discordando dos seus enquadramentos.

PALAVRAS-CHAVE

Blogs, Blogosfera, *Media*, Análise de Conteúdo Mediada por Computador, Análise de Redes Sociais, *Agenda-Setting*, Corrupção, Comunicação Política.

ABSTRACT

The article analyzes the contribution of a set of independent blogs on the public debate of four cases of corruption with great impact in Portugal, in 2009 and 2010. It is intended to determine whether the agenda of blogs is influenced by the agenda of the mainstream *media* in the approach these cases and if it follows or not the guidelines and interpretations of these means (McCombs: 2004). In particular, it seeks to empirical evidence on the ability of blogs selected to provide an alternative interpretation of those cases. The findings show that the agenda of the blogs was strongly influenced by the television and press agendas. The article concludes that in the corruption cases under review, the blogs are not constituted as an alternative space for discussion of the phenomenon of corruption, having being limited largely to comment news and opinions conveyed by the *media*, agreeing or disagreeing with their attributes.

KEYWORDS

Blogs, Blogosphere, *Media*, Computer-mediated Content Analysis, Social Network Analysis, *Agenda-Setting*, Corruption, Political Communication.

ANATOMIA DO COMENTÁRIO: CORRUPÇÃO, NOTICIÁRIOS E DESTINATÁRIOS COMMENT'S ANATOMY: CORRUPTION, NEWSCASTS AND AUDIENCE

RITA FIGUEIRAS

RITAFIGUEIRAS@FCH.LISBOA.UCPPT

RESUMO

No âmbito dos estudos sobre a corrupção e os *media*, este estudo tem dois grandes objetivos: identificar o modo como os comentadores nos noticiários da televisão generalista abordam dois dos casos de corrupção mais mediatizados nos últimos anos em Portugal (os casos *Freeport* e *Face Oculta*), relacionando as narrativas jornalísticas e as dos comentários, e conhecer a forma como os comentadores se posicionam no debate público e entendem a sua função no processo comunicativo democrático. Para os comentadores os casos foram mais sobre estratégia e desempenho dos atores e das instituições envolvidas do que sobre o crime da corrupção. A definição dos problemas, as interpretações causais e recomendações foram construídas a partir do *establishment*, onde os conflitos internos dentro de cada uma das esferas implicadas nos casos, e entre as várias esferas, foram transpostos para os comentários; ainda que alguns comentadores tenham articulado o processo horizontal de comunicação intra, e interelite, e o vertical dirigido ao público em geral. O estudo de ambos os casos permitiu verificar que o espaço de opinião continua a subsistir como um setor dominado pelas elites dirigentes na sociedade portuguesa, que comunica principalmente para si própria e que se mantém com uma capacidade elevada de imunidade à evolução do contexto social e mediático. A análise da narrativa do comentário revelou-se, assim, um local privilegiado para identificar e compreender como as lutas sociais de poder são travadas no espaço público.

PALAVRAS-CHAVE

Comentadores, Espaço de Opinião, Mediação, Elites, Corrupção, Televisão Generalista, Noticiário Televisivo.

ABSTRACT

Within corruption and *media* studies, this research study aims at identifying how television pundits comment on two of the most mediatized corruption cases of the past years (*Freeport* and *Face Oculta*), relating both news and opinion narratives, and acknowledging who is pundits imagined audience and how they position themselves in the democratic communicative process. Actors and institutions related with both cases were mainly debated from a strategy and performance angle; the definition of problems, explanations and recommendations were built from the establishment point of view, where inner conflicts and conflicts between different fields of power involved in both cases were also evident in the opinion sphere; whereas some

pundits have articulated the intra and inter-elite horizontal communication process together with the vertical communication process, comprising the general audience, this research study concluded that the opinion space is still a sector dominated by the traditional Portuguese elite, who communicates mostly to its inner circle, which means that this sector keeps a high level of immunity to social and *media* change. Analyzing both pundits narrative and rhetoric style also allowed one to understand better how power struggles are performed in the Portuguese public sphere.

KEYWORDS

Pundits, Opinion Space, Mediation, Elites, Corruption, Free-to-air television, Television newscasts.

REGALIAS E PROVEITOS DOS POLÍTICOS COMO INSTIGADORES DA PERCEÇÃO DO ESCÂNDALO THE PROCEEDS AND BENEFITS OF POLITICIANS AS INCITERS OF THE SENSE OF SCANDAL

BRUNO PAIXÃO

CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

RESUMO:

Os benefícios obtidos pelos políticos e ex-políticos, sejam financeiros ou de outra ordem, fazem deles alvos preferenciais dos *media*. Estes são atraídos por uma boa história sobre os poderosos, posto cativarem também a atenção do público. Assim, políticos e ex-políticos estão mais expostos à captação dos holofotes mediáticos e mais propensos ao escândalo político. Os dados extraídos da análise de imprensa referente ao período democrático revelam que uma larga percentagem de escândalos políticos está relacionada com pretensas prevaricações de ordem financeira.

PALAVRAS-CHAVE

Escândalo Político, Elite Política, Vencimentos dos Políticos, Privilégios, Imunidade Parlamentar

ABSTRACT

The benefits reaped by politicians and former politicians, be they financial or other, make them a prime target of *media*. The *media* are attracted by a good story involving the powerful, as its also eye-catching to the general audience. Therefore, politicians and former politicians are often in the spotlight and are more prone to political scandal. Data drawn from the press during the democratic period show that most of the political scandals arising concern alleged prevarication of financial nature.

KEYWORDS

Political Scandal, Political Elite, Remuneration of Politicians, Benefits, Parliamentary Immunity

A COBERTURA TELEVISIVA DA CORRUPÇÃO EM ANOS ELEITORAIS:
UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DO CASO *PETROLÃO* NOS
NOTICIÁRIOS DE EMISSORAS PÚBLICA E COMERCIAL.
THE TELEVISION COVERAGE OF CORRUPTION IN ELECTION YEARS:
AN ANALYSIS OF THE BACKGROUND OF THE CASE *PETROLÃO* IN
THE NEWS PUBLIC AND COMMERCIAL BROADCASTERS.

ILUSKA COUTINHO E JOSÉ TARCISO OLIVEIRA FILHO

ILUSKA.COUTINHO@UFJL.EDU.BR | JTARCISIOFILHO@GMAIL.COM

RESUMO

Meio de acesso à informação de significativa parcela da população brasileira, a televisão ofereceria, por meio de seus telejornais, formas de acompanhamento do mundo e da política aos telespetadores, cidadãos. Se ao jornalismo caberia o papel de atuar como monitor independente, a proposta é analisar em que medida a cobertura televisiva da corrupção estaria estruturada sob a dimensão do escândalo, em anos eleitorais. A reflexão toma como objeto de análise a veiculação do caso *Petro-lão* na mídia brasileira durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2014. A cobertura midiática do escândalo, que começou no primeiro semestre daquele ano e envolveu a corrupção na petrolífera estatal Petrobrás, teve a repercussão ampliada diante da divulgação dos depoimentos do ex-diretor de abastecimento da empresa, Paulo Roberto Costa, e doleiro Alberto Youssef duas semanas antes da votação do segundo turno. A análise da produção audiovisual veiculada tem como procedimento metodológico a análise de conteúdo, associada à dramaturgia do telejornalismo, utilizadas de modo a evidenciar as diferenças e semelhanças qualitativas e quantitativas nas coberturas no noticiário de uma emissora pública, o Repórter Brasil, da TV Brasil, e no de uma TV Comercial, o Jornal Nacional, da Rede Globo.

PALAVRAS-CHAVE

Petrobrás, Repórter Brasil, Jornal Nacional, Eleições, Cobertura Midiática.

ABSTRACT

This article shows the results of research on the case *Petro-lão*, displayed by the Brazilian *media* during the presidential elections of 2014. The scandal, which began in the first half and involved corruption in state oil company Petrobrás, received considerable attention after the release of testimony from a former director of the company and an accomplice - two weeks before the polling day of the second round of elections. The research aims to investigate the differences and similarities about the coverage between television news of a public broadcaster, the Reporter Brazil, from the TV Brazil, and the Jornal Nacional, from a commercial TV (Rede Globo).

KEYWORDS

Petrobrás, Repórter Brasil, Jornal Nacional, Brazilian Elections, *Media* Coverage.

CORRUPÇÃO E ESCÂNDALO POLÍTICO: O ENQUADRAMENTO
DOS ESCÂNDALOS *FACE OCULTA* E *MENSALÃO* NA
IMPrensa PORTUGUESA E BRASILEIRA
CORRUPTION AND POLITICAL SCANDAL: THE FRAMEWORK
OF THE SCANDALS *FACE OCULTA* AND *MENSALÃO* IN THE
PORTUGUESE AND BRAZILIAN PRESS

HÉLDER PRIOR, LIZIANE GUAZINE E BRUNO ARAÚJO

POSCOM.@UNB.BR

RESUMO

O artigo que o leitor tem entre mãos é uma tentativa de analisar a cobertura jornalística de dois escândalos de corrupção, o *Face Oculta* e o *Mensalão*, numa perspectiva comparativa. Versando, num primeiro momento, sobre os fenómenos da corrupção e do escândalo político, procuraremos analisar os conceitos à luz da Filosofia Política, discorrendo sobre a sua relação sem, contudo, deixar de fazer a sua distinção analítica. Na parte empírica, adotaremos a teoria do enquadramento no sentido de compreender de que forma o semanário *SOL* (Portugal) e a Revista *Veja* (Brasil), operaram uma reconfiguração dos escândalos no momento da sua eclosão.

PALAVRAS-CHAVE

Corrupção, Escândalo, Enquadramento

ABSTRACT

The essay that the reader is holding in his hands is an attempt to understand the news coverage of two corruption scandals, the *Face Oculta* and the *Mensalão*, as a comparative perspective. Let us discuss the corruption phenomena and this political scandal, we will analyze the concepts of political philosophy while discussing the relationship without bias the promotion of their distinct analytical views. In this empirical detail, we will adopt the news frame analysis in order to understand how the *SOL* (Portugal) and the *Veja Magazine* (Brazil) operated a mediated reconfiguration of these scandal at the moment of its disclosure.

KEYWORDS

Corruption, Scandal, News frame

Artigos

Artigos

A CORRUPÇÃO POLÍTICA E OS MEDIA –
UMA PERSPETIVA COMPARADA
THE POLITICAL CORRUPTION AND THE MEDIA -
A COMPARATIVE PERSPECTIVE

JOSÉ PACHECO PEREIRA¹

CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

Agradeço a oportunidade de poder discutir estas questões que são hoje questões centrais na democracia, como é o caso da corrupção política... O título “Corrupção Política”, causou-me alguma dificuldade em defrontá-lo porque não se percebe se é corrupção política no sentido de “comprar votos”, ou se é a corrupção *em política*, os seja, nos mecanismos tradicionais de corrupção, transmitidos à política. Vou falar de todas estas formas porque penso que elas comunicam entre si. Não são necessariamente a mesma coisa, mas comunicam entre si.

Gostaria de começar chamando a atenção para os organizadores e os estudiosos desta matéria para uma perspetiva comparada muito interessante a fazer com um país estrangeiro, naquele sentido em que começava o livro de Hartley ² que é: «O passado é um país estrangeiro. Lá fazem imensas coisas de forma diferente». E de facto, há um país estrangeiro com o qual é muito interessante fazer este estudo que é Portugal antes do 25 de Abril. Nas perguntas que foram feitas no aniversário do 25 de Abril, houve uma que suscitou interesse porque a resposta foi: «existe a percepção de que os governantes anteriores ao 25 de Abril eram menos corruptos ou havia menos corrupção que depois do 25 de Abril». E é por isso que estamos a falar de um país estrangeiro, porque se consultarmos os cortes da censura quando eles eram estruturados de forma cronológica, a censura apresentava os resultados de forma diferente durante aqueles 48 anos. A censura é uma realidade que acompanha todos os dias do regime ditatorial, sem exceção. Não há um único dia sem censura, aliás desde 1926 a 74, embora alguns aspetos da censura sejam anteriores. Mas no início da atividade da censura, a censura fazia uns boletins de que tenho uma parte importante no meu arquivo – consegui evitar que fossem para o estrangeiro e alguns estão na torre do tombo. Faziam-se uns boletins semanais e esses boletins semanais são uma espécie de diário do Portugal que nós não conhecemos. E o que faziam esses boletins semanais? Havia três – Norte, Centro e Sul – e todas as semanas os censores recolhiam o que cortavam, parcial ou integralmente, estruturado de uma forma em que havia uma parte política, que, tenho insistido muitas vezes, não é a mais importante na análise da censura, porque a parte política é óbvia; uma parte social, portanto de conflitualidade social de todos os tipos, não apenas as formas

¹ Comunicação apresentada ao Colóquio “A Corrupção Política e os Media – Uma Perspetiva Comparada”. Lisboa, 28 de Maio de 2014 (Texto não revisto pelo autor).

² Hartley, L.P. (1953, 1990). *O Mensageiro*. Lisboa: Editorial Presença.

clássicas de conflitualidade social, mas por exemplo quando uns trabalhadores rurais, uns operários, apanhavam o patrão e lhe batiam... Aquilo, no fundo, era um crime de delito comum, mas com conteúdo social e, depois, um conjunto de alíneas sobre atitudes antirreligiosas, portanto o problema do anticlericalismo, e uma parte moral.

Quando vemos esses relatórios, no seu conjunto, temos aquele Portugal que, exatamente, a censura impediu que fosse conhecido pelas pessoas e que é o que explica esta percepção de não haver corrupção. Porque o que esses relatórios revelam é um Portugal completamente diferente, até da percepção que nós, mesmo aqueles que apesar de tudo conhecem alguma coisa do Estado Novo, temos do regime: os desfalques, usando a terminologia da época, roubos, corrupção a todos os níveis, pedofilia, sem esse nome, com outro nome, ainda a enorme violência da vida familiar. Ou seja, nós estamos perante um Portugal, um país estrangeiro que a censura protegeu de ser conhecido publicamente. Desse ponto de vista, isto remete para o âmago deste colóquio, desta discussão, deste debate, que é de facto a correlação entre a exposição mediática e a corrupção, neste caso não a corrupção política mas a corrupção em geral. E portanto, um trabalho que penso que é importante fazer – agora há um projeto que se está a tentar desenvolver para publicar estes relatórios sobre a forma de um diário, portanto um Portugal – de Arganil, Figueira de Castelo Rodrigo, Lisboa, Coimbra, a partir dos cortes da imprensa local mas também tem os panfletos que apareciam, os poemas distribuídos por um poeta popular, em alguns casos até manuscritos metidos nas caixas de correio, e portanto um Portugal completamente diferente – esse país estrangeiro que merecia ser comparado. Aquilo que foi dito pelos *media* e aquilo que os *media* não puderam dizer é fundamental para criar uma percepção pública, neste caso a percepção que se traduz na resposta à pergunta dos 40 anos do 25 de Abril que é: «Não havia tanta corrupção como há agora». A verdade é que havia, pelo menos tanta como agora, mas de formas diferentes porque a relação entre o dinheiro e a política não é necessariamente igual em todos os tempos e esse “país estrangeiro”, era importante conhecê-lo.

O segundo aspeto era o da minha perplexidade acerca do que falar. Vou falar da corrupção política nos *media* propriamente ditos? Sim, acho que esse problema tem que ser levantado. Há um aspeto da corrupção política que tem a ver com a promiscuidade entre o exercício da ação política e os *media*. Há mecanismos de distanciamento que deviam existir e não existem, antes de falar dos mecanismos da corrupção política, que em grande parte dos seus aspetos publicados, estão muito longe de cobrirem os aspetos da realidade. Há um problema de desconhecimento em relação aos mecanismos de corrupção política nos dias de hoje, há tendência para reproduzir os esquemas do passado. Isto, quando os próprios mecanismos de corrupção política mudaram significativamente e não são todos iguais em termos da estratificação do sistema político. São diferentes na parte de baixo do sistema político, e são diferentes no topo, à volta da governação, em cima. Estes mecanismos têm de facto a característica de garantirem invisibilidade. Desse ponto de vista, às vezes a análise mais fácil passa por olhar para a visibilidade. Eu, por exemplo, sou crítico dos livros do Paulo de Moraes – depois podemos ver isso – porque eles abordam a parte mais fácil da análise da corrupção, que é o parlamento, quando o “grosso” da corrupção não se encontra no parlamento, mas noutros mecanismos. E isso cria um desvio de atenção para a parte mais fácil da descrição da corrupção, que é associar os interesses

traduzidos na profissão dos deputados com a expressão dos seus interesses, por via parlamentar. Não quer dizer que não haja mecanismos de tráfico de influências, mas não se fazem necessariamente pela circunstância de se estar no parlamento, mas pela circunstância de se estar no partido, o que não é a mesma coisa. Vem muito mais do poder intrapartidário do que do poder do parlamento.

A primeira das questões, e também falaremos dela mais à frente, é aquela célebre frase de Pina Moura³, de que «a Ética Republicana é a Lei», no sentido em que tudo o que não esteja proibido por lei se pode necessariamente aceitar como sendo ético. É uma frase que, do meu ponto de vista é inaceitável, por causa exatamente do sentido de «Ética» no conceito republicano. A expressão depois foi pervertida. O seu uso, na política, vai muito para além da lei, porque se fosse apenas um problema de lei não tinha sentido ser definido como um problema de ética. É uma questão interessante de discutir. Começemos pelos *media*.

Evidentemente, aqui estou a pregar aos convertidos porque aqui a maior parte das pessoas conhece os mecanismos dos *media* mas eu acho que uma das grandes falências do escrutínio público e democrático é o desconhecimento que a maioria dos portugueses tem de como os *media* são, daquilo que resulta de um jornal. O que resulta de um jornal económico, por exemplo? Como é que as notícias estão lá? Para a maioria das pessoas, aquilo são notícias, com o mesmo estatuto de qualquer outra notícia. O que significa que desconhecem completamente o papel das agências de comunicação, desconhecem completamente o papel das vias de comunicação que as empresas – no caso da imprensa económica, por exemplo, isso é evidente – têm com os próprios jornais, desconhecem a circunstância de que, por exemplo, muitos prémios atribuídos a empresas por outras empresas são “comprados” e portanto não representam algo, não são verdadeiramente prémios. Desconhecem a circunstância de que, por exemplo, quando lêem noticiários sobre advogados todas as notícias sobre advogados são transmitidas por agências de comunicação e quem não “compra” as agências de comunicação não tem notícias nos jornais, nem que as suas atividades tenham mérito. E isso ocupa partes inteiras da imprensa. Há partes inteiras da imprensa em que é evidente que só é publicado aquilo que resulta de uma atividade profissionalizada, paga por quem tem dinheiro para pagar – são as grandes empresas, as empresa do PSI-20⁴, o Governo e os grandes grupos de poder e os grandes lóbis, como é o caso dos grandes escritórios de advocacia ou então as consultoras financeiras que constituem também uma realidade relativamente recente neste mercado da comunicação. Aqui está um dos primeiros aspetos: quem lê não sabe como chegou ao “prato” do jornal aquilo que está a ler.

Os ingleses tomaram uma iniciativa há uns anos que provocou o furor de muito jornalistas, mas que penso que é interessante reproduzir em todos os países, que é criar uma base de dados dos artigos de jornais e uma base de dados dos comu-

3 Joaquim Pina Moura. Ministro da Economia e Finanças do XII Governo Constitucional, liderado por António Guterres. Teve em mãos a reestruturação do sector energético, processo que justificou a criação de uma comissão de inquérito parlamentar relativo à entrada da Eni e da Iberdrola no capital da Galp. Após sair do Executivo e depois de uma curta passagem pelo parlamento, enquanto deputado da bancada socialista, Pina Moura passou para o sector privado, ocupando o lugar de presidente da Iberdrola em Portugal.

4 Índice das 20 empresas mais cotadas na Bolsa de Lisboa. Sendo o seu nome por extenso, Portuguese Stock Index é o principal índice da Euronext Lisboa e, portanto, do mercado de capitais portugueses.

nicados e das informações das agências de comunicação, para chegar à conclusão que um número muito significativo de notícias reproduz, particamente *ipsis verbis*, os comunicados e as informações das agências de comunicação. Isto criou um grande tumulto nos *media*, exatamente porque denuncia esse mecanismo de formação.

Como é evidente, a pergunta que aqui tem de se colocar, e isto é que remete para um problema, em certo sentido, de corrupção, é: «o que é que faz com que jornalistas e jornais, em muitos casos, profissionais, aceitem publicar numa secção de que são responsáveis, ou onde trabalham, notícias de agência e não publiquem o que quer que não tenha origem nas agências? E é evidente que, como as relações são só, supostamente, de amizade, entre os jornalistas que trabalham nas agências e recrutam, nesses meios, com base na rede de contactos de jornalistas que permanecem nos jornais, é evidente que isto não pode ser transparente. E como o peso da informação profissionalizada, com origem em assessores, agências de comunicação, agências de *marketing*, hoje nas grandes empresas, no Governo, nos grandes lóbis, é cada vez mais importante como questão de sobrevivência, isso significa que uma parte importante da informação a que temos acesso é informação comprada profissionalmente, sem qualquer indicação de publicidade e isso significa que há aqui um mecanismo que, efetivamente, impede quem lê de ter um controlo democrático e um escrutínio sobre a informação que recebe. Isto é particularmente grave na imprensa económica onde se movem grandes interesses. Onde uma única notícia pode significar uma subida na bolsa e um ganho de centenas de milhares ou de milhões.

É uma prática institucionalizada, que pelos vistos ninguém contesta. Se nós analisarmos o noticiário da imprensa económica, cujo crescimento foi muito grande neste período de crise, nós verificamos que a ideia implícita de economia na imprensa económica não inclui, por exemplo, o trabalho como fator económico. Não há, por exemplo, uma única notícia sobre condições de trabalho. O que não seria normal. A economia, em si, não é apenas a atividade empresarial. Ora, tudo o que não é diretamente atividade empresarial ou atividade governamental com reflexo na atividade económica, em geral não é sujeito a *reporting* pela imprensa económica. Basta só esta deslocação para o domínio meramente empresarial para ver que não estamos perante órgãos de comunicação normais. O que não significa que os outros órgãos de comunicação não padeçam do mesmo problema.

Depois há outros aspetos que são aspetos de *bias*. De influência, em alguns casos de influência indevida. Alguns, obviamente, são espontâneos: devem-se tanto ao mecanismo de *trade-off* – «eu dou-te isto, tu dás-me isto» – mas devem-se à fragilização das nossas redações, com a crise económica, com o afastamento de muitos jornalistas que tinham experiência e independência, em alguns casos, e redações em que estagiários e jornalistas com um situação de trabalho muito precária acabam por fazer uma grande parte do trabalho rotineiro nas redações, é evidente que a baixa de qualidade do *reporting* político e não só, é grande.

Quando falamos neste tipo de influência, temos tendência para analisar a influência política, apenas algo como «O jornalista A simpatiza com o partido B, portanto as suas notícias refletem as posições do partido B», ou «O jornalista A simpatiza com algumas pessoas do partido B, que são seus amigos, seus comensais, companheiros de blogue, companheiros de “copos” e em alguns casos, de cama...» Todos sabemos do que estamos a falar, a endogamia nesses meios é considerável

e isso significa que nalguns casos, os jornais funcionam como uma extensão, também ela não escrutinável pelos leitores, de mecanismos de conflitualidade política. Nalguns casos, às vezes, sabe-se mais, quando algum dos parceiros destes processos resolver vir falar, como foi o caso das revelações sobre a manipulação em blogues e na Internet⁵, que infelizmente revelaram um mecanismo extremamente comum. A manipulação nos comentários, a manipulação em blogues, a manipulação através da circulação de informação, é hoje um serviço que muitas agências de comunicação fornecem aos seus clientes. Têm as pessoas dependuradas numa notícia, quando esta é considerada hostil, à pessoa A ou B, no plano político, ou pelo contrário, quando a notícia pode parecer não-favorável à pessoa A ou B, fabricam-se um conjunto de comentários, anónimos, aproveitando esta circunstância absurda de os jornais terem uma enorme renitência em moderar as suas caixas de comentários. Ou seja, apresentam-se como jornais de referência mas depois quando chega a altura dos comentários são lixo. Talvez o caso mais hipócrita seja o do *Diário de Notícias*, que tem uma porquinha a explicar: «entra aqui por sua própria conta e risco e estes conteúdos podem ser ofensivos». Costumo fazer esta comparação: querem que o jornal seja um palácio e ao lado, há um monte de lixo. E limitam-se a colocar uma placa a dizer: «aqui está um monte de lixo». E é evidente que a manipulação através dos comentários de opinião – porque há também um tipo de leitor e um tipo de consumidor da informação na internet que vive nesse mundo dos comentários e nas redes sociais, onde este tipo de manipulação também existe. Mas há também outra forma hipócrita: os jornais moderarem os comentários nas suas páginas e depois abrirem uma página na internet onde os comentários não são moderados. O *Público* e outros jornais têm isso. Porquê? Porque isto tem um valor económico. E aí, lá está o problema da corrupção. O número de vezes que as pessoas vão lá para colocar ou ver comentários aumenta o valor económico da página e portanto, em termos de publicidade, o número de cliques, o número de vezes que a página é visitada valoriza a página e isso dá-lhe um valor económico. Isto significa uma selva e é evidente que uma selva tem predadores, não apenas coelhos aos saltos. Desculpem a metáfora... foi espontânea. Felizmente, há coelhos em vários sítios e portanto... Há imensos predadores por aí e o que de mais importante acontece nas redes sociais não é espontâneo, é controlado.

E quando temos de discutir o problema da corrupção política, não podemos ignorar a permanente manipulação de opinião pelos *media*, que é feita de forma profissionalizada, ou seja paga, por um conjunto de agências que em muitos casos, empregam algum pessoal das “jotas”⁶ que se “fizeram” nos blogues, neste

5 O investigador refere-se à entrevista de Fernando Moreira de Sá, consultor de comunicação e investigador, motivada pela sua tese de mestrado, que analisa a manipulação de informação em blogues políticos, durante o ano de 2011 e em vésperas das eleições legislativas de 2012, publicada na revista *Visão*. Cf. “Ascensão e queda de Passos, versão 2.0”. Disponível em <http://visao.sapo.pt/ascensao-e-queda-de-passos-versao-20=f758352>

6 N.T.: “Jotas” são as juventudes partidárias, organizações que congregam militantes dos partidos até aos 35 anos. Em Portugal, entre outras destacam-se a Juventude Socialista (JS), a Juventude Social Democrata (JSD), a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) e a Juventude Centrística, respetivamente pertencentes a PS, PSD, PCP e CDS-PP. Os “Jovens do Bloco” são considerados uma organiza-

tipo de intriga política e que são depois transportados para essas lides porque conhecem o meio, as pessoas e, acima de tudo, conhecem as fraturas que podem depois ser relevantes na manipulação da opinião. Esta fez-se primeiramente nos blogues agora transitou em grande parte para as redes sociais e para os comentários nos jornais.

Mas essa selva, do ponto de vista do leitor, do consumidor de informação, é em grande parte desconhecida. E aí, há um esforço para revelar, de facto, estes mecanismos, tem de haver uma noção de que aquilo que se passa manipula, de facto, a opinião pública. Depois, há várias formas de manipulação que têm a ver com a recente promiscuidade entre políticos e jornalistas. As formas clássicas tinham a ver com a partilha do mesmo partido ou da mesma noção do mundo. Isso não desapareceu mas não é isso. Não é a circunstância de o jornalista A ser simpatizante do partido B que condiciona, necessariamente, os mecanismos de informação que consideramos hoje mais corrompidos.

Por exemplo, há uma emergência, um *turn-over* etário que é idêntico nos partidos e nas redações. Ou seja, pessoas com o mesmo perfil, com o mesmo tipo de conhecimento académico ou desconhecimento, com o mesmo tipo de carreiras, de relações sociais emerge com grande proximidade nos partidos políticos e nas redações. E essas pessoas têm uma visão muito semelhante. Eu costumo dizer, às vezes de forma provocatória, que o *time-out* unifica-os a todos. Têm a cultura dos mesmos bares, dos mesmos restaurantes, do mesmo tipo de leituras, ou mais propriamente, de não-leituras, mas essa comunidade de aproximação ao mundo que tem uma forte componente etária condiciona depois o *reporting*, como se pode ver por exemplo, na relativa simpatia que as redações mostram pelas manifestações dos “Indignados”⁷ e a relativa antipatia que mostram pelas manifestações da CGTP⁸. Isso é uma coisa que necessita de ser estudada mas é um facto que manifestações que tenham uma componente cultural, mesmo folclórica, mesmo de alternativa, são vistas com simpatia, com a imprensa a participar ativamente na promoção dessas manifestações. Mas só são eficazes na primeira vez. Ao mesmo tempo, o mundo que aparece nas manifestações da CGTP e das organizações corporativas é relativamente alheio ao conhecimento social de muitos jovens jornalistas que não sabem o que é um torno ou uma fresa, ou nem sabem verdadeiramente o que é uma fábrica. A fábrica que conhecem é a Autoeuropa⁹, que é alemã e só pelas notícias. Aquele mundo que aparece é-lhe completamen-

ção informal. Outros partidos mais pequenos e sem representação parlamentar, como o Partido Nacional Renovador (PNR) albergam também juventudes partidárias organizadas (Juventude Nacionalista).

7 Organização não-governamental de contestação social. No seu manifesto, pode ler-se no primeiro parágrafo: «Somos pessoas comuns. Pessoas com deveres, direitos e responsabilidades. Pessoas que se levantam todas as manhãs para estudar, trabalhar ou procurar emprego. Pessoas que têm família e contas para pagar. Pessoas que trabalham arduamente para proporcionar um futuro melhor àqueles que os rodeiam.»

8 Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, maior estrutura sindical do país, muitas vezes conotada com a esquerda, em particular com os partidos à esquerda do PS.

9 Autoeuropa é o nome comercial da fábrica do grupo construtor automóvel alemão Volkswagen em Portugal, situada em Palmela.

te alheio e esta comunidade social, cultural faz com que o *reporting* deste mundo seja muito pobre.

Sei que isto pode ofender muitos jornalistas mas não é por acaso que maioria da informação de referência perde leitores. Claro que há um fenómeno e outros como o *Correio da Manhã* ou o *Jornal de Notícias* conseguem ainda manter leitores e isso deve-se à circunstância de que a agenda desses jornais é mais próxima dos sentimentos comuns das pessoas. E isso não é demérito. Se lerem com atenção as pequenas notícias o tipo de problemas, como a segurança que é um problema gravíssimo em Lisboa... Em alguns prédios à volta de Lisboa, o facto de ter-se deixado de pagar condomínio... é um dos fenómenos da crise e portanto deixou de poder-se arranjar os elevadores, o que significa que a população idosa que se encontra nos andares superiores desses prédios tem muitas dificuldades em deslocar-se. Encontraram alguma notícia sobre isso? Nunca. No entanto, este é um problema real. O próprio relato da crise muito estereotipado, socialmente estereotipado, pela urbanização dos jornalistas – a maior parte é urbano e o mundo cultural em que circulam é muito idêntico ao das “jotas” dos partidos. Aquele tipo de vida é tão próximo que é natural que haja depois promiscuidade cultural e também o *trade-off* do lugar, das posições. Muitas pequenas empresas de *marketing* criadas *out of the blue*¹⁰ são a forma moderna das empresas do Fundo Social Europeu¹¹. Há dinheiro para esse tipo de contratações, criam-se empresas e as empresas chegam a esse dinheiro através da proximidade de um cliente e esse cliente é geralmente da área política ou do Governo, ou dos partidos ou das autarquias. Hoje, já não se abriria uma empresa como a Tecnoforma¹², a típica empresa desse período, mas abre-se uma empresa de *marketing* cuja clientela é, praticamente, acessível.

Quis começar por aqui porque penso que é relevante perceber que este é um dos mecanismos menos conhecidos da corrupção política. Porque significa a manipula-

10 N.T.: Do nada.

11 Empresas apoiadas por dinheiros europeus de fomento ao emprego. «Instituído em 1957 pelo Tratado de Roma, é o fundo estrutural mais antigo, contribuindo para o reforço da política económica e social da União, melhorando o emprego e as possibilidades de emprego. Para o efeito, o FSE apoia ações dos Estados Membros visando o aumento da capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas, a melhoria do acesso ao emprego, a inserção profissional dos desempregados, o reforço da integração social das pessoas desfavorecidas, o aumento e a melhoria do investimento no capital humano, o reforço da capacidade institucional e a eficácia das administrações e dos serviços públicos», pode ler-se no portal do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. Cf. <http://www.igfse.pt/>

12 Empresa da área da formação profissional, que obteve entre 2002 e 2004 cerca de 76% do total dos financiamentos europeus atribuídos na região centro à totalidade das empresas privadas que concorreram à realização de ações de formação para funcionários das autarquias locais. A empresa criou uma organização não-governamental (ONG), o Centro Português para a Cooperação onde participavam atual Primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, o então líder parlamentar do PSD, Luís Marques Mendes, e os também social-democratas Ângelo Correia e Vasco Rato (hoje, presidente da Fundação Luso-Americana). Fernando Sousa, na altura deputado do PS, e Eva Cabral (então jornalista do *Diário de Notícias* e atualmente assessora do primeiro-ministro) estiveram também na fundação desta ONG. A tutela dos fundos era de Miguel Relvas, então secretário de Estado da Administração Local. A uni-los, existia um passado comum na Juventude Social-democrata, a “jota” do PSD. Cf. http://www.jornaldenegocios.pt/economia/fundos_comunitarios/detalhe/tecnoforma_o_fantasma_dos_fundos_regionais_saiu_do_parlamento_sem_respostas.html

ção da opinião em nome de interesses particulares. De novo, temos aqui grandes interesses do sector das grandes empresas, do sector financeiro que levam a que se reproduza sistematicamente a linguagem do poder, quase naturalmente. Um caso típico que, acho, merce estudo é o da forma como foi tratada a primeira privatização em Portugal, a da EDP. Esta foi quase unanimemente apresentada nos editoriais dos jornais como um exemplo de transparência, reproduzindo a linguagem governamental, e foi preciso esperar seis meses para saber que havia um processo de *inside trading*¹³, que havia condições contratuais que não eram do conhecimento público. Ou seja, a criação de uma opinião sobre a maior privatização em Portugal feita “à cabeça”. E quando começaram a surgir estas últimas notícias, estas já não dissolveram a impressão que as primeiras criaram. E isto repete-se sistematicamente.

Os jornais são um terreno de batalha, de manifestações políticas, através de “fugas orientadas”, como aquelas fugas *ad terrorem* em que depois se sabe que as medidas políticas que vão ser tomadas afinal não são assim tão graves como o que estava anunciado. «Conseguimos evitar que fosse assim». E este mecanismo de dolo e de engano das pessoas é dos mecanismos mais graves da corrupção política e dos *media* dos dias de hoje. E é sistematicamente utilizado.

Os exemplos são da ordem das dezenas e mesmo assim continua a fazer-se. De vez em quando, algo corre mal. E o escrutínio político a vida política praticamente não existe. Alguém sabe realmente quais são as conversações entre o Governo e a *troika*? Do ponto de vista do historiador, será que eu tenho e certeza de que vou ter materiais para poder estudar essa relação? Será que os e-mails estão registados? Admitindo que muitas das comunicações são por e-mail... Será que há atas das reuniões. A maioria das respostas a estas perguntas será não. Os partidos por exemplo deixaram de fazer atas das suas reuniões. Mas faziam, no passado...

Desapareceu grande parte do registo escrito e como grande parte das comunicações são de índole pessoal, por e-mail. Não tenho dúvidas nenhuma de que, para se saber o que se passou, tem de se conhecer o computador de Vítor Gaspar¹⁴, o computador dos homens da *troika*. Até as comunicações oficiais dos homens da *troika* foram feitas a partir do computador de Vítor Gaspar, é um dado conhecido. Num estado democrático, tudo isto devia estar registado. Não digo que devesse ser revelado, porque naturalmente há aspetos neste tipo de negociações que têm de ser protegidos pelo segredo durante um período de tempo relativo. Mas deveria estar registado. Muito dificilmente será possível conhecer grande parte das coisas que acontecem porque a manipulação da opinião com a informação de que foi a *troika* que decidiu e, afinal, não foi a *troika*. Tudo isto são mecanismos de controlo da opinião pública.

Quanto à corrupção política no sentido restrito, existe a percepção que os jornais dão, de que é generalizada e grave. Os jornais com uma certa visão justicialista e populista valorizam o que rende em termos de leitores e em termos de votos. Significa isso que, na realidade a corrupção em política é menor do que vem nos jornais. Tanto

13 Trata-se da negociação de valores mobiliários baseada no conhecimento de informação privilegiada, ou seja, dados relevantes que ainda não são de conhecimento público. O resultado é uma vantagem, à partida, nas negociações.

14 Ministro das Finanças do XXI Governo Constitucional de Portugal, entretanto demissionário e hoje consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI), umas das entidades constituintes da *troika*.

quanto sei, não é menor, mas não está dentro do que os jornais relatam. Os jornais relatam o que não é importante. Algo que chegou a ser teorizado pelo *O Independente*, os mais velhos lembrar-se-ão. Chegou a teorizar-se cobertura da corrupção na imprensa portuguesa, exprimindo-a nestes termos: «O nosso jornal ataca a corrupção». Não foi dito exatamente assim, mas «é este o conteúdo dos homens da meia branca», isto é dos deputados, dos dirigentes partidários, ou seja, da canalha, daquilo que os próprios jornalistas sabem que era, no sentido da Revolução Francesa¹⁵. Esse era o alvo. E quem é que não entrava? Não há uma única notícia, do primeiro ao último número, sobre aquilo a que o próprio jornal chama “o velho dinheiro”. Este termo é uma invenção, porque aquilo a que se chama “velho dinheiro” era dinheiro relativamente novo. Mas a ideia de que havia uma aristocracia do dinheiro e essa aristocracia do dinheiro tinha o direito de usá-lo como queria e a não ser escrutinada — era como se fossem príncipes e princesas, numa certa atitude monárquica em relação ao dinheiro, e o escrutínio fazia-se com grande intensidade sobre “o novo dinheiro”. E o novo dinheiro era normalmente o dinheiro dos pequenos, a pequena corrupção, das autarquias, dos agentes políticos. Essa sim, era o “grosso” do jornal. E desafio-vos a encontrar um único artigo sobre os grandes lobistas do regime, que já se sabiam quem eram, os grandes grupos económicos que estavam em processo de formação, exatamente com esta ideia do “velho dinheiro” e também por outra razão. No caso d’*O Independente*, há um motivo ideológico. O que se atacava era a classe política da democracia. O “velho dinheiro” já vinha do regime anterior. Havia aqui, também, uma deslocação para aquilo que é mais simples no tratamento da corrupção, a corrupção dos “de baixo” e dos “do meio”. A dos “de cima” é perigoso tratar. Primeiro, é muito mais difícil, porque o segredo é normalmente um bem escasso e acumula-se “em cima” e aí é muito difícil fazer um escrutínio. E depois, porque essas pessoas têm meios para retaliar e retaliaram, com processos e pondo pessoas “na rua”. Já ninguém se lembra, mas existe aquela frase de Jaime Gama: «Com os jornalistas, ou há dinheiro para os despedir ou há dinheiro para os comprar».

No problema da corrupção como ele é retratado pelos *media*, continua a haver uma proximidade, como aliás é típico das democracias, com os mecanismos da pequena e média corrupção, que foram atualizados por um conjunto de publicações sobre a corrupção que encontraram no parlamento, e aqui vamos às teses de Paulo de Moraes, o espelho ideal da corrupção.

A ideia de que o parlamento tem poder, no nosso sistema político, é completamente absurda. Os deputados não têm poder algum, enquanto deputados, porque politicamente, nunca divergem. Como a sua eleição se deve aos partidos, ao lugar que têm na lista dos partidos, respondem perante os partidos, com a tendência para a profissionalização das carreiras políticas, a liberdade para dizer que não é cada vez mais escassa, portanto o poder político é delegado por terceiros. É delegado pelas secções partidárias. E portanto, onde há mecanismos de corrupção significativos, não é tanto pela circunstância de a pessoa A, B ou C, e são poucas, estarem no parlamento, mas pela sua circunstância de, ou na sua atividade pro-

15 «Canaille», a par de «sans-culotte» foi um dos termos usados pela aristocracia francesa do tempo de Luís XIV para denominar o «povo». Cf. Arendt, H. (1963); *On Revolution*; London: Penguin Books Ltd. Disponível em https://archive.org/stream/OnRevolution/ArendtOn-revolution_djvu.txt

fissional, ou no seu papel de influência nos partidos políticos, ou na governação, poderem ter uma margem de manobra que não lhes advém da circunstância de serem deputados. Em muitos casos, eles são deputados já em função de uma margem de manobra que é anterior. E, por isso, as listas de incompatibilidades profissionais no parlamento, que servem de pressão para que os deputados não tenham profissão, é uma das coisas, do meu ponto de vista, mais perniciosas no sistema político português, que é profissionalizar a política. Uma coisa que, por exemplo, as “jotas” do PS e do PSD defendem. Ora isto significa que se chega aos 30 anos sem grande experiência, sem grandes habilitações académicas e profissional, ou seja completamente dependentes de continuarem uma atividade política profissionalizada.

O problema não está tanto na existência de uma legislação muito complexa de incompatibilidades, está na existência de mecanismos de controlo e de regulação com efetivo poder. Há muito tempo que proponho, por exemplo que a Comissão de Ética¹⁶ não seja constituída em função das maiorias e minorias parlamentares, mas por elementos fora do parlamento, com recurso a uma maioria de dois terços e com decisões que possam ir até à cassação do mandato, com sanções efetivas, mas com um último recurso que é normal nas instituições parlamentares, que é uma maioria qualificada no parlamento. Isso daria um enorme poder às comissões de ética que julgariam, não em função das incompatibilidades em abstrato, mas em função da falta do ponto de vista ético, político ou de qualquer outra natureza, do deputado. Esta pressão de querer profissionalizar a vida no parlamento, em exclusividade de funções, é uma pressão populista que de resto, a imprensa apoia. Mas os deputados nunca estão em exclusividade de funções porque as suas funções partidárias são muitos mais importantes que as suas funções parlamentares ou políticas eletivas. E é, evidentemente, na partidocracia que se encontra a génese significativa da corrupção. O problema da corrupção política hoje é um problema de partidocracia, mais do que um problema de funcionamento das instituições.

A significativa hegemonia na vida política dos dois grandes partidos políticos, PS e PSD, é um efeito perverso de medidas tomadas a seguir ao 25 de Abril. Tentou criar-se rapidamente um sistema democrático com partidos que não tinham passado antes do 25 de Abril para contrariar o poder efetivo do PCP. E o que se fez? Entregou-se no fundo aos dois grandes partidos a hegemonia da vida política. Que se traduz, entre outras coisas, nisto: durante muitos anos não podia haver candidaturas independentes a nada, agora já é possível. Era só às autarquias, mas continua a não ser possível, por exemplo, em relação ao Parlamento Europeu. O que faz com que, por exemplo, Marinho e Pinho tivesse de concorrer pelo “Partido da Terra” (MPT) ou em relação à Assembleia da República, em que as candidaturas têm que ir a partidos, que são também uma fonte de corrupção política na medida em que são usados para ceder o seu nome a candidaturas de partidos que não têm qualquer atividade política no intervalo das eleições, mas quando chega às eleições servem para este tipo de candidaturas. E isso também um aspeto perverso do sistema político-partidário português. O

16 Atualmente, a antiga Comissão de Ética Parlamentar tem o nome de Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação.

Cf. <http://www.parlamento.pt/sites/com/XIIILeg/12CPECC/Paginas/default.aspx>

que é importante analisar é que há corrupção a todos os níveis. Se quisermos usar esta terminologia, algo grosseira, há corrupção “em baixo”, com um mecanismo de cunhas, patrocínatos, muito associado às autarquias, e muito associado ao poder autárquico e ao poder partidário, também à hierarquia da corrupção. E então chegamos de facto, ao centro dos grandes negócios, da corrupção política que é, evidentemente, o topo: governos, gabinetes ministeriais, assessorias, grandes escritórios de advogados, consultoras financeiras e, aí, o escrutínio é muito pequeno, por várias razões.

Em primeiro lugar porque não são necessariamente os eleitos os principais fatores deste processo de *trade-off*, mas sim as pessoas que circulam à volta dos eleitos. Pessoas de confiança, *think tanks*¹⁷, facilitadores que são aquelas pessoas que num processo de privatização avisam que este tem de passar por certas pessoas: «quando é de grande confiança, a pessoa vai para lugares de grande confiança também muito pouco escrutinados pelos *media* como são as comissões de remuneração¹⁸, por exemplo, muito mais importantes em algumas empresas do que as ficções que são alguns conselhos de administração, porque definem exatamente o que eles vão ganhar, e há aí uma relação de estrita confiança. Como a maioria destes mecanismos não se traduz no papel, mas em almoços, jantares e encontros entre uma elite económico-financeira e uma elite política, que não é necessariamente a elite política que nós vemos na governação a ir a votos. Esta gente tem mecanismos de controlo político que pouco têm a ver com eleições. As pessoas que vão a votos, normalmente, são bem-vindas nestes setores mas nunca entram muito no círculo interior. Entre outras razões porque precisam de ir a votos e podem pôr-se a propor medidas que não são de inteira confiança. Ou seja, não os levam a jantar a casa. Um desgraçado que comete uma fraude ao fisco no valor de € 5000,00 fica logo excluído do grupo das pessoas com quem é suposto estar-se. Mas se se tiver esquecido de pagar € 5 000 000,00 em impostos nem por isso deixa de estar na elite natural que é consultada pelos governos. Aí nunca há sanção, mas é uma relação como naquela casa inglesa de *Upstairs Downstairs*¹⁹ a maioria dos agentes políticos está na *downstairs*. No *upstairs* estão pes-

17 N.T.: Os *think tanks* são organizações que desenvolvem a sua atividade no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com perspetivas que visam influenciar transformações sociais, políticas, económicas ou científicas, em particular em áreas de elevada complexidade técnica e estratégica. São, em geral, nas democracias, financiados por privados, embora possam também ter financiamento público indireto

18 Tomando como exemplo as empresas cotadas em bolsa, em que estão delimitadas por lei as suas competências, leia-se o que a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) determina: «Il.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de acionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes».

Cf. http://www.cmvm.pt/CMVM/Recomendacao/Recomendacoes/Soccot/Soccot_Set2007/Pages/indice.aspx

19 Transmitida em Portugal com o título *A Família Bellamy* trata-se de uma série britânica cujo

soas que fazem essa ligação, é o caso dos grandes escritórios de advogados, onde circulam muitas pessoas que têm esse papel. E essas sim, almoçam em casa dos uns dos outros. Há aqui *trade-offs* no sentido clássico da corrupção? Muitas vezes não há. Uma decisão não é paga por uma conta na Suíça, que é a ideia clássica. Muitas vezes o que há é a garantia de benesses, por exemplo, a garantia de empregos muito bem pagos. Benesses para familiares para os próprios, uma rede de proteção no topo, que é estendida para quem se porta bem. E a análise destes mecanismos é particularmente difícil de fazer porque o segredo concentra-se aqui. As pessoas, entre outras coisas, pagam pelo segredo. Grande parte das transações é feita em *offshore* e só por isso já têm uma certa proteção. Às vezes as coisas correm mal e lá se vem a saber... mas ninguém que sabe, fala. Aqui há uma *omertà*²⁰ de outra natureza.

Só queria ainda chamar a atenção para que o “grosso” da corrupção não é a pequena e média. Deve ser olhado quando uma comissão de acompanhamento de uma privatização é nomeada quando a privatização já está decidida e valida a privatização dizendo no seu próprio relatório que nunca foi feita uma avaliação da empresa antes de ser determinado o preço pelo qual foi vendida, as pessoas acham isso absolutamente normal. E encontraram isto em algum jornal? Não. Há também uma certa prática jornalística do “ouvido”, em detrimento do documento. E mesmo muitos documentos que poderiam permitir ter esta percepção nunca são analisados. A ideia de que o *reporting* de investigação é mais caro é um mito para não se fazer investigação.

Só uma pequena observação: na corrupção média, chamemos-lhe assim, há um fenómeno das empresas “criadas-para-o-dinheiro-que-há”. Na verdade, estas não são empresas. São-no, porque a pessoa A é amiga da pessoa B e a pessoa B diz-lhe: «Olha que nós vamos ter aqui uns fundos com um nome bonito e portanto, era importante que vocês criassem uma empresa. E é por isso que muitas pessoas enriquecem. E a empresa é criada não em função do mercado mas do acesso ao poder político. Muitas vezes até, os *curricula* das pessoas que se apresentam ao lugar de gestores são sempre de áreas relacionadas com os lixos, com a área ecológica, ou de áreas com relações próximas com as autarquias, ou que precisam do aval do Governo. Sempre “praias” em que o acesso ao poder político é fundamental. Estamos a falar de empresas pelas oportunidades que o acesso ao poder político dá. A Tecnofórmula é um caso típico, como hoje algumas empresas de *marketing*. E aqui é um caso evidente de corrupção política. Se não se tem acesso ao poder político em que de um modo geral quando há um fundo ou algo do género, já se sabe para quem ele é — as consultoras financeiras, os escritórios de advogados, as empresas de *marketing*.

De antemão, os *cognoscenti* já sabem que está fechado. Não há concursos, não há competição, não adianta ter serviços mais baratos. Eu fiz uma vez um concurso no Parlamento Europeu. Ai, há imensa corrupção nas instituições europeias, por via do pagamento

enredo se desenrola nas primeiras três décadas do século XX, focado na vida dos dois grupos residentes (os Bellamy e os seus criados) da casa da família Bellamy, situada no 165 de Eaton Place, em Londres, Inglaterra. A série venceu o prémio Emmy de melhor série dramática em 1974, 1975 e em 1977, e o Globo de Ouro em 1974.

20 A *omertà* é um código de honra, baseado no silêncio e no sigilo, bem como na não interferência face às atividades legais e ilegais dos outros, originário da máfia italiana do Sul (mas também da máfia corsa). A sua influência estende-se às demais máfias de influência italiana. Aqui, o sentido da utilização da palavra é, de algum modo figurado.

de viagens a jornalistas, conferências e colóquios destinados a garantir umas férias consideráveis. Fala-se na propaganda médica, mas esta é outra variante. Muito com origem na Comissão Europeia. Mas nunca há escrutínio. Às vezes um jornal coloca: «este jornalista deslocou-se a convite do deputado X». Claro que não irá “dizer mal” desse deputado.

Um exemplo: fiz um concurso para o *site* do grupo parlamentar do PSD. A ideia de fazer um concurso foi extremamente mal recebida, porque aquilo era suposto ser adjudicado a uma empresa constituída por antigos elementos da “jota”. Estou a dar o exemplo do PSD, mas é igual no PS e no CDS, de outra maneira e com outra dimensão. Quando vieram os orçamentos, uma empresa belga altamente qualificada propunha metade das empresas portuguesas próximas. E não foi fácil adjudicar o *site* à empresa belga. Porque tradicionalmente, o costume era entregar aos próximos. É por isso que os partidos gostam de campanhas eleitorais: há quantidade enorme de dinheiro, gasto, quer a campanha eleitoral seja mais rica ou mais pobre, que fica nos intermediários. Nas pessoas que vão comprar as canetas, as bandeiras. Se forem às sedes dos partidos encontram uma série de material que foi produzido e nunca saiu à rua. Toneladas... Mas alguém ganhou, a meio-caminho.

As estruturas estão feitas de tal maneira que já sabem qual é a tipografia, o fornecedor de brindes, já sabem qual o que faz as bandeiras, e estes mecanismos que explicam muito dessa pequena e média corrupção.

Para concluir, a corrupção é um problema gravíssimo, a captura pelo sistema económico, bancário, pelo topo da governação, criando este limites. Há medidas que nunca podem ser tomadas, quem tentou fazer com que a banca, que agora recebeu uma série de casas e não aceita o coeficiente de correção da avaliação inicial, quando ela as avaliou por um valor muito mais baixo, prefere não ficar com a casa e a pessoa ficar com a dívida, é óbvio que se poderia legislar com mais justiça: a casa vale 20, agora vale 18. Se avaliaram por 20, há um coeficiente de desvalorização que tem sentido. Mas não tem sentido que valha 10. E como a banca decide unilateralmente que vale 10, sem qualquer correspondência com a avaliação que fez antes, experimentem apresentar uma medida deste género... Não passa em lado nenhum.

E muitas outras coisas que poderiam, até do ponto de vista do senso comum, ser fundamentadas, não passam porque são medidas que prejudicam interesses instalados com uma grande representação político-partidária e uma grande representação neste círculo que manda nas decisões. Portanto, o problema da corrupção política é um problema de transparência, de escrutínio, de conhecimento — é preciso conhecer estes mecanismo e não pensar que tudo se passa com o envelope por debaixo da mesa, porque isso é o menos relevante. E é universal, de cima a baixo. E é um dos aspetos que mais fragiliza a democracia porque, e a imprensa tem aí um papel, atirando ao lado em grande parte. O cidadão que vê o vizinho enriquecer sem ser suposto ninguém enriquecer ou, pelo menos, ele não empobrecer com empobreceu, e sabe pelo que é, a percepção — nas cidades parte desta perde-se, nos meios pequenos nota-se mais — é devastadora da legitimação da democracia.

É um problema grave, muito grave e por vezes mais grave que o tratamento judicialista e populista que a comunicação social faz da corrupção.

A MEDIATIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL: FORMAS, PROCESSOS E IMPACTOS

THE MEDIATIZATION OF POLITICAL CORRUPTION IN PORTUGAL: FORMS, PROCESSES AND IMPACTS

CARLOS FILIPE PRECES FERREIRA¹

CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

Gostaria de começar por agradecer o amável convite que o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público me endereçou para participar nesta Conferência.

Sou Procurador da República, colocado na Instância Central de Comércio de Coimbra, encontrando-me destacado na Comarca de Aveiro para a fase recursiva do processo comum colectivo comumente designado de Face Oculta.

Fui titular do processo "Face Oculta" na sua fase inquérito e assegurei conjuntamente com o Dr. João Marques Vidal a representação do Ministério Público no julgamento.

Acresce que juntamente com o Dr. João Marques Vidal e o Dr. João Melo assegurámos a representação do Ministério Público na fase de Instrução.

Ou seja, acompanhei o processo nas suas diferentes fases.

Aquilo que hoje aqui vos trago resulta da experiência que adquiri por força destas funções e, bem assim, da minha colocação na 1ª Secção do DIAP de Aveiro, secção especializada, para além do mais, na investigação da criminalidade económico-financeira.

Independentemente da apresentação que ensaiei sobre o meu percurso profissional, estou aqui - com prazer - a título pessoal pelo que aquilo que direi apenas a mim me compromete.

O que estamos hoje a discutir é o combate à corrupção no exercício de cargos e funções públicas.

Trata-se de um combate fundamental e decisivo para a democracia e para a identificação dos cidadãos com o regime democrático.

A repressão e dissuasão de fenómenos corruptivos é uma exigência de transparência democrática e é um instrumento indispensável para impedir de facto que o exercício de funções públicas possa ser usado para enriquecer de forma ilegítima e imoral à sombra da inacção das instituições a quem constitucionalmente se acham cometidos poderes/deveres de investigação.

O terreno da luta contra a corrupção deve ser um terreno de convergência e de conjugação de esforços e não deve ser pretexto para que cada um se limite a marcar o seu território e a tentar espetar a sua bandeirinha para dizer que se distingue dos outros.

Apelando a tal experiência, dir-vos-ei que, hoje por hoje, a investigação dos crimes de corrupção e afins deve assentar num novo paradigma.

¹ Procurador-Ajuto do Ministério Público. Comunicação proferida no Centro de Estudos Judiciário com o título "A Mediatização da corrupção política em Portugal: formas processos e impactos", no dia 9 de dezembro de 2014.

Um modelo de investigação que não se cinge, nem exaure o seu exame ao facto e ao seu autor, procurando analisar a actividade criminosa no seu todo, numa perspectiva não apenas de reconstituição histórica do sucedido, mas de conhecimento em tempo real daquela actividade.

As novas formas de criminalidade associadas ao fenómeno da corrupção não mais se conformam com a mera observação retrospectiva, sustentada no raciocínio dedutivo e na reconstituição do passado.

Uma investigação em cenário de autópsia está, quase sempre, vocacionada para o fracasso.

Urge robustecer a vertente preventiva da investigação criminal, apostando, decisivamente e sem tibiezas, numa forte componente proactiva, antecipando, se possível, a eclosão de práticas corruptivas.

Em todo e qualquer processo, um momento acontece em que a consolidação dos indícios probatórios recolhidos impõem que se promovam e realizem diligências com visibilidade pública, mormente buscas e detenções.

Quando os processos envolvem indivíduos de elevada notoriedade social e/ou política, esta revelação faz nascer dois outros tipos de processos:

O processo mediático e o processo político.

Nestes casos, o processo judicial funciona como fonte legitimadora daqueles outros processos, alimentando-os, sendo certo que os termos em que o faz são, a mais das vezes, desconformes com a realidade processual.

E porquê?

Por insuficiência comunicacional do sistema formal de justiça que, perante um assunto de relevante interesse público, prefere refugiar-se no espesso manto do segredo de justiça ao invés de revelar o suficiente e o necessário para cortar cerce quaisquer veleidades especulativas na arena mediática.

Os tribunais são o espelho da nossa sociedade, palco onde desfilam as tragédias da vida, assim se justificando a atracção que suscitam junto do público e a media-tização da actividade judicial.

Cabe ao Sistema formal de justiça evitar a deturpação da verdade processual potenciada pelo silêncio a que ele próprio, voluntária e inexplicavelmente, se vota.

Mas, também, e muito, porque dá jeito.

E dá jeito a quem e que propósitos serve?

Às defesas!!!

Como ensinou Jacques Vergès, o apelidado “advogado do diabo”, nos processos que visam políticos ou pessoas com elevada notoriedade social, a defesa faz-se não apenas, ou sobretudo, nos tribunais, mas, essencialmente, através dos meios de comunicação social.

Tenha-se presente que as denominadas “violações do segredo de justiça” nunca aproveitam à investigação.

O único interesse que cogito, por parte da acusação, na revelação de facto processuais radica numa lógica quase mercantilista de auto-promoção.

Para além de espúrio, trata-se de um interesse absolutamente estranho ao sistema formal de justiça.

Dir-me-ão que do ponto de vista do sistema é importante dar a conhecer que, no entanto e parafraseando Galileu Galilei, ele se move.

Todavia este propósito cumpre-se com o mero conhecimento público do processo. Não se alcança em que medida um conhecimento mais aprofundado do processo pode significar um reconhecimento maior ou menor da capacidade do sistema.

Mas, mais:

As denominadas “violações do segredo de justiça” têm efeitos devastadores na investigação, os quais podemos sintetizar num bem conhecido acrónimo: “DDT” - Descrédibilizar, Descentrar e Torpedear!

Descrédibiliza ou desacredita a investigação;

Descentra a discussão, desviando a atenção do objecto do processo, enfatizando-se o acessório em favor do essencial;

E

Torpedeia o processo, veiculando meias verdades ou mentiras convenientes em ordem à deturpação da verdade processual.

Aliás, não será, certamente, por acaso que as denominadas “violações do segredo de justiça” acontecem no momento em que acedem ao processo outros sujeitos processuais, que não os Magistrados, os Órgãos de Polícia Criminal e os funcionários judiciais.

O processo “Face Oculta” é exemplo assaz impressionante deste axioma.

Com efeito, aquando da emissão de mandados de busca, prevendo que os arguidos a ser constituídos enquanto tal na sequência daquela diligência, pudessem procurar uma estratégia de defesa que passasse pela divulgação pública de partes do objecto do processo, entendemos marcar os mandados de busca com símbolos distintos para cada um dos arguidos, por forma a que fosse possível identificar o eventual responsável por aquela publicitação.

Pois bem, o que se previa aconteceu e assim no Telejornal daquele dia 28 de Outubro de 2009, os mandados de busca com os factos que então compunham o objecto do processo foram exibidos.

Acontece que ao vê-lo, quem o fez, não reparou na marca nele aposta e ao exibi-lo para credibilizar a notícia, deu a conhecer o autor da violação do segredo de justiça.

O arguido veio a ser condenado por Violação do Segredo de Justiça.

Outra circunstância daquele dia 28 de Outubro de 2009 ilustrou como o palco mediático é o areópago de excelência eleito pelas defesas para estruturarem as suas estratégias.

Aquando da realização de busca domiciliária a um dos arguidos e havendo ainda um outro mandado ao seu local de trabalho para cumprir, solicitou que primássemos pela discrição na sua execução.

Tratava-se da maior empresa de comunicações do País à data e o arguido pretendia não ver maculada a sua imagem e da empresa.

Acedemos ao pedido e entrámos nas instalações recebendo na portaria cartões de convidados.

Fez-se a busca e no seu final, abandonámos as instalações longe de imaginar que o momento em que nos despedíamos do arguido e do seu defensor havia sido fotografado por um importante órgão de comunicação social e já se achava na sua edição on-line.

Apenas, eu, o JIC e o inspector da PJ que nos acompanhou sabíamos da realização da diligência, para além do arguido e do seu Mandatário.

Garanto-vos que nenhum daqueles três comunicou com qualquer jornalista em momento prévio à realização da diligência...

Acresce que o arguido que pretendia discrição, escassas horas volvidas estava a dar uma entrevista a uma estação de rádio justificando o seu envolvimento no processo.

Como disse, Jacques Vergès: "A politização do processo pode implicar todo um conjunto de estratégias que passam, inclusive, por criar factos apenas imediatamente prejudiciais e apresentar depois, vantajosamente, como vítima deles quem é demandado na justiça como autor de um acto ilícito: passa por desviar a atenção do objecto do processo".

No momento da revelação pública do processo três interesses emergem em notória tensão dialéctica, quais sejam: o interesse do Estado na realização de uma justiça isenta e independente, poupada a intromissões de terceiros, a especulações sensacionalistas ou a influências que perturbem a investigação; o interesse de evitar que o arguido, pelo conhecimento antecipado dos factos e das provas, actue de forma a perturbar o processo, dificultando o aparecimento daqueles e a reunião destas, senão mesmo a subtrair-se à acção da justiça; o interesse do mesmo arguido em não ver publicamente revelados factos que podem não vir a ser provados sem que com que isso se evitem graves prejuízos para a sua reputação e dignidade; o interesse da Comunicação Social em informar e dos cidadãos em serem informados.

Importa, por isso, encontrar critérios que permitam conciliar os diferentes interesses em conflito.

O processo judicial, o processo mediático e o processo político não se interpenetram tripartidamente.

Se o processo judicial é origem e causa do processo mediático e do processo político, já assim não acontece com estes relativamente ao processo judicial.

São dois círculos secantes que se tocam sem se interpenetrarem!

Ou seja, por muito que as estratégias de comunicação da defesa pretendam fazer crer que assim acontece, o certo é que a pretensa contaminação do processo judicial pelo processo mediático e político não se verifica.

Ao processo judicial são, absolutamente, estranhas quaisquer considerações trazida à colacção pelo processo mediático ou político que não conheçam reflexo ou correspondência no processo judicial.

Como dizia Alberto dos Reis "o que não está no processo, não está no Mundo".

Todavia e ainda que assim seja, o processo judicial não pode ignorar a interpenetração recíproca entre o processo mediático e o processo político.

E não o esquecendo tem que, na procura da conciliação prática dos interesses da investigação, dos arguidos e da sociedade, corporizada esta pela comunicação social, criar uma política de comunicação eficaz.

Eficaz no sentido de obstar à propagação de inverdades, mentiras ou falsidades em ordem à preservação dos interesses da investigação e dos arguidos.

Assim e para tanto, proponho a criação daquilo que designei por "Plataforma Comum de Comunicação", a qual consistiria no estabelecimento de um perfil de comunicação veiculada oficialmente e por acordo entre os diferentes sujeitos processuais.

O Juiz de Instrução Criminal promoveria uma reunião entre o Magistrado do Ministério Público e o Advogado de Defesa no sentido de consensualizarem o quê e em que termos podia ser alvo de divulgação pública.

Findo o segredo interno, os diferentes sujeitos processuais, com a mediação do Juiz de Instrução, definiriam a extensão do segredo de justiça externo.

Responsabilização de todos, para todos e com todos.

Inexistindo acordo, caberia ao Juiz de Instrução Criminal decidir, por despacho irrecorrível, a extensão do segredo de justiça externo.

Uma vez delimitado o segredo de justiça externo, o Presidente da Comarca e o Magistrado do Ministério Público Coordenador protagonizariam uma conferência de imprensa revelando os segmentos do objecto do processo contidos nos limites do segredo de justiça externo.

Permitam-me finalizar com um desabafo:

Mais do que leis, mais ou menos perfeitas, o essencial para levar a bom porto esta luta, que deve ser de todos, é Vontade.

Vontade política séria, comprometida com a Constituição e expurgada de interesses particulares mais ou menos secretos;

Vontade de quem investiga para de modo firme, denodado e empenhado actuar de modo solidário, coeso e articulado, na busca de uma investigação isenta, imparcial, despreconceituosa, corajosa e livre de qualquer vinculação ou submissão funcional ao poder executivo;

Vontade do poder judicial para exercer as competências que lhe são reconhecidas na Lei e na Constituição com independência, equidistância e equidade.

Citando Manuel Alegre direi, a propósito do combate à corrupção que "...ou o Estado democrático resolve os problemas da República ou alguém os resolverá contra ele".

MEDIA E PADRÕES DA CORRUPÇÃO POLÍTICA: OS CASOS FREEPORT E FACE OCULTA

MEDIA AND PATTERNS OF POLITICAL CORRUPTION: FREEPORT AND HIDDEN FACE

ISABEL FERIN CUNHA | UNIVERSIDADE DE COIMBRA/CIMJ

DJCI@UC.FL.PT

OS *MEDIA* NA EUROPA NUM CONTEXTO DE MUDANÇA

Nas últimas décadas o papel dos *media* tem vindo a alterar-se na Europa, com o fim ou redução do serviço público, a desregulamentação do setor e as consequentes mudanças na propriedade. Estas transformações implicaram a entrada de capitais que lhe são externos, com culturas diferentes de mercado (por exemplo, no caso de grupos *media* com origem norte e sul americanos) e de democracia (como os regimes de Angola, China e Rússia). Em simultâneo, tem vindo a efetivar-se a concentração dos grupos *media*, um pouco por toda a Europa, em corporações com interesses díspares, tais como, a banca, as telecomunicações e outras atividades empresariais. Deste modo, estas empresas e grupos tornaram-se dependentes de recursos e interesses externos à atividade e à cultura da imprensa e do jornalismo, o que tem tido como consequência a diminuição do grau de multipartidarismo e pluralismo nos meios de comunicação e no jornalismo, como constata, em 2012, o insuspeitável relatório produzido pelo “The Economist”.¹

A dependência dos *media* e do jornalismo, quer como atividade económica, quer como atividade profissional, de um campo exterior ao seu, faz com que o financiamento às empresas esteja cada vez mais dependente da informação veiculada como “boa imprensa”. O que quer dizer que o financiamento tende a depender da “opinião favorável” ou das “omissões convenientes” sobre grupos e interesses empresariais. É a “boa imprensa” que, em última instância, determinará a continuação, o lucro e os postos de trabalho num determinado órgão de comunicação. É o “conformismo” e a repetição do discurso dominante que manterá a publicidade, os *sponsors* e os patrocinadores de grandes grupos económicos e financeiros, bem como a publicidade institucional do Estado subjugada a organizações financeiras internacionais (Di Tella

1 O controlo e os constrangimentos à liberdade de expressão, nos meios *mainstream*, têm vindo a ser acompanhados pelo desenvolvimento e participação das redes sociais no aprofundamento das democracias. A utilização, pelos cidadãos, de ferramentas como sítios, blogs, facebook e twitter, tornou possível a entrada de novos atores e a diversificação das vozes no espaço público. Os usos institucionais das mesmas ferramentas potencializaram novas formas de participação democrática e de cidadania, ao mesmo tempo que complexificaram as formas de comunicação política e aumentaram a capacidade destes atores veicularem e manipularem informação contingente. A democratização do espaço público, via ferramentas digitais, tem, desta forma, assistido a episódios contraditórios, ora no sentido de aumentar e potencializar a participação cidadã, ora dando origem a guerras de informação e contra-informação no sentido de influenciar eleições e a tomada de decisões políticas.

e Franceschelli: 2011). A ideia de que a informação e o jornalismo, tanto nos *media* públicos como privados, constituem áreas que devem ser geridas como um qualquer negócio, trouxe como consequência a precarização dos profissionais. Estes, encontram-se cada vez mais atormentados por ameaças de despedimento — na lógica da diminuição de custos salariais, otimização e supressão de funções — o que os torna vulneráveis perante as pressões de chefias, gestores, empresas e governantes.

Sistematizando a análise realizada por Streeck (2013:25), podemos avançar para um quadro de atuação dos *media*, quer públicos quer privados, em que a informação, subjugada ao capitalismo globalizado, viu alterada a ótica de interesse nacional para uma ótica de interesse internacional, onde a conveniência dos *sponsors* (promotores, anunciantes, etc.) e o princípio do consumo prevalecem face ao de cidadania. Nesta lógica, sobressai o discurso que valoriza direitos contratuais e minimiza os direitos civis e da cidadania, transformando os públicos eleitores em audiências compulsivas. Torna-se, assim, mais importante uma informação que possa garantir *ratings* e *shares*, na linha do infoentretenimento, do que a informação aprofundada acerca de eleições e partidos. Esta dinâmica tem como consequência a promoção do *star system* político vigente, do qual são exemplos os comentadores nas televisões e os partidos políticos do poder. O multipartidarismo e as vozes dissonantes ao sistema, tendem, por isso, a ser ignorados.

Apesar de abundar informação, torna-se praticamente impossível aferir a sua qualidade e pertinência, na medida em que a “informação” que realmente interessa e condiciona a vida dos cidadãos não é apresentada ao grande público e circula cada vez mais de forma cifrada, isto é, tecnicamente encriptada e restrita. Exemplo desta situação é o acordo comercial que se encontra em negociação entre a Europa e os Estados Unidos e que virá alterar profundamente o quotidiano europeu, nomeadamente no que respeita aos direitos civis e de consumo.² Segmentam-se assim os públicos e as audiências, confirmando-se a funcionalidade da informação, a qual só se torna acessível a determinadas elites. A situação é tanto mais preocupante quanto se naturaliza a ideia de que em, democracia, a informação e a liberdade de imprensa e de expressão são valores adquiridos, não sendo por isso merecedora de discussão. Na decorrência desta transformação, a lealdade, inerente ao exercício da democracia, é substituída pela confiança nas leis de mercado, celebrada diariamente nos discursos mediáticos da informação.

Quadro 1. Mudanças na atuação nos *media* na Europa

Media atuando no interesse do público (públicos ou privados)	Media atuando no interesse do capital (públicos ou privados)
Nacional	Internacional
Cidadãos	<i>Sponsors</i> /consumidores
Direitos civis	Direitos contratuais
Eleitores	Audiências
Eleições periódicas	<i>Ratings</i> e <i>sharings</i> contínuos

2 Cfr. The Transatlantic Trade Investment Partnership (TTIP). <http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip/>

Multipartidarismo	Partidos do poder
Opinião pública	Indicadores seletivos de audiências
Liberdade de expressão	Liberdade de mercado
Valor: Lealdade	Valor: Confiança
Serviços de interesse público	Serviços de interesse de mercado

Fonte: Elaboração de Isabel Ferin Cunha a partir de Streeck, W. (2013: 25)

O Quadro 1 resume e compara as mudanças operadas na atuação dos *media*, públicos e privados, na Europa, a partir do novo milénio mas, principalmente, na última década. Na comparação sobressaem os valores que promovem a dimensão de mercado e da democracia formal da atividade dos *media*, em prejuízo do serviço do interesse público e da democracia social. Observamos o desvanecimento do tradicional papel dos *media* como garantes de cidadania e da liberdade de expressão, bem como a conceção das audiências como públicos e cidadãos. Em contrapartida, ganham protagonismo as audiências consumidoras de serviços oferecidos por anunciantes, promotores e *sponsors*. Neste cenário, os *media* nacionais do Sul da Europa — principalmente nas televisões de sinal aberto, como em Portugal — têm tido um papel muito relevante na promoção de valores que visam apoiar a iniciativa privada e o mercado, o que por si só seria louvável. No entanto, surgem também associados à desclassificação das actividades fundamentais da democracia social, tais como a educação e a saúde. Os discursos dos *media* informativos, mas não só, tendem a generalizar e a classificar todo o setor público como ineficiente e corrupto — para o que contribui a denúncia de inúmeros casos de corrupção política — ao mesmo tempo que exaltam as virtudes dos setores empresariais e financeiros, ignorando as suas actividades corruptoras³ e as suas reivindicações neoliberais cada vez mais extremadas.

PADRÕES DA CORRUPÇÃO

A corrupção caracteriza-se por constituir um abuso de poder em benefício próprio de agentes políticos democraticamente eleitos, situação que pode ocorrer durante ou após o exercício de funções públicas. Segundo Blankenburg (2002), estas situações tendem a agudizar-se em momentos de crise económica, financeira e política, quando os recursos disponíveis escasseiam e se dá, por motivos vários, processos de descredibilização e de deterioração das instituições públicas e privadas.

Numa análise “generalizante” da corrupção política nos países do Sul da Europa, identificamos alguns fatores comuns que podem justificar o surgimento daqueles fenómenos. Entre eles assinalamos os processos de democratização recente, após décadas de ditadura; a emergência de novas elites políticas e económicas, portadoras de novas conceções de ética pública; e a tendência crescente de profissionalização dentro dos partidos. Neste último aspeto observamos que os candidatos a cargos de governação advêm preferencialmente das “escolas de partidos”, circunstância que tende a estimular lealdades entre grupos etários, dentro e entre partidos, em detrimento da responsabilidade perante os cidadãos. Relevantes são,

3 Cfr OCDE (2014) *Foreign Bribery Report: An Analysis of the Crime of Bribery of Foreign Public Officials* <http://www.oecd.org/corruption/oecd-foreign-bribery-report-9789264226616-en.htm>

ainda, fenômenos como a chegada dos fundos estruturais europeus, uma injeção de bilhões de euros nos orçamentos desses países durante as décadas de oitenta e noventa, e o funcionamento arcaico da justiça, dotada de legislação e métodos de investigação inadequados a uma nova tipologia de crime globalizado. Acompanha, ainda, este processo, a expansão e a entrada das classes médias na sociedade de consumo, bem como o fim dos monopólios dos *media* de serviço público e a consequente liberalização deste mercado.

Neste contexto, de crescente mercantilização da política e da sociedade, os ilícitos tendem a ocorrer quando os agentes políticos se defrontam com a oportunidade e os meios instrumentais e racionais de efetivação do crime, assim como com a pressão da necessidade coletiva (como o financiamento de partidos) ou individual (por exemplo, dívidas ou ambições de consumo). Identificam-se quatro situações-tipo em que normalmente se concretizam os crimes de corrupção: 1) quando os agentes ou ex-agentes políticos competem por cargos políticos; 2) quando os mesmos exercem cargos públicos; 3) quando aqueles legislam e governam. A quarta situação, em crescimento em todos os países do Sul da Europa, dá-se após o abandono de cargos de governação, quando os agentes políticos mantêm o seu capital relacional acumulado naquelas funções públicas, as quais, posteriormente, colocam ao serviço de funções privadas, no campo da economia, finanças ou banca, para benefício próprio ou do seu grupo.

Na perspectiva de Blankenburg (2002), bem como de Johnston (2005), a corrupção política está diretamente vinculada à cultura nacional e, muito particularmente, a como as elites se relacionam com a *res publica*. Determinantes do grau e características da corrupção política, em cada país ou região, são as pressões económicas e políticas de interesses internacionais, anónimos e deslocalizados, tais como “investidores”, “fundos” e multinacionais. Deste modo, não se poderá conceber uma escala única de corrupção política aplicável a todos os países, pois cada um terá a sua especificidade cultural e diferente capacidade de resistência a solicitações económicas e financeiras organizadas. Outros fatores deverão, ainda, ser tomados em conta: o grau de aprofundamento da democracia, o funcionamento das instituições políticas e sociais e a capacidade e disponibilidade de participação e mobilização dos cidadãos. As características da corrupção política dependem, segundo a perspectiva liberal destes autores, do nível de abertura dos mercados à competitividade e de mecanismos de regulação da concorrência. Num cenário de transição para uma economia aberta e globalizada, são apontados como momentos “críticos” para o crescimento da corrupção política, as privatizações de empresas públicas, as concessões de serviços a privados, sobretudo no âmbito da energia e telecomunicações, assim como as designadas parcerias público-privadas (PPP) para a construção de infra-estruturas.

Os ilícitos mais frequentes são os crimes contra o Estado, os crimes contra o Estado cometidos no exercício da função pública, a corrupção ativa e passiva (para ato ilícito ou lícito), o peculato (que inclui peculato de uso e por erro de outrem), a participação económica em negócio, a concussão, o abuso de poder, o tráfico de influências, o branqueamento de capitais e a violação de regras urbanísticas. Por conseguinte, há muitos tipos de corrupção que variam em função do setor em que ocorrem (público ou privado; político ou administrativo) e dos atores que envolvem (por exemplo, funcionários públicos, políticos, empresários ou gestores). Para a aná-

lise daqueles fenômenos é necessário, igualmente, ter em conta o grau e índice de impacto (local, nacional ou transnacional), para além do nível de formalização e organização das redes, podendo estas ser ocasionais e esporádicos ou estruturais e sistemáticas.

Considerando que num mundo globalizado a corrupção política ocorre em países com diversas formas de economia e governação — mas que a caminhada de todos os países visa a “ liberalização ” — Johnston (2005) identificou quatro “ síndromes de corrupção ”. Estes padrões da corrupção correspondem, segundo ele, a quatro formas de combinar a política e a economia, tendo em consideração a qualidade das suas instituições públicas, económicas e financeiras.

No Quadro 2 sistematizamos as quatro síndromes propostas por Jonhston (2005) e as suas principais características políticas, sociais, económicas e institucionais.

Quadro 2. Síndromes da Corrupção

Tipo de Síndrome	Grau de Participação dos cidadãos	Grau de Participação dos cidadãos	Qualidade das Instituições	Qualidade das Instituições
	Oportunidades Políticas	Oportunidades Económicas	Estado/Sociedade	Instituições Económicas
Influência dos Mercados <i>(Influence Market)</i>	Democracias maduras (democracia participativa; competição constante e debate entre tendências)	Mercados maduros (liberalizados; abertos; regulados/mto competitivos; índices altos de bem-estar)	Ampla/Extensa	Forte
Cartéis de Elites <i>(Elite Cartel)</i>	Democracias em fase de consolidação/reforma (democracia com crescente participação e competição)	Mercados em fase de reforma (abertos e liberalizados em grande parte; regulação em aprendizagem; crescente competição; índices de bem-estar médios)	Moderada	Média
Oligarcas e Clãs <i>(Oligarch and Clan)</i>	Regimes de transição (democracias recentes; competição significativa mas pouco estruturada)	Mercados Novos (liberalização recente; não regulados; grande desigualdade e pobreza)	Fraca	Fraca
Funcionários e Magnatas <i>(Official Maguls)</i>	Não é uma democracia (escassa abertura e participação condicionada a grupos, partidos, etc.)	Mercados em construção (liberalização recente; não regulados; enorme desigualdade e pobreza)	Fraca	Fraca

Fonte: Elaboração de Isabel Ferin Cunha a partir de Johnston (2005: 40)

PERCEÇÃO E COBERTURA JORNALÍSTICA DA CORRUPÇÃO NA TELEVISÃO

Como se sabe, a percepção advém da formação de impressões, tem um carácter inferencial e determina uma forma de conhecer hipotética que advém da agregação de informação disponível (Vala e Monteiro: 1996).

É atribuído aos meios de comunicação, principalmente à televisão, a construção da percepção sobre a corrupção política, crime cuja natureza implica necessariamente o segredo e a ocultação. A percepção deste ilícito pela opinião pública depende

da cobertura jornalística mas esta está, como anteriormente referimos, diretamente vinculada à liberdade de imprensa e de expressão, bem como a outras variáveis como a independência dos *media* face ao poder político e económico (Roca, Alide-deoglu-Buchner: 2010). Contudo, a percepção do público é uma construção individual que depende de fatores como a credibilidade, a confiança e a responsabilidade atribuídas, ou depositadas, em instituições e agentes.

No caso da cobertura jornalística da corrupção política, assiste-se a uma tensão entre a percepção — constituída pelos fatores de credibilidade, confiança e responsabilidade — de cada cidadão sobre cada um dos meios de comunicação, e a percepção — constituída pelos fatores de credibilidade, confiança e responsabilidade — de cada cidadão sobre a democracia e a atuação dos políticos. No amago desta tensão — onde deverão ser equacionados fatores inerentes ao estatuto económico, social, etário e profissional de cada cidadão — emerge a percepção sobre os fenómenos de corrupção política.

Estes elementos condicionam a leitura dos índices de corrupção divulgados pelos relatórios internacionais, o que não impede que se constate que a percepção deste fenómeno esteja, na generalidade, em crescimento junto da opinião pública dos países do Sul da Europa, designadamente em Portugal. Por outro lado, a corrupção política tem sido um dos fenómenos com maior cobertura nos meios de comunicação noticiosos desde o início da crise, em 2008. Os meios de comunicação têm tido o papel de denúncia e de desocultação que, para muitos autores, constituem matéria-prima de uma “indústria de escândalos” (Schudson: 2004), uma vez que os acontecimentos noticiados agregam alto valor noticioso pelas “ruturas” nas expectativas que proporcionam na opinião pública. Os relatórios periódicos sobre a corrupção, divulgados pelas organizações internacionais, identificam também os meios de comunicação, principalmente a televisão, como fontes privilegiadas para a percepção da corrupção.

Salientamos que a partir do início do milénio, num quadro de crescente crise económica em Portugal, acentuou-se a visibilidade das denúncias de corrupção política nos *media*. A justificação para este fenómeno deve-se ao fluxo de verbas provenientes da União Europeia no âmbito dos Fundos Estruturais, aplicados sem a adequada fiscalização (Morgado e Vegar: 2003). Ao mesmo tempo, acentua-se a “percepção de impunidade” que parece envolver os “crimes de colarinho branco”, dada a incapacidade do sistema penal se modernizar no combate a este novo tipo de criminalidade. Para o aumento da percepção negativa junto da opinião pública tem contribuído a discrepância entre o número de casos de corrupção divulgados pela imprensa e os processos julgados, aumentando a percepção de impunidade. As estatísticas divulgadas confirmam, ainda, que o número de arguidos acusados difere largamente do número de arguidos condenados (Maia: 2008), facto que acentua, aos olhos da opinião pública, a diferença entre “as condenações” e a visibilidade mediática atribuída aos casos.

Ressaltamos que a liberalização do mercado mediático em Portugal se deu no final da década de oitenta, início da década de noventa, com a abertura do mercado a operadores privados de televisão — até então só existia a RTP1 e a RTP2⁴,

4 Estes dois canais públicos integram o grupo Rádio e Televisão de Portugal: <http://www.rtp.pt/>

canais públicos — e o surgimento da SIC (1992)⁵ e da TVI (1993).⁶ Observamos que dois destes canais (SIC e TVI) fazem parte de grupos com participação de capital não português, angolano no caso da SIC, por meio da *Newshold*, e capital espanhol e latino-americano na TVI, maioritariamente detida pelo Grupo Prisa.⁷ Notamos ainda que nos últimos anos (2011-2015) o financiamento governamental ao sector público da comunicação foi por diversas vezes posto em causa e aventada a questão da privatização. A crise de 2011 acentuou as dificuldades do sector público, mas também privado, dada a contração e redistribuição da publicidade, entre canais abertos e pagos, e a migração dos grandes anunciantes para a internet.

O contexto esboçado anteriormente constitui o quadro de referência para a análise da mediatização de dois casos de corrupção política nas televisões de sinal aberto (RTP1, SIC e TVI): os casos *Freeport* e *Face Oculta* (Anexo I). A escolha destes casos fundamenta-se em algumas das suas características comuns, tais como o facto de ambos envolverem o Primeiro-Ministro do Partido Socialista, José Sócrates, que se manteve em funções dois mandatos, de 2005 a 2009 e de 2009 a maio de 2011, mês em que Portugal solicitou a intervenção das instituições de resgate, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e União Europeia (UE). Outras características são igualmente relevantes nestes dois casos, a saber, o envolvimento de ex-ministros, de empresas internacionais, de empresas públicas nacionais e seus administradores, assim como a movimentação de capitais para paraísos fiscais.

COBERTURA JORNALÍSTICA TELEVISIVA DA CORRUPÇÃO: METODOLOGIA, INDICADORES E INTERPRETAÇÃO

Após a anterior contextualização dos *media* e da televisão, debruçamo-nos sobre a cobertura jornalística. Recorremos aos métodos mistos, qualitativos e quantitativos, não só na análise de conteúdo mas, posteriormente, na interpretação dos indicadores recolhidos. O *corpus* foi constituído por jornais noticiosos do *prime-time* dos três canais RTP1 (público) SIC e TVI (privados) sobre os dois casos citados, num total de 1609 notícias (designadas, no texto, peças), recolhidas de 2005 a 2012 pela empresa Marktest/Mediamonitor. Dado o volume deste *corpus* e em função dos casos terem início em anos diferentes — o caso *Freeport* em 2005 e o caso *Face Oculta* em 2009 — optámos por nos centrar em 2009, ano que regista mais notícias (1045 peças). Este ano é particularmente importante na medida em que é reeleito o Primeiro-ministro em exercício, o socialista José Sócrates, que até ao início da campanha eleitoral — início de setembro de 2009 — obteve grande visibilidade em notícias associadas aos casos *Freeport* e *Face Oculta*, como demonstra o Quadro 3.

5 Sociedade Independente de Comunicação (SIC): <http://sic.sapo.pt/>

6 Televisão Independente (TVI): www.tvi.iol.pt

7 Cfr: Figueiras, R (2014). O Sistema dos *media* em Portugal no contexto da globalização do século XXI In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 253-281). Lisboa: Alêtheia.

Quadro 3. Visibilidade (número de peças/ano 2009) dos *Casos Freeport e Face Oculta* nos três canais abertos

Casos	<i>Freeport</i>				<i>Face Oculta</i>				Total Geral
	RTP1	SIC	TVI	Total	RTP1	SIC	TVI	Total	
2009/Nº Notícias	195	259	235	689	123	128	105	356	1045

Fonte: Dados da empresa Marktest/Mediamonitor (registo desenvolvido pela equipa do Projeto “Corrupção Política nos *media*: uma perspetiva comparada”)

A análise do conteúdo manifesto dos noticiários deu origem a duas bases de dados em SPSS (*Freeport e Face Oculta*), cada uma constituída por 32 variáveis, onde a peça noticiosa de cada um dos jornais televisivos, independentemente do género jornalístico, foi considerada a unidade de análise.⁸ Considerámos o universo de análise o conjunto das peças dos jornais televisivos que abordaram a corrupção política e foram disponibilizadas na plataforma *e-telenews* da empresa Marktest/Mediamonitor. A construção das bases de dados envolveu a organização de um *codebook* com as definições das variáveis e modalidades, a realização de pré-testes e a validação das duas bases constituídas. Os dados que iremos apresentar referem-se à totalidade das peças dos casos *Freeport e Face Oculta* exibidas no ano de 2009 nos canais de sinal aberto. Não foram considerados os espaços televisivos dos comentadores nos noticiários.

Tendo em consideração a tipologia de síndromes da corrupção de Johnston (2005), apresentadas no Quadro 2, procurámos, a partir dos indicadores das bases de dados dos dois casos analisados, observar alguns fatores referentes à Caracterização Política (Gráfico 1 e 2)⁹ e à Qualidade das Instituições (Gráficos 3, 4, 5 e 6)¹⁰, tal como são apresentados, respectivamente, nos padrões “Influência dos Mercados” e “Cartéis de Elites” apresentados nos Quadros 2 e 4. Com esta análise, pretendemos compreender, à luz do autor citado, se há elementos na cobertura jornalística televisiva portuguesa que permitam indiciar o tipo, ou os tipos, de síndrome de corrupção descritos por aquele autor e identificados em outras circunstâncias por outros pesquisadores (Morgado e Vegar: 2003; Sampaio: 2013; 2014) na sociedade portuguesa.

Quadro 4. Características das Síndromes de Corrupção e indicadores de análise

Tipo de Síndrome	Caraterização Política	Caraterização Económica	Qualidade das Instituições Públicas	Qualidade das Instituições Económicas e Financeiras
Indicadores de análise	Indicadores de análise temática/Indicadores de análise de atores /Tom	Indicadores de análise temática /indicadores de atores Instituições/Tom	Indicadores de análise de atores/ Papeis dos atores/Tom/Indicadores de análise de ilícitos	Indicadores de análise de atores/ papéis dos atores/Tom/Indicadores de análise de ilícitos

Fonte: Elaboração de Isabel Ferin Cunha a partir de Johnston (2005: 40)

8 A base de dados foi desenvolvida pela bolsreira do projeto, Mestre Patrícia Contreiras Manso.

9 Anexo I, final do artigo, p. 60.

10 Anexo I, final do artigo, p. 60.

Em busca dos indicadores referidos, empreendemos três exercícios apoiados nos *outputs* retirados das bases em SPSS. O primeiro exercício cruza as variáveis ator (os dez atores mais citados) e tema (os dez temas principais) (Gráfico 1 e 2)¹¹. O segundo exercício incide sobre as Instituições Públicas (as 10 instituições mais nomeadas) e os Ilícitos (os 10 mais nomeados) que lhe estão associados (Gráfico 3 e 4)¹². O terceiro e último exercício coteja as Instituições Privadas (as instituições mais nomeadas) e os Ilícitos (os 10 mais nomeados) (Gráfico 5 e 6)¹³.

No primeiro exercício, observamos que no caso *Freeport*, num total de 689 peças, os dez principais atores identificados, por ordem de referências, são: José Sócrates (136 peças, 19,7%), Lopes da Mota (63 peças, 9,1%), Pinto Monteiro (53 peças, 7,7%), Charles Smith (44 peças, 6,4%), Júlio Monteiro (30 peças, 4,4%), Cândida Almeida (28 peças, 4,1%), Cavaco Silva (17 peças, 2,5%), Alberto Costa (16 peças, 2,3%), Carlos Guerra (16 peças, 2,3%) e Manuel Pedro (16 peças, 2,3%).

O tema com maior incidência é “declarações” (186 peças), onde o Primeiro-ministro (PM) surge em 48 peças (38,7%), seguido pela Procuradora Cândida Almeida (14 peças, 11,3%). O PM surge ainda com visibilidade no tema “investigações/ buscas, interrogatórios/ inquirições do Ministério Público e da Polícia Judiciária” (no total 70 peças) — onde, junto com Charles Smith, recolhe, respectivamente, 11 peças (28,2%) e 16 peças (correspondente a 41%). O PM surge, ainda, associado 1) ao tema “licenciamento do Freeport” (num total de 40 peças, 11, 55%); 2) a “comunicados” (num total de 29 peças, 8, 34,8%); 3) a “investigações no Reino Unido” (em 21 peças, 11, 68,8%) e no “caso DVD” (em 15 peças, 6, 60%). Lopes da Mota, o segundo ator mais nomeado está associado 1) ao “caso Eurojust” (num total de 55 peças, apresenta 36, 78,3%) e 2) a “pressões sobre a Justiça” (num total de 39 peças, é referido em 14, 56%). O terceiro ator, Pinto Monteiro, regista 21 peças (16,9%) no tema “declarações” e 5 peças (21,7%) em “comunicados”.

A exposição qualitativa dos dados apurados no caso *Freeport* demonstra que o protagonista é, sem dúvida, o Primeiro-ministro José Sócrates. Aquela descrição confirma, ainda, que este está preferencialmente associado a “declarações” proferidas no âmbito das investigações realizadas em Inglaterra, que deram origem à divulgação de um DVD com acusações de suborno do principal arguido (o empresário Charles Smith) ao Primeiro-ministro, bem como “declarações” proferidas a propósito do designado caso Eurojust¹⁴. O Primeiro-ministro é ainda implicado em irregularidades no licenciamento do *outlet* Freeport, enquanto Secretário de Estado do Ambiente. A cobertura jornalística estabeleceu relações de proximidade entre o então Primeiro-ministro e o presidente (desde 2007) do Eurojust, o procurador-geral adjunto Lopes da Mota, acusado de “travar” os desdobramentos do processo *Freeport* em Inglaterra e de exercer pressões sobre os procuradores encarregados do processo em Portugal. Para além de atores do Ministério Público — como o Procu-

11 Anexo I, final do artigo, p. 60.

12 Anexo I, final do artigo, p. 60.

13 Anexo I, final do artigo, p. 60.

14 Cfr: Eurojust é um organismo da União Europeia que congrega informações e trabalho do Ministério Público de todos os países europeus com vista a lutar contra a criminalidade organizada e transfronteiras. Está sediada em Haia na Holanda www.eurojust.europa.eu/

rador-Geral da República, Pinto Monteiro, e a Procuradora Geral Adjunta, Cândida Almeida — adquiriram protagonismo o intermediário dos “indiciados” como corruptores (não foi provado em julgamento), o inglês Charles Smith e os familiares do Primeiro-ministro (o tio Júlio Monteiro, outros tios e primos), suspeitos de funcionarem como “possíveis” “testas de ferro” para a recetação de “luvas” (não foi provado).

No caso *Face Oculta* o cruzamento das variáveis relativas aos atores e temas principais (Gráfico 2)¹⁵ regista 342 peças, sendo que Armando Vara e o Primeiro-ministro José Sócrates, os principais protagonistas citados, recolhem respetivamente 69 (20,2%) e 44 peças (12,9%). Armando Vara está associado 1) a “investigações/buscas/interrogatórios e inquirições” (24 peças, 50%); 2) à “suspensão de funções” (16 peças, 80%) e 3) a “constituição de arguidos” (7 peças, 64%). O PM é nomeado a respeito de 1) “escutas” (30 peças, 68%); 2) “declarações” (7 peças, 30%) e 3) “partidos políticos” (3 peças, 60%).

Numa perspetiva interpretativa, observamos que, neste caso, o principal ator, o ex-ministro e deputado Armando Vara, amigo do Primeiro-ministro, José Sócrates, é quem regista maior visibilidade. Ele é associado às diligências do Ministério Público no âmbito de ações de rotina, tais como investigações, buscas, interrogatórios e inquirições. A questão da sua suspensão de funções no Banco Comercial Português (BCP), onde exercia um alto cargo de gestão após ter transitado da CGD a convite do então presidente, o banqueiro socialista Santos Ferreira, também obtém grande proeminência. Sublinhamos que o Primeiro-ministro surge como o segundo ator com maior visibilidade, associado ao episódio das “escutas” telefónicas, realizadas pela polícia de investigação. Estas “escutas”, que estabelecem uma relação de proximidade entre o PM e o arguido Armando Vara, deram origem à abertura de um novo processo sobre a interferência do Primeiro-ministro na possível compra de um canal privado de televisão (TVI) pela Portugal Telecom (PT). Segundo a cobertura jornalística, as “escutas” permitiam “estabelecer ligações” pouco claras, entre o ex-membro do governo e o Primeiro-ministro, o que não deixa de ser alvo de questionamento pelos partidos políticos da oposição, designadamente nos debates quinzenais na Assembleia da República. Ressaltamos ainda que o corruptor, Manuel Godinho, um empresário desconhecido da área da reciclagem de resíduos e metais, surge como terceiro ator mais nomeado, associado às investigações e buscas, assim como às medidas de coação e à acusação de corrupção.

A informação sobre a substância de cada um dos casos de corrupção vem normalmente em plano secundário — como, no caso *Freepport*, o licenciamento da construção em área de natureza protegida, ou, no caso *Face Oculta*, os crimes económicos contra o Estado e o tráfico de influências — e a partir das acusações realizadas pela justiça ao longo das diferentes fases do processo. No entanto, existem determinados temas colaterais que criam perceções públicas sobre a fragilidade da Justiça, tais como “pressões sobre a justiça”, a “violação do segredo da justiça” ou incertezas acerca da legitimidade de “escutas” realizadas por organismos da Polícia e do sistema judiciário. Por fim, observamos que tanto no caso *Freepport* como no caso *Face Oculta*, o Presidente da República surge, também, entre os principais atores, associado a “declarações” onde geralmente recusa prenunciar-se sobre os casos.

15 Anexo I, final do artigo, p. 60.

O segundo exercício incide sobre as Instituições Públicas (as 10 instituições mais nomeadas) e os Ilícitos (os 10 mais nomeados) que lhe estão associados (Gráfico 3 e 4).¹⁶ Os *outputs* relativos à intersecção entre Instituições Públicas e Ilícitos mostram que no caso *Freeport* (689 peças), mais de 80% das peças que registam instituições públicas, não assinalam ilícitos (Gráfico 3)¹⁷. No caso *Freeport* as instituições públicas com maior visibilidade são o Ministério Público (257 peças, 14,6%), as Autoridades Portuguesas (146 peças, 8,3%), as Autoridades Britânicas (120 peças, 6,8%), o Ministério do Ambiente (MA) (110 peças, 6,3%), o Eurojust (92 peças, 5,2%), as Câmaras Municipais (66 peças, 3,8%), o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) (46 peças, 2,6%), a Assembleia da República (AR) (34 peças, 1,9%), os Tribunais (18 peças, 1%) e os Serviços de Informação e Segurança (SIS) (13 peças, 0,7%).

Relativamente ao Ministério Público, 256 peças (99,6%) não referem qualquer ilícito, sendo que existem 146 peças (24,1%) associadas a “corrupção” e 33 peças (12,8%) a “suborno”. As Autoridades Portuguesas estão igualmente relacionadas com os crimes de “suborno” em 39 peças (26,7%), sendo que existem 146 peças em que não é referido qualquer tipo de ilícito. Associado às Autoridades Britânicas, existem 43 peças (35,8%) sobre “corrupção” e 42 peças (35%) sobre “suborno”, sendo que não há menção a nenhum ilícito em 118 (98,3%) peças. Relacionado ao Ministério do Ambiente (MA), existem 108 (98,2%) peças sem referência a ilícitos. Também o MA está associado a crimes de “corrupção” (num total de 36 peças, 32,7%) e a “suborno” (32 peças, 29,1%).

No caso *Face Oculta* (342 peças) observamos, que 62,9% das peças não assinalam ilícitos (Gráfico 4)¹⁸. Neste caso as instituições com mais visibilidade são o Ministério Público (161 peças, 18,6%), a Rede Eléctrica Nacional (REN) (62 peças, 7,2%), o Tribunal de Aveiro/DIAP (40 peças, 4,6%), a Polícia Judiciária (PJ) (31 peças, 3,6%), a Rede Ferroviária Nacional (REFER) (30 peças, 3,5%), a Energias de Portugal (EDP) (25 peças, 2,9%), a Gás e Petróleo de Portugal (GALP) (16 peças, 1,8%), a Portugal Telecom (PT) (14 peças, 1,6%), o Banco de Portugal (BdP) (13 peças, 1,5%) e a Banco Português de Negócios (BPN) (7 peças, 0,8%).

Associado ao Ministério Público encontramos 160 peças (65,6%) que não referem qualquer ilícito, sendo que existem 29 peças (11,9%) que correspondem ao ilícito “tráfico de influências” e 25 peças (10,2) relativas ao crime de “corrupção”. Sobre a REN observamos que não há menção a nenhum ilícito em 59 peças (50%), sendo que constatamos que a empresa está relacionada com o ilícito “tráfico de influências” em 24 peças (20,3%), seguido do crime “corrupção” com 21 peças (17,8%). Também registamos que o Tribunal de Aveiro/DIAP está associado ao crime “tráfico de influências” (em 15 peças, 20%) e ao crime de “corrupção” (11 peças, 14,7%). A PJ, a EDP e a GALP estão igualmente vinculadas à nomeação dos crimes de “tráfico de influências”, repetitivamente, 10 peças, 16,9%, 11 peças 22% e 6 peças, 17,6%. A REFER está relacionada ao crime de “corrupção” (9 peças, 16,1%) e de “tráfico de influências” (7 peças, 13%).

Na busca da qualidade atribuída pela cobertura jornalística às instituições públicas, observamos que a maior parte não têm ilícitos associados (Gráfico 3 e 4).¹⁹

16 Anexo I, final do artigo, p. 60.

17 Anexo I, final do artigo, p. 60.

18 Anexo I, final do artigo, p. 60.

19 Anexo I, final do artigo, p. 60.

No entanto, paira sobre as direções das empresas públicas com participação do Estado em 2009 — a REN, a REFER, a EDP ou a GALP, as quais, envolvidas no caso *Face Oculta* eram, nesse ano, empresas com participação do Estado — e sobre os seus gestores, com filiações a partidos políticos do centro democrático, não só insinuações de crimes contra o Estado, como também de má gestão e tráfico de influências. Em ambos os casos de corrupção analisados, a instituição pública com maior proeminência é o Ministério Público que, pela sua natureza, é a promotora das investigações de ilícitos. As autoridades portuguesas e inglesas nomeadas no caso *Freepport* estão igualmente relacionadas com a investigação de crimes. Na nomeação destas instituições observamos que o Ministério Público e as instituições portuguesas surgem discursivamente conotadas com procedimentos temporais lentos e prolongados, enquanto as autoridades inglesas, no mesmo caso *Freepport*, e apesar do arquivamento em Inglaterra do processo investigado, surgem caracterizadas como eficientes e expeditas, criando a percepção de uma justiça eficaz e de resultados.

O terceiro e último exercício tem como objetivo cotejar as Instituições Privadas (as instituições mais nomeadas) e os Ilícitos (os 10 mais nomeados) (Gráfico 5 e 6).²⁰ No caso *Freepport* (689 peças) (Gráfico 5)²¹ as instituições privadas mais nomeadas são Empresa Smith & Pedro (82 peças, 4,7%), Empresas Internacionais (33 peças, 1,9%), Escritório de Advogados Vasco Vieira de Almeida & Associados (13 peças, 0,7%); Escritórios de Advogados de José Francisco Gandarez & Associados (12 peças, 0,7%); Quercus (11 peças, 0,6%); Empresa ISA- Investimentos Imobiliários, LDA (10 peças, 0,6%); Bancos (10 peças, 0,6%); Empresa Neurónio Criativo Publicidade e Marketing (9 peças, 0,5%); Ateliê Arquitecto Eduardo Capinha Lopes, Lisboa (8 peças, 0,5%) e Associação Cívica «Força Emergente» (4 peças, 0,2%).

Na Empresa Smith & Pedro existem 80 peças (97,6%) que não referem qualquer ilícito, sendo que existem 38 peças (46,3%) associadas a “suborno” e 29 peças (35,4%) a “corrupção”. As Empresas Internacionais estão igualmente relacionadas com os crimes de “suborno” (14 peças, 42,4%) e “corrupção” (13 peças, 39,4%). Este último ilícito é referido a propósito do Escritório de Advogados Vasco Vieira de Almeida & Associados (6, 46,2%, peças, sendo que existem 12, 92,3% peças em que não há menção a nenhum ilícito, bem como à Empresa ISA-Investimentos Imobiliários, LDA (7, 70% e 9, 90%, sem referência a ilícitos) e ao Ateliê Arquitecto Eduardo Capinha Lopes (6, 75% peças em que 7 não referem ilícitos).

No *Face Oculta* (Gráfico 6)²² no total de 342 peças, apenas são nomeadas três instituições privadas, o BCP (61 peças, 7%), a O2 (30 peças, 3,5%) e a SCL (8 peças, 0,5%), estas últimas pertencentes ao grupo empresarial de Manuel Godinho, acusado de ser o corruptor. Nas duas primeiras empresas o “tráfico de influências” e a “corrupção” são os ilícitos mais nomeados. O “tráfico de influências” recolhe, respectivamente 25 peças, 23,6% no BCP e 5 (9,8%) à O2. A “corrupção” regista 13 peças (12,3%) associadas ao BCP e 6 peças (11,8%) à O2. O “crime contra a economia” está igualmente associado à empresa O2 num total de 3 peças (5,9%).

20 Anexo I, final do artigo, p. 60.

21 Anexo I, final do artigo, p. 60.

22 Anexo I, final do artigo, p. 60.

A interpretação destes *outputs* mostra que as empresas privadas não estão na maior parte das notícias agregadas a ilícitos. Nos casos em que essa situação ocorre, as empresas mais nomeadas estão em sintonia com a temática de cada caso. No caso *Freeport* a proeminência é do escritório de intermediação imobiliária, Smith & Pedro, que representou empresas internacionais interessadas no negócio de construção do *outlet*. Salientamos também a nomeação do escritório de Advogados Vasco Vieira de Almeida & Associados implicados no “possível” encobrimento de atos de corrupção. No caso *Face Oculta* a instituição mais referida é o Banco Comercial Português (BCP) onde exercia funções o principal arguido, o ex-ministro do Partido Socialista (PS), Armando Vara. A nomeação do BCP está associada ao ilícito tráfico de influências, não só porque Armando Vara foi nomeado em representação do Governo, mas porque é estabelecida a sua relação de proximidade com o Primeiro-ministro de então, José Sócrates, bem como com os outros atores implicados no processo. A empresa O2, pertencente ao empresário corruptor, surge com menos visibilidade, igualmente associada à corrupção e ao tráfico de influências. Os indicadores levantados apontam para que o ator político constituído arguido determine a qualidade da instituição privada, no caso do BCP. O corruptor, o empresário Manuel Godinho, tal como já fora observado na análise dos indicadores relativos aos atores, e as suas empresas, por terem pouca visibilidade, parecem não determinar a perceção da qualidade das instituições privadas.

Assinalamos que a análise dos dois casos sublinha, antes de mais, o papel das rotinas televisivas jornalísticas na cobertura dos fenómenos de corrupção política. A natureza do meio e do “fazer” televisão, a necessidade de preencher tempo com imagem e desta conter referentes — pessoas, cenários, “falas” — facilmente identificáveis, estão presentes no elevado número de “declarações”, bem como na proeminência dada às notícias sobre “investigações, buscas e interrogatórios” registadas nos casos. Por outro lado, observamos que as “declarações” estão preferencialmente associadas ao Primeiro-ministro José Sócrates, tanto no caso *Freeport* em que é o principal implicado, como no caso *Face Oculta* onde surge como “amigo” do principal político arguido, o ex-ministro Armando Vara. Salientamos também que, em sentido contrário, as notícias e os tempos atribuídos aos corruptores são muito diminutos, ao que acresce não serem, na generalidade, figuras públicas. No caso *Freeport*, os corruptores são empresas internacionais intermediadas por um escritório nacional e, no caso *Face Oculta*, um obscuro empresário nacional da sucata. Em ambos os casos estes atores individuais ou coletivos têm menor expressão que os atores políticos. Protagonismo tem, ainda, o Ministério Público, através das declarações do Procurador da Justiça e dos Procuradores Gerais adjuntos, o que é demonstrativo, também, das rotinas de um jornalismo de “secretária”, muito centrado em fontes oficiais acessíveis a um “telefonema”.

BREVES CONCLUSÕES

Procurámos demonstrar a partir da exposição teórica que, nestes últimos anos, a natureza da democracia alterou-se, principalmente na Europa do Sul. Os indicadores desta mudança são, não só sociais (transformações dos direitos sociais e trabalhistas adquiridos na pós-segunda guerra mundial), como também políticos (menor participação nas eleições e aumento da desconfiança face aos sistemas políticos e partidários). A desregulamentação dos *media* nos finais da década de oitenta e início da década de noventa, a entrada de capitais externos ao campo mediático e

a integração em grupos com áreas e interesses diversificados modificaram profundamente o funcionamento dos *media* na Europa, até então considerados um serviço ao público, independentemente de serem efetuados por empresas públicas ou privadas. Paulatinamente, a atividade jornalística foi-se subordinando às audiências, aos anunciantes e aos grandes interesses do capital, promovendo discursos “conformistas” e adquirindo características de infortretenimento. Com a crise de 2008, acentuam-se os indícios de restrição à liberdade de imprensa e de expressão (*The Economist*: 2013), a partir de mecanismo de autocensura resultantes da precarização dos jornalistas e da redução de postos de trabalho. A estes factos acrescem as pressões externas de grupos económicos e financeiros, muitas vezes acionistas dos meios de comunicação, interessados em inculcar nos cidadãos o pensamento dominante da inevitabilidade de uma única solução política, económica e financeira.

A cobertura jornalística da corrupção política surge nos noticiários com grande visibilidade nos anos de crise, acompanhando a perceção que muitos cidadãos têm deste fenómeno. A denúncia e a desocultação deste ilícito constitui um serviço prestado à democracia mas, por outro lado, os procedimentos de agendamento, que atribuem maior proeminência, destaque ou relevância a determinados temas ou atores políticos, facilitam a interiorização pela opinião pública de uma perceção de “saliência” relativamente à qualidade dos representantes “corruptos” da democracia. Por conseguinte, observamos uma crescente desconfiança face à democracia e à capacidade dos políticos representarem o interesse coletivo dos cidadãos.

Ao assumir os padrões ou síndromes de corrupção identificados por Jonhston (2005), pretendemos compreender, numa perspetiva da globalização neoliberal inevitável, como a cobertura jornalística do fenómeno caracteriza atores políticos, judiciais e empresariais, bem como são apresentadas as instituições públicas e privadas. O modelo sublinha que os períodos de “transição” entre modelos são favoráveis ao aumento da corrupção, nomeadamente política. No caso português, a democracia recente e a assunção de um modelo liberal, principalmente desde o início do milénio, parece constituir um caldo para a emergência destes fenómenos. Os indicadores que apresentamos, nomeadamente aqueles que demonstram a proeminência atribuída às figuras políticas ou da magistratura na televisão, contribuem para uma perceção descredibilizada da política e das instituições democráticas. Esta perceção construída a partir da televisão parece advir, não propriamente dos conteúdos informativos veiculados, ou das investigações aprofundadas sobre a temática, mas sim da repetição de *sound-bytes* e de *images-bytes*, vinculando o campo semântico da corrupção ao campo da política e da justiça.

Ainda com base nos *outputs* e na tipologia descrita por Jonhston (2005), parece-nos possível situar a corrupção em Portugal numa fase de transição entre “Cartéis de Elite” e “Influência de Mercados” onde o padrão de democracia se encontra em fase de adaptação a um “mercado” liberal e globalizado. Neste sentido, verificamos na cobertura jornalística elementos de reformulação/desacreditação de atores políticos e instituições públicas, assim como assinalamos o papel restrito da participação cívica, praticamente sem voz na televisão, e o “apagamento” dos atores não políticos, tais como instituições, gestores, advogados, etc.

Os resultados apontam, ainda, para o papel das rotinas jornalísticas e o valor dos critérios notícia na televisão, tais como obter “declarações” (testemunhos) de figuras publicamente reconhecidas, assim como para a relevância dada ao “conflito” entre ato-

res, a partir das “declarações”. Por outro lado, a análise indicia que a percepção tende a estar mais vinculada à *image-byte* e ao *som-byte* do que, propriamente, aos conteúdos da notícia. Neste sentido, a saliência (*priming*) conferida a um determinado político está sempre associada a temas e atributos específicos, e são estes elementos que contribuem para a construção da percepção sobre determinado ator político. A enunciação desses temas e atributos leva à identificação, pelos cidadãos, desse político; a nomeação na televisão desse político carrega, por sua vez, o tema e o conjunto de atributos que lhe estão associados. Na análise da televisão das notícias políticas, ressaltamos a importância da percepção criada a partir de elementos presentes nas imagens, as quais permitem ao espetador, cidadão e eleitor, formar a sua opinião sobre a credibilidade, confiança e responsabilidade das instituições e atores. Outros fatores, tais como os não-verbais (gesto, postura, vestuário, atitudes, etc.) e os recursos técnicos de edição (cortes, *zooms*, seleção de ângulos, som acoplado, etc.) (Grabe, 2009) contribuem para acentuar a percepção “pouco favorável” sobre instituições e figuras públicas.

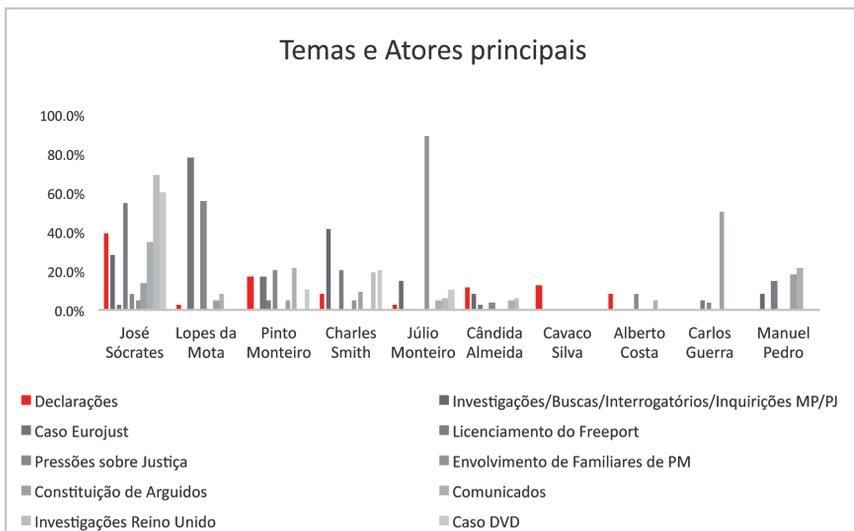
BIBLIOGRAFIA

- Blankenburg, E. (2002). From Political Clientelism to Outright Corruption — The rise of the Scandal Industry. In: Kotkin, S. & A. Sajó, A. (eds.). *Political Corruption in transition: a sceptic's handbook* (pp.149-165). Budapeste: CEU Press, Central European University Press.
- Cunha, I. F. (2012). A cobertura televisiva de Partidos, Candidatos e Temas nas Legislativas. In: Figueiras, R. (org.). *Os Média e as Eleições: Europeias, Legislativas e Autárquicas* (pp. 95-131). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Di Tella, R. e Franceschelli, I. (2011). Government Advertising and Media Coverage of Corruption Scandals. *American Economic Journal: Applied Economics* 3 (October):119–151.
- Economakis, G., Rizopoulos, Y., Sergakis, D. (2010). Patterns of Corruption. *Journal of Economics and Business*. vol. 13 (2): 11-31.
- Grabe, M. E. (2009). *Image bite politics. News and the visual framing of elections*. Oxford: Oxford University Press.
- Johnston, M. (2005). *Syndromes of Corruption: Wealth, Power and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Maia, A.J. (2008). *Corrupção: Realidade e Percepção – o Papel da Imprensa*. Tese de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais.
- Morgado, M. J. e Vegar, J. (2003). *Fraude e corrupção em Portugal: o inimigo sem rosto*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Roca, T. & Alidedeoglu-Buchner, E. (2010). Corruption Perceptions: The Trape of Democratization, a Panel Data Analysis. *Social Science Research Network*. (http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1725434) (acedido 09/2004)
- Sampaio, G. (2013). *Os privilegiados*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Sampaio, G. (2014). *Os facilitadores*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Schudson, M. (2004). Notes on Scandal and the Watergate Legacy. *American Behavioral Scientist* 47: 1231-1238.
- Streeck, W. (2013). *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático: Lições Adorno em Frankfurt, 2012*. Coimbra: Conjuntura Actual Editora.

The Economist (2013). *Democracy index 2012: A report from The Economist Intelligence Unit*. (https://portoncv.gov.cv/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=1034) (acedido 09/2014)
 Vala, J. & Monteiro, M. B. (1996). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.

ANEXO I.

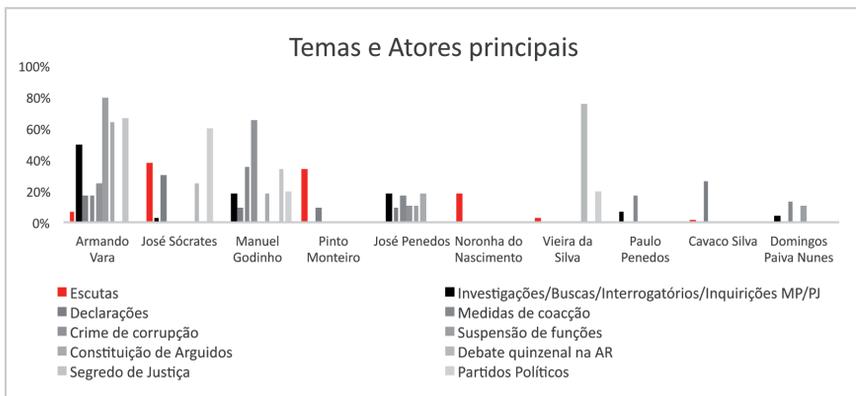
Gráfico 1. Caso *Freeport*. Temas e Atores principais (%)



N:º= 689 (Número total de peças)

Fonte: Dados da empresa Marktest/Mediamonitor

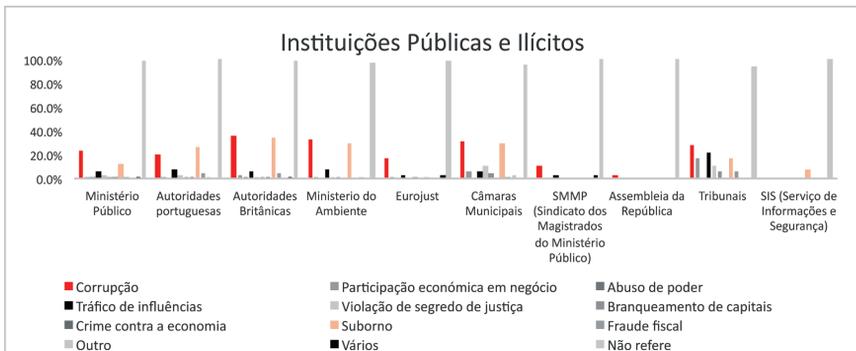
Gráfico 2. Caso *Face Oculta*. Temas e Atores principais (%)



N:º= 342 (Número total de peças)

Fonte: Dados da empresa Marktest/Mediamonitor

Gráfico 3. Caso *Freepart*: Instituições Públicas e Ilícitos (%)



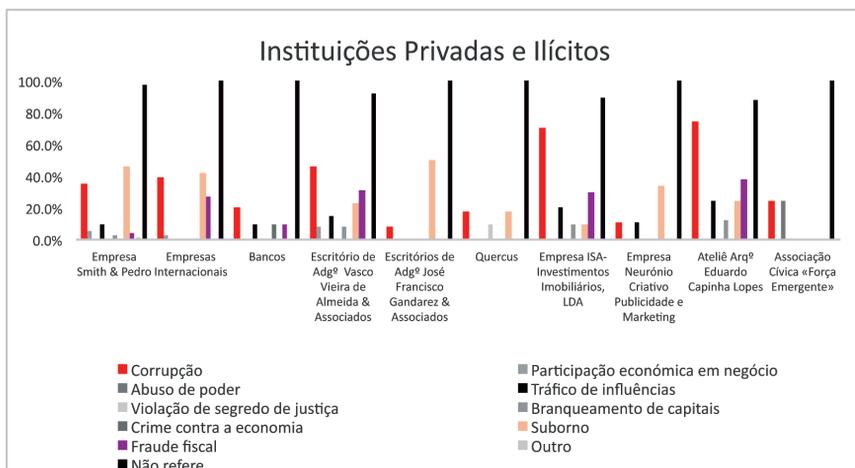
N.º= 342 (Número total de peças)

Gráfico 4. Caso *Face Oculta*: Instituições Públicas e Ilícitos (%)

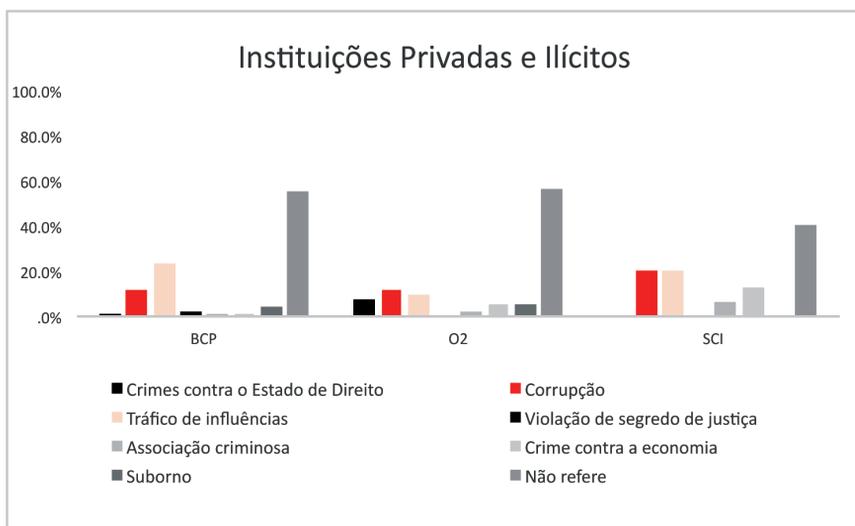


N.º= 342 (Número total de peças)

Gráfico 5. Caso *Freeport*: Instituições Privadas e Ilícitos (%)



N:º= 342 (Número total de peças)



N:º= 342 (Número total de peças)

ANEXO II.

Caso *Freeport*: O "Caso Freeport reporta-se ao ano de 1999, quando uma multinacional irlandesa designada *McKinney*, do ramo da promoção imobiliária, apresenta no Instituto da Conservação da Natureza (ICN) um pedido de informação acerca da possibilidade de reconversão da antiga fábrica de pneus Firestone num complexo lúdico-comercial, a que chamaria de "Designer Village". O local estava dentro da Zona de Protecção Especial (ZPE) da Reserva Natural do Estuário do Tejo e, para se concretizar o empreendimento, era necessário alterar os limites legalmente defi-

nidos dessa ZPE. Em 2000 é contratada a empresa de consultadoria *Smith&Pedro* para acompanhar todas as burocracias com vista à legalização do empreendimento em Portugal. Em fevereiro, o advogado Manuel Pedro, sócio da consultora, foi nomeado assessor principal para aquela Reserva Natural, juntamente com um outro ambientalista e professor universitário. Um estudo de impacto ambiental, contendo as recomendações anteriores, é realizado. A 10 de junho de 2000, inicia-se o processo de avaliação, proposto pela *McKinney* e executado pela *PlaniPlano*. Em outubro do mesmo ano, é emitida uma Declaração de Desconformidade, na qual é expresso que o Estudo não permitia a avaliação dos eventuais impactes do projeto. Como tal, o projeto seria cancelado. A *McKinney* perde o interesse no investimento e vende o terreno à *Freeport Leisure* (2001), uma empresa especializada em *outlets*. O então secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza pede ao ICN que reavalie os limites da ZPE do Estuário do Tejo, pois entende que não se deveria aplicar à área em questão o estatuto de ZPE. A *Freeport Leisure* apresenta um novo Estudo de Impacte Ambiental elaborado pela *Mitchell MCFarlane & Partner*. Surgem movimentações na embaixada inglesa com vista a pressionar a aprovação do projeto junto do então Secretário de Estado do Ambiente, José Sócrates. É neste período que surgem as acusações de que a *Smith&Pedro* terá solicitado 4 milhões de libras para desbloquear o licenciamento do *Freeport*. Este dinheiro seria para os próprios, que foram constituídos arguidos e ilibados, em julho de 2012, ou para o mencionado ministro do PS, eleito primeiro-ministro em 2005. O caso *Freeport* foi despoletado nesse ano através de uma carta anónima, posteriormente identificada como redigida por um militante do CDS, acusando o então ministro do Ambiente de ter recebido “luvas” a troco da autorização para construção de um *outlet* numa zona dita *protegida*, situada no estuário do rio Tejo, financiado pelo consórcio britânico *Freeport*. A polícia investiga as denúncias e surge inúmeras referências às luvas que José Sócrates, ou familiares, terão recebido. A polícia inglesa, através do *Serious Fraud Office*, investiga a empresa *Carlyle*, que se tornou dona do empreendimento em 2007. O *Eurojust*, organização de Justiça que coordena atividades neste âmbito na Europa, é coordenado por um advogado e anterior colega do primeiro-ministro, e recusa-se a dar seguimento ao processo. O coordenador é afastado. Durante o julgamento do processo foram constituídos arguidos sete cidadãos e, posteriormente, todos ilibados. O primeiro-ministro nunca viria a ser constituído arguido nem a ser ouvido como testemunha.

Caso *Face Oculta*: foi noticiado em 2009 no decurso de uma investigação que a Polícia Judiciária de Aveiro desencadeou em vários pontos do país. As diligências visaram apurar alegados crimes económicos (lavagem de dinheiro, corrupção política e evasão fiscal) de um grupo empresarial, cujo responsável teria montado uma rede envolvendo antigos titulares de cargos governativos, funcionários autárquicos e de empresas públicas, e militares, com o objetivo de obter benefícios para os negócios das suas empresas na área da seleção, recolha e tratamento de resíduos. O caso conta com 36 arguidos (34 pessoas e duas empresas), entre eles destacados membros políticos do PS e altos funcionários de empresas públicas. O Ministério Público acusa o dono das empresas de criar uma teia de influências que permitiria obter informação privilegiada e, por conseguinte, vantagens para o seu grupo em-

presarial. Nesta teia encontram-se as maiores empresas públicas portuguesas (REN, REFER, CP e EDP) e, também, grandes empresas privadas. O processo ganhou grande visibilidade mediática quando foi denunciada a existência de escutas telefónicas e mensagens escritas trocadas entre o primeiro-ministro José Sócrates e o principal político constituído arguido (Armando Vara). O caso foi julgado e dois dos arguidos, Armando Vara e José Penedos condenados a penas de prisão que recorreram.

O PROJETO CORRUPTECA – UMA FERRAMENTA ANALÍTICA PARA A ANÁLISE DO FENÔMENO DA CORRUPÇÃO THE CORRUPTECA PROJECT - AN ANALYTICAL TOOL FOR THE ANALYSIS OF ISSUES RELATED TO CORRUPTION

NUNO COIMBRA MESQUITA, JOSÉ ÁLVARO MOISÉS
E **GIOVANNI ELDASI** | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
NUPPS@USP.BR

INTRODUÇÃO

A Corrupteca é uma biblioteca digital especializada no tema da corrupção¹. O seu objetivo principal é subsidiar as pesquisas e análises sobre o fenômeno da corrupção no Brasil e no mundo. A premissa do projeto é que na atual etapa de conhecimento do tema uma das principais prioridades é oferecer aos interessados – pesquisadores, estudantes, jornalistas e público em geral – uma ferramenta adequada para a observação, análise e compreensão do fenômeno. O projeto tem um pressuposto normativo, qual seja, o de que o controle e o combate à corrupção são parte da dimensão republicana da democracia.

A razão disso é que a corrupção política é um dos problemas mais severos e complexos enfrentados por novas e velhas democracias. No fundamental, ela envolve o abuso do poder público para qualquer tipo de benefício privado, inclusive, vantagens para os partidos de governo em detrimento da oposição. Ela fraudava, portanto, o princípio de igualdade política inerente à democracia, pois os seus protagonistas podem obter ou manter poder e benefícios políticos desproporcionais aos que alcançariam através de modos legítimos e legais de competir politicamente. Ao mesmo tempo, ela distorce a dimensão republicana da política moderna porque faz as políticas públicas resultarem, não do debate e da disputa aberta entre projetos diferentes, mas de acordos de bastidores que favorecem interesses espúrios. Os relatos sobre os casos mais recentes investigados no Brasil, o *Mensalão* e o caso da Petrobras, demonstram isso fartamente.

O conhecimento convencional sobre a corrupção mostra que ela envolve o abuso do poder público para qualquer tipo de benefício privado, inclusive, vantagens para os partidos que ocupam o governo, em evidente detrimento da oposição. Até recentemente, a pesquisa acadêmica abordou o papel de fatores gerais responsáveis pelo seu enraizamento no sistema político: o desenvolvimento econômico, o desenho institucional, o perfil psicológico dos atores, o desempenho de governos, etc. Não abordou, contudo, o quanto ela afeta a qualidade da democracia, nem a influência

1 A Corrupteca - Biblioteca Internacional da Corrupção (<http://corrupteca.nupps.usp.br/>) é um projeto do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas – NUPPs, da Universidade de São Paulo realizado em cooperação acadêmica com a Vértice Educacional e o Jornal “O Estado de S. Paulo”, contando ainda com o apoio da FAPESP – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo e do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil.

da cultura política na sua ocorrência. Por essa razão, um dos principais objetivos da Corrupteca é precisamente oferecer as condições para que os analistas possam responder algumas dessas perguntas. A ideia é que os interessados possam avaliar, para além de outros objetivos de conhecimento, a influência da corrupção na relação de confiança dos cidadãos com as instituições da democracia, já que o fenômeno de desconfiança política no Brasil e alhures têm demonstrado que afeta a legitimidade do regime democrático e, nessa medida, a sua qualidade.

Em vista disso, são os seguintes os objetivos práticos da Corrupteca:

- Tornar-se uma biblioteca pioneira, de referência internacional, sobre o tema da corrupção, oferecendo suporte informacional e científico a gestores públicos, imprensa, comunidade científica, juristas e o grande público;
- Disponibilizar a memória estruturada e de fácil acesso dos acontecimentos relativos aos casos de corrupção brasileiros para pesquisadores, a imprensa e a sociedade civil;
- Disponibilizar a compilação da produção científica nacional e internacional especializada e documentos jurídicos de domínio público que sejam marcos de casos de corrupção brasileiros, tendo em vista a comunidade acadêmica, juristas e gestores públicos;
- Ser um acervo colaborativo, aberto, gratuito, reproduzível e de texto completo;

O projeto da Corrupteca se desenvolve no Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo como parte de um projeto mais amplo de pesquisa cujo foco é avaliação da democracia brasileira em seus 25 anos de existência.

ACERVOS E TECNOLOGIA DA CORRUPTECA

A Corrupteca possui quatro grandes acervos digitais de texto completo e acesso livre, cada qual com cerca de 100 mil volumes digitais, formando um montante total de aproximadamente 400 mil volumes digitais:

1. Acervo Científico: formado por artigos, monografias, ensaios, periódicos, teses e dissertações acadêmicas relativas à corrupção;
2. Acervo Jurídico: formado por inquéritos, julgados, súmulas, doutrina e atos normativos do poder judiciário relativos à corrupção;
3. Acervo Legislativo: formado por constituições, leis, relatórios de comissões, pareceres, notas técnicas, discursos parlamentares e obras raras do poder legislativo relativas à corrupção;
4. Acervo de Notícias: formado por edições de jornais e fascículos de revistas que noticiem e abordem casos de corrupção.

Estes acervos são formados e atualizados continuamente através da participação da Corrupteca no consórcio internacional Open Archives Initiative (OAI)². Tal consórcio integra bibliotecas digitais, repositórios institucionais, acervos, periódicos

2 <http://www.openarchives.org/> (acessado 15/12/2014).

e bases de dados de cerca de 5.400 instituições de pesquisa, governos, bibliotecas nacionais, jornais e revistas de 65 países.

A OPEN ARCHIVES INITIATIVE

A OAI surgiu em 2001 como estratégia e tecnologia de interoperabilidade e compartilhamento de informação na internet. Existem duas modalidades de participação na iniciativa³: a primeira como *Data Provider*, quando a instituição disponibiliza seu acervo digital para que outras colem suas informações através dos chamados *metadados*; a segunda modalidade é a *Service Provider*, quando uma instituição atua como concentradora e curadora dos metadados dos milhares de outros acervos, oferecendo em um único lugar o serviço de busca de toda a informação.

A Corrupteca - Biblioteca Internacional da Corrupção é, portanto, um *Service Provider* da Open Archives Initiative que possui uma curadoria temática sobre o fenômeno da Corrupção. Ela coleta e concentra os acervos das 5.400 instituições participantes da OAI e realiza a filtragem e seleção de conteúdos específicos sobre corrupção.

A ONTOLOGIA DA CORRUPÇÃO

Para a realização desta seleção é utilizada a tecnologia de Web Semântica⁴ ou Web 3.0, que aborda a internet como uma Web de significados em superação a uma Web apenas de dados. A Web semântica pretende interpretar a informação da internet através da utilização de representações do conhecimento chamadas ontologias computacionais⁵. No caso da Corrupteca, o Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP, em convênio com a Vêrsila Educacional, construiu uma Ontologia Computacional da Corrupção, através da contribuição multidisciplinar de cientistas políticos, juristas, historiadores, jornalistas e arquivistas. Através da Ontologia da Corrupção é possível interpretar os metadados da Open Archives Initiative e coletar apenas o que é relativo à corrupção nos campos científico, jurídico, legislativo e jornalístico.

INTEGRAÇÃO COM O ACERVO VÉRSILA

A tarefa de coleta de dados de 5.400 instituições de 65 países participantes da OAI pela Corrupteca é realizada pela integração da biblioteca da Corrupção com o Acervo Vêrsila⁶, que é considerado o maior acervo de metadados OAI de toda a América Latina. O Acervo Vêrsila possui servidores de coleta OAI em quatro continentes, nas cidades de São Paulo (Brasil), Cambridge (Costa oeste dos EUA), São Francisco (Costa leste dos EUA), Dublin (Irlanda), Frankfurt (Alemanha), Pequim (China), Tóquio (Japão) e Sydney (Austrália). Cada um destes servidores realiza coletas de dados ao mesmo tempo nos centros de pesquisa geograficamente próximos nos vários continentes.

3 <http://www.openarchives.org/pmh/> (acessado 15/12/2014).

4 <http://www.w3c.br/Padroes/WebSemantica> (acessado 15/12/2014).

5 <http://www.w3.org/standards/semanticweb/ontology> (acessado 15/12/2014).

6 <http://acervo.versila.com/> (acessado 15/12/2014).

A Corrupteca, por sua vez, utiliza a Ontologia Computacional da Corrupção para filtrar e captar dos dados OAI do Acervo Vêrsila todo o conteúdo internacional pertinente ao fenômeno da corrupção.

O ACERVO CIENTÍFICO

Deste modo, a Corrupteca, via o Acervo Vêrsila, concentra os acervos de instituições de excelência em todo o mundo. No acervo científico, a Corrupteca concentra os acervos de universidades brasileiras como, por exemplo, a Universidade de São Paulo, a Universidade de Brasília, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Fundação Getúlio Vargas. Em Portugal, estão integrados, por exemplo, os acervos da Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade do Porto e Universidade do Minho. De outros países, merecem destaque os acervos integrados da Universidade de Harvard, Massachusetts Institute of Technology, Yale University, Stanford University, Oxford University, Cambridge University, Université de Paris, Berlin University, Hamburg University, Universidad Complutense de Madrid, Università di Bologna, Univesità di Roma “La Sapienza”.

Em termos de redes de publicações científicas, estão integradas na Corrupteca a Redalyc: La Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe e o SciELO: The Scientific Electronic Library Online. No campo das Bibliotecas Nacionais, estão integradas a Biblioteca Nacional da Espanha, a Biblioteca Nacional da França e a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América.

A ideia é que esse acervo estimule o desenvolvimento de pesquisas comparativas envolvendo o Brasil e outros países;

O ACERVO JURÍDICO

O acervo jurídico da Corrupteca concentra todo o Consórcio BDJur⁷ – Biblioteca Digital Jurídica, uma rede de acervos jurídicos mantida pelo STJ - Superior Tribunal de Justiça do Brasil, e reúne inquéritos, jurisprudência, julgados, súmulas, doutrina e atos normativos do tribunal superior e de diversos tribunais regionais do Brasil.

O ACERVO LEGISLATIVO

O acervo legislativo da Corrupteca concentra a Biblioteca Digital do Senado Federal Brasileiro⁸ e disponibiliza constituições, leis, relatórios de comissões, pareceres, notas técnicas, discursos parlamentares e obras raras da Câmara de Deputados e do Senado do Brasil.

O ACERVO DE NOTÍCIAS – INTEGRAÇÃO COM O ACERVO “O ESTADO DE S. PAULO”

O acervo de notícias da Corrupteca é formado destacadamente pelo Acervo Digital do jornal “O Estado de S. Paulo”⁹ ou “Estadão”, um dos principais e mais antigos jornais impressos do Brasil, que em parceria exclusiva com a Corrupteca

7 <http://www.consorciobdjur.gov.br/> (acessado 15/12/2014).

8 <http://www2.senado.leg.br/bdsf/> (acessado 15/12/2014).

9 <http://acervo.estadao.com.br/> (acessado 15/12/2014).

disponibiliza a totalidade de seu acervo de notícias desde o ano de sua fundação em 1875, também via a metodologia OAI. Além do acervo “Estadão”, a Corrupteca integra a “Prensa Histórica”¹⁰, uma hemeroteca iniciativa do Ministério da Cultura da Espanha que digitalizou jornais e revistas de 2.446 editores daquele país, compreendendo edições e fascículos desde o ano 1797 até os dias atuais.

AS COLEÇÕES DA CORRUPTECA

De acordo com boas práticas internacionais de arquivística digital, a Corrupteca disponibiliza ao público três coleções especiais:

1. Coleção Casos: que de maneira sistemática compila notícias, peças judiciais, relatórios, vídeos e reportagens dos principais Casos de Corrupção no Brasil. A informação é disposta em infográficos no formato de *Linhas do Tempo*, e os casos recebem os apelidos dados pela imprensa brasileira, tais como “Anões do Orçamento”, “Jorgina de Freitas”, “Nicolau dos Santos Neto”, “Collor/PC Farias”, “Mensalão”, “Trensalão” e “Petrolão”.
2. Coleção Didática: que destaca pequenos artigos didáticos que explicam ao grande público conceitos de corrupção tais como “Lavagem de Dinheiro”, “CPI”, “Apropriação indébita”, “Peculato”, etc.
3. Coleção Nacional: que destaca produções científicas ou editoriais que tratem da temática da Corrupção no Brasil.

PLANO INSTITUCIONAL

A Corrupteca, de entre os seus objetivos, realizou um plano institucional para os próximos anos, de modo a ampliar ainda mais o seu acervo, qualificar a sua tecnologia e o acesso de seu público-alvo.

Em sua infraestrutura, a Corrupteca está desenvolvendo um aplicativo para tablets que permitirá o acesso completo a seus recursos por meio destes dispositivos móveis, contando ainda com a funcionalidade do cadastro e identificação dos usuários de modo a formar cada um portfólio que registre de maneira pessoal os resultados escolhidos das pesquisas no acervo para posterior consulta.

Em seu acervo, na Coleção Casos pretende-se a inserção de novos casos de corrupção brasileiros; a Coleção Didática será cada vez mais ampliada através da colaboração de pesquisadores e especialistas que traduzam o tema da corrupção à população; a Coleção Nacional será ampliada de acordo com novos destaques de trabalhos e publicações nacionais que tratem da temática da Corrupção. Em seu Acervo de Notícias, pretende-se o estabelecimento de novos acordos de cooperação com acervos de imprensa, especialmente do Brasil e de Portugal, de maneira semelhante ao operado com o jornal “O Estado de S. Paulo”.

ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO

A corrupção política fraudava a igualdade de condições necessária para a competição política em regimes democráticos, desequilibrando o processo de tomada de

10 <http://prensahistorica.mcu.es/> (acessado 15/12/2014).

decisões mediante a apropriação privada de fundos públicos. Além de a corrupção política comprometer processos democráticos, ela também afeta a legitimidade do regime, induzindo os cidadãos a descreditarem no princípio do primado da lei, em especial quando aqueles envolvidos em malfeitos não são punidos pelas instâncias judiciárias.

Dessa forma, esse comprometimento da legitimidade é especialmente afetado no caso de grandes escândalos de proporção nacional. Há indícios de que esses escândalos podem fomentar a maior percepção da corrupção como um problema por parte dos cidadãos. Por outro lado, o enfoque em determinados casos por parte da mídia também pode estimular os próprios órgãos de integridade do Estado a funcionarem (Mesquita, Moisés e Rico, 2014). No recente período democrático brasileiro, o país se viu defrontado com vários desses escândalos. A “coleção casos” da Corrupteca apresenta os principais episódios, com uma linha do tempo dos acontecimentos relacionados ao caso e como ele se encontra atualmente, do ponto de vista judicial. Todos receberam grande atenção da mídia.

Jorgina de Freitas (1991): Um dos primeiros escândalos de grande proporção do período democrático brasileiro ficou conhecido como a “Máfia da Previdência”, ou caso “Jorgina de Freitas”, uma de seus principais personagens, que foi identificada como a líder do grupo que fraudou o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A fraude consistia em forjar indenizações milionárias – como ações indenizatórias em nome de pessoas pobres (e até falecidas), que não recebiam o dinheiro uma vez concedida a indenização – nas varas de acidente de trabalho no estado do Rio de Janeiro. O golpe contava com a participação de advogados, contadores e procuradores do INSS. O esquema foi exposto em 1991. Após a descoberta de aposentadorias milionárias em um dos municípios do Rio de Janeiro, uma investigação foi aberta pela justiça estadual, quando foram desvendados outros casos da fraude.

Ainda em 1991 foi aberta uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso, e em abril do mesmo ano a Procuradoria de Justiça do Rio de Janeiro apresentou a denúncia do caso. O processo durou um ano, quando todos os 18 réus foram condenados pelos crimes de peculato e apropriação indevida, além de terem seus bens indisponibilizados pela justiça. A principal personagem do caso, Jorgina de Freitas, ficou foragida da justiça por cinco anos, mas foi finalmente presa, cumprindo pena em regime fechado entre 1998 e 2007, e em regime semi-aberto até 2010. A Justiça de Miami, nos EUA, também condenou Jorgina a devolver aos cofres públicos brasileiros US\$123 milhões desviados da Previdência do Brasil.

Collor (PC Farias) (1992): Em 1989 o Brasil elegeu seu primeiro presidente da República de forma direta após 25 anos de regime autoritário. Fernando Collor de Mello foi eleito por um partido inexpressivo, o PRN, e com um forte discurso anti-corrupção. Seu governo, entretanto, foi ele próprio alvo de diversas denúncias de malfeitos, desde o início de sua gestão. Foi em 1992 que vieram à luz, através de uma reportagem da Revista *Veja*, denúncias de atividades ilícitas suas com seu ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Farias. A denúncia foi feita pelo irmão do então presidente, Pedro Collor.

As dinâmicas de grandes escândalos de corrupção, em geral, se desenvolvem com o desdobramento de um número grande de fatos e denúncias, que começam a vir à tona ao longo do tempo, sendo noticiados pelos meios de comunicação. Com

esse caso não foi diferente. Após a primeira denúncia de que PC Farias era um “testa-de-ferro” do Presidente, várias outras reportagens se seguiram. Autoridades afirmaram terem sido pressionadas pelo ex-tesoureiro do Presidente a fazerem negócios fora da margem da lei, indicando que o personagem fortemente ligado a Collor exercia tráfico de influência no governo.

Mediante uma Comissão Parlamentar Mista de inquérito (CPMI), o Congresso brasileiro abriu um processo investigativo. Para comprovar que PC Farias não pagava as contas do Presidente, criou-se uma versão de que recursos de um empréstimo no Uruguai para a campanha eleitoral eram os responsáveis pelo custeio do Presidente. Quando se verificou que os documentos para a comprovação do empréstimo foram forjados, complicou-se ainda mais a situação de Collor. A CPMI, entre outros ilícitos, comprovou o desvio de US\$6,5 milhões para o pagamento de gastos pessoais do Presidente e para favorecer aliados políticos.

A Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de *impeachment* de Collor, que acabou afastando-o da política por oito anos. Apesar disso, foi absolvido em 1994 pelo Supremo Tribunal Federal por falta de provas. Já seu ex-tesoureiro, PC Farias, foi condenado por falsidade ideológica a sete anos de prisão, mais multa. Depois de cumprir os oito anos de suspensão de seus direitos políticos, Fernando Collor voltou à política e se elegeu senador da República por Alagoas em 2006.

Anões do Orçamento (1993): Apenas após um ano do *impeachment* de Collor, surgiu um outro grande escândalo de corrupção, desta vez na Comissão Mista de Orçamento no Congresso. O caso ficou conhecido como “escândalo dos anões” devido à baixa estatura dos congressistas envolvidos. Mais uma vez a imprensa desencadeou o escândalo. Em entrevista à Revista *Veja*, um ex-assessor da Comissão de Orçamento denunciou o esquema.

No sistema político brasileiro, existe a previsão de emendas feitas ao Orçamento Geral da União. Esta é de responsabilidade do executivo, que a submete ao Congresso. As emendas permitem que parlamentares possam influir na alocação de recursos públicos para seus municípios ou estados de origem. O esquema de corrupção descoberto consistia em fraudar esse mecanismos. Os deputados da Comissão recebiam suborno de prefeitos para liberar obras para as suas cidades e de empreiteiras para o seu favorecimento em obras públicas. Outra fraude ocorria quando se aprovava subvenções dos ministérios para entidades assistencialistas fictícias, controlados pelos próprios parlamentares.

Como usual quando há denúncias de grandes escândalos de corrupção no Brasil, também se abriu uma comissão investigativa no Congresso. O processo resultou na cassação de seis parlamentares e a renúncia de mais quatro.

Nicolau dos Santos Neto (2000): É certo que o jornalismo investigativo tem papel importante ao trazer a luz denúncias de corrupção que podem acionar os mecanismos de controle do estado. Mas também está claro que por vezes a atenção que a mídia dá a determinados casos acontece após o sistema de integridade começar a funcionar. Um desses casos foi o superfaturamento da obra de um prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). A concorrência para as obras ocorreu em 1992. Ainda no mesmo ano, uma comissão do Tribunal de Contas da União apontou várias irregularidades no processo licitatório, tendo, em

1996, detectado superfaturamento de grande parte dos recursos pagos pelo tesouro. Em 1998 o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública contra o Juiz Nicolau do Santos Neto, presidente do TRT, e os empresários das respectivas empresas envolvidas na construção do prédio.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado foi aberta em 1999 para apurar denúncias relacionadas à atuação do poder judiciário. É só então que a mídia passa a noticiar o caso, após sete anos de iniciado o processo pelos mecanismos de controle do Estado. A partir daí, os meios de comunicação dão grande cobertura ao caso, em especial no ano de 2000. Mesmo não tendo sido responsável pelo desencadeamento das investigações pelo poder público, a mídia ajudou a pressionar o sistema por respostas políticas. Ainda em 2000, o empresário Luiz Estevão, proprietário de uma das empresas envolvidas e também senador da República, teve seu mandato cassado, o primeiro senador a ser cassado no período democrático brasileiro. O Juiz Nicolau teve várias condenações e chegou a cumprir prisão temporária, mas só teve a primeira condenação definitiva em 2013. No mesmo ano a União conseguiu recuperar parte do dinheiro desviada pelo juiz na década de 90.

SUDAM (2001): A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) é uma autarquia do governo federal do Brasil. Ela é responsável por promover o desenvolvimento da região amazônica mediante incentivos fiscais e financeiros especiais. Ainda em 1997, o Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso havia identificado irregularidades em contratos realizados entre a Sudam e uma empresa têxtil. Apesar da investigação à época, o caso ainda não havia sido explorado nos meios de comunicação.

Além do jornalismo investigativo, são os adversários políticos outro grande desencadeador de denúncias de corrupção que atingem proporções nacionais. Em 2001, Jader Barbalho (PMDB-PA) é eleito presidente do Senado, substituindo seu desafeto Político, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). ACM, como era conhecido, apresenta um relatório obtido do Banco Central contra Jader, acusando-o de fraude contábil. A acusação inicial era de desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará), durante o período em que Jader foi governador (1983-1987). Com o senador paraense sob alvo de investigação, surgem provas de que ele estaria ligado também às fraudes da Sudam. Com um desgaste de meses pelas acusações de sua atuação no caso Banpará e Sudam, Jader Barbalho renuncia ao cargo de Senador para escapar de um processo de cassação. Apesar de Procuradores da República e Polícia Federal terem concluído que houve um desvio de R\$ 1,3 Bilhão na Sudam, com pelo menos R\$ 700 milhões enviados a paraísos fiscais, até 2014 Jader Barbalho não havia sido condenado judicialmente. Se elegeu deputado em 2002 e 2006 e senador em 2010.

Mensalão (2005): Em 2005 veio à luz um dos maiores escândalos de corrupção do Brasil. Apesar de a acusação principal ser a distribuição de dinheiro do executivo a parlamentares da base governamental em troca de apoio político, o período foi caracterizado por um número grande de outras denúncias e investigações de irregularidades. O início da crise se deu com a divulgação de uma fita de vídeo em que um o ex-diretor da Companhia de Correios foi flagrado relatando um esquema de suborno que teria a participação do presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson. De acordo com as denúncias, o

dinheiro arrecadado iria para o partido de Jefferson. Na gravação, Marinho afirmou também que outras estatais federais possuíam esquemas semelhantes. Diante dessas informações, as lideranças do Partido da Frente Liberal (PFL) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) propuseram a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as denúncias de corrupção, tendo como foco os Correios e outras estatais.

Em geral, o desencadeamento de um escândalo de corrupção se dá com o jornalismo investigativo ou com a denúncia de algum desafeto político. No caso do *Mensalão*, o pivô da crise que se seguiu foi o deputado e presidente do PTB, que após as denúncias em relação ao seu próprio partido, resolveu acusar um outro esquema de corrupção dentro da própria coalizão da qual fazia parte. Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo no início de junho de 2005, o deputado federal Roberto Jefferson afirmou que deputados do Partido Progressista (PP) e do Partido Liberal (PL) recebiam do tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), Delúbio Soares, R\$ 30 mil mensais em troca de votos a favor de projetos de interesse do Executivo. Jefferson cunhou o neologismo *Mensalão*, que ficou conhecido e utilizado sempre pelos meios de comunicação para se referir a esse episódio.

A comissão parlamentar de inquérito que havia sido aberta para apurar as denúncias de irregularidades nos correios, passa, então, a investigar também esse esquema de compra de votos no congresso. Também foi criada a CPMI da compra de votos, com o objetivo específico de averiguar essa denúncia. Outras revelações novas, seguidas de investigações, acabaram expondo irregularidades também no financiamento de campanhas políticas. A partir de então, o jornalismo investigativo, juntamente com o trabalho das comissões de inquérito, passaram a desvendar uma série de irregularidades que vieram a público. Além da compra de votos, foram denunciados esquemas de empréstimos fraudulentos junto a bancos para a arrecadação do dinheiro utilizado no esquema.

Na época do escândalo, surgiram informações sobre a participação de empresas portuguesas. O Banco Espírito Santo afirmou que um dos principais personagens acusados de liderar o núcleo operacional do esquema do *Mensalão* – o publicitário Marcos Valério de Souza – conseguiu agendar um encontro entre o então Ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o presidente da Instituição, Ricardo Espírito Santo. A Portugal Telecom é uma das maiores credoras das empresas da área não financeira do Grupo Espírito Santo, no Brasil. As agências de Publicidade de Marcos Valério prestavam serviços a empresas telefônicas controladas pelo grupo Opportunity e que eram de interesse da Portugal Telecom.

Um episódio que envolvia o Grupo Espírito Santo foi utilizado por diversas vezes durante o Julgamento do processo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para condenar políticos. Roberto Jefferson afirmou em depoimento que José Dirceu o havia incumbido, juntamente com o então tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, a se reunir com o presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa, e obter recursos ilegais da empresa portuguesa para os dois Partidos (PT e PTB).

Já depois do início do julgamento do caso pelo Supremo Tribunal Federal, Marcos Valério também acusou o ex-presidente Lula de ter negociado com Miguel Horta e Costa, o repasse de R\$ 7 milhões para o PT. Além de Miguel Horta e Costa, o publicitário afirmou ter-se reunido com o ministro das Obras Públicas de Portugal

Antônio Mexia. Miguel Horta e Costa e Antônio Mexia chegaram a ser arrolados como testemunhas no processo e chegaram a testemunhar em Lisboa. Entretanto, Marcos Valério recusou a oferta de delação premiada e, por falta de provas, nenhum português foi indiciado.

O escândalo do *Mensalão* produziu resultados políticos logo no início das denúncias. José Dirceu, Roberto Jefferson e Pedro Corrêa (presidente do PP) foram cassados pelo Congresso. Mais quatro parlamentares renunciaram para não correr o risco de terem seus direitos políticos suspensos. Além disso, houve uma crise interna no partido dos trabalhadores. Alguns quadros foram expulsos, enquanto outros acabaram deixando o partido. Em 2006 o Procurador-Geral da República apresentou a denúncia ao STF. Em 2007 a suprema corte brasileira aceita a denúncia contra os 40 acusados, que acaba sendo convertida na ação penal 470. O julgamento só iniciou em 2012. Após mais de quatro meses, o mais longo julgamento da história do STF, foram condenados vinte e cinco dos acusados.

Mensalão mineiro (2005): Uma das características de grandes escândalos de corrupção é a denúncia inicial feita ou por veículos do jornalismo investigativo, por rivais políticos de envolvidos em malfeitos ou até por ex-aliados, que conhecem o esquema por dentro e, por alguma mudança de circunstância, passam a denunciar o próprio esquema de que foram partícipes. Outra característica igualmente notável é que, em geral, após uma denúncia inicial, não é possível prever onde o desenrolar das investigações original vai resultar. Tanto o próprio jornalismo investigativo, quanto o sistema de integridade que passa a ser acionado, podem trazer a luz novas informações, denúncias e personagens envolvidos.

Foi o que aconteceu em 2005, quando a partir de uma denúncia de corrupção nos correios, uma série de investigações e novos desdobramentos acabou na denúncia e condenação de vinte e cinco pessoas por uma série de crimes, não correlatos a denúncia original. Além do próprio crime de compra de votos desvendado, foi descoberto também um esquema semelhante durante a instauração da CPMI dos correios, ainda no ano de 2005. O caso ficou conhecido como *Mensalão "mineiro"* ou "tucano", em referência tanto a sua origem ser no estado de Minas Gerais, quanto atingir o partido da oposição, o PSDB (o pássaro tucano é o símbolo do partido).

A acusação do Ministério Público é que houve um financiamento irregular da campanha para reeleição do governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB) em 1998. O caso veio à tona nas investigações da CPMI, pois o principal operador do *Mensalão* do governo federal, Marcos Valério, foi o mesmo que apareceu como tendo participado do desvio de recursos públicos de estatais mineiras para o uso no "caixa 2" de campanha. Empresas estatais teriam repassado verbas para as agências de publicidade de Valério, que não prestaram os serviços contratados, tendo repassado o dinheiro para gastos de campanha, além de para seu próprio benefício.

O Ministério Público entregou a acusação em 2007. O processo contra vários dos envolvidos chegou a tramitar no Supremo Tribunal Federal. Porém, com a renúncia dos parlamentares envolvidos, que deixaram de ter foro privilegiado, o processo foi remetido para a justiça de primeira instância em 2014.

Caso Petrobrás (2014): As primeiras denúncias de corrupção em uma das principais empresas estatais brasileiras (de economia mista), a Petrobrás, foram denunciadas no jornal O Estado de São Paulo em março de 2014. Essas denúncias iniciais davam conta da compra da refinaria Pasadena, nos EUA, por parte da empresa brasileira. A compra foi denunciada como tendo indícios de irregularidades, já que a Petrobrás pagou em 2006 US\$ 1,18 Bilhões, sendo que no ano anterior a empresa belga Alton havia pago pela mesma refinaria apenas US\$ 42,5 milhões.

Mais denúncias na imprensa a respeito de irregularidades em licitações da estatal se seguiram. Uma delas diz respeito a uma refinaria no Estado de Pernambuco, a Abreu e Lima. Inicialmente a obra deveria ser feita em parceria com a PDVSA (empresa estatal de petróleo da Venezuela). A situação jurídica, entretanto, nunca chegou a ser formalizada e o governo venezuelano não chegou a investir nenhuma quantia na obra, tendo a Petrobrás arcado com seu custo total. O Tribunal de Contas da União (TCU), após auditorias, concluiu que houve superfaturamento em alguns contratos. De um custo inicial previsto de US\$ 2 Bilhões, o gasto efetivo da obra chegou a US\$ 18 Bilhões.

O TCU encontrou irregularidades em outras obras da Petrobrás, onde se observou superfaturamento de alguns contratos, além de contratações por parte da Estatal de maneira simplificada, fora do que é determinado pela Lei de Licitações. Nesta situação, se enquadram a construção do gasoduto Urucu-Manaus e o contrato da manutenção e recuperação do sistema de óleo e gás da região sudeste.

Essas e outras irregularidades na Petrobrás começaram a ser investigadas por uma operação da Polícia Federal brasileira, conhecida por *Operação Lava Jato*. Ela foi deflagrada em março de 2014. O doleiro Alberto Youssef, apontado como um dos operadores do esquema de corrupção, além do ex-diretor de abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, foram presos e, posteriormente assinaram acordos de delação premiada com o Ministério Público em troca de terem suas penas aliviadas. Costa afirmou que havia um esquema de suborno em obras da estatal, sendo que o dinheiro seria desviado para o caixa dos partidos como o PT o PP e o PMDB. Em dezembro de 2014, a Procuradoria da República ofereceu denúncia e a Justiça Federal do Estado do Paraná aceitou. No início de 2015 eram 39 os réus indiciados.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONTRIBUIÇÃO DA *CORRUPTECA* PARA O ESTUDO DA CORRUPÇÃO

A corrupção política é um dos maiores problemas enfrentados pelas democracias. O abuso do poder público fraudava o princípio de igualdade política inerente à democracia, além de distorcer a dimensão republicana da política. A pesquisa acadêmica já abordou o papel de fatores gerais responsáveis pelo enraizamento da corrupção no sistema político. Entretanto, há uma lacuna no estudo da corrupção como fator que afeta a qualidade da democracia, além da cultura política. Assim, a *Corrupteca* é um instrumento que objetiva oferecer as condições para o estudo da corrupção neste contexto, fomentando a pesquisa, ampliando a transparência e difundindo informações sobre o fenômeno da corrupção, pretende fornecer subsídios para a formulação de políticas para seu combate por parte de pesquisadores e gestores públicos, para o aumento da qualidade da informação vinculada pela imprensa e para a ação cidadã da população em geral.

BIBLIOGRAFIA

- Arnold, A.-K. & Lal, S. (2012). Using Media to Fight Corruption, Partnership for Transparency Fund. *Working Paper Series* 1.
- Brunetti, A. & Weder, B. (2003). A free press is bad news for corruption. *Journal of Public Economics* 87: 1801–1824.
- Chang, E. C. C., Golden, M. A. & Hill, S. J. (2010). Legislative Malfeasance and Political Accountability. Cambridge. *World Politics* 62 (2): 177-220.
- Corrupteca - Biblioteca Internacional da Corrupção (<http://corrupteca.nupps.usp.br/>)
- Dahlstrom, T. (2008). The Role of Media in Combating Corruption. Atenas. Paper apresentado no *Patterns of Corruption in the 21st Century*. 6 e 7 de setembro de 2008.
- Ferraz, C. & Finan, F. (2008). Exposing Corrupt Politicians: The Effects of Brazil's Publicly Released Audits on Electoral Outcomes. *The Quarterly Journal of Economics* 123 (2):703-745.
- Machado, M. (2011). Combate à corrupção no Brasil e Argentina, caso TRT. Paper apresentado no *I Encontro de Pesquisa Empírica em Direito*, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). 29 e 30 de setembro de 2011.
- Mesquita, N. C., Moisés, J.A. & Rico, B. (2014). Diferentes Dinâmicas da Corrupção: Mídia, Percepção e Instituições no Contexto Brasileiro. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 283-316). Lisboa: Alêtheia.
- Odugbemi, S. & Norris, P. (2009). Do the news media act as watchdogs, agenda setters and gate keepers? In: Norris, P. (ed.). *Public sentinel: news media & governance reform*. Washington D.C.: World Bank.
- Smulovitz, C. & Peruzzotti, E. (2000). Societal Accountability in Latin America, *Journal of Democracy* 11 (4): 147-158. Project MUSE. Web. 19 Dec. 2012. (<http://muse.jhu.edu/>).
- Stapenhurst, R. (2000). The Media's Role in Curbing Corruption. *WBI working papers*. World Bank Institute

A CORRUPÇÃO EM PORTUGAL – ABORDAGENS DISTINTAS DE UM MESMO OBJECTO

CORRUPTION IN PORTUGAL - DIFFERENT APPROACHES TO THE SAME OBJECT

ANTÓNIO MAIA | CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

ENQUADRAMENTO DA QUESTÃO

A corrupção é, sem sombra de dúvida, um tema que assumiu um lugar central no discurso social das sociedades e, muito por pressão desta exposição, da agenda política dos Governos.

Muito impulsionado pela mediatização de alguns casos, sobretudo daqueles que envolvem nomes de destacadas figuras da vida política e do mundo dos negócios, o discurso e sobretudo a percepção social que os cidadãos portugueses, à semelhança do que sucede um pouco por todo o mundo, têm evidenciado sugere a existência de uma profunda preocupação e apreensão, quer em relação à forma como o problema possa vir a evoluir nos anos mais próximos, quer sobretudo quanto à capacidade de eficácia dos mecanismos da justiça para o controlar, tanto ao nível da repressão como da prevenção.

Todavia, e apesar de toda esta espécie de alarido discursivo e mediático, importa questionar de que se fala efetivamente quando se fala de corrupção? – Do problema propriamente dito, tal qual se desenvolve e ocorre no dia-a-dia da vida das pessoas e das organizações; da percepção que as pessoas possuem e verbalizam; das estratégias políticas para a procura de soluções e das correspondentes medidas legais para controlar o problema; ou simplesmente das estratégias de alguns políticos para afastar a concorrência; dos casos mais conhecidos e da forma como a comunicação social produz o seu discurso a partir deles e sobre eles; da verdade alcançada pelas polícias e pelos Tribunais no âmbito dos processos criminais...

Enfim, a análise desta problemática é muito complexa e por isso não se afigura fácil conseguir uma resposta para aquela questão. Ou, o que será mais provável, possivelmente não existe uma resposta una e completa, mas simplesmente *nuanças*, perspetivas, elementos mais ou menos objetivos mesclados com outros mais ou menos subjetivos, como uma espécie de jogo de sombras edificado a partir de um mesmo objecto, em si mesmo multifacetado.

Eletivamente, pela sua natureza multidimensional – o problema possui dimensões de cariz cultural, social, político, legal, organizacional, económico, financeiro e até comunicacional, para referir apenas as mais evidentes – a análise da questão corrupção é reconhecidamente complexa. Por isso se considera, como referem por exemplo Klitgaard (1988), Heidenheimer et al. (1989), Porta & Meny (1995) ou Ackerman (2002), que o seu conhecimento tende a ficar tanto mais rico quanto mais alargado for o leque de saberes que o abordem e,

correlativamente, as estratégias e medidas para o seu controlo e prevenção apresentam também maior potencial de eficácia se forem alicerçadas em tais conhecimentos.

É precisamente neste enquadramento que nos propomos apresentar, de modo necessariamente breve e muito limitado, um contributo explicativo relativamente à construção do problema da corrupção em Portugal.

A partir de um conjunto de elementos de natureza distinta, mas complementar, como sejam as características de contexto das práticas de corrupção, o conteúdo de notícias que têm sido publicadas sobre o tema e os elementos que elas mais evidenciam, as percepções que os portugueses possuem relativamente ao problema, o quadro legal existente, quer para a definição dos crimes, quer para a definição dos mecanismos legais de recolha e análise de provas, tanto na fase de investigação criminal como na sua reprodução na fase de Julgamento, julgamos ser possível identificar e sobretudo confrontar alguns pontos que traduzem *verdades* distintas sobre este objecto. E são justamente esses pontos que nos propomos abordar no sentido de apresentarmos o nosso modesto contributo para ajudar a perceber algumas das *nuanças* apresentadas pelas diversas *verdades* que tendem a surgir associadas à corrupção em Portugal.

Esta abordagem é apresentada no âmbito dos trabalhos que temos vindo a desenvolver no contexto do projeto *Corrupção Política nos Media: uma perspectiva comparada – Portugal, Brasil e Moçambique*, que está a ser desenvolvido pelo CIMJ / FCSH / UNL (Centro de Investigação Media e Jornalismo / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa) sob coordenação da Professora Isabel Ferin Cunha e com o financiamento da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia).

ELEMENTOS FOCALIZADOS PELO DISCURSO MEDIÁTICO

Os estudos têm vindo a demonstrar, como por exemplo os trabalhos realizados por Galtung & Ruge (1965), McCombs & Shaw (1972), Serrano (1998), Cunha (2012) ou Figueiras (2014), que o discurso mediático apresenta, pela sua natureza pública e pela sua amplitude social, uma capacidade natural para trazer para a luz do dia e focar a sociedade relativamente a determinadas questões, sobretudo quando traduzem problemas de âmbito social que, de outra forma dificilmente adquiriram espaço para reflexão pública, como sejam por exemplo a violência doméstica, a pedofilia, o abuso sexual de menores, e também a corrupção.

Porém, dizem também os mesmos estudos, o discurso social, como qualquer processo comunicacional, não se apresenta verdadeiramente objetivo, no sentido de ser isento, relativamente ao objeto que mostra. O discurso mediático produzido e divulgado acerca de um qualquer assunto traduz sempre, de modo mais ou menos evidente e assumido, uma determinada perspectiva – o ponto de vista do autor da notícia – sobre o objeto a que se refere. Nesta medida, os objetos noticiados tendem a ser lidos e assumidos pela opinião pública, ou seja pelos cidadãos, segundo a forma como são descritos em tais discursos. Neste sentido, como referem Schramm (1954), Herzlich (1972), Tuchman (1978), Shlesinger (1990), Beger & Luckman (1998), Traquina et al.

(2001), a comunicação, particularmente o discurso mediático, apresenta-se como um fator com capacidade para contribuir para a construção de um discurso sobre a realidade, no limite para a construção da própria realidade, designadamente em relação aos objetos do mundo que só dessa forma são acessíveis aos sujeitos.

Relativamente ao problema da corrupção, a questão coloca-se naturalmente da mesma forma. As notícias que têm vindo a público – e importa recordar que a temática de corrupção tem sido particularmente focada em termos mediáticos nos últimos anos –, grande parte delas construídas a partir de casos judiciais, que envolvem sobretudo destacadas figuras da vida social e política do país, traduzem sempre um certo olhar – no limite, o olhar do jornalista autor da notícia, muitas vezes edificado sobre outros olhares, nomeadamente daqueles que foram as suas fontes de informação – sobre os factos que são publicados através dessas notícias. Por esta razão, como é sustentado por autores como Giglioli (1996), Cunha (2014), Serrano (2014), Cunha & Serrano (2014), Lobo (2014) ou Paixão (2014) e como nós próprios também verificámos (Maia: 2008), e questão da corrupção acabou por adquirir um lugar de grande destaque nas agendas públicas e mediáticas dos países do ocidente, muito particularmente em Portugal, que é o caso que aqui mais nos importa. Complementarmente, como foi verificado por Sousa & Triães (2007) e como nós próprios também vimos (Maia: 2008) os portugueses tendem a edificar e verbalizar uma noção do problema que apresenta muitos traços comuns com os que lhes chegam pela comunicação social.

ELEMENTOS EVIDENCIADOS PELA PERCEÇÃO SOCIAL

É pois com alguma naturalidade, se assim se pode dizer, que os estudos de aferição sobre os traços da percepção social que os portugueses evidenciam ter relativamente ao problema da corrupção apresentem muitos elementos que denotam ser construídos justamente a partir do discurso mediático a que se encontram expostos. Os estudos que têm sido realizados relativamente ao levantamento e análise dos principais traços que caracterizam a percepção dos portugueses, designadamente os barómetros da corrupção (Transparency International: 2007; 2009; 2011; 2013) e também os estudos realizados por Sousa & Triães (2007), têm evidenciado que a percepção dos portugueses inclui, entre outros, traços como:

- A corrupção tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos;
- A corrupção é um problema que apresenta uma incidência particular no âmbito da ação dos políticos;
- A Justiça revela-se incapaz de executar a sua função relativamente aos casos de corrupção;

Os mesmos estudos revelam igualmente que os inquiridos assumem confiar no trabalho dos jornalistas e da comunicação social e que edificam a sua percepção sobre o problema precisamente a partir das notícias que lhes chegam através da televisão e da imprensa.

OS CRIMES ASSOCIADOS À NOÇÃO DE CORRUPÇÃO

O quadro legal que define e tipifica as ações que correspondem a uma noção mais alargada de corrupção, designadamente do conjunto de crimes associados ao exercício de funções públicas, que são afinal a base a partir da qual o sistema de justiça penal pode operar no sentido de identificar práticas efectivas que lhes correspondam e que, na sequência de um procedimento de investigação criminal, levem à aplicação de penas pela sua prática, encontra-se definido no Código Penal e também em alguma legislação avulsa.

Os quadros que se seguem identificam os principais crimes neste âmbito, designadamente os crimes praticados contra o Estado por funcionários no exercício de funções públicas, que se encontram definidos no Código Penal, bem como o conjunto de crimes da mesma natureza que se encontram previstos para a ação dos titulares de cargos políticos.

Quadro 1 – Crimes contra o Estado praticados por funcionários no exercício de funções públicas, previstos no Código Penal

O conceito de funcionário (art.º 386º)	
Relação funcionário / utente dos serviços	{ Corrupção passiva para ato ilícito (art.º 372º); Corrupção passiva para ato lícito (art.º 373º); Corrupção ativa (art.º 374º); Tráfico de influência (art.º 335º); Participação económica em negócio (art.º 377º); Violação de segredo por funcionário (art.º 383º);
Relação funcionário / gestão e utilização dos bens públicos	{ Peculato (art.º 375º); Peculato de uso (art.º 376º); Concussão (art.º 379º); Abuso de poder (art.º 382º);

Fonte – Código Penal

De acordo com o quadro anterior, este conjunto de crimes pode ser segmentado em duas áreas. A que é integrada pelos crimes que podem resultar da relação entre o funcionário dos serviços públicos e os utentes desses serviços. Encontramos neste grupo os crimes de corrupção nas suas formas diversas (passiva, ativa, para ato ilícito e ainda para ato lícito) o tráfico de influência, a participação económica em negócio e a violação de segredo por funcionário. A outra área compreende o conjunto de ações que consubstanciam os crimes que derivam da relação inadequada dos funcionários na gestão e utilização dos bens públicos que lhes estão confiados, designadamente quando deles se apropriam ou quando simplesmente os utilizam em função dos seus interesses particulares. Neste grupo de crimes encontramos o peculato, o peculato de uso, a concussão e o abuso de poder. No final deste texto deixamos um quadro anexo com a letra da lei correspondente a todos estes crimes.

Importa destacar ainda que, para efeito de aplicação das leis penais, o Código Penal define claramente quem se encontra em condições de assumir a qualidade de funcionário. Como se mostra no mesmo quadro anexo ao texto, o conceito de funcionário aplica-se, de modo muito sintético, a todo o sujeito que exerça funções em organismos públicos ou que persigam fins dessa natureza.

Quadro 2 – Diplomas relativos aos crimes praticados por titulares de cargos políticos

Diploma	Súmula
Lei n.º 34/87, de 16 de Julho	Define os crimes praticados por titulares de cargos políticos
Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho	Estende a responsabilidade dos crimes políticos aos Representantes da República nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira
Lei 41/2010, de 3 de Setembro	Altera o regime dos crimes praticados por titulares de cargos políticos
Lei 4/2011, de 16 de Fevereiro	Introduz algumas alterações no regime das penas

No Quadro 2 encontramos os principais diplomas legais onde se faz a previsão do quadro de crimes que podem ser praticados por titulares de cargos políticos, acrescentando-se que, no essencial traduzem as mesmas noções que vimos relativamente ao Quadro 1, embora com molduras penais abstratas mais gravosas.

AS VERDADES DO INQUÉRITO E DO JULGAMENTO

Apesar de poder parecer ser a mesma verdade, a realidade é que a verdade apurada durante a fase de Inquérito pode não apresentar concordância com a que, relativamente aos mesmos factos, é produzida posteriormente na fase de Julgamento. A verdade do Inquérito, como verificamos noutro documento (Maia & Borges: 2014), corresponde ao conjunto de elementos que são apurados pela investigação criminal, a qual se destina precisamente à recolha e análise das provas de modo a perceber se ocorreu algum crime e, em caso positivo, quem possam ter sido os seus autores. Esta verdade, nomeadamente se permite a recolha de provas suficientemente indiciadoras da ocorrência do crime e da identificação dos suspeitos da sua autoria, é a base que serve de sustentação para a acusação e submissão a Julgamento desses mesmos suspeitos.

Por outro lado, ao falarmos da verdade do Julgamento, estamos a referir-nos, como vimos também no mesmo documento (Maia & Borges: 2014), ao conjunto de elementos de prova que são reproduzidos no Tribunal, perante os Juízes, durante as sessões de audiência de Julgamento. E é esta prova – esta espécie de última verdade – que é verdadeiramente considerada e avaliada para efeitos de condenação ou absolvição dos suspeitos.

Perante este quadro não podemos deixar de considerar que a verdade alcançada na fase de Inquérito possa não ser exactamente a mesma que se alcança em

Julgamento. Basta referir, por exemplo, como verificamos mais especificamente no documento já referenciado (Maia: 2013), a possibilidade que a lei processual confere ao arguido – o suspeito da prática do crime – de, a todo o tempo, poder remeter-se ao silêncio ou optar por apresentar as suas explicações sobre os factos, o que por si só é um fator que pode reconfigurar toda a verdade relativamente aos restantes elementos apurados em qualquer das fases dos procedimentos criminais. Por outro lado também não é incomum que, dado o diferencial de tempo decorrido entre o momento da prática do crime, o momento da recolha das provas durante o Inquérito e o momento da sua reprodução na audiência de Julgamento, designadamente se se tratam de testemunhos, os relatos e descrições dos atos testemunhados ou realizados tendam a perder precisão e, nessa medida, traduzam ou possam traduzir uma redução da qualidade dos elementos informativos esclarecedores do sucedido e, por esta via, consubstanciem uma alteração da verdade sobre os factos.

Neste capítulo e em bom rigor, julgo que possamos mesmo admitir a existência de três verdades:

- A que corresponde aos factos ocorridos, ou seja ao crime, e que traduz uma espécie de verdade suprema, à qual, importa reconhecer, a investigação criminal nunca chegará, uma vez que corresponde aos próprios factos tal qual ocorreram e no momento em que tiveram lugar;
- A que decorre do trabalho de investigação criminal, ou seja da fase do Inquérito, que deve traduzir uma aproximação tão correspondente quanto possível à anterior;
- A que é reproduzida na audiência de Julgamento e que traduz também uma aproximação relativamente à primeira verdade, mas que, como estamos a procurar explicar, pode traduzir também, por sua vez, uma aproximação face à verdade do Inquérito.

Deste modo temos de admitir, pelo menos em termos hipotéticos, que nos processos criminais por corrupção e pelos outros crimes identificados, as verdades alcançadas na fase de Inquérito – curiosamente a fase em que, quando apresentam maior valor-notícia, os processos por esta tipologia de crimes tendem a ser mais mediatizados, como vimos em estudo anterior (Maia: 2008) – possam alterar-se e até reconfigurar-se posteriormente, na fase de Julgamento.

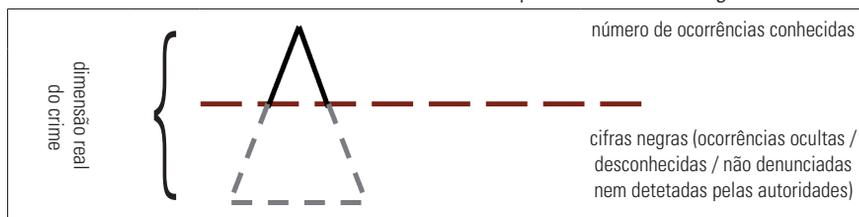
Importa acrescentar que a condução dos processos criminais em todas as fases tem de obedecer ao quadro legal previsto no Código do Processo Penal. Por isso a aplicação de uma pena por um Tribunal em resultado da prática de um crime tem necessariamente obedecer às leis do Código Penal – para efeitos de definição, tipificação e enquadramento do ato ocorrido como um crime – do Código do Processo Penal – para efeitos de condução do procedimento criminal – e também dos princípios constitucionalmente previstos para estas matérias na Constituição da República Portuguesa.

A DIMENSÃO CONHECIDA DO FENÓMENO

Procuramos mostrar agora a verdade sobre a corrupção que se pode associar à expressão que estes crimes apresentam em Portugal.

Primeiramente e como se mostra no quadro seguinte, importa ter a noção que o número de casos que chegam aos Tribunais representa apenas uma parte da verdadeira dimensão do número total de ocorrências desta tipologia de práticas.

Quadro 3 – A dimensão real do crime – a questão das *cifras negras*



Adaptado de Maia (2009: 94) e Maia (2012: 75)

Esta é efetivamente uma tipologia de crime que tende a apresentar uma dimensão elevada de *cifras negras*, como se procura elucidar no quadro anterior, uma vez que grande parte destas práticas, como referem Morgado & Vegar (2003) e como também vimos em estudo realizado anteriormente (Maia: 2004) tende a não ser detetada, nem denunciada, uma vez que ocorre a recato de olhares indesejados e não deixa traços nem rastros da sua ocorrência.

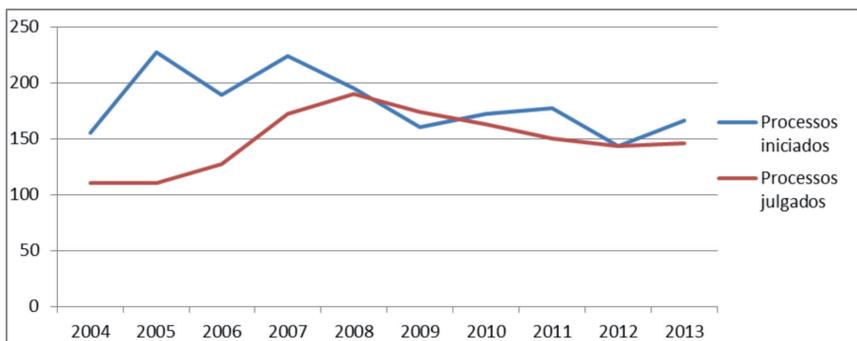
Posta esta indicação, que relativiza a expressão que, apesar de tudo, vai sendo conhecida relativamente a esta criminalidade, vejamos agora, nos próximos quadros, os números conhecidos a nível nacional relativamente a este conjunto de crimes, para a década compreendida entre 2004 e 2013.

Quadro 4 – Estatísticas oficiais dos crimes praticados no exercício de funções públicas

Ano	Processos			Arguidos				
	Iniciados	Julgados	Valor percentual médio de processos acusados	Julgados	Condenados	Valor percentual médio de arguidos condenados		
2004	155	110		138	98			
2005	227	110		169	116			
2006	189	127		260	142			
2007	224	172		251	142			
2008	195	190		358	212			
2009	160	174		343	186			
2010	172	163		332	160			
2011	177	150		288	145			
2012	143	143		247	153			
2013	166	146		293	179			
Valores Médios	181	149		82,1%	268		153	57,2%

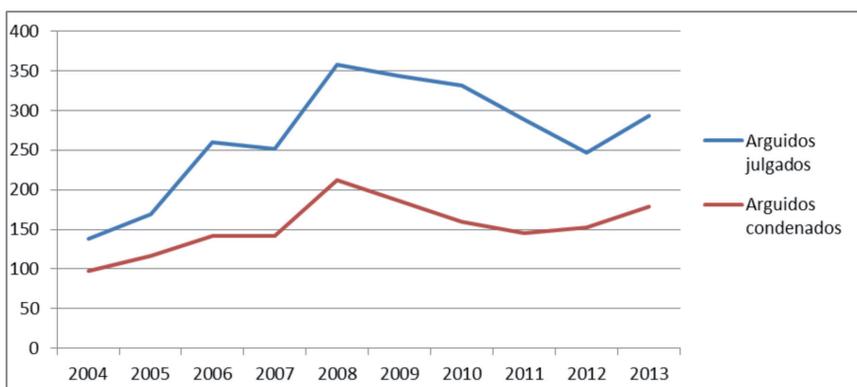
Fonte: Estatísticas oficiais da Justiça - <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/index/>

Gráfico 1 – Evolução do número de processos relativos a crimes contra o Estado praticados no exercício de funções públicas



Adaptado a partir das Estatísticas oficiais da justiça - <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/index/>

Gráfico 2 – Evolução do número de arguidos julgados por suspeita da prática de crime contra o Estado no exercício de funções públicas



Adaptado a partir das Estatísticas oficiais da justiça - <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/index/>

De acordo com os dados constantes do Quadro 4 e dos Gráficos 1 e 2, é possível verificar que no intervalo de tempo considerado foram iniciados, em média, 181 processos criminais em cada ano, por suspeita da prática de crimes no exercício de funções públicas. Grande parte destes processos (82,1%) permitiram a recolha de elementos probatórios suficientemente fortes para sustentar a acusação dos suspeitos da sua prática. Por outro lado, os elementos conhecidos revelam que dos 268 arguidos que em média foram julgados em cada ano por suspeita da prática destes crimes, pouco mais de metade (57,2%) viram o Tribunal confirmar a autoria dos crimes e aplicar as correspondentes sentenças de condenação. Os gráficos evolutivos correspondentes – Gráficos 1 e 2 – permitem verificar a inexistência de grandes oscilações dos diversos números registados ao longo dos 10 anos analisados.

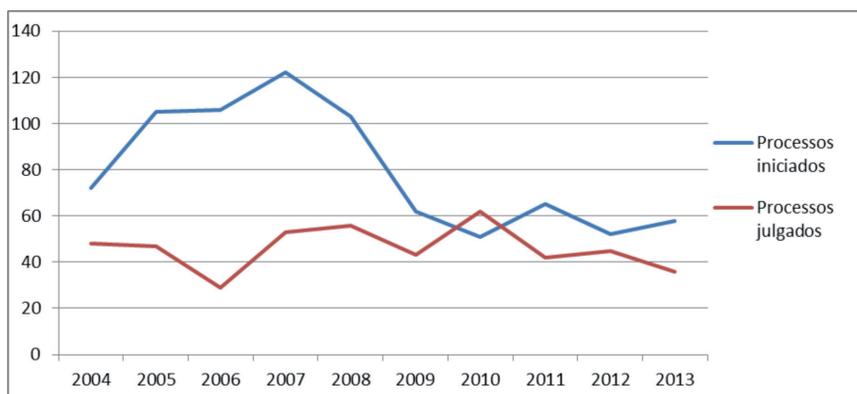
As figuras que se seguem – Quadro 5 e Gráficos 3 e 4 – apresentam dados da mesma natureza dos anteriores, todavia só em relação ao crime de corrupção. Os elementos evolutivos são os que neles se podem ler. Talvez importe destacar que a taxa de processos julgados pelo crime de corrupção é menor (57,7%) do que a que vimos para o universo dos crimes praticados no exercício de funções públicas. No mais, designadamente na taxa de arguidos condenados, pode considerar-se que, em termos evolutivos, os valores apresentam rácios da mesma ordem de grandeza da que se regista para esta família de crimes.

Quadro 5 – Estatísticas oficiais do crime de corrupção

Ano	Processos		Valor percentual médio de processos acusados	Arguidos		Valor percentual médio de arguidos condenados
	Iniciados	Julgados		Julgados	Condenados	
2004	72	48	57,9%	69	49	51,3%
2005	105	47		89	60	
2006	106	29		147	71	
2007	122	53		81	50	
2008	103	56		100	58	
2009	62	43		133	65	
2010	51	62		163	68	
2011	65	42		133	48	
2012	52	45		86	48	
2013	58	36		111	54	
Valores Médios	80	46			111	

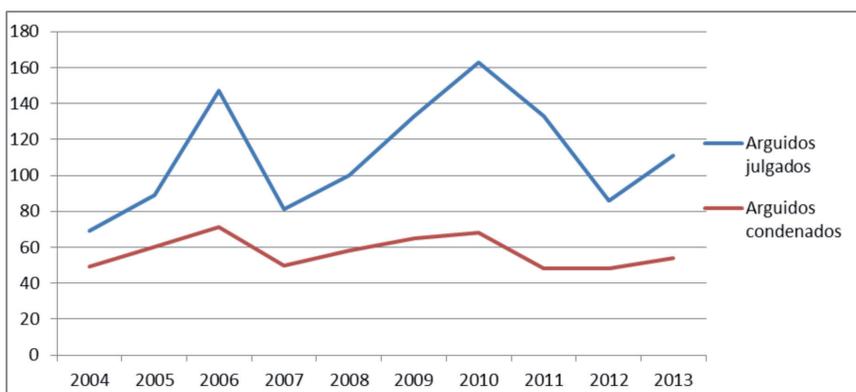
Fonte: Estatísticas oficiais da Justiça - <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/index/>

Gráfico 3 – Evolução do número de processos criminais por corrupção



Adaptado a partir das Estatísticas oficiais da justiça - <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/index/>

Gráfico 4 – Evolução do número de arguidos julgados por suspeita da prática de corrupção



Adaptado a partir das Estatísticas oficiais da justiça - <http://www.dgpi.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/index/>

ONDE ESTÁ A VERDADE?

Perante o conjunto de elementos apresentados, que, como dizíamos no início, consubstanciam *nuances* sobre o mesmo objeto – o problema da corrupção – subsiste a questão de saber exatamente de que se fala quando se fala de corrupção. Fala-se da verdade que é produzida e divulgada diariamente pelos *media*, da que é percebida e verbalizada pelos cidadãos, da que é traduzida pela expressão conhecida que o fenómeno apresenta, da que é demonstrada nos processos judiciais e, dentro destes, nas várias fases do seu percurso.

Onde está afinal a verdade (se faz sentido pensar numa verdade una?) sobre este objeto?

NOTA FINAL DE ENCERRAMENTO

Independentemente da formulação que queiramos considerar, a corrupção corresponde a um conjunto de práticas que, no essencial, traduzem atitudes sociais e culturais tendencialmente egoístas – os interesses particulares são colocados num plano superior e em detrimento dos interesses coletivos – que contrariam as mais elementares regras de cidadania, de sã vivência social e de respeito pelo outro.

BIBLIOGRAFIA

- Ackerman, S. (2002). *Corrupção e Governo*. Prefácio: Lisboa.
- Berger, P. & T. Luckmann (1998). *A Construção Social da Realidade*. Editora Vozes: Petropolis.
- Cunha, I. (2012). *Análise dos Media*. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra.
- Cunha, I. (2014). Visibilidade da Cobertura Jornalística da Corrupção Política e Indicadores de Opinião Pública. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 260-294). Lisboa: Alêtheia.
- Cunha, I. & E. Serrano (coords) (2014). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: Sistemas Políticos, Sistemas Mediáticos, Enquadramentos Legais*. Lisboa: Alêtheia.

- Figueiras, R. (2014) O Sistema dos Media em Portugal no Contexto da Globalização do Século XXI. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 176-195). Lisboa: Alêtheia.
- Galtung, J. & M. Ruge (1965). The Structure of Foreign News: The Presentation of The Congo, Cuba and Cyprus in Four Foreign Newspapers. Oslo: International Peace Research Institute. *Journal of Peace Research* vol(2): 64-90.
- Giglioli, P. (1996). Political Corruption and the Media: The Tangentopoli Affair, Paris: Unesco. *International Social Science Journal* vol (48): 381-394.
- Heidenheimer, A., Johnston, M. & Levine, V. (1989). *Political Corruption: A Handbook*. Transaction: New Brunswick.
- Herzlich, C. (1972). La Représentation Sociale. In: Moscovici, S. *Introduction à la Psychologie Sociale* (pp. 303-325). Paris: Larousse.
- Klapper, J. (1960). *The Effects of Mass Communication*. The Free Press: Glencoe.
- Klitgaard, R. (1988). *Controlling Corruption*. Berkeley: University of California Press.
- Lobo, M. (2014). Análise do Sistema Político Português no Período Democrático: Uma Breve Caracterização. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 9-35). Lisboa: Alêtheia.
- Maia, A. (2004). Os números da corrupção em Portugal. In: *Polícia e Justiça – Branqueamento de Capitais* (pp.83-129). Coimbra: Coimbra Editora.
- Maia, A. (2008). *Corrupção: Realidade e Percepções – o papel da imprensa*. Tese de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Maia, A. (2013). Técnicas de entrevista e interrogatório em investigação criminal. *Revista do Ministério Público* vol. (135) 34: 107-138;
- Maia, A. & H. Borges (2014). Prevenir e Reprimir a Corrupção Política em Portugal – Evolução do Quadro Legal. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 109-179). Lisboa: Alêtheia.
- McCombs, M. & D. Shaw (1972). The Agenda Setting Function of Mass Media. Chicago: University of Chicago Press. *Public Opinion Quarterly* vol.(36) 2: 176-187.
- Morgado, M. & Vegar, J. (2003). *O Inimigo Sem Rosto – Fraude e Corrupção em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Moscovici, S. (1969). *Santé et Maladie, Analyse d'une Représentation Sociale*. Haia: Mouton.
- Paixão, B. (2014). A Objetividade na Cobertura do Escândalo Político e os Novos Propósitos de Uma Subjetividade Objetivante. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 322-346). Lisboa: Alêtheia.
- Porta, D. & Mény, Y. (org.) (1995). *Democracia e Corrupção na Europa*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Schlesinger, P. (1990). Rethinking the Sociology of Journalism: Source Strategies and the Limits of Media-Centrism. In: Ferguson, M. (ed.). *Public Communication: The New Imperatives* (pp.61-83). London: Sage.
- Schramm, W. (1954). *How Communication Works*. Illinois: Illinois Press.
- Serrano, E. (1998). *O Espaço Público e o Papel do Estado na Sociedade Global da Informação*, Biblioteca Online das Ciências da Comunicação (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-espaco-publico-estado.pdf>) (acedido 10/10/2014).

- Serrano, E. (2014). A Corrupção Política Vista Através das Redes Sociais: Metodologias Para o Estudo de Conteúdos Web. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 347-369). Lisboa: Alêtheia.
- Sousa, L. & Triães, J. (2007). *Corrupção e Ética em Democracia: O Caso de Portugal*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Traquina, N., Cabrera, A., Ponte, C. & Santos, R. (orgs.) (2001). *O Jornalismo Português em Análise de Casos*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Transparency International (2013). *Global corruption barometer survey 2013*. (<http://www.transparency.org/gcb2013>) (acedido 10/10/2014).
- Transparency International (2011). *Global corruption barometer survey 2010 / 2011*. (<http://www.transparency.org/gcb201011/>) (acedido 10/10/2014).
- Transparency International (2009). *Global corruption barometer survey 2009*. (http://www.transparency.org/research/gcb/gcb_2009) (acedido 10/10/ 2014).
- Transparency International (2007). *Global corruption barometer survey 2007*. (http://www.transparency.org/research/gcb/gcb_2007/0/) (acedido 10/10/ 2014).
- Tuchman, G. (1978). *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press.

PRINCIPAL LEGISLAÇÃO CONSIDERADA:

Constituição da República Portuguesa;

Código Penal;

Código do Processo Penal.

ANEXO

Tipificação penal dos crimes cometidos contra o Estado por funcionários no exercício de funções públicas

Art.º 386º

Conceito de funcionário

1 — Para efeito da lei penal a expressão funcionário abrange:

a) O funcionário civil;

b) O agente administrativo; e

c) Quem, mesmo provisória ou temporariamente, mediante remuneração ou a título gratuito, voluntária ou a participar no desempenho de uma atividade compreendida na função pública administrativa ou jurisdicional, ou, nas mesmas circunstâncias, desempenhar funções em organismos de utilidade pública ou nelas participar.

2 — Ao funcionário são equiparados os gestores, titulares dos órgãos de fiscalização e trabalhadores de empresas públicas, nacionalizadas, de capitais públicos ou com participação maioritária de capital público e ainda de empresas concessionárias de serviços públicos.

3 — São ainda equiparados ao funcionário, para efeitos do disposto nos artigos 372.º a 374.º:

a) Os magistrados, funcionários, agentes e equiparados da União Europeia, independentemente da nacionalidade e residência;

<p>b) Os funcionários nacionais de outros Estados membros da União Europeia, quando a infração tiver sido cometida, total ou parcialmente, em território português;</p> <p>c) Todos os que exerçam funções idênticas às descritas no n.º 1 no âmbito de qualquer organização internacional de direito público de que Portugal seja membro, quando a infração tiver sido cometida, total ou parcialmente, em território português;</p> <p>d) Todos os que exerçam funções no âmbito de procedimentos de resolução extrajudicial de conflitos.</p> <p>4 — A equiparação a funcionário, para efeito da lei penal, de quem desempenhe funções políticas é regulada por lei especial.</p>
<p style="text-align: center;">Artigo 372.º Corrupção passiva para ato ilícito</p> <p>1 — O funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer ato ou omissão contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.</p> <p>2 — Se o agente, antes da prática do facto, voluntariamente repudiar o oferecimento ou a promessa que aceitara, ou restituir a vantagem, ou, tratando-se de coisa fungível, o seu valor, é dispensado de pena.</p> <p>3 — A pena é especialmente atenuada se o agente auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.</p>
<p style="text-align: center;">Artigo 373.º Corrupção passiva para ato lícito</p> <p>1 — O funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer ato ou omissão não contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.</p> <p>2 — Na mesma pena incorre o funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial de pessoa que perante ele tenha tido, tenha ou venha a ter qualquer pretensão dependente do exercício das suas funções públicas.</p> <p>3 — É correspondentemente aplicável o disposto na alínea b) do artigo 364.º e nos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior.</p>
<p style="text-align: center;">Artigo 374.º Corrupção ativa</p> <p>1 — Quem por si, ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial que ao funcionário não seja devida, com o fim indicado no artigo 372.º, é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos.</p> <p>2 — Se o fim for o indicado no artigo 373.º, o agente é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias.</p> <p>3 — É correspondentemente aplicável o disposto na alínea b) do artigo 364.º.</p>
<p style="text-align: center;">Artigo 335º Tráfico de influência</p> <p>1 — Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública, é punido:</p> <p>a) Com pena de prisão de 6 meses a 5 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal, se o fim for o de obter uma qualquer decisão ilícita favorável;</p> <p>b) Com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal, se o fim for o de obter uma qualquer decisão lícita favorável.</p> <p>2 — Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial às pessoas referidas no número anterior para os fins previstos na alínea a) é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.</p>
<p style="text-align: center;">Artigo 377º Participação económica em negócio</p> <p>1 — O funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar, é punido com pena de prisão até 5 anos.</p>

2 — O funcionário que, por qualquer forma, receber, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial por efeito de ato jurídico-civil relativo a interesses de que tinha, por força das suas funções, no momento do ato, total ou parcialmente, a disposição, administração ou fiscalização, ainda que sem os lesar, é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias.

3 — A pena prevista no número anterior é também aplicável ao funcionário que receber, para si ou para terceiro, por qualquer forma, vantagem patrimonial por efeito de cobrança, arrecadação, liquidação ou pagamento que, por força das suas funções, total ou parcialmente, esteja encarregado de ordenar ou fazer, posto que não se verifique prejuízo para a Fazenda Pública ou para os interesses que lhe estão confiados.

Artigo 383º

Violação de segredo por funcionário

1 - O funcionário que, sem estar devidamente autorizado, revelar segredo de que tenha tomado conhecimento ou que lhe tenha sido confiado no exercício das suas funções, ou cujo conhecimento lhe tenha sido facilitado pelo cargo que exerce, com intenção de obter, para si ou para outra pessoa, benefício, ou com a consciência de causar prejuízo ao interesse público ou a terceiros, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

2 — Se o funcionário praticar o facto previsto no número anterior criando perigo para a vida ou para a integridade física de outrem ou para bens patrimoniais alheios de valor elevado é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

3 - O procedimento criminal depende de participação da entidade que superintender no respetivo serviço ou de queixa do ofendido

Artigo 375.º

Peculato

1 — O funcionário que ilegítimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 — Se os valores ou objetos referidos no número anterior forem de diminuto valor, nos termos da alínea c) do artigo 202.º, o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

3 — Se o funcionário der de empréstimo, empenhar ou, de qualquer forma, onerar valores ou objetos referidos no n.º 1, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Artigo 376º

Peculato de uso

1 — O funcionário que fizer uso ou permitir que outra pessoa faça uso, para fins alheios àqueles a que se destinem, de veículos ou de outras coisas móveis de valor apreciável, públicos ou particulares, que lhe forem entregues, estiverem na sua posse ou lhe forem acessíveis em razão das suas funções, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.

2 — Se o funcionário, sem que especiais razões de interesse público o justifiquem, der a dinheiro público destino para uso público diferente daquele a que está legalmente afetado, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.

Artigo 379.º

Concussão

1 — O funcionário que, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 — Se o facto for praticado por meio de violência ou ameaça com mal importante, o agente é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Artigo 382º

Abuso de poder

O funcionário que, fora dos casos previstos nos artigos anteriores, abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

SERÃO OS BLOGS UMA ALTERNATIVA AOS MEDIA NA DISCUSSÃO DE TEMAS COMO A CORRUPÇÃO POLÍTICA?

ARE BLOGS AN ALTERNATIVE TO THE MEDIA IN DISCUSSING ISSUES SUCH AS POLITICAL CORRUPTION?

ESTRELA SERRANO | CENTRO DE INVESTIGAÇÃO MEDIA & JORNALISMO

VANDA CALADO | ISCTE/IUL

CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

INTRODUÇÃO

Este artigo insere-se no projecto de investigação *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspetiva comparada*¹ que abrange, além dos *media mainstream*, os blogs. O projecto debruça-se sobre a cobertura de um conjunto de casos de corrupção que se estenderam no tempo, envolvendo dirigentes políticos e governantes, tendo obtido grande mediatização nos *media mainstream* e nas redes sociais. Os casos em análise ocorreram em Portugal no período 2005-2012 e são conhecidos como *BPN*, *Face Oculta*, *Freeport* e *Submarinos*.

A análise da cobertura jornalística da corrupção política reveste-se da maior relevância científica e social. O *Relatório da Comissão Europeia sobre a corrupção*² publicado em Fevereiro de 2014, aponta como o maior problema comum à Europa, em matéria de corrupção, a atribuição de contratos públicos e a actuação dos políticos. No que respeita a Portugal³, embora o suborno surja como raro (menos de 1% alegaram terem-se visto nos últimos 12 meses numa situação em que era suposto pagarem suborno), 90% percebem a corrupção como sendo generalizada. No que respeita às empresas, a nível europeu mais de 4 em cada 10 empresas consideram a corrupção sob a forma de clientelismo e nepotismo um problema que dificulta a realização de negócios, sendo que em Portugal 68% das empresas consideram que a corrupção é um problema grave.

Estudos nacionais realizados por Sousa e Triães (2007, 2010) e Maia (2006, 2011) mostram que as percepções dos portugueses se baseiam sobretudo nos *media*. Contudo, dados oficiais citados por Maia (2006) mostram que o número de processos sobre corrupção é diminuto quando comparado quer com os processos que chegam a julgamento quer com a percepção da corrupção obtida através dos *media*. Esses trabalhos não contemplam contudo o estudo da cobertura da corrupção nos *media* ou nas redes sociais, imprescindível à compreensão da dimensão pública do fenómeno.

1 Projecto PTDC/IVC-COM/5244/2012, financiado pela FCT.

2 <http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/policies/organized-crime-and-human-trafficking/corruption/docs/acr_2014_en.pdf>

3 *Folha de Portugal no Relatório anticorrupção da UE*: <http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/organized-crime-and-human-trafficking/corruption/anti-corruption-report/docs/2014_acr_portugal_factsheet_en.pdf>

O papel dos *media* face ao fenómeno da corrupção é reconhecido por todas as instituições internacionais tais como a ONU, a OCDE, bem como as organizações políticas (UE), económicas (Banco Mundial, FMI) e não governamentais (Transparency International). Na perspectiva destas instituições, os *media* podem desempenhar um importante papel na denúncia do fenómeno e, em simultâneo, contribuir para a consciencialização da opinião pública e a defesa dos interesses públicos (Heidenheimer e Johnston: 2002; Sousa & Triães: 2007). Todos os intervenientes nacionais e internacionais que se debruçam sobre esta problemática concordam que nos países ocidentais a percepção do fenómeno é influenciada pelo tipo de cobertura jornalística realizada pelos *media*, nomeadamente pelo que alguns autores designam como indústria mediática do escândalo (Heidenheimer et al.: 1989; Thompson: 2000).

O desenvolvimento tecnológico e os novos *media* trazem novos públicos e novas formas de participação e discussão de fenómenos como a corrupção. A literatura académica sobre os blogs mostra que estes se alimentam sobretudo da actualidade e da sociedade civil, transformando o esquema clássico de informação em redes de indivíduos que comentam e partilham temas do seu interesse. A emergência destas formas de auto-publicação em linha por parte de cidadãos obrigou os *media mainstream* a terem em conta estes movimentos de informação.

A escolha dos weblogs como objecto do estudo baseia-se no facto de serem vistos por alguns autores, em particular os blogs políticos (Pole: 2010), como tendo mudado o ambiente mediático e político e contribuído para o debate público, introduzindo novos temas na agenda política e na agenda dos *media*. Cornfield et al. (2005) apuraram que os blogs embora se mantenham fieis aos temas da agenda dos *media mainstream* resistem a seguir os seus enquadramentos, fazendo *spin-ning* entre as suas próprias audiências com interpretações próprias. Estudos que se debruçaram sobre padrões de relação de blogs políticos identificaram uma tendência para a segmentação partidária (Adamic & Glance: 2005; Hargittai et al.: 2005; Meraz: 2011; Tremayne et al.: 2006), enquanto outros, mais cépticos, prevêm que a polarização de blogs pode prejudicar o envolvimento cívico e limitar a discussão transversal entre grupos ligados em rede. É contudo adquirido que existe ainda pouco suporte empírico e teórico para um conhecimento seguro sobre o assunto. Jin e Liu (2010) estudaram a influência dos blogs em situações de crise, tendo apurado que quanto maior é a credibilidade e competência científica dos seus autores maior é a sua capacidade de fornecerem interpretações e enquadramentos sobre assuntos que depois se repercutem nos *media mainstream*. De acordo com estes autores, a sua influência estende-se não apenas aos seguidores mas também aos não seguidores, estes últimos através dos *media mainstream*.

Em Portugal, o fenómeno dos blogs ganhou expressão no ano de 2003 com o surgimento do blog *Abrupto*⁴ da autoria de Pacheco Pereira, um político do Partido Social Democrata, na altura eurodeputado, o qual atraiu grande atenção dos meios políticos e jornalísticos, não apenas pela notoriedade do autor, mas sobretudo pela acutilância e frontalidade dos seus *posts*. De acordo com Canavilhas (2004), haveria na altura em Portugal cerca de 90 mil blogs activos, entre os quais, para além do *Abrupto*, *Coluna Infame*, *Blog de Esquerda*, *País Relativo*, *Cruzes Canhoto*, *O Meu Pipi*, *Blogue dos Mar-*

4 <www.abrupto.pt>

retas, Gato Fedorento, todos relacionados com política e humor, alguns dos quais duraram apenas algum tempo tendo os seus autores criado blogs comuns. A mobilidade é, aliás, uma das características dos blogs, o que cria dificuldades à sua investigação, nomeadamente na definição de universos e na construção de amostras (Serrano: 2014).

OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Este artigo analisa as relações e interacções entre os *media mainstream* e um conjunto de blogs políticos, no debate público sobre quatro casos de corrupção⁵ que tiveram grande impacto na agenda política e na agenda dos *media*. O artigo explora o “segundo nível” da teoria do agendamento (*attribute agenda setting*, McCombs: 2004) numa amostra de dez blogs políticos portugueses independentes de partidos políticos, seleccionados entre os de maior número de visitas diárias que acompanharam casos de corrupção política de grande impacto ocorridos em Portugal entre 2009 e 2012. Em particular, procura-se evidência empírica sobre a capacidade dos blogs seleccionados para se constituírem como alternativa aos *media mainstream* na interpretação e no enquadramento desses casos. O artigo analisa também as relações entre os blogs da amostra e outros blogs aos quais aqueles se *linkam*, com o objectivo de identificar o respectivo posicionamento na rede, em particular o peso de afinidades políticas, ideológicas ou outras entre blogues. Procura-se resposta às seguintes questões sobre os casos de corrupção em análise:

1. A agenda dos blogs é influenciada pela agenda dos *media mainstream* na abordagem destes casos?
2. Os blogs seguem os enquadramentos e as interpretações conferidas pelos *media* aos casos em estudo?
3. Que relações se estabeleceram entre *media mainstream* e blogs?
4. Que relações se estabeleceram entre blogs na discussão dos casos em análise?
5. Que contributo dão os blogs à discussão e participação públicas na discussão destes casos e do fenómeno da corrupção em geral?

Como objectivo mais geral, pretende-se aprofundar o contributo dos blogs no debate de temas de interesse público como a corrupção política e no enriquecimento da democracia (Dahlberg: 2004: 37). Trata-se de uma perspectiva ainda não explorada em anteriores estudos nacionais sobre blogs e blogosfera.

CONSTRUÇÃO DA AMOSTRA

Tendo em vista obter uma amostra coerente de blogs, (Wall 2005; Herring et al.: 2006), foram usados os contadores Blogómetro do blog *Aventar eu* e o *Wordpress top blogs* (blogs em português) e seleccionados os 100 blogs com maior média de visitas⁶ em cada um destes contadores. De entre os 100 blogs, foram selecciona-

5 Ver anexo

6 Dos blogs da amostra o “5 Dias” ocupa a nona posição no Blogómetro, com uma média diária de de 8926 visitas (consulta em 23/11/212) No Wordpress top blogs o mais visitado de entre os blogs seleccionados é “A Educação do Meu Umbigo” (não indica número de visitas)

dos⁷ os comuns aos dois contadores e excluídos aqueles cujo título e página de entrada revelaram não se enquadrar no objectivo do estudo, tais como os dedicados ao desporto, culinária, moda, eventos ou causas específicas. Apenas 5 blogs são comuns aos dois contadores, uma vez que o Wordpress inclui um grande número de blogs brasileiros. A fim de perfazer 10 blogs, considerados como “amostra de conveniência”, os 5 restantes foram obtidos na lista dos mais visitados do Blogómetro. Os blogs seleccionados para amostra foram os 10 blogs de actualidade política com maior média de visitas (Fig. 1).

Fig. 1. Blogs da amostra

BLOGS POR ORDEM ALFABÉTICA	POSIÇÃO NO BLOGÓMETRO	VISITAS DIÁRIAS (MÉDIA)
31 da Armada	41. ^o	2072
5 Dias	21. ^o	3885
A Educação do meu Umbigo	15. ^o	5556
Arrastão	34. ^o	2843
Aspirina B	52. ^o	1464
Aventar	31. ^o	2964
Blasfémias	18. ^o	4764
Delito de Opinião	35. ^o	2808
Jugular	49. ^o	1593
O Insurgente	32. ^o	2950

Nota: Média diária de visitas no conjunto dos blogs da amostra: 30 899 visitas.

Trata-se de uma “amostra teórica” no sentido que lhe dá Altheide (1996), isto é, inclui apenas um número exemplificativo de blogs para acesso a um determinado fenómeno, que não pretende ser um número “correcto” mas antes um número considerado suficiente para os objectivos definidos. Tal como nos estudos etnográficos, o objectivo principal é compreender um fenómeno, mais do que observá-lo objectivamente.

A escolha do *período temporal* para selecção da amostra de *posts* em cada blog considerado recaiu nos anos de 2009 para três dos casos *BPN*, *Face Oculta* e *Freepoint*, e 2010 para o quarto, *Submarinos*, por serem os anos em que esses casos obtiveram maior cobertura nos *media mainstream*. Como refere Wall (2005), centrando a pesquisa em temas e períodos temporais seleccionados é possível estreitar o leque de *posts* que em determinados momentos focam determinados temas, ao mesmo tempo que se torna possível obter comparabilidade no tratamento dado por diferentes blogs aos mesmos temas.

Foi seleccionada uma “amostra de conveniência” constituída pelos primeiros 10 *posts* do ano de maior visibilidade de cada um dos casos (por ordem de *postagem*) que abordam os casos em análise, num total de 100 *posts*. Este critério permitiu que o período coberto seja sensivelmente o mesmo em todos os blogs, independentemente do número de *postagens* que cada blog dedicou ao caso. O número total de *posts* publicados sobre cada caso entre 2005 e 2012 constitui o *universo* do caso.

7 Selecção realizada em 15/11/2012

Fig. 2. Amostra de *posts* (amostra de conveniência)

Caso de corrupção	N.º de posts por ano de maior visibilidade do caso		
	2009	2010	
<i>BPN</i>	284	-	
<i>Face Oculta</i>	170	-	
<i>Freeport</i>	620	-	
<i>Submarinos</i>		137	
Total posts publicados	1074	137	1211
Amostra de posts	-	-	374 (30%)

Nota: Total de *posts* publicados em 2009 nos 10 blogs da amostra sobre os casos *BPN*, *Face Oculta*, *Freeport*: 1074. Total de *posts* publicados em 2010 nos 10 blogs da amostra sobre o caso *Submarinos*: 137. Universo: 1211; total analisado (*amostra de conveniência*): 374 posts (30,8%).

Foram criadas variáveis e categorias orientadas para dar resposta às perguntas da investigação, trabalhadas numa base de dados com recurso ao programa informático SPSS⁸. As variáveis contemplam: a) identificação do blog; b) identificação do caso de corrupção c) caracterização do *post* (nome do autor, número de caracteres, número de comentários); d) título do *post*; e) número de *links*; f) origem do *link*; g) representação gráfica; h) nome do actor representado graficamente; i) tema dominante do *post*; j) posicionamento do autor/blogger *face ao link* principal; l) tom do *post* relativamente ao caso de corrupção; m) actor principal; n) actores secundários.

As relações entre os blogs da amostra e destes com outros aos quais se ligam através de *links* e com os *media mainstream*, bem como os padrões da interacção entre eles foram trabalhados com recurso ao programa de análise de redes sociais UCINET.

REVISÃO DA LITERATURA

A internet veio contribuir para reforçar a procura de informação e de sociabilidade. Estudos recentes mostram que alguns usos da internet contribuem para o envolvimento cívico (Jennings e Zeitner: 2003; Shah et al.: 2005), aumentam o voluntarismo, reforçam as interacções pessoais e incitam a procura de informação. O dado mais significativo é porém a revolução no campo da informação e a sua abundância, não apenas a que resulta da migração para o *online* das fontes *mainstream*, mas também a que decorre da emergência de um espaço de opinião interligado em “jornais” ou “diários” pessoais - *weblogs* (blogs) – com início em meados dos anos 90 do século passado, ganhando força na viragem do século (Bimber: 2003; Rheingold: 2002).

De acordo com vários autores, os *posts* na web que mais contribuíram para o movimento de comunicação e participação em rede foram os blogs (Sifry: 2008) e de entre os géneros de blogs que comentam a actualidade atraindo crescentemente a atenção dos públicos da web que vêem neles fontes credíveis, salientam-se os blogs políticos que publicam informação e investigação em primeira mão. Johnson e Kaye (2004) referem os blogs como uma fonte de informação mais credível do que qualquer outro *media*, incluindo jornais *online* e *offline*, televisão e rádio, e apontam duas razões que sustentam essa elevada credibilidade: o facto de cobrirem muitas

8 *Statistical Package for Social Sciences*.

vezes assuntos com maior profundidade do que os *media mainstream* e de serem capazes de tratar assuntos complexos de maneira relevante e compreensível para os seus seguidores. Apesar de autores como Kerbel e Bloom (2005: 22) defenderem que a blogosfera é um lugar altamente fragmentado no qual as pessoas se dividem de maneira natural e por vezes agressiva segundo campos ideológicos, e que a influência dos blogs políticos se estende apenas a pequenas audiências que partilham as ideias dos blogs que seguem, a influência dos blogs pode atingir públicos mais alargados nas redes sociais e mesmo repercutir-se nos *media mainstream*.

As definições iniciais de blogs identificam-nos como jornais interactivos *online* que facilitam a troca de informação entre utilizadores ou *bloggers*. Os seus temas são em geral organizados por ordem inversa à ordem cronológica e a informação é actualizada pela pessoa responsável pelo blog ou por outros que nele participam (Weil: 2003). Podem funcionar como diários pessoais, lugares para discussões técnicas, desporto, comentários, vida de celebridades, discussão política, etc.. Os conteúdos e os respectivos comentários referem-se habitualmente a opiniões, experiências, factos e questões (Coleman: 2004). Outra característica distintiva dos blogs, que interessa particularmente a este estudo, é o facto de incorporarem *links* para outros blogs, para páginas web, gravações vídeo e áudio, fotografias, fóruns, etc., interligando-se em interdependência, assumindo um deles, o mais *linkado*, um papel central relativamente aos outros (Coleman: 2004; Thompson: 2003).

A investigação académica sobre os blogs, não sendo ainda muito aprofundada, conta já com estudos importantes. Herring et al. (2006) realizaram uma análise quantitativa de 203 blogs seleccionados aleatoriamente, com enfoque nas características do blog-autor, razões para a criação do blog, frequência de *posts*, uso de recursos. Krishnamurthy (2002) analisou *posts* em blogs sobre o 11 de Setembro. Halavais (2002) discutiu questões metodológicas na análise de texto de 125 blogs seleccionados aleatoriamente. Outros estudos, nomeadamente internacionais, têm ensaiado metodologias para análises de conteúdo de blogs, detendo-se sobre a estrutura, os objectivos ou os temas. Herring et al, (2004; 2005) incorporaram na pesquisa uma perspectiva longitudinal, analisando as características de uma amostra de blogs de língua inglesa e a sua evolução ao longo de um determinado período.

Em Portugal, Serra (2006; 2009) analisou a forma como os blogs estão a transformar os jornais e como se relacionam com os vários sítios e meios de comunicação, tendo concluído que eles não põem em causa, antes asseguram a pluralidade e a polifonia informativa. Segundo o autor, os blogs portugueses surgem como verdadeiras alternativas aos meios de comunicação dominantes. Por seu turno, Silva (2012) analisou o papel dos blogues políticos na promoção da diversidade e do pluralismo, tentando perceber de que forma os blogues políticos portugueses podem cumprir o potencial de revitalização da intervenção cívica e política. A autora examinou as estratégias de hiperligação e analisou os conteúdos e temas debatidos em blogs políticos. Outros autores como Granado (2004), Santos e Zamith (2004) e Canavilhas (2004) debruçaram-se também sobre o fenómeno da blogosfera em Portugal. Serrano (2014) explorou metodologias para análise da cobertura de casos de corrupção numa amostra de blogs.

No presente estudo a análise de blogs tem como ponto de partida as relações que estabelecem com os *media mainstream* através de *links*.

As relações entre jornalismo e *blogging* assumem várias configurações, como sejam, ciber-jornalistas que se entregam a novas práticas; jornalistas que criam blogs a título pessoal, por vezes sob pseudónimo; órgãos de comunicação social que criam os seus blogs como prolongamento da sua actividade jornalística; blogs que se anunciam como alternativos; e *bloggers* que se tornam colunistas e comentadores de órgãos de comunicação social. Estas novas formas de expressão constituem-se como micro-agências de informação que se auto-alimentam. A informação é deste modo co-construída no seio de um novo quadro no qual as informações formais e informais se interpelam e se confundem. Neste novo “sistema” mediático, os *bloggers* não-jornalistas constituem-se como importantes fontes de informação para os jornalistas profissionais, dando-se o caso de grande número de jornalistas, incluindo editores e directores de jornais, rádios e televisões, possuírem as suas listas de blogs “favoritos” especializados em temas como política, economia, educação, ciência, geralmente alimentados por académicos e especialistas em determinadas áreas, alguns dos quais funcionam como recurso para jornalistas profissionais.

Autores como Nashi et al. (2007), analisaram as motivações de jornalistas que se tornam *bloggers* e interrogaram-se sobre as razões pelas quais, apesar de possuírem no seu *media* de origem uma tribuna de expressão, criam blogs, cultivando uma “dupla identidade” com semelhanças tão fortes entre elas como as diferenças. Os autores chamam-lhe “neo-jornalismo” e identificam fronteiras entre jornalismo e *blogging*, como sejam o fechamento de uma redacção jornalística face à erosão de esferas, de géneros, de conteúdos e de competências que caracterizam os blogs. Nashi et al. (2007), vêem na criação de blogs de jornalistas um sinal de insatisfação e frustração causados pelos constrangimentos editoriais impostos ao jornalismo, que não existem num blog onde a liberdade de escolha de temas e de estilos é total. Acresce que ao invés do que acontece no jornalismo, que obedece a um quadro legal e a regras e códigos profissionais, um blog não está vinculado a deveres jornalísticos de independência, contraditório ou transparência. Esta perspectiva torna-se particularmente relevante para o presente estudo, na medida em que os blogs analisados revelam assinalável influência e mesmo mimetismo relativamente aos *media mainstream* na abordagem dos casos de corrupção política.

DISCUSSÃO DOS DADOS

Como atrás se refere, este estudo pretende obter resposta à questão de saber se a agenda dos blogs é influenciada pela agenda dos *media mainstream* na abordagem dos casos de corrupção seleccionados e se os blogs seguem ou não os enquadramentos e as interpretações desses meios. A análise dos *links* e a identificação da sua origem é um aspecto essencial desta abordagem, uma vez que é através deles que se revelam influências e relações entre jornalismo e *blogging*.

Foram analisados os primeiros quatro *links* de cada um dos *posts* da amostra, tendo-se apurado que 65% dos *posts* apresentam *links*, dos quais 57,6% apenas um *link*, 30,9% dois a quatro *links* e 11,5% mais de quatro *links*. 35% dos *posts* não possuem qualquer *link*. Estes dados, conjugados com a coincidência temporal da

visibilidade adquirida pelos casos de corrupção nos *media mainstream* e nos blogs da amostra, sugerem que o agendamento nos blogs foi fortemente influenciado pelas agendas dos *media mainstream*, em particular, da televisão e da imprensa, isto é, os “picos” noticiosos na imprensa e na televisão correspondem nos blogs a um maior número de *posts* (Serrano e Calado: 2014)

Fig. 3. Origem dos links nos *posts* da amostra



Nota: Número total de links identificados nos posts da amostra: 433.
Número total de posts da amostra: 374.

Aprofundando a origem dos *links* nos *posts* da amostra, verifica-se que os *media*, nomeadamente as edições *online* dos jornais nacionais, são a sua principal fonte em 29,3% dos *links*. Destes, 77,5% têm origem nas edições electrónicas da imprensa, 17% nos sites noticiosos da televisão e 5,5% na rádio.

Fig. 4. Links para *media* nacionais

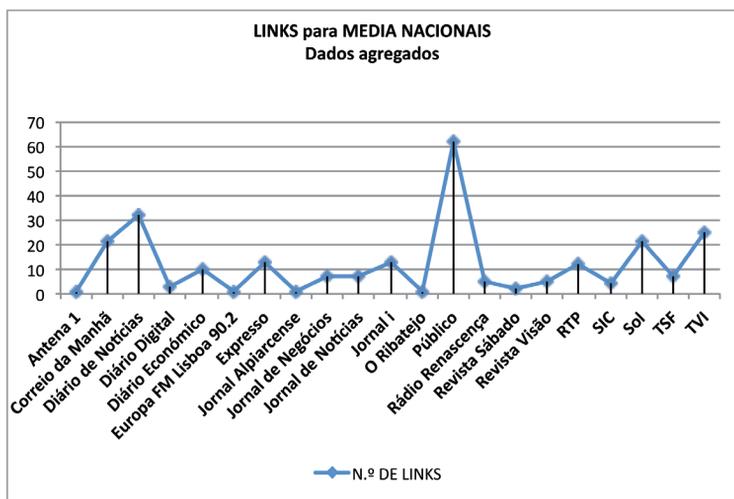
Media Nacionais	N	%
Imprensa	196	77,5%
Rádio	14	5,5%
Televisão	43	17,0%
Total	253	100,0%

Nota: Número total de links para media nacionais identificados nos posts da amostra: 253.
Número total de posts da amostra: 374.

Aprofundando a análise dos *links*, verifica-se que 65% têm origem em apenas 6 órgãos de comunicação social no conjunto dos *posts* analisados, o que revela

preponderância da agenda desses *media* na agenda dos blogs. O jornal *Público* é o *media* mais *linkado* para todos os casos de corrupção, com 17,8% dos *links*, acima dos *links* com origem no *Diário de Notícias* (o segundo jornal mais *linkado* com 11,5% dos *links*) seguidos do *Correio da Manhã* (10,3%), do *Jornal de Notícias* e do semanário *SOL* (cada com 7,1% dos *links*), do *Expresso* (6,7%) e da RTP (5,1%) (Fig.5).

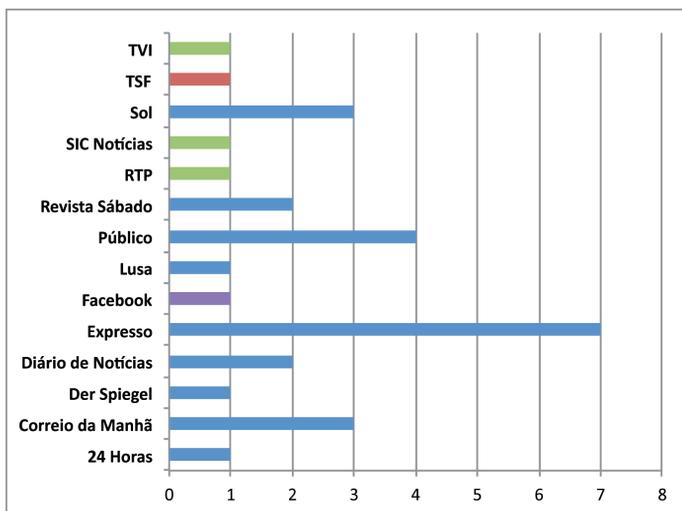
Fig. 5. Links de *media* nacionais nos *posts* da amostra



Nota: Número total de links para media nacionais identificados nos posts da amostra: 253.
Número total de posts da amostra: 374.

Os *media* nacionais são também referenciados em *posts* sobre os casos de corrupção através de *citações* sem existência de *link*. A fig. 6 mostra a origem dessas citações. A nota mais relevante é, neste dado, o facto de os jornais mais citados serem também os mais *linkados*, com ligeiras alterações no posicionamento. Expresso, Público, Sol e Correio da Manhã surgem em primeiro lugar como os mais citados. Em algumas das citações trata-se de artigos publicados nos jornais por colaboradores que os replicam nos blogs em que participam como autores. Este dado confirma a dupla-identidade *blogger*-colunista para além da citada por Nash et al. (2007), de *blogger*-jornalista. É o caso dos blogs *Arrastão* e *Blasfémias* que possuíam entre os seus membros (no período coberto pela amostra), colunistas regulares dos jornais Expresso e Correio da Manhã.

Fig. 6. Citação sem inserção do respectivo link



Nota: Número total de citações sem link identificadas nos posts da amostra: 29.
Número total de posts da amostra: 374.

Para além dos *media mainstream*, os blogs da amostra ligam-se entre si e a outros blogs na discussão dos casos de corrupção analisados. Dos 79 *links* para outros blogs identificados, 26 (32,9%) são para blogs da amostra, enquanto 53 (67,1%) são *links* para blogs exteriores aos 10 da amostra. A ligação a outros blogs para além dos blogs da amostra confirma a capacidade e as potencialidades da blogosfera no alargamento do espaço de envolvimento de outros públicos para além dos seguidores habituais na discussão do tema corrupção e, consequentemente, a possibilidade de influenciar outros públicos com enquadramentos específicos sobre esses casos, identificada nos estudos de Jin e Liu (2010). Porém, a *linkagem* para *sites colaborativos*, como o Youtube e para redes sociais como o Twitter e o Facebook revelou-se residual na discussão dos casos em análise (Fig. 7).

Fig. 7. Links para outros blogs

Links para outros blogs	N.	%
Blogs incluídos na amostra	26	32,9%
Blogs não incluídos na amostra	53	67,1%
Total	79	100%

Nota: Número total de links para outros blogs identificados nos posts da amostra: 79.
Número total de posts da amostra: 374.

Os temas mais frequentes dos *posts* da amostra relativos aos quatro casos de corrupção estão directamente ligados aos *links*, o que significa que os *media* nacionais são a fonte principal dos *posts* da amostra, uma vez que o maior número de *links* tem origem neles.

Temas ligados à justiça, como as escutas telefónicas no caso *Face Oculta*, em que um dos arguidos, Armando Vara, antigo ministro, foi captado a falar com o então primeiro-ministro, o socialista José Sócrates, sobre um alegado plano para controle de órgãos de comunicação social, pressões sobre os magistrados no caso *Freeport*, que levaram à demissão do presidente do Eurojust, Lopes da Mota, e sobre um semanário (Sol), suscitaram grande polémica nos *media*, constituindo-se também como os temas de maior relevância nos *posts* da amostra. Estes dois últimos casos têm em comum o facto de os seus protagonistas possuírem ligações ao Partido Socialista que no período abrangido pela amostra governava o país. Os *actores* principais dos *posts* sobre estes dois casos são precisamente José Sócrates e o Presidente do Eurojust, no caso *Freeport*, e José Sócrates e o seu ex-ministro Armando Vara, no caso *Face Oculta*. Nos casos *BPN* e *Submarinos*, os *actores* principais dos *posts* são dirigentes ou ex-dirigentes e ex-governantes dos partidos situados à direita do espectro parlamentar. No primeiro, *BPN*, um escândalo financeiro que abalou o País, os *actores* mais frequentes dos *posts* são um antigo ministro do Partido Social Democrata (PSD), Dias Loureiro, seguido do antigo primeiro-ministro e líder desse partido, Cavaco Silva, Presidente da República na altura em que o escândalo veio a público. No segundo - *Submarinos* - o líder do partido Centro Democrata e Social/Partido Popular (CDS-PP) e ex-ministro da Defesa, Paulo Portas, é o actor principal dos *posts* sobre esse caso. Como *temas* mais presentes dos *posts* sobre estes dois casos, temos, no primeiro, o chamado *Buraco BPN* designação usada pelos *media mainstream* para referirem o rombo financeiro causado às contas públicas em virtude da nacionalização do banco, e o PSD, partido dos principais arguidos. No caso *Submarinos* os blogs dispersaram-se por críticas ao governo, ao CDS e aos partidos no poder (PS e PSD) no período em que ocorreu a compra dos submarinos que originaram o processo judicial.

Um ponto comum a todos os blogs é a relevância concedida aos *actores* políticos com maior visibilidade nos *media mainstream*, em detrimento de outros que embora possuindo pouca ou nenhuma visibilidade mediática são contudo os principais protagonistas do respectivo processo judicial. É o caso do principal arguido no caso *BPN* - um ex-secretário de Estado de Cavaco Silva, Oliveira e Costa - e de um desconhecido empresário de sucata que esteve na origem do processo judicial *Face Oculta*, Manuel Godinho, ambos praticamente ignorados pelos blogs. Também aqui os blogs seguiram a lógica dos *media*, privilegiando os *actores* mais presentes na sua agenda.

De salientar ainda, no caso, *Freeport*, a relevância do tema *Pressões sobre Jornalistas* na agenda dos blogs no caso *Freeport*, devido a dois Csos que ganharam grande visibilidade nos *media* e nos blogs: uma entrevista do director do semanário Sol na qual acusava o então primeiro-ministro, José Sócrates, como vimos atrás o actor principal deste caso, de exercer pressões junto do então administrador do BCP e ex-ministro de José Sócrates, Armando Vara, para que o banco não concedesse financiamento ao jornal. O outro caso foi a cessação do Jornal Nacional de Sexta, da TVI, um telejornal semanal de grande audiência que semanalmente divulgava informação exclusiva sobre o caso *Freeport* visando José Sócrates. A demissão da apresentadora desse jornal, Manuela Moura Guedes, e do director da estação, seu marido, José Eduardo Moniz, foi atribuída pelos próprios a pressões de José Só-

crates por intermédio de pessoas consigo relacionadas sobre a administração da TVI, vindo a constituiu-se como tema de grande repercussão nos meios políticos e jornalísticos. Ambos os casos levaram à abertura de processos pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), não tendo sido em nenhum dos dois casos identificados o (ou os) autores das alegadas pressões.

A influência dos *media mainstream* nos blogs não se traduz apenas no mimetismo da agenda no que respeita a temas e actores. De entre os *posts* que contêm *links* para *media* nacionais, a maioria limita-se a inserir o *link* sem o comentar (*referencial*), isto é, o conteúdo para o qual o *link* remete é assumido pelo autor do *post* como uma posição sua. Em termos gerais, considerando o conjunto de *posts* e os quatro casos de corrupção, o número de *posts* que manifestam *discordância* face ao conteúdo do *link* é ligeiramente superior aos que mostram *concordância*. Apenas em 45 *links* (12%), o *post* se distancia do conteúdo do *link*, introduzindo novos enquadramentos e interpretações sobre o tema. Este dado revela que nos casos de corrupção em análise, os blogs não se constituíram como um espaço alternativo de discussão do fenómeno da corrupção, limitando-se em grande parte a comentar notícias e opiniões veiculados pelos *media mainstream* aos quais se ligam através de *links*, concordando ou discordando dos seus enquadramentos. (Fig. 8).

Fig.8. Posicionamento do post face ao link principal

	Freeport	Submarinos	BPN	Face Oculta	Vários*	Vários**	Total
Apenas referencial	14	19	9	22	4	12	80
Concordância	15	10	11	6	6	8	56
Discordância	8	17	12	14	5	5	61
Introduz elementos/ argumentos novos	8	1	9	24	1	2	45
Não aplicável	29	29	26	18	11	18	131
Não identificável (o link está vazio ou a citação é omissa)	0	0	0	1	0	0	1
Total	74	76	67	85	27	45	374

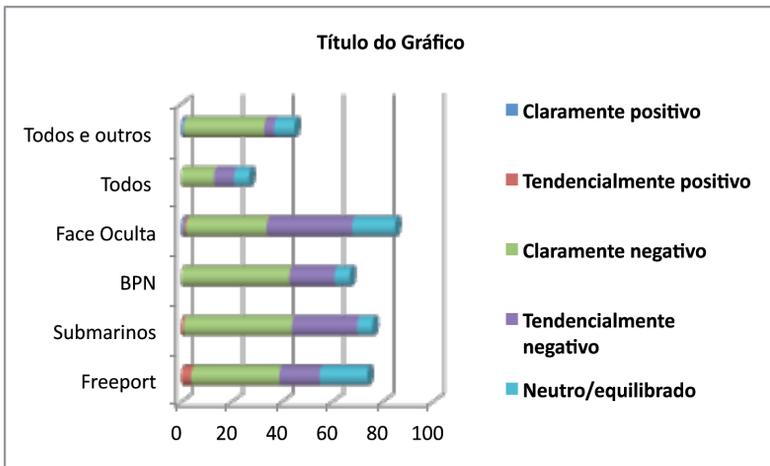
* Apenas os casos de corrupção incluídos na amostra.

** Todos os casos de corrupção (incluídos ou não na amostra).

Nota: Número total de posts da amostra: 374.

Os *posts* da amostra são, em geral, muito críticos relativamente aos quatro casos de corrupção analisados. O número de *posts* de *tom* negativo ou claramente negativo é muito superior ao número de *posts* de *tom* positivo ou claramente positivo. O caso em que a soma dos *posts negativos* e *claramente negativos* é mais elevada é o *Face Oculta*, seguido do caso *Submarinos*. O *Freeport* é o caso que suscita mais *posts* claramente positivos, embora em número residual (Fig. 9).

Fig.9. Tom do post face aos casos de corrupção



* Apenas os casos de corrupção incluídos na amostra.

** Todos os casos de corrupção (incluídos ou não na amostra).

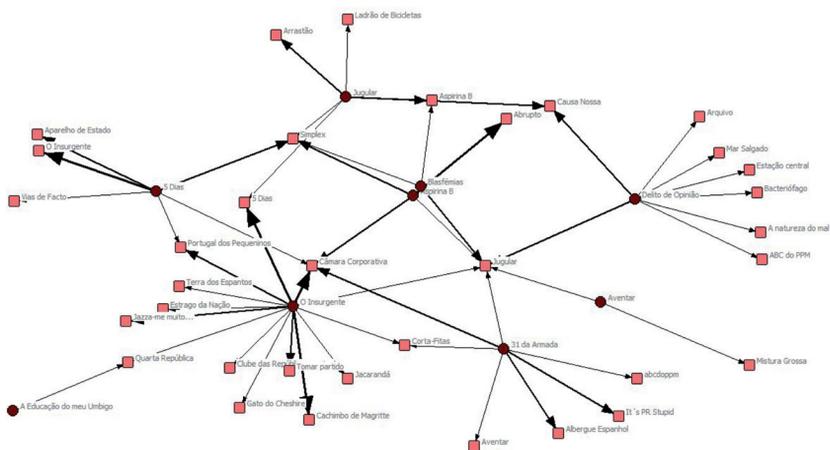
Nota: Número total de posts da amostra: 374.

Para além da análise de conteúdo mediada por computador, dos blogs da amostra, a análise das redes sociais direcciona-se para o estudo das relações sociais entre vários elementos, como pessoas, organizações acontecimentos, etc.. Centra-se não os atributos dos actores mas no campo das relações. As redes, grafos ou sociogramas são a ferramenta mais importante para a representação gráfica das relações entre indivíduos ou grupos. A estrutura da rede analisa-se através de indicadores concebidos de acordo com os objectivos que se pretendem atingir. Neste artigo foram usados indicadores de centralidade com o objectivo de analisar a rede entre blogs e o seu nível de conectividade: blogs com maior número de interações, intermediação de alguns blogs ao nível dos relacionamentos com outros e proximidade entre eles através das suas interações. Uma rede pressupõe a existência de três elementos principais: a) *nós* - correspondentes os actores, que no caso deste estudo são os blogs e os media linkados e cuja soma constitui o tamanho da rede; *vínculos* ou *relações* que são os laços entre actores (blogs e media linkados), representados por linhas; *fluxo* que indica a direcção do vínculo e pode ser unidirecional ou bidirecional, representado por setas (Silva et al., 2013)

O programa de Análise de Redes Sociais UCINET foi a ferramenta utilizada para representar visualmente as relações estabelecidas através de *links* pelos blogs da amostra com os *media* nacionais, e entre os blogs da amostra e outros blogs não incluídos na amostra.

No primeiro caso - relações com os *media* nacionais - trata-se de relações de tipo assimétrico, unidirecional (ou orientado), uma vez que são os blogs da amostra que se *linkam* aos *media*, não existindo, neste caso, reciprocidade. É um tipo de rede *two-mode*, que estabelece ligações entre objetos sociais diferentes (Fig. 10). Nas relações entre os blogs da amostra, e destes com outros blogs, encontra-se

Fig. 11 Relações entre os blogs da amostra e os blogs linkados nos posts



Nota: Número total de links entre blogs :79. Número total de posts analisados: 374.

No grafo da Fig. 11 os blogs da amostra estão representados por esferas escuras, enquanto os blogs linkados nos *posts* são representados por quadrados rosa. Nos casos em que os blogs da amostra recebem *links* surgem também representados por um quadrado. No grafo surgem as duas situações, representadas por setas direccionadas para um determinado nó (blog). Vários blogs estabelecem *links* para outros *posts* do mesmo blog. Identificam-se 45 *links* de um blog para o mesmo blog, 30 do mesmo autor e 15 de outro autor dentro do mesmo blog. Trata-se de situações em que vários autores interagem dentro do mesmo blog. É uma forma de alargamento da influência e de auto-legitimação do blog.

A influência de um blog sobre outros pode verificar-se quer através da intensidade das ligações que esse blog estabelece com outros quer das ligações que recebe de outros. No grafo da figura 11 verifica-se que os blogs da amostra, *O Insurgente*, *Delito de Opinião*, e *31 da Armada* (três blogs ideologicamente situados à direita⁹) são os que mais interagem com outros blogs. O blog *O Insurgente* (direita liberal) e o blog *5 Dias* (esquerda “radical”), ambos incluídos na amostra, interagem entre si de maneira intensa na discussão dos casos de corrupção. De entre os blogs da amostra, o *5 Dias* (esquerda “radical”) e o *Jugular* (esquerda “moderada”) são os que recebem mais *links*. Ao invés, o blog *A Educação do Meu Umbigo* (pró-comunista) mantém interactividade reduzida com outros blogs. Fora da amostra, destacam-se três blogs como os mais *linkados* - *Abrupto* (de um ex-deputado social-democrata), *Câmara Corporativa* e *Simplex* (ambos próximos do Partido Socialista). São três blogs conhecidos pelas suas posições políticas, o primeiro, fortemente crítico do governo socialista de José Sócrates, os dois últimos apoiantes empenhados de Sócrates e do seu governo.

⁹ A orientação ideológica mencionada resulta do perfil dos blogs tal como eles se auto-representam no texto de apresentação do blog.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Os dados relativos aos *posts* publicados nos blogs da amostra sobre os quatro casos de corrupção incluídos no estudo, confirmam as teorias do agendamento (McCombs: 2004) associadas ao conceito de enquadramento de Goffman (1986) Capella e Jamieson (1997) e Entman (2004). Com efeito, existe uma coincidência temporal entre a cobertura jornalística dos quatro casos de corrupção na imprensa e na televisão e a sua cobertura nos blogs da amostra. Os “picos” de audiência atingidos em 2009 pelos casos *BPN*, *Face Oculta* e *Freeport* e, em 2010, pelo caso *Submarinos*, correspondem a um maior número de *posts* sobre esses casos nos blogs da amostra.

O primeiro nível das teorias do agendamento – *issue agenda-setting* – é também confirmado para *temas* e *actores* nos *posts* da amostra, os quais seguem a lógica dos *media mainstream*, orientando-se mais para episódios relacionados com os casos de corrupção do que para a discussão da problemática da corrupção em geral. Apenas no caso *Submarinos*, se identifica uma abordagem que tem o fenómeno da corrupção como tema de reflexão e análise.

Tal como nos *media mainstream*, os políticos em funções são os protagonistas mais frequentes nos *posts* da amostra. Em cada um dos casos, o protagonista principal dos *posts* corresponde ao protagonista com maior visibilidade na imprensa e na televisão: José Sócrates, primeiro-ministro no período coberto pela amostra, no caso *Freeport*; José Sócrates e Armando Vara no *Face Oculta*; Cavaco Silva, Presidente da República, e o seu ex-ministro Dias Loureiro, no *BPN*; Paulo Portas, ex-ministro da Defesa, no *Submarinos*. Os principais arguidos nos processos judiciais, como o empresário de sucata, Manuel Godinho, no caso *Face Oculta*, e Oliveira e Costa, no *BPN*, têm protagonismo e presença residuais nos blogs da amostra.

O facto de apenas 12% dos *posts* se distanciarem do conteúdo dos *media*, introduzindo novos enquadramentos e interpretações sobre a corrupção política, e de grande número de *posts* manifestar concordância com o conteúdo do *link*, não confirma o segundo nível da teoria do agendamento – *attribute agenda setting* – isto é, não se identificam nos *posts* analisados visões e interpretações alternativas às veiculadas pelos *media mainstream*, no que respeita à discussão do fenómeno da corrupção política.

Em suma, nos casos de corrupção em análise, os blogs e os *posts* da amostra revelaram uma forte dependência dos *media mainstream* quanto à relevância concedida a temas e actores políticos com visibilidade nesses *media*, só limitadamente se encontrando enquadramentos e interpretações alternativas. A dependência manifestada pelos blogs face aos *media mainstream* questiona a contribuição daqueles para o pluralismo e a diversidade da informação.

Por outro lado, a investigação levada a cabo confirma a capacidade dos blogs de estenderem a sua influência a outros públicos para além dos seus seguidores. O alargamento do universo dos 10 blogs da amostra a um número muito superior de blogs alheios ao estudo (27) revela as potencialidades desta nova forma de comunicação e interacção com novos públicos e do seu envolvimento na discussão de temas relevantes para a cidadania.

Por outro lado, na linha de Kerbel e Bloom (2005), os links entre blogs de situados ideologicamente à “direita” (*31 da Armada*; *Blasfémias*, *O Insurgente*) e de “esquerda” (*5 Dias*, *Aspirina C*; *Jugular*) sugerem alinhamento ideológico na discussão dos casos de corrupção em análise, com posições de defesa ou ataque dos protagonistas dos partidos ideologicamente mais próximos de cada um dos blogs.

Os três primeiros são muito críticos dos casos Face Oculta e Freeport que visam protagonistas do Partido Socialista, os três últimos mais críticos nos casos BPN e Submarinos que atingem protagonistas dos partidos mais à direita (PSD e CDS).

BIBLIOGRAFIA

- Adamic L. A. & Glance, N. (2005). The political blogosphere and the 2004 U.S. election: divided they blog (<https://dl.acm.org/purchase.cfm?id=1134277&CFID=623780829&FTOKEN=48273901>) (acedido 15 /12/2014).
- Altheide, D. (1996). *Qualitative Media Analysis*. Newbury Park, CA: Sage.
- Bimber, B. (2003). *Information and American Democracy: Technology in the Evolution of Political Power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Canavilhas, J. (2004). Political blogs in Portugal Has the device created new actors? (https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/716/1/canavilhas-joao-political-blogs-in-portugal_2006.pdf) (acedido 26/12/2014).
- Capella, J. N. & Jamieson, K.H. (1997). *Spiral of Cynicism The Press and the Public Good*. Oxford: Oxford University Press.
- Cornfield, M., Carson, J., Kalis, A., & Simon, E. (2005). *Buzz, Blogs and Beyond: The Internet and the National Discourse in the Fall of 2004*. [/www.google.pt/search?q=Cornfield,+M.,+Carson,+J.,+Kalis,+A.,+e+Simon,+E.++\(2005\),+Buzz,+Blogs+and+Beyond:+The+Internet+and+the+National+Discourse+in+the+Fall+of+2004&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=kHH_VJ6FIIGvUe7_gpAG](http://www.google.pt/search?q=Cornfield,+M.,+Carson,+J.,+Kalis,+A.,+e+Simon,+E.++(2005),+Buzz,+Blogs+and+Beyond:+The+Internet+and+the+National+Discourse+in+the+Fall+of+2004&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=kHH_VJ6FIIGvUe7_gpAG) (acedido em 06/02/2015).
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication* 43(1): 51-58.
- Goffman, E. (1974, 1986). *Frame Analysis*. Boston: Northeastern University Press.
- Granado, A. (2004). Algumas notas sobre o panorama da blogosfera portuguesa. Braga: CECA. *Comunicação e Sociedade* 5: 133-136.
- Halavais, A. (2002). Blogs and the "social weather", Paper presented at *Internet Research 3.0*, Maastricht: Netherlands.
- Heidenheimer, A. J. & Johnston, M. (ed.) (2002). *Political Corruption: Concepts & Contexts*, (3ed.). New Jersey: The State University.
- Heidenheimer, A. J., Johnston, M. & Levine, V. (1989). *Political Corruption: A Handbook*. Transaction: New Brunswick
- Herring, S. C., Kouper, I., Paolillo, J., Scheidt, L. A., Tyworth, M., Welsch, P., Wright, E. & Yu, N. (2005). Conversations in the blogosphere: An analysis "from the bottom up", *Proceedings of the Thirty-Eighth Hawai'i International Conference on System Sciences*. Los Alamitos: IEEE.
- Herring, S. C., Scheidt, L. A., Bonus, S., & Wright, E. (2004). Bridging the gap: A genre analysis of weblogs. *Proceedings of the Thirty-Seventh Hawai'i International Conference on System Sciences*. Los Alamitos: IEEE.
- Hargittai, E., Gallo, J. & Zehnder, S. (October, 2005). *Cross-Ideological Discussions among Political Bloggers*. Paper presented at the *Association of Internet Conference 6.0*, Chicago, IL.
- Herring, S. C., Scheidt, L. A., Kouper, I., & Wright, E. (2006). Longitudinal content analysis of weblogs: 2003-2004. In: Tremayne, M. (ed.). *Bloggging, citizenship, and the future of media* (pp.3-20). London: Routledge.

- Jennings, M.K. & Zeitner, V. (2003). Internet Use and Civic Engagement: A Longitudinal Analysis. *Public Opinion Quarterly* 67(3): 311–34.
- Johnson, T.J. & Kaye, B.K. (2004). Wag the Blog: How Reliance on Traditional *Media* and the Internet Influence Credibility Perceptions of Weblogs among Blog Users. *Journalism and Mass Communication Quarterly* 81(3): 622–42.
- Kerbel, M. & Bloom, J.D. (2005). Blog for America and Civic Involvement, *Harvard International Journal of Press/Politics*. vol. (10) 3: 3-27
- Krishnamurthy, S. (2002). The multidimensionality of blog conversations: The virtual enactment of September 11. Paper presented at *Internet Research 3.0*. Maastricht, Netherlands.
- Maia, A. J. (2006). *Representações sociais da corrupção em Portugal— contributo para o seu conhecimento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas (www.bocc).
- Maia, A.J. (2011). O discurso social sobre o problema da corrupção em Portugal, Lisboa: *Observatório Social sobre o Problema da Corrupção em Portugal*. Working Papers, nº 7.
- McCombs, M. (2004). *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*. Cambridge: Policy Press.
- McCombs, M. & Reynolds, A. (2002). News Influence on our pictures of the worlds. In: *Media Effects: advanced in Theory and Research*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.
- McCombs, M. e Shaw, D. (1972). The *Agenda-setting* Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly* 36 (2): 176-197.
- Meraz, S. (2011). The fight for ‘how to think’: Traditional media, social networks, and issue interpretation”. *Journalism* 12 (1): 107–127.
- Nashi, E, Damas, S., Klein, A. & Faes, S. (2007). La Liberté d’Informer Retrouvée. Les mediablogs: fers de lance du néojournalism? In: Klein, A. (coord.). *Objectif Blog.s Explorations dynamiques de la blogosphere* (pp.69-87). Paris: L’Harmattan.
- Pole, A. (2010). *Blogging the Political*. London: Routledge.
- Rheingold, H. (2002). *Smart Mobs: The Next Social Revolution*. New York: Basic Books.
- Santos, L.A. & Zamith, F. (2004). Weblogues e jornalismo: um exemplo de aproximação na universidade portuguesa. Braga: CECS. *Comunicação e Sociedade* 5:138-149.
- Serra, P. (2009). Internet e mediamorfose: o impacto dos blogs nos jornais. (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-serra-impacto.pdf>) (acedido 02/11/2014).
- Serra, P. (2006). A relação entre os blogs e os outros *media*: o caso da blogosfera portuguesa (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-blogs-outros-media.pdf>) (acedido 02/11/2014).
- Serrano, E. (2014). A corrupção política vista através das redes sociais. Metodologias para o estudo de conteúdos web. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 493-523). Lisboa: Alêtheia.
- Serrano, E. & Calado, V. (2014). Média, corrupção política e blogs: interações. In Actas do II Confibercom: os desafios da Investigação. 2014:1191-1217 (http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1968/1891) (acedido 02/02/2015).
- Shah, D.V., Cho, J., W.P. Eveland Jr, W.P. & Kwak, N. (2005). Information and Expression in a Digital Age. Modeling Internet Effects on Civic Participation. *Communication Research* 32 (5): 531-65.
- Silva, C.; Fialho, J. & Saragoça, J. (2013). *Iniciação à Análise de Redes Sociais*. Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-180-0.

- Silva, E. C. e (2012). *Pluralismo e diversidade nos media em Portugal – A blogosfera política em rede*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Especialidade de Economia Política da Comunicação.
- Sousa, L. de & Triães, J. (2007). *Corrupção e ética em democracia: o caso de Portugal*. Lisboa: ObercomBrief.
- Sousa, L. & Triães, J. (2010). *A corrupção e os portugueses: atitudes, práticas e valores*. Oeiras: Rui Costa Pinto Ed.
- Thompson, John B. (2000). *Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age*. Londres: Blackwell.
- Wall, M. (2005). Blogs of war: Weblogs as news. *Journalism* 6: 153-172.
- Weil, D. (2003). Top 20 Definitions of Blogging, (<http://www.wordbiz.com/archive/20blogdefs.shtml>) (acedido 11/2012).

ANEXO I.

BPN - O “caso *BPN*” (Banco Português de Negócios) teve o seu início em 1998 quando o antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, membro do Partido Social Democrata (PSD), Oliveira e Costa, que ocupou o cargo num dos governos liderados por Cavaco Silva, na altura presidente do PSD, assume a liderança do *BPN* transformando-o num banco comercial. Nesse ano, é criada a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), 'holding' destinada a agregar os investimentos não financeiros do grupo. Em Fevereiro de 2008, Oliveira e Costa abandona a presidência do grupo SLN/*BPN*, invocando problemas de saúde, sendo substituído por Miguel Cadilhe, antigo ministro das Finanças de Cavaco Silva e ex-administrador do BCP (Banco Comercial Português). Em Outubro desse ano, o *BPN* recorre a financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos para enfrentar as dificuldades de liquidez causadas pela crise financeira internacional. Em Novembro seguinte, o *BPN* é nacionalizado devido à descoberta de um 'buraco' de 700 milhões de euros. Oliveira e Costa é constituído arguido e detido por suspeitas de burla, branqueamento de capitais e fraude fiscal e fica em prisão preventiva. As investigações revelam ligações ao *BPN* de antigos membros dos governos de Cavaco Silva e altas figuras do PSD, incluindo um conselheiro de Estado, Dias Loureiro, que acaba por se demitir.

Face Oculta - O “caso *Face Oculta*” foi despoletado em 2009 com uma operação de buscas da Polícia Judiciária em vários pontos do país, relacionada com «crimes económicos de um grupo empresarial de Ovar, de tratamento e limpezas ambientais». As investigações identificaram ligações a dirigentes de grandes empresas públicas e a um ex-ministro socialista. A Polícia Judiciária de Aveiro, que investigava o caso, registou telefonemas entre este e o então primeiro-ministro socialista, José Sócrates, que considerou relevantes, as quais versavam a venda do canal de televisão TVI e questões financeiras do grupo de comunicação social Global Notícias. O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça não validou contudo a gravação e transcrição dessas escutas, declarando a nulidade do despacho do juiz de Instrução de Aveiro sobre a extracção de cópias dessas gravações e ordenando a destruição de todos os suportes. A discussão em torno dessas escutas e da sua anulação, constituiu-se mo o principal tema noticioso sobre o *Face Oculta* no ano de 2009.

Freeport - O processo *Freeport* teve na sua origem suspeitas de corrupção e tráfico de influências na alteração à Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo

e licenciamento do espaço comercial denominado *Freeport*, em Alcochete, quando era ministro do Ambiente José Sócrates. O caso foi despoletado em 2005 através de uma carta anónima acusando o então ministro do Ambiente de ter recebido 'luvas' a troco da autorização para construção desse espaço comercial financiado pelo consórcio britânico *Freeport*. O então ministro do Ambiente era em 2005 líder do Partido Socialista e candidato às eleições legislativas desse ano, as quais o seu partido viria a ganhar assumindo ele o cargo de primeiro-ministro durante seis anos. O processo "*Freeport*" durou sete anos, vindo a ser arquivado em Outubro de 2012 por falta de provas contra o então ministro do Ambiente. No ano abrangido pela análise – 2009 - as notícias incidiram sobre buscas domiciliárias, audições e constituição como arguidos de funcionários e empresários ligados ao projecto do centro comercial *Freeport*. O acontecimento que obteve maior visibilidade nesse ano foi uma alegada tentativa de pressão junto dos procuradores do processo *Freeport*, por parte do então presidente do Eurojust, Lopes da Mota, que envolveu o então ministro da Justiça e o Procurador-Geral de República, Pinto Monteiro. Lopes da Mota acabaria por pedir a demissão. Também uma entrevista do director do semanário *Sol* acusando pessoa "próxima" do então primeiro-ministro de pressionar o jornal para que cessasse a publicação de notícias sobre o *Freeport* obteve grande visibilidade.

Submarinos - O "caso *Submarinos*" remonta a 2003, ano em que o contrato para a construção de dois *Submarinos* foi adjudicado pelo então ministro da Defesa, Paulo Portas, líder do partido Centro Democrático Social (CDS) a um consórcio alemão (GSM). Um dos concorrentes alegou que o vencedor foi beneficiado, o que levantou suspeitas quanto ao concurso. Foi, porém, durante investigações de um outro caso - o caso Portucale - que se encontraram ligações de uma empresa do então maior grupo financeiro português (Grupo Espírito Santo) - a ESCOM - ao consórcio vencedor do concurso dos dois *Submarinos*. Esta empresa teria recebido 30 milhões de euros do consórcio alemão, pagamento para o qual não haveria contrapartida relevante. As suspeitas de corrupção surgem por nessa altura ter entrado numa conta bancária do CDS um milhão de euros em notas depositadas durante vários dias, em alguns casos com nomes fictícios, facto que as autoridades judiciais relacionaram com escutas realizadas no âmbito das investigações do caso Portucale, entre Paulo Portas e o responsável pelas finanças do CDS, Abel Pinheiro. No período abrangido pela análise, o ano de 2010, as autoridades alemãs detêm um administrador do grupo Man Ferrostaal (que pertence ao consórcio GSC), num caso de corrupção relacionado com a construção de *Submarinos* para as marinhas portuguesa e grega e o cônsul honorário de Portugal na Alemanha, que terá recebido um suborno desse grupo para influenciar a compra de dois *Submarinos* pelo Estado português. Dois ex-gestores da Ferrostaal admitem ter distribuído subornos, em Portugal e na Grécia, para obterem as encomendas. Os ex-executivos da Ferrostaal são condenados a dois anos de prisão com pena suspensa e a pesadas multas. Em Portugal, foram a julgamento quatro arguidos que contudo vieram a ser absolvidos sendo o caso arquivado. O então ministro da Defesa, Paulo Portas, foi apenas ouvido como testemunha no processo. No ano abrangido pela análise, 2010, as notícias dão destaque ao desaparecimento de documentos relativos às contrapartidas do negócio dos *Submarinos*. Por outro lado, as implicações dos custos dos *Submarinos* no défice nacional constitui-se como tema relevante e motivo de troca de acusações entre governo e oposição.

ANATOMIA DO COMENTÁRIO:
CORRUPÇÃO, NOTICIÁRIOS E DESTINATÁRIOS¹⁰
COMMENT'S ANATOMY:
CORRUPTION, NEWSCASTS AND AUDIENCE

RITA FIGUEIRAS | FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
RITAFIGUEIRAS@FCH.LISBOA.UCPPT

Na sociedade ocidental o crime de corrupção é consensualmente visto como uma das ameaças mais perigosas para os regimes democráticos. O abuso do poder (delegado) para ganhos privados, que caracteriza este tipo de crime (*International Transparency*, 2010: xxvi), cria distorção nos mercados e iniquidade nas sociedades. Os negócios corruptos causam, assim, múltiplos danos económicos e minam os princípios que estão no âmago dos valores democráticos (Heidenheimer & Johnston: 2002; Thompson: 2000; Granovetter: 2004).

Este é um crime complexo que tende a articular diferentes campos de poder, como a política (mau uso ou abuso de poder), a economia (infração de leis que regulam a aquisição e gestão de recursos económicos), a justiça (a moldura legal) e os *media* (revelação de informações) (Blankenburg: 2002). No entanto, a intensificação dos processos de globalização e a crescente transição dos poderes de decisão de âmbito nacional para instituições supranacionais têm produzido novos níveis de complexidade na configuração geopolítica da corrupção. Este crime deixou, assim, de estar exclusivamente relacionado com a gestão local ou nacional de interesses para se tornar dependente de redes internacionais de clientelismo político. Numa outra perspetiva, a complexidade da corrupção deriva do seu carácter invisível e silencioso (Tumber & Waisbord: 2004). Apenas quem conhece bem as práticas e rotinas de uma determinada instituição é capaz de detetar ilegalidades quando elas ocorrem (Shea: 2009). Todavia, quem as identifica tende a considerar que as condições adequadas para denunciar estes crimes nunca estão reunidas, o que significa que quem observa e discorda das ilegalidades praticadas acaba por reforçar a invisibilidade e a espiral do silêncio em torno deste tipo de condutas.

Neste contexto, os *media* desempenham um papel fundamental na revelação de dados relacionados com casos de corrupção, mas não o fazem sozinhos. Num estudo de 2002, Erhard Blankenburg identificou uma aliança entre juizes e jornalistas com o objetivo de divulgarem informações cuidadosamente selecionadas e que alimentavam a presença de determinados casos de corrupção nos *media*. Deste modo, a perceção que o público tem deste tipo de crimes é fortemente estruturada pela cobertura noticiosa, que tende a descontextuali-

10 Este artigo foi realizado no âmbito do projeto FCT (PTDC/IVC-COM/5244/2012), *Corrupção Política nos Media: Uma Perspetiva Comparada*, sob a coordenação de Isabel Ferin Cunha e sediado no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ).

zar e a dramatizar os casos, enfatizando determinados factos em detrimento de outros e ordenando-os em benefício de uma narrativa apelativa (Blankenburg: 2002). Esta cobertura é, assim, produto da lógica comercial e concorrencial que transformou o setor dos *media* numa indústria baseada no escândalo¹¹, mas é igualmente um produto da luta entre opositores políticos partidários e não-partidários e da necessidade que os jornalistas têm de demonstrar que estão a cumprir a sua função política de vigilância e denúncia dos abusos de poder (Thompson: 2000).

Neste processo, a par das notícias, os comentários também desempenham um papel relevante na construção da perceção pública sobre a corrupção política. Os comentadores fazem parte do conjunto de atores que, numa hierarquia de influências e relações distintas, contribuem para a configuração dos temas em circulação nos *media* e para moldar a perceção dos cidadãos.

Se no âmbito dos estudos sobre a corrupção existem poucos trabalhos acerca da cobertura jornalística deste tipo de crime, relativamente à forma como os comentadores abordam o tema conhecem-se ainda menos pesquisas. Este artigo pretende contribuir para colmatar esta falha e, ao mesmo tempo, fornecer novos dados para o aprofundamento dos estudos sobre o espaço de opinião e os comentadores. O estudo que aqui se apresenta tem, assim, dois grandes objetivos: (1) identificar o modo como os comentadores abordam dois dos casos de corrupção mais mediatisados nos últimos anos em Portugal (os casos *Freeport* e *Face Oculta*), relacionando as narrativas jornalísticas e as dos comentários sobre os dois casos e (2) conhecer a forma como os comentadores se posicionam no debate público e entendem a sua função no processo comunicativo democrático. Estes objetivos decorrem da assunção de que o comentário tem uma conexão com as notícias, porque parte delas para debater os assuntos em agenda, e uma relação forte com as esferas de decisão da sociedade. Por um lado, porque a maioria dos comentadores provém dessas mesmas esferas e, por outro, porque esses campos de poder, e os seus protagonistas, são os temas mais debatidos pelos comentadores políticos (Figueiras: 2005; 2007; 2009; 2011; 2015). O espaço de opinião é, portanto, um interface *do e de* poder ao permitir a uma certa elite ganhar visibilidade e influência acrescidas na sociedade portuguesa através dos *media*. Com este estudo pretendemos então contribuir para um melhor conhecimento acerca da forma como os comentadores entendem e usam o seu poder no espaço público.

O ESPAÇO OPINIÃO, OS COMENTADORES E O PROCESSO COMUNICATIVO DEMOCRÁTICO

Na retórica cultural das sociedades ocidentais, a esfera pública ocupa um lugar central na mediação social, e é nela que a sociedade discute questões públicas e

11 Para além da componente comercial, a crescente presença dos escândalos nas sociedades ocidentais tem as suas raízes na transformação que os *media* operaram na visibilidade pública (Thompson: 2000: 261), em consequência do declínio das ideologias, da regulamentação jurídica da vida política e da emergência da “política de confiança” – ou seja, a partir do momento em que o discurso político passou a colocar a ênfase não em projetos e questões ideológico-partidárias, mas no carácter e na credibilidade dos políticos. Desde então, a exposição pública tem-nos tornado vulneráveis a qualquer tipo de publicidade negativa e os escândalos alimentam-se de um dos bens simbólicos mais relevantes para qualquer indivíduo: a sua reputação.

que a opinião pública – considerada o principal motor da política democrática – é construída através de um processo contínuo de tensões e negociações. Deste modo, a mediação, ou seja "qualquer ato de intervenção, transmissão ou reconciliação entre diferentes intervenientes, individuais, coletivos ou institucionais" (Mazzoleni & Schultz: 1999: 249), pode ser entendida como uma ferramenta político-cultural basilar no debate público em geral, mas também em cada um dos seus níveis constitutivos que englobam a produção, a representação e a receção dos temas debatidos pelos *media*.

Este entendimento reflete a tradição intelectual europeia dominante e está na base das teorias "racional-iluministas" que encontram eco nas teses de Jürgen Habermas e naqueles inspirados por elas (Habermas: 1984; Fraser: 2007; Luhmann: 1993; Schudson: 1995). Esta conceção está também na base dos primeiros projetos democráticos, a partir dos finais do século XVIII, altura em que a imprensa passou a ser entendida como uma instituição democrática e um elemento fundamental da esfera pública, na dupla condição de elemento constitutivo do debate público e de objeto de discussão (Habermas: 1984). A imprensa assumiu, assim, um papel fundamental no processo de democratização das sociedades modernas, nomeadamente na socialização dos novos valores e padrões de comunicação, que podem ser sintetizados na promoção de uma cultura de debate público (Habermas: 1984; Thompson: 1998). Esta função também produziu impacto sobre as primeiras experiências de governos democráticos, que tiveram de aprender a lidar com a imprensa como um agente questionador e crítico da sua atuação, forçando os líderes políticos a tornarem-se mais abertos à crítica e atentos à opinião pública. A imprensa foi-se então definindo em torno de um conjunto de prerrogativas políticas que podem ser sintetizadas em três grandes funções: como um fórum cívico (para informar, explicar e promover o debate sobre questões públicas); como um agente de fiscalização (para monitorar os abusos de poder); e como um agente mobilizador (envolver os cidadãos no processo político) (Norris, 2000: 22-35).

Neste contexto, o espaço de opinião tornou-se um elemento constitutivo do processo comunicativo democrático (Nimmo & Combs: 1994; Jacobs & Townsley: 2011), e, em linha com o *cascading activation model* de Robert Entman (2003), podemos considerar que os comentadores desempenham um papel relevante na ativação da atenção e na formação da opinião pública, num processo que combina mecanismos de *agenda-setting* (definição da agenda pública), *priming* (grau de destaque dado aos temas), *framing* (enquadramento dado aos temas) e *feedback* (reação aos temas pela sociedade). Os comentadores fazem parte do conjunto de atores que, numa hierarquia de influências e relações distintas, condicionam o desenrolar dos temas no espaço público e contribuem para moldar a perceção que os cidadãos têm sobre variados temas na sociedade.

Todavia, um conjunto de padrões distintos de desenvolvimento relacionados com o estado, o sistema dos partidos políticos, o padrão das relações entre interesses económicos e políticos e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros elementos da estrutura social (Hallin & Mancini: 2004), fizeram emergir na sociedade ocidental modelos de democracia e de sistemas de *media* distintos que, por sua vez, produziram diferentes conceções de espaço de opinião e diversos níveis de envolvimento das elites e dos cidadãos no processo comunicativo democrático.

Estas concepções oscilam entre um entendimento do espaço público e do espaço de opinião como um lugar onde as elites participam num processo horizontal de comunicação que perspetiva a política como um jogo que inclui apenas os seus *insiders* (que pode ser condensada nas teses luhmanianas) e, no outro extremo, um entendimento do espaço público e o espaço opinião como lugares de mediação alargada entre as elites e a sociedade, promovendo uma discussão que engloba os cidadãos no debate público (que podem ser tipificadas nas teses habermasianas). A maioria das sociedades ocidentais situa-se entre os dois espectros e com a análise dos casos *Freeport* e *Face Oculta* pretendemos extrair um conjunto de pistas que contribuam para pensarmos o caso português.

Ao longo dos últimos anos, o mercado do comentário em Portugal tem-se expandido, refletindo a valorização dada à opinião, ao debate e à discussão no quadro da sociedade democrática (Habermas: 1984), mas tem-se expandido também por motivos comerciais, patentes nas estratégias de recrutamento de rostos conhecidos do grande público e na disputa desses mesmos rostos pelos variados *media*, nomeadamente pelos canais de televisão. O recurso a opiniões especializadas ou credenciadas na sociedade portuguesa tem feito com que, por um lado, aumente a quantidade de comentadores nos diversos *media* e, por outro, os comentadores de referência acumulem e/ou transitem de *media*, permanecendo sempre no espaço público (Figueiras: 2005; 2007; 2009; 2011).

Na televisão, o comentário tem ganho crescente protagonismo e tornou-se uma rubrica estruturante das emissões dos canais de televisão generalistas portugueses. A contratação de Marcelo Rebelo de Sousa pela TVI, em 2000, colocou a figura do comentador na sociedade portuguesa num patamar totalmente novo. A entrada do comentário nos noticiários dirigidos ao grande público democratizou o acesso à opinião esclarecida e massificou o consumo de um produto que era tradicionalmente dirigido ao público mais esclarecido (a opinião pública dirigente) e consumidor da imprensa de referência (Figueiras: 2009).

O destaque dado à opinião nos jornais televisivos de elevada audiência tem conferido, assim, uma grande visibilidade ao comentário e a alguns comentadores em particular, que desempenham um papel relevante no processo de construção dos temas públicos e na formação da opinião, passando também o espaço de opinião a fazer parte da estratégia de comunicação dos partidos políticos. Na televisão portuguesa é notória a crescente divisão do espaço de opinião entre os partidos de governo (nos canais de televisão generalistas) e dos partidos com assento parlamentar (nos canais de notícias por cabo), verificando-se um processo de *lottizzazione* partidária do espaço público (Mancini: 2009). Esta compartimentação do comentário é uma manifestação de redes clientelares ou de uma *partidocracia*, mais evidente nas democracias do sul da Europa, revelando uma certa forma de divisão do poder no espaço público. Deste modo, como interface *do* e *de* poder, o espaço de comentário apresenta-se como um lugar privilegiado de análise de uma das instâncias que é, simultaneamente, central na formação da opinião pública e na representação das esferas de poder. Esta é assim uma oportunidade para conhecer como os comentadores se posicionaram face a dois escândalos de poder, como são os crimes de corrupção associados aos casos *Freeport* e *Face Oculta*, e como se posicionam no processo comunicativo democrático.

METODOLOGIA

Neste estudo, a unidade de contexto da análise são os noticiários televisivos de *prime-time* (20 horas) dos canais generalistas portugueses: o *Telejornal* da RTP1, o *Jornal da Noite* da SIC e o *Jornal Nacional/Jornal de Sexta* da TVI. A unidade de registo é composta pelos segmentos de comentário e o período temporal de análise incide sobre todos os comentários emitidos nos noticiários em 2009, ano em que os casos *Freeport* e *Face Oculta* tiveram maior incidência nos *media* nacionais.

O estudo combina três níveis de análise: (1) relação entre as narrativas jornalísticas e dos comentários; (2) estilo dos comentários e (3) posicionamento dos comentadores no processo comunicativo democrático. Para levar a cabo o primeiro objetivo do estudo, utilizamos as categorias aplicadas na análise dos textos noticiosos sobre os casos *Freeport* e *Face Oculta* (Cunha: 2014: 371-419): temas, atores e tom (modalidades: negativo, equilibrado, neutro e positivo). Com o objetivo de explorar as complexidades, nuances e camadas contidas nos comentários, analisamos o estilo das opiniões a partir de um conjunto de indicadores sistematizados em estudos realizados sobre os comentadores (Figueiras: 2009; Jacobs & Townsley: 2011). Para tal, construímos quatro modalidades: “analítico-interpretativo/explicativo” (explicação do contexto e consequências, bem como as relações entre os elementos que enformam temas, decisões ou escolhas); “tomada de posição” (argumentação de apoio ou crítica, sendo a opinião apresentada num formato a favor ou contra); “reenquadramento” (convite a reexaminar premissas básicas e/ou tentativa de reorientar a atenção para outras dimensões da questão em análise); “informativo” (apresentação de novos factos, dados e elementos). A distinção analítica entre os indicadores nem sempre é fácil e simples e, por vezes, há intervenções que congregam vários, sendo isso evidente nos excertos apresentados neste estudo. Todavia, é possível identificar um estilo dominante para mapear a distribuição de estilos de comentário.

Por forma a cumprirmos o terceiro objetivo do estudo e conhecermos como é que os comentadores se posicionam no processo comunicativo democrático, sinalizamos as marcas discursivas que nos permitem identificar a que audiências é que os comentadores se dirigem. Genericamente, dirigem-se a dois tipos distintos: redes de elites políticas e público em geral. Deste modo, a primeira distinção a fazer é entre os autores de opinião que se posicionam como estando comprometidos numa discussão dirigida a *insiders* políticos e os que têm primordialmente em vista uma audiência vasta de cidadãos, integrando os *outsiders* no seu comentário.

Este estudo combina, assim, o uso de metodologias quantitativas e qualitativas de análise. Com a utilização de metodologias quantitativas pretende-se identificar a frequência dos temas, os atores e os tons que os comentadores associam à corrupção. Este procedimento tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a produção de comentários acerca da corrupção, aferir as valorizações produzidas, bem como os agentes e as instituições envolvidas. Na perspetiva qualitativa pretende-se proceder à análise do estilo retórico dos comentadores e das marcas de destinatários presentes no seu discurso, ou seja, quem definem como auditório dos seus comentários. Estes elementos também nos permitirão conhecer de que forma os comentadores se posicionam no processo comunicativo democrático em Portugal.

A CORRUPÇÃO NO COMENTÁRIO TELEVISIVO

Nos últimos anos tem-se assistido a um elevado investimento no comentário e uma grande circulação de comentadores entre diferentes espaços de opinião em diversos *media*, confirmando o dinamismo endogâmico do espaço de opinião em Portugal, há muito referenciado em estudos sobre o tema (Figueiras: 2005). Se em 2015 todos os noticiários de *prime-time* dos canais generalistas contam com a colaboração de um comentador residente num dia fixo da semana, em 2009 o panorama era já idêntico, com exceção da SIC que, à época, não recorria a comentadores fixos no seu noticiário. Nesse ano encontrávamos Marcelo Rebelo de Sousa num espaço de opinião acoplado ao noticiário de Domingo da RTP1, e Miguel Sousa Tavares e Vasco Pulido Valente no noticiário da noite na TVI. Todavia, este último deixou de colaborar com o canal de Queluz na sequência do cancelamento do Jornal de Sexta conduzido por Manuel Moura Guedes, em setembro de 2009.

Os casos *Freeport* e *Face Oculta* foram ambos comentados nos noticiários de *prime-time* dos três canais de televisão generalistas. O quadro 1 (em anexo) dá-nos informações relativas aos comentadores que opinaram sobre os casos em análise, ao seu perfil e ao número de vezes os comentaram.

Em termos de atenção concedida a cada tema é notório que o caso *Freeport* foi objeto de mais comentários do que o caso *Face Oculta*: 32 e 11 comentários, respetivamente. Independentemente da substância, há outros fatores que ajudam a contextualizar a disparidade entre a quantidade de comentários produzidos para cada um dos casos em análise. Por um lado importa considerar a cronologia dos eventos. O caso *Freeport* foi espoletado em 2005: envolvendo o Primeiro-Ministro da época, José Sócrates, o tema permaneceu na agenda pública ao longo de vários anos, inclusive em 2009, ano de eleições legislativas. Por sua vez, o caso *Face Oculta* só irrompeu no espaço público no fim de outubro desse ano. Por outro lado, convém ter presente que a alteração editorial verificada na TVI, com a saída de Manuela Moura Guedes, também produziu consequências, uma vez que a saída da jornalista contribuiu para a diminuição da presença do caso *Freeport* na agenda noticiosa do canal de televisão.

No contexto atual, qualquer escândalo político é o produto da interação entre o campo político, judicial e mediático (Thompson: 2000). Se atentarmos no perfil dos comentadores que produziram opinião sobre os casos em análise, sendo isto ainda mais evidente nos comentadores que se debruçaram sobre o caso *Freeport* (pela quantidade de opiniões produzidas), verificamos que a maioria provém exatamente destes três campos de poder, notando-se uma presença residual de académicos, mas que têm ou tiveram ligações a pelo menos uma das esferas referidas. Isto significa que o comentário produzido se cingiu a interpretações feitas a partir de cada uma dessas esferas de poder e que para o espaço de comentário foram transpostas as lutas internas de cada uma dessas esferas e os conflitos entre os vários campos implicados. Significa também que o comentário circunscreveu as perspetivas aos interesses dos campos envolvidos, tendo sido excluídos outros ângulos de leitura sobre os casos. O comentário dos noticiários televisivos não contou com a presença de argumentos de vozes alternativas externas aos campos implicados, como especialistas em corrupção, por exemplo.

Depois desta análise introdutória, vamos centramo-nos em cada um dos casos em particular para, mais à frente neste texto, regressarmos a uma análise de con-

junto sobre o posicionamento dos comentadores no processo comunicativo democrático, que consubstancia o terceiro objetivo do estudo.

O CASO *FREEPORT*

O processo *Freeport* teve na sua origem suspeitas de corrupção (ativa e passiva) e tráfico de influências na alteração à Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo, no licenciamento do espaço comercial de Alcochete, quando José Sócrates era Ministro do Ambiente. A estes indícios juntaram-se outros de branqueamento de capitais e financiamento ilegal de partidos políticos.

O caso começou a ser mediatizado nas vésperas das eleições legislativas de fevereiro de 2005, tornando-se José Sócrates – que era cabeça de lista pelo PS a essas eleições – um dos suspeitos de corrupção devido a ter subscrito o decreto-lei que aprovara a construção do *outlet* Freeport em Alcochete. O ex-Primeiro-Ministro não chegou, todavia, a ser ouvido na investigação do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), mas o tribunal considerou que do julgamento resultaram fortes indícios de que existiram pagamentos dentro do Ministério do Ambiente e da Administração Pública, tendo por base os depoimentos de três testemunhas que referiram que o então Ministro do Ambiente José Sócrates recebera pagamentos em dinheiro para viabilizar o projeto. Todavia, até hoje o inquérito não resultou em nenhuma acusação, e o processo culminou na absolvição, em 2012, dos dois arguidos, Manuel Pedro e Charles Smith, da prática do crime de tentativa de extorsão aos promotores do centro comercial Freeport.

Ainda que o caso tenha sido noticiado pela primeira vez em 2005, foi apenas quando José Sócrates se recandidatou nas eleições legislativas de 2009 que ele teve maior projeção mediática. Como antecâmara da análise da opinião sobre o caso *Freeport*, e de modo a podermos relacionar as narrativas do comentário e noticiosa, começamos por identificar os temas principais, os atores mais referidos e o tom dominante nas peças jornalísticas.

Das 974 peças jornalísticas emitidas, 721 (74%) foram em 2009 (Cunha: 2014: 371-419). Ao longo de todo esse ano o caso dominou a agenda político-mediática com 247 peças na TVI, 270 na SIC e 204 na RTP1. Os temas mais noticiados foram as declarações dos principais intervenientes (186 peças), as investigações e buscas do Ministério Público (70 peças) e o Caso *Eurojust* (55 peças). O tom que claramente se destacou foi o neutro (503 peças), seguido de uma cobertura negativa (131 peças) e equilibrada (40 peças). Os atores principais foram o Primeiro-Ministro José Sócrates (136 peças), o Presidente do Eurojust Lopes da Mota (63 peças), e o Procurador-Geral da República António Pinto Monteiro (53 peças). Numa associação entre ator principal e tom, verificamos que José Sócrates foi abordado maioritariamente de forma neutra (85 peças), seguido de um enfoque tendencialmente negativo (42 peças), tal como Lopes da Mota, Presidente do *Eurojust*, cuja cobertura foi maioritariamente neutra (40 peças), seguida de negativa (20 peças). Na maioria das peças sobre o PGR predominou também um tom neutro (41 peças), contra seis num tom tendencialmente negativo e outras seis num tom equilibrado.

Este foi também o ano em que o caso foi mais discutido nos espaços de comentário, e o Quadro, em anexo, ajuda-nos a compreender o uso estratégico da

opinião sobre o caso *Freeport* nos jornais da televisão generalista. Nos noticiários de *prime-time* essa opinião apresentou-se sob a forma de três modalidades: como um tema da agenda dos comentadores fixos, como uma forma de complementar a abordagem noticiosa, e como uma estratégia comercial e simbólica dos grupos de comunicação. Na primeira modalidade, encontramos Marcelo Rebelo de Sousa (RTP1), Miguel Sousa Tavares e Vasco Pulido Valente, ambos na TVI. Na segunda, Eduardo Dâmaso (RTP1), António José Teixeira, José Gomes Ferreira, Ricardo Costa, Luís Filipe Carvalho (SIC) e Rogério Alves (SIC e TVI). Encontramos a terceira modalidade em duas vezes apenas, na SIC e na TVI, onde em ambos os noticiários foram emitidas peças curtas com opiniões produzidas em programas de comentário nos canais de informação no cabo que pertencem aos mesmos grupos de comunicação: “Quadratura do Círculo” na SIC Notícias e “A Torto e a Direito” na TVI24. Ao mesmo tempo que estas opiniões ajudavam a reforçar uma determinada proposta de leitura sobre os casos, permitiam diversificar a abordagem jornalística nos noticiários televisivos e promover programas de nicho emitidos nos canais de cabo junto dos auditórios mais vastos dos canais generalistas dos grupos. Esta estratégia foi igualmente reveladora dos fluxos de conteúdos em circulação dentro dos grupos de *media*. Este uso estratégico da opinião reforçou ainda a legitimidade simbólica dos comentadores de cada estação. O espaço de opinião é, já por si, uma instância de legitimação discursiva, pelo que este tipo de intertextualidade e recontextualização contribui para reforçar o estatuto de comentador e para o que Pierre Bourdieu (1989; 1997) definiu como o “círculo encantado da legitimação”. A citação adquire assim os contornos de uma instância de legitimação discursiva de segundo grau.

Os tópicos foram debatidos com níveis de complexidade distintos dependendo do comentador em específico e o formato que enquadrou as suas possibilidades de expressão: poucos minutos no noticiário, partilha da análise com outros comentadores em estúdio ou o controlo do tempo dedicado ao caso em espaço de opinião em nome próprio.

Integradas nas 721 peças emitidas pelos canais de televisão, encontramos então 32 comentários sobre o caso *Freeport* assim repartidos: 10 na RTP1, 10 na SIC e 12 na TVI, correspondendo a um total de duas horas, seis minutos e cinquenta e seis segundos de opiniões emitidas nos noticiários de *prime-time* das televisões generalistas portuguesas. O caso foi amplamente comentado no espaço de opinião entre janeiro e maio de 2009. Durante estes cinco meses foram produzidos 30 dos 32 comentários sobre o processo em análise, significando também que o tema foi objeto regular de atenção, numa média de duas opiniões por semana. Os outros dois comentários foram feitos aquando do espoletar do caso *Face Oculta*.

De que modo é que os comentadores abordaram o caso *Freeport*? Em primeiro lugar, importa analisar os comentários em termos de temas, atores e tom, para, de seguida, extrairmos ilações sobre a relação entre os espaços de comentário e noticioso. Houve três grandes temas que se destacaram nos comentários no âmbito do caso *Freeport*: Investigações sobre Licenciamento/Corrupção (10 comentários), Conduta de José Sócrates (10 comentários) e Conduta da Justiça (sete comentários). Relacionado com o primeiro tema, debateram-se questões como procedimentos de licenciamento, práticas lícitas e ilícitas de aprovação de negócios, e dúvidas sobre eventuais envolvidos no caso. As palavras de Vasco Pulido Valente (TVI: 22.05.2009)

ilustram bem a tendência dominante: “as pessoas não são claras quanto aos seus atos. Continua a haver aqui uma série de ambiguidades. Deveria haver maior clareza e há a maior confusão que inspira a maior desconfiança a toda a gente”. Neste âmbito foram ainda vastamente analisadas as diferenças entre as molduras legais portuguesa e inglesa.

As reações de José Sócrates à cobertura jornalística do seu envolvimento no caso e ao que entendeu ser uma estratégia política para o derrubar foram dimensões do outro tema mais focado pelos comentadores, bem ilustrado no comentário de José Pacheco Pereira (SIC: 02.02.2009): “um Primeiro-Ministro não pode dizer isto sem dizer mais alguma coisa (...). Estou a ver um homem que tem um comportamento, face à verdade, elástico”.

Em terceiro lugar debateu-se o Ministério Público, nomeadamente, putativos usos, interesses e objetivos políticos dos magistrados no caso, bem como declarações e atitudes das altas figuras do aparelho judicial, reveladoras das tensões internas nos campos sociais envolvidos. No entender de Marcelo Rebelo de Sousa (RTP1: 01.02.2009): “A investigação deve avançar, portanto, os investigadores, em vez de darem tantas entrevistas, devem trabalhar. O importante é que a Cândida Almeida chegue rapidamente a conclusões (...). E que se apure rapidamente isto”. De forma complementar, o jurista e ex-Bastonário da Ordem dos Advogados Rogério Alves (TVI: 29.03.2009) afirmava que: “as autoridades não podem fingir que não conhecem as provas. O Ministério Público tem aqui uma obrigação especial de impedir aceleração a este processo e chegar rapidamente a uma conclusão. (...). Há um dever quase patriótico de concluir esta investigação”.

O tom dominante foi o negativo, com 13 comentários. Os atores mais comentados foram José Sócrates (18 citações), seguido de António Pinto Monteiro, (9 citações) e Lopes da Mota e Cândida Almeida, ambos citados quatro vezes. No cruzamento das variáveis, verificamos que a apreciação geral destes atores foi predominantemente negativa. José Sócrates teve nove comentários negativos, contra cinco positivos, o Procurador-Geral da República teve cinco negativos e dois equilibrados, enquanto Lopes da Mota contou com dois negativos e Cândida Almeida, três negativos e um equilibrado. Estas variações decorreram do facto de as opiniões oscilarem entre uma certa cautela decorrente da escassez de dados concretos e de informação confirmada sobre o caso e das tomadas de posição contra a conduta das individualidades envolvidas, questão central na agenda do comentário sobre o caso *Freeport*.

As narrativas jornalísticas e a de opinião obedecem a lógicas particulares ainda que haja uma contiguidade entre ambas. A primeira está subordinada a uma lógica de informar o cidadão, enquanto a segunda pressupõe um espaço de exposição de ideias suscitadas a propósito das notícias do dia ou da semana. Verificamos que nos comentários sobre este caso as notícias foram um expectável ponto de partida. A contiguidade confirmou-se na agenda do comentário, cada vez mais *presentificada* e com os acontecimentos do dia e da semana a darem o mote para a análise dos temas. Todavia, a opinião não trabalha diretamente sobre factos, mas comenta a partir deles. No contexto do noticiário, os comentários sobre o caso *Freeport*, por um lado, particularizaram determinadas questões – como o comportamento de intervenientes concretos – e, por outro, extrapolaram para questões mais amplas,

como a relação entre os negócios e a política. O destaque dado ao caso *Eurojust* é um bom exemplo disto mesmo. Na narrativa noticiosa, emergiu do caso *Freeport*, enquanto na narrativa da opinião não ganhou verdadeiro protagonismo por si só, sendo abordado de forma integrada nas apreciações sobre a atuação de figuras de proa de instituições-chave no caso ou como exemplo de redes informais de interesses instituídos. A nota diferenciadora de fundo registou-se no cruzamento das variáveis “atores” e “tom”. Os comentadores foram muito mais críticos e negativos para com José Sócrates, Pinto Monteiro e Lopes da Mota do que as peças noticiosas que se mantiveram maioritariamente neutras face a estas personalidades.

Em termos da tradição cultural ocidental, o comentário foi instituído como um espaço de mediação, como um lugar de esclarecimento das questões em destaque nos *media*. Deste modo, importa saber como é que os comentadores debateram este caso e perceber se a narrativa da opinião se constituiu como um elemento passível de contribuir para clarificar a opinião pública. Ou seja, importa saber como é que os comentadores argumentaram acerca do *Freeport*.

A maioria dos comentadores tomou uma posição face ao caso (17 comentários, contra seis, apenas, do estilo informativo). A tomada de posição foi maioritariamente contra a forma como o Primeiro-Ministro, por um lado, e o Ministério Público, por outro, lidaram com o assunto. De entre os variados comentadores que se posicionaram contra a conduta de José Sócrates, destaca-se Vasco Pulido Valente (TVI, 23.01.2009): “O Primeiro-Ministro não pode pôr em causa a Procuradoria-Geral da República, o juiz de instrução e a polícia. O que ele insinuou que está por detrás disto é a velha cabala. (...) Que isso seja dito por um deputado, vá lá, que seja dito por um militante, até se desculpa, agora ser dito pelo Primeiro-Ministro, porque ele esquece-se que é Primeiro-Ministro e os Primeiros-Ministros não podem dizer certas coisas (...). Um Primeiro-Ministro não pode dizer estas coisas.” De forma mais contida, Marcelo Rebelo de Sousa (RTP1, 25.01.2009) afirmou: “isto é mau para Portugal”.

Na semana seguinte, Vasco Pulido Valente retomou a mesma linha de comentário, tecendo críticas contra a conduta do Primeiro-Ministro: “esta linguagem é uma linguagem absolutamente inaceitável em democracia. Não houve ditadores nestes últimos 150 anos que não tivessem usado isto. Estaline, Hitler, Mussolini, Franco, Salazar (...). Transformar um assunto destes num duelo entre o bem e o mal mostra bem o caráter do Sr. Primeiro-Ministro. Não imagino nenhum Primeiro-Ministro que o antecedeu, ou europeu, a fazer isto” (TVI, 30.01.2009).

Paralelamente, os comentadores posicionaram-se também contra a conduta da justiça. O jurista e ex-Bastonário da Ordem dos Advogados Rogério Alves afirmou (TVI, 29.03.2009): “Compete ao Ministério Público denunciar a situação – pressões para arquivamento – e investigá-la (...). Esta bruma sobre bruma, névoa sobre névoa, é o Ministério Público quem tem de dissipar. Neste momento começa a ser um imperativo patriótico ter de a dissipar”. De forma ainda mais incisiva, Miguel Sousa Tavares (TVI, 14.05.2009) tomou uma clara posição contra o Ministério Público: “espero que o objetivo final não seja criar a ideia nas pessoas de que cada vez que há um processo que mete políticos, que há pressões sobre os magistrados, porque isso poderia servir como pretexto para que os magistrados do Ministério Público exigissem ainda mais autonomia. (...). O Ministro da Justiça não tem quaisquer poderes sobre o funcionamento do Ministério Público. Eu espero que não seja isso”.

Os dados revelam-nos que, contrariamente aos *media* noticiosos, que abordaram o caso com cautela, os comentadores foram muito críticos e adotaram uma postura maioritariamente conflitual, produzindo opiniões com níveis de animosidade elevada em detrimento da discussão política. O esclarecimento da sociedade civil acerca das políticas tomadas pelos governantes que elegeram não foi prioritário.

O CASO *FACE OCULTA* E AS ESCUTAS

O processo *Face Oculta* foi noticiado pela primeira vez no fim de outubro de 2009 e a leitura da sentença ocorreu em setembro de 2014. Neste processo todos os arguidos foram condenados, tendo sido muito comentadas as penas de prisão atribuídas aos envolvidos. Num primeiro nível, a noticiabilidade do caso decorreu do envolvimento de figuras cimeiras da administração pública e privada em Portugal, mas o foco central foi o envolvimento de uma figura muito próxima do Primeiro-Ministro em funções, Armando Vara, à época vice-presidente do BCP e ex-ministro do anterior governo de José Sócrates. As acusações relacionavam-se com lavagem de dinheiro, corrupção política e evasão fiscal. Algumas semanas depois de se conhecer este caso, ficou-se a saber da existência de escutas telefónicas entre Armando Vara e José Sócrates, que fizeram emergir de dentro do processo *Face Oculta* o “caso das Escutas”, relacionado com um alegado conluio orquestrado pelo Primeiro-Ministro para a compra da TVI pela PT, constituindo esta conduta um possível crime de atentado contra o estado de direito. Na base desta intenção estaria o objetivo de pôr termo a uma campanha jornalística negativa e prejudicial para o Primeiro-Ministro, bem ilustrada pela cobertura do processo *Freeport* pela TVI. Este caso trouxe novamente para o espaço público discussões sobre o segredo de justiça.

O *Face Oculta* emergiu a 29 de outubro de 2009 e é nos últimos meses desse ano que atinge maior atenção mediática no noticiário de *prime-time* das televisões generalistas portuguesas. Enquanto nos últimos meses de 2009 foram emitidas 356 peças sobre o caso, ao longo dos 12 meses do ano seguinte a cobertura jornalística diminuiu de forma significativa para 213 peças.

Novamente, como antecâmara da análise da opinião sobre o caso *Face Oculta*, e de modo a podermos relacionar as narrativas do comentário e noticiosa, começamos por identificar os temas principais, os atores mais referidos e o tom dominante nas peças jornalísticas. Em 2009, em pouco mais de dois meses, foram emitidas 356 peças: 123 na RTP1, 128 na SIC e 105 na TVI. Em termos de temas principais, destacam-se as “escutas” a envolver o Primeiro-Ministro José Sócrates (100 peças), seguidas de peças sobre as “investigações e buscas” (56 peças). Em termos de atores, Armando Vara, enquanto ex-membro do governo, foi a personalidade mais evocada (69 vezes), seguida do Primeiro-Ministro José Sócrates (42 vezes) e do empresário Manuel Godinho (42 vezes). A maioria das peças noticiosas oscilou entre o tom negativo (147) e o tom neutro (129 vezes). No cruzamento das variáveis “tema” e “ator”, constatamos que Armando Vara foi citado principalmente no início do caso, quando as questões dominantes eram “investigações e buscas” (24 vezes) e “suspensão de funções” (16 vezes). O fato de os suspeitos se manterem nos seus cargos foi objeto de ampla cobertura noticiosa. O tom maioritariamente associado a Armando Vara foi o equilibrado (27 vezes), seguido do tendencialmente negativo (25 vezes). No caso de José Sócrates, a segunda personalidade mais evocada no

caso *Face Oculta*, o cruzamento das variáveis permite-nos constatar que o PM foi primordialmente associado ao tema das escutas (30 vezes). Este dado evidencia-se mais se tivermos em conta que o segundo tema que lhe foi associado, “declarações”, surgiu apenas em sete peças. A cobertura de José Sócrates foi tendencialmente negativa (23 vezes).

De entre 356 peças emitidas em 2009, encontramos 11 comentários: seis na RTP1, três na SIC e dois na TVI, num total de uma hora, três minutos e três segundos de opiniões emitidas. A desproporção do número de comentários face ao total das peças sobre o assunto explica-se pelo facto de a maioria desses comentários ocorrer dentro de espaços de opinião de periodicidade semanal fixa. Deste modo, os dados adquirem uma leitura distinta se em vez de os enquadrarmos em termos de dias, os perspetivarmos em termos de semanas, nomeadamente as 10 semanas entre o espoletar do caso, no fim de outubro, e os últimos dias do mês de dezembro. De entre todos os comentadores, Marcelo Rebelo de Sousa (na RTP1) foi o que mais abordou o tema (seis vezes), seguido de Miguel Sousa Tavares (TVI) com dois comentários.

Nesse ano de 2009, a SIC não tinha comentadores fixos no noticiário da noite e, por isso, o caso foi tratado por três colaboradores distintos que fazem parte da carteira de comentadores do canal e cuja presença no Jornal da Noite decorre dos temas em agenda. Deste modo, no dia em que se ficou a saber das buscas a várias empresas, a SIC inaugurou o comentário sobre o *Face Oculta* com o jornalista da estação José Gomes Ferreira. Cinco dias depois, a 4 de novembro, a componente política tornou-se o ângulo dominante, e a inaugurá-la esteve Ricardo Costa, comentador da SIC, ex-jornalista da estação e diretor do *Expresso*, semanário do mesmo grupo proprietário do canal de televisão; duas semanas depois (a 24 de novembro), o ângulo privilegiado foi o jurídico, num comentário de Luís Filipe Carvalho, advogado e comentador do canal. Na TVI, Miguel Sousa Tavares comentou este caso durante duas semanas consecutivas e apenas regressou ao tema quando as “escutas” emergiram na terceira semana de novembro.

De que modo é que os comentadores abordaram o caso *Face Oculta*? Em primeiro lugar, importa analisar os comentários em termos de “temas”, “atores” e “tom”, para, de seguida, extrairmos ilações sobre a relação entre os espaços de comentário e noticioso. Em sede do comentário há dois grandes temas que se destacam em dois momentos distintos da evolução do caso nos *media*. Nas primeiras semanas, foi o tema “crimes de corrupção” (quatro comentários) que dominou, e, a partir de meados do mês de novembro, a questão central passou a ser as “escutas” (seis comentários). Inicialmente, a questão dominante nos comentários foi o ilícito que estava na base da investigação, o crime de corrupção. As análises debruçaram-se sobre as relações entre o poder político e o tecido empresarial, a circulação de lugares de um setor para o outro, e a cadeia de favores e favorecimentos entre ambos os setores. Neste âmbito, emergiu um debate sobre possíveis impulsos legislativos que os comentários repudiaram pelo seu caráter reativo e casuístico, levando Ricardo Costa a afirmar (SIC: 04.11.2009): “quase que aposto que vão cair na fúria legislativa de legislar contra a corrupção. É um erro”.

Ainda na primeira fase do processo, os comentadores debateram a (não) suspensão de funções dos principais envolvidos, o ex-ministro Armando Vara e José Penedos, considerando que a saída de ambos seria benéfica para a imagem dos

cargos de poder e das instituições que lideravam, tal como ficou evidente nas palavras de José Gomes Ferreira (SIC: 30.10.2009): “ninguém pode ser demitido nestas circunstâncias, mas eu pergunto o seguinte ao Governador do Banco de Portugal, ao Ministro da Economia, aos presidentes destas empresas: (...) olhem para si próprios, olhem para o país e perguntem-se se isto pode continuar assim? Se estas pessoas podem continuar nos lugares? (...) Sintam o país e digam se é possível sustentar esta situação de desconfiança em que o país mergulhou na sequência do que é sabido?” Na mesma linha, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou (RTP1: 01.11.2009): “(...) a pessoa não se deve sentir muito à-vontade, mesmo que não tenha nada a ver, em estar a ser julgado ou investigado como arguido num processo que diga respeito a corrupção. Visto de fora dá-me a sensação que os padrões éticos têm baixado muito ultimamente. (...) Se as pessoas estão constituídas arguidas devem suspender-se das funções (...). A sensação é que as pessoas vão ficando, como se ser arguido fosse a coisa mais natural do mundo. Exercem as suas funções esquecendo que isso repercute negativamente nos cargos que desempenham”.

Numa segunda fase do caso, a partir da segunda metade do mês de novembro, o caso das “escutas” tornou-se o tema dominante e relegou o *Face Oculta* para segundo plano das atenções, como notou Marcelo Rebelo de Sousa (RTP1: 15.11.2009): “Isto das escutas afastou do essencial, que é a Face Oculta”. Nesta segunda parte da história, os atores principais foram o Procurador-Geral da República António Pinto Monteiro (destacado em sete comentários), o Primeiro-Ministro José Sócrates (destacado em 6 comentários), e o ex-ministro de José Sócrates e arguido no processo *Face Oculta* Armando Vara (destacado em cinco comentários). O tom dos comentários foi maioritariamente negativo (sete comentários), acompanhado em menor grau por comentários equilibrados (quatro comentários), encontrando-se num mesmo comentário apreciações negativas atenuadas por outras positivas.

No cruzamento das variáveis, António Pinto Monteiro surgiu associado às escutas num tom predominantemente negativo (cinco em sete comentários). Por sua vez, José Sócrates viu-se associado aos dois grandes temas, salientando-se as escutas por ter sido essa também a questão dominante na análise ao caso: quatro apreciações negativas e duas equilibradas. O Primeiro-Ministro surgiu de forma latente como o grande ator do *Face Oculta*, mas a partir do momento em que emergiu o tema das escutas foi trazido para o centro do comentário. Interpretações sobre as conversas gravadas, a legalidade das escutas, o segredo de justiça e a revelação do conteúdo nos *media* foram temas apenas superados pela análise à conduta do Procurador-Geral da República, António Pinto Monteiro, e à forma como geriu o processo.

Deste modo, podemos afirmar que o caso *Face Oculta* foi abordado pelos comentadores principalmente pelo ângulo da conduta e das consequências políticas para os atores mais referidos nos comentadores: o Primeiro-Ministro e o Procurador-Geral da República. O primeiro por insistir nas teses da cabala e o segundo pela forma como demorou a decidir sobre a legalidade das escutas e por ter comentado publicamente o processo, ficando no ar sugestões de benefícios ao governo e de proteção ao PM durante o período de campanha eleitoral. As palavras de Marcelo Rebelo de Sousa são bem ilustrativas sobre ambos (RTP1: 22.11.2009): “O Procurador atuou numa forma tão atabalhoada, com tantos pontapés no direito, na maneira como agiu, que não acabou por credibilizar e acabou por não dar força à decisão.

(...) Eu penso que ele geriu demasiado esta matéria em termos políticos. Certamente com bons propósitos, mas não servindo a força da sua posição e no fundo isto é o retrato em que se encontra o Procurador. De um lado o Ministério Público não se revê nele. Do outro lado o poder político dá-lhe confiança, mas diz o homem não manda no Ministério Público. E é exatamente isto o que se passa. Ele não manda no MP e do outro lado não tem a confiança de uma parte substancial do MP, daí esta gestão com muitas complicações. (...) A ideia de querer criar uma tese da conspiração é a tese que levou sempre o Sr. Berlusconi a dizer sempre isso da justiça (...).” No sentido oposto de Marcelo, Miguel Sousa Tavares (TVI: 26.11.2009) insurgiu-se contra os que acusavam José Sócrates de estar a preparar um crime contra o estado de direito: “Como é que uma suposta compra da TVI pela PT pode ser um crime contra o estado de direito? Vamos admitir que de facto José Sócrates queria que a TVI fosse comprada para acabar com o Jornal de Sexta; daí para se dar o salto de crime contra o estado de direito parece-me demasiado fácil.”

Em termos de relações entre as componentes informativa e de opinião, verificamos que em ambos os espaços a questão das escutas foi o tópico mais debatido. Enquanto nas notícias este tema foi secundado pelas investigações e pelas buscas judiciais, na opinião esteve ligado ao crime da corrupção (que em termos informativos foi o quinto tema mais registado na cobertura do caso *Face Oculta*). Assinalamos também algumas diferenças nos atores mais evidenciados pelos comentadores. Estes centraram-se prioritariamente nas personalidades de maior poder real e simbólico citadas nas peças: José Sócrates e António Pinto Monteiro, Primeiro-Ministro e Procurador-Geral da República. As personalidades que estavam a ser investigadas e que foram mais focadas nas notícias – Armando Vara, José Penedos e Manuel Godinho – tiveram menor interesses para os comentadores. Por sua vez, o Procurador Geral da República surgiu em quarto lugar nas notícias (referido 29 vezes), atrás de Manuel Godinho, o terceiro ator mais referenciado (42 vezes).

Num primeiro nível de contiguidade confirma-se a relação entre as notícias e as opiniões. A agenda do comentário é cada vez mais *presentificada* e os comentadores partem dos acontecimentos do dia e da semana para analisarem determinados temas. Para lá desta dimensão, o que se verificou em sede do comentário foi a criação de uma narrativa própria sobre o caso, que se traduziu em muito mais do que num destaque distinto a certos temas e atores.

Os comentadores ordenam e destacam os factos à sua maneira e constroem uma versão dos acontecimentos em cuja narração encontramos o toque pessoal do seu autor. Para os comentadores esta foi uma história sobre a luta de poder dentro das, e entre, as esferas política e judicial, personificada pelas mais altas instâncias. Como interface *do* e *de* poder, a narrativa do comentário sobre o caso *Face Oculta* refletiu bem a relação dos comentadores com as esferas de privilégio de onde eles próprios são provenientes.

Tradicionalmente, o comentário foi instituído como um espaço de interpretação e esclarecimento de causas, contextos e consequências, complementando, assim, as notícias naquilo que pelas suas características não podiam oferecer ao auditório. Deste modo, importa saber como é que os comentadores debateram a questão e perceber se a narrativa distinta produzida pelos comentários sobre o caso *Face*

Oculto contribuiu para o esclarecimento público. A variável “estilo” pretende, assim, definir a estrutura da argumentação do comentário, ou seja, a forma como as ideias foram apresentadas. Em termos de estratégia retórica, a maioria dos comentadores tomou uma posição clara (sete comentários), nomeadamente contra as suspeitas de corrupção: “Tem que se tirar ilações. Isto não pode mesmo ficar assim”, considerou José Gomes Ferreira (SIC: 30.10.2009), enquanto Marcelo definiu este como um “caso muito grave” (RTP1: 01.11.2009). A conduta dos arguidos envolvidos e, principalmente, a forma como os principais protagonistas conduziram o caso foi outro ângulo sobre o qual os comentadores se posicionaram claramente: “Eu acho que a divulgação é corrigir um erro com outro erro. O Procurador é cada cavadela, sua minhoca” (RTP1: 29.11.2009) e “os magistrados têm de ter a noção que não podem falar” voltou a afirmar Marcelo (RTP1: 13.12.2009), enquanto para Miguel Sousa Tavares (TVI: 03.12.2009) “o Procurador-Geral da República deveria ter despachado imediatamente” e “não é aceitável que um líder político faça um aproveitamento político”.

A distinção analítica nem sempre foi fácil e simples e, por vezes, como estratégia argumentativa para justificar a tomada de posição, os comentadores fizeram uma introdução mais contextualizadora. Todavia, foi possível identificar um estilo dominante que nos permite afirmar que a maioria dos comentários foram críticos, tendo a opinião sido principalmente orientada contra a atuação dos que entenderam ser os principais protagonistas. Os comentadores reproduziram, assim, no espaço opinião os conflitos entre os campos envolvidos no caso. Com muito menor expressão encontramos comentários que se detivessem na explicação do contexto e nas consequências deste caso tão intrincado, bem como no esclarecimento das relações ou nas consequências de determinadas condutas.

PARA QUEM FALAM OS COMENTADORES?

Contribuir para o esclarecimento público e a formação da opinião são dois atributos fundamentais do jornalismo ocidental e que estão na base da visão normativa da imprensa enquanto instituição basilar dos regimes democráticos. Nesta perspetiva, os *media* desempenham uma função primordial de informar e esclarecer os cidadãos, bem como de organizar o debate público, num processo de ativação da atenção e de participação na formação da opinião pública que inclui os comentários. Deste modo, para além das dimensões já analisadas, importa conhecer a quem é que os comentadores se dirigem e como é que se posicionam nesse debate.

Os programas televisivos, nomeadamente os noticiários de *prime-time*, são feitos para serem vistos por um vasto auditório, destinatário da emissão. O contrato comunicativo entre locutor e interlocutor, que é o comentador, inclui, assim, o reconhecimento de que a conversação em estúdio se dirige aos espetadores que visioanam o programa. No entanto, podem existir outros destinatários indiretos dentro do grupo dos alocutários oficialmente instituídos, o que torna o quadro dos destinatários mais complexo. Ou seja, o destinatário diretamente convocado pelos indícios de alocação pode ser um destinatário secundário, e o destinatário indireto o alvo privilegiado. Devemos então pensar numa “hierarquia de destinatários” (Kerbrat-Orecchioni:1990: 90) em lugar de tentarmos decidir rigidamente sobre o estatuto direto ou indireto de um alocutário.

De modo a conhecermos a forma como os comentadores entendem e usam o seu poder no espaço público, identificámos marcas discursivas que permitem sinalizar diferentes níveis de destinatários das opiniões. Para este objetivo do trabalho, e tendo em conta a reduzida dimensão do *corpus* de análise, agregámos os 43 comentários emitidos sobre os casos *Freeport* e *Face Oculta* e analisámo-los em conjunto.

Se pensarmos num eixo contínuo em que encontramos, num extremo, comentários que são pouco mais do que uma conversa com e para as elites, e, no outro extremo, opiniões que são diretamente proferidas para os cidadãos em geral e a pensar no seu esclarecimento, verificamos que a maioria das opiniões sobre os casos *Freeport* e *Face Oculta* é o resultado de um jogo de equilíbrios delicados entre ser e parecer um *insider* ou querer simular uma distância dos círculos do poder, posicionando-se discursivamente como um *outsider*, ou seja, como a maioria do auditório dos noticiários dos canais de televisão generalista.

A análise permite concluir que a maioria dos comentadores se posiciona no debate público como *players* com capacidade de influenciar o desenvolvimento dos assuntos que estão em agenda, assumindo um papel de conselheiros das elites políticas, dando-lhes instruções ou propondo sugestões aos decisores políticos (Nimmo & Combs: 1992: 26). Nestes casos, os comentadores falam com as elites e para as elites, tal como fez José Gomes Ferreira a propósito do caso *Face Oculta*: “Ninguém pode ser demitido nestas circunstâncias, mas eu pergunto o seguinte: Sr. Presidente do BCP, Sr. Governador do Banco de Portugal, Sr. Presidente da Comissão de Mercados de Valores, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro da Economia, olhem para si próprios, olhem para o país e perguntem-se se isto pode continuar assim? Se estas pessoas podem continuar nos lugares? (...) Faço até o convite a um pequeno exercício. Sintam o país e digam se é possível sustentar esta situação de desconfiança em que o país mergulhou na sequência do que é sabido? Tem que se tirar ilações. Isto não pode mesmo ficar assim” (SIC: 30.10.2009).

Rogério Alves fez algo semelhante ao comentar o caso *Freeport* (TVI: 29.03.2009): “As autoridades não podem fingir que não conhecem as provas. O Ministério Público tem aqui uma obrigação especial de imprimir aceleração a este processo e chegar rapidamente a uma conclusão. (...) Há um dever quase patriótico de concluir esta investigação”. António José Teixeira também o fez ao analisar o caso *Freeport* (SIC: 31.03.2009): “Por que não José Sócrates tomar a iniciativa e pedir para ser ouvido? Nesta altura julgo que há justificações mais do que suficientes sem que isso queira dizer obviamente qualquer afirmação de culpabilidade ou envolvimento, mas acho que nesta altura seria importante”. E Marcelo Rebelo de Sousa, ainda sobre o mesmo tema, vaticinou (RTP1: 01.02.2009): “A investigação deve avançar. Portanto, os investigadores em vez de darem tantas entrevistas, devem trabalhar. O importante é que a Cândida Almeida chegue rapidamente a conclusões (...) e que se apure rapidamente isto.”

Nenhum destes comentadores ocupa um cargo formal de autoridade no círculo da elite, mas movem-se dentro dela, têm acesso a informação privilegiada e sentem-se à vontade para interpelarem essas elites. Neste âmbito encontramos ainda segmentos em que os comentadores se posicionam de forma ambígua, colocando-se simultaneamente como *insider* e *outsider* da esfera de poder. Ao mesmo tempo que assumem uma posição de representantes e porta-vozes da opinião pública, utilizam esse estatuto para reclamarem determinado comportamento das elites. Quando utilizam

esta estratégia, os comentadores escudam-se nos portugueses para reforçarem a sua posição, tal como estes excertos ilustram: “O importante é que a Cândida Almeida chegue rapidamente a conclusões (...) e que se apure rapidamente isto. É isso que os portugueses querem” (Marcelo Rebelo de Sousa, RTP1: 01.02.2009). “Eu acho que José Sócrates deve falar, porque as pessoas não percebem bem os meandros daquela história e o que veem é aquela excitação, aquele nervosismo e aquele ar agressivo” (António José Teixeira, SIC: 29.01.2009). Nestes casos, em nome dos *outsiders*, os comentadores falam para círculos de dentro do poder. Esta estratégia discursiva funciona igualmente como meio de pressão para determinada ação que pretendem.

Neste jogo de equilíbrios discursivos entre estar dentro e estar fora, é ainda visível uma variação de posicionamento nos comentários de Marcelo Rebelo de Sousa, que constrói discursivamente laços com o auditório, expressando-se como se também ele fosse um elemento externo ao círculo das elites: “Visto de fora dá-me a sensação que os padrões éticos têm baixado muito ultimamente” (RTP1: 01.11.2009). Esta estratégia é também seguida por Miguel Sousa Tavares (TVI: 14.05.2009): “Espero que o objetivo final não seja criar a ideia nas pessoas de que cada vez que há um processo que mete políticos, há pressões sobre os magistrados. Por que isso poderia significar servir como pretexto para que os magistrados do Ministério Público exigissem ainda mais autonomia. Estes funcionam num sistema que, a meu ver, é em roda-livre, sem controlo efetivo. Não há contrapoder para o Ministério Público. O Ministério da Justiça não tem quaisquer poderes sobre o funcionamento do Ministério Público. Eu espero que não seja isso”.

Por outro lado, em menor grau encontramos os comentários cujo foco dominante é o destinatário *outsider*. Os comentários de Rogério Alves nos noticiários são um bom exemplo deste posicionamento: “No fundo o que é uma carta rogatória?” (SIC: 29.01.2009). Dois meses depois, na TVI, encontramos o mesmo registo por parte deste comentador: “Compreendo que para as pessoas isto seja um bocadinho difícil de compreender. Vamos lá ver...” e mais à frente no mesmo segmento termina dizendo: “Percebo que para as pessoas isto soe um bocadinho estranho, mas estas são as regras do processo penal. Estas são as regras do estado de direito” (TVI: 29.03.2009). Marcelo Rebelo de Sousa também utiliza nos seus comentários o artifício do pedagogo e um tom professoral: “os portugueses têm de pensar que isso faz parte da lógica da democracia; nas ditaduras não há, mas nas democracias, sim” (RTP1: 01.02.2009). E inclui o espetador na conversa, reconhecendo a sua presença do outro lado da câmara: “Perguntas que os portugueses fazem e que eu vou tentar agora seriá-las” (RTP1: 05.05.2009), “Respondendo aos portugueses...” (RTP1: 24.05.2009). Quando os comentadores assumem esta função pedagógica, o espaço de opinião torna-se uma aula e os espetadores tornam-se estudantes que é preciso esclarecer e ajudar a compreender as questões em debate. Nestes momentos, os comentadores fazem a mediação entre um conhecimento especializado e partilhado entre *insiders*, as elites, e *outsiders*, os cidadãos em geral.

NOTAS FINAIS

O espaço de opinião é um local de poder que confere e reforça o estatuto de quem nele participa (Nimmo & Combs: 1994; Figueiras: 2009; Jacobs & Townsley: 2011). O impacto dos comentários deve, no entanto, ser perspetivado em articulação com

a projeção social do meio onde os comentadores colaboram e do programa em que participam. Nos canais de televisão no cabo as audiências são mais fragmentadas e reduzidas e a diversidade e polarização de opiniões é mais acentuada. Por sua vez, apesar de atingirem um número muito mais vasto de espetadores, os comentários emitidos nos canais generalistas tendem a ter uma amplitude de opiniões mais reduzida.

No âmbito dos noticiários das televisões generalistas, o estudo que aqui se apresentou sobre dois dos casos de corrupção de maior projeção mediática nos últimos anos em Portugal – os casos *Freeport* e *Face Oculta* – tal como referido, teve dois grandes objetivos: (1) relacionar as narrativas jornalísticas e dos comentários sobre os dois casos referidos e (2) conhecer a forma como os comentadores se posicionaram no debate público e como entenderam a sua função no processo comunicativo democrático.

Da análise efetuada, constatámos que o espaço de opinião foi menos centrado na substância das questões, menos perspectivado como um lugar de esclarecimento e interpretação dos casos, tendo sido prioritariamente utilizado para os comentadores assumirem uma posição em relação ao que definiram como o conflito central e os protagonistas e antagonistas destas histórias.

Num discurso crítico envolto em elevada dramaticidade, na agenda dos interesses dos comentadores encontrámos uma menor presença de dimensões estruturais do problema da corrupção, tendo antes estado no centro da sua narrativa o desempenho das partes envolvidas. Em linha com uma conceção goffmaniana (1993), e colocando-se no papel de plateia privilegiada do poder em cena, os comentadores concentraram as suas atenções nas dimensões performativas dos protagonistas e antagonistas, avaliando o que consideraram ser a apresentação “certa” do “Eu” como garantia da credibilidade dos atores centrais de ambos os casos: o Primeiro-Ministro José Sócrates, o Procurador-Geral da República António Pinto Monteiro e os Magistrados do Ministério Público. Para os comentadores estas duas histórias foram mais sobre estratégia política dos atores e das instituições envolvidas do que sobre o crime da corrupção.

Os comentadores adotaram uma postura conflitual, consubstanciada em tons negativos sobre o que entenderam ser o comportamento desadequado dos atores envolvidos. A narrativa do comentário foi muito crítica. Em 43 comentários, 20 foram negativos, indo estes resultados ao encontro de outros estudos já realizados sobre o comentário político em Portugal (Figueiras, 2009). Interessante foi verificar que esse criticismo não foi acompanhado pela narrativa jornalística, ao contrário do que os trabalhos sobre a cobertura jornalística da política revelam há anos (Siegelmann & Bullock: 1991; Graber, McQuail & Norris: 2008; Cunha: 2012). Nos dois casos analisados, em 1045 peças noticiosas, 623 foram neutras e “apenas” 278 tendencialmente negativas.

Sabemos que os espaços de opinião têm subjacente a ideia de que o comentário reflete uma posição pessoal. No entanto, sabemos também que o comentário, para além de refletir as lógicas do campo de origem do comentador, é, igualmente, um produto do meio que o convidou para expressar as suas opiniões. A escolha de determinadas individualidades (cujos posicionamentos ideológicos são sobejamente conhecidos) em detrimento de outras é feita por um conjunto de motivos, entre os quais se incluem um determinado entendimento da sociedade portuguesa e uma

determinada abordagem aos temas em consonância com um alinhamento editorial macro do meio de comunicação.

Na conjugação dos elementos elencados, colocamos a hipótese de que para além dos usos estratégicos dos comentários nos noticiários da noite já referidos no início da análise dos casos *Freeport* e *Face Oculta*, a narrativa jornalística se escudou nos comentadores para que determinadas avaliações pudessem ser emitidas em sede dos noticiários da noite. Libertos dos constrangimentos da produção noticiosa, de certas cautelas e do jornalismo dependente do discurso oficial (patente, inclusive, no domínio do tema “declarações”), colocamos também a hipótese de os comentadores terem dito aquilo que os jornalistas não tiveram condições para dizer. Os segmentos dos programas de comentário dos canais de cabo selecionados para passarem nos noticiários generalistas permitem-nos considerar como válida esta possibilidade.

Numa peça de 2:38’ foram sintetizadas as opiniões dos comentadores residentes da Quadratura do Círculo (SIC Notícias: 05.02.2009), da qual citamos um pequeno excerto de José Pacheco Pereira: “um Primeiro-Ministro não pode dizer isto sem dizer mais alguma coisa. Estou a ver um homem que tem um comportamento, face à verdade, elástico” e de António Costa: “há uma sanha de ódio de um setor político em Portugal, da direita portuguesa, relativamente ao atual Primeiro-Ministro”. Por sua vez, numa peça de 1:35’, o noticiário da TVI (21.04.2009) passou uma peça com excertos das opiniões dos comentadores do programa “A Torto e a Direito” (TVI24), onde Fernanda Câncio diz: “Aquilo que o Presidente dos Magistrados fez agora ao dizer que quer recorrer ao Presidente da República foi uma coisa que é realmente muitíssimo preocupante e que põe em causa, como aliás o Vasco Pulido Valente disse ontem na TVI, os pilares do Estado de Direito, que é a questão da separação entre a política e a justiça”; segue-se-lhe Francisco José Viegas: “ou houve pressões ou não houve pressões. É que se houve pressões do dr. Lopes da Mota sobre os magistrados, o dr. Lopes da Mota deve ser removido do *Eurojust*, porque não é digno de um estado democrático. Se o dr. Alberto da Costa pediu ao dr. Lopes da Mota para pressionar os magistrados é ainda muito mais grave”. Este conjunto de vozes sintetizam as duas grandes perspetivas vinculadas aos interesses dos partidos que alternadamente têm ocupado o poder em Portugal, os chamados “Partidos do Centro”, e que mantêm uma cumplicidade com os grupos de interesse representados nos espaços de opinião generalista.

A validade desta hipótese é reforçada e complementada pelo perfil dos comentadores que se pronunciaram sobre os dois casos. A grande maioria dos comentadores é proveniente dos campos sociais diretamente envolvidos na história: político, judicial e jornalístico. Os dois primeiros discursos assumem o estatuto de vozes da autoridade, ou de especialistas, cuja legitimidade advém do conhecimento direto que têm dos campos sociais comentados. No caso dos jornalistas, a sua especialização em matéria de política decorre, não do exercício dessa atividade, mas da sua profissão, que os coloca numa posição privilegiada na construção social dos temas públicos.

Outra nota conclusiva que gostaríamos de salientar é que a opinião nos noticiários televisivos reproduziu práticas, representações e lutas das esferas implicadas nos casos em análise. Os espaços de opinião revelaram ser uma extensão de cada uma dessas esferas, o que significa que os conflitos e as lutas internas den-

tro de cada campo, e entre os vários campos, foram transpostos para o espaço de comentário onde ficaram plasmadas as relações de força (preservação e transformação) dentro de cada esfera e entre os vários campos. Verificamos, assim, que a definição dos problemas, as interpretações causais, as avaliações morais e/ou recomendações foram construídas a partir do *establishment*, cujo poder é reforçado pela possibilidade de gerir a interpretação do que está a acontecer. Neste sentido, na esteira de John B. Thompson (2000), constatamos que a análise da narrativa do comentário se revelou um local privilegiado para identificar e compreender como as lutas sociais de poder são travadas no espaço público.

Esta questão liga-se ainda ao outro grande objetivo deste trabalho: conhecer a forma como os comentadores se posicionaram no debate público sobre o tema e como entenderam a sua função no processo comunicativo democrático. Tal como vimos, a esmagadora maioria dos comentários foi feita para dentro dos círculos das elites dirigentes, dos quais os comentadores fazem parte. Foram proferidos para a elite em geral e também para os visados nos casos. Decorrentemente, registámos uma presença relativamente reduzida de opiniões cujo destinatário primeiro fossem os *outsiders* do sistema, o público em geral.

Nem sempre foi fácil identificar os destinatários. Se a dificuldade decorre em parte da ambiguidade discursiva dos comentadores, julgamos que decorre também das identidades, em certa medida antagónicas, do espaço de opinião e da televisão generalista. A maioria dos comentadores que se pronunciou sobre os dois casos em análise formou-se na imprensa de referência portuguesa. Este tipo de imprensa dirige-se a uma plateia formada por uma pequena elite, principalmente urbana, escolarizada e politicamente ativa, significando também que os jornais e as suas audiências estão envolvidos num processo horizontal de debate e negociação entre as suas fações de elite (Hallin & Mancini: 2004). No entanto, o jornalismo televisivo em canais generalistas trabalha para o grande público, acomoda uma ampla gama de interesses não necessariamente comprometidos com o mundo político. Isto significa que os espaços de comentário dos noticiários televisivos de *prime-time* articulam duas lógicas nem sempre de fácil harmonização. Ainda que alguns comentadores tenham tido em conta as características da televisão generalista, e articulado o processo horizontal de comunicação intra, e interelite, e o vertical dirigido ao público em geral, o estudo de ambos os casos permitiu verificar que o espaço de opinião continua a subsistir como um setor dominado pelas elites dirigentes na sociedade portuguesa, que comunica principalmente para si própria e que se mantém com uma capacidade elevada de imunidade à evolução do contexto social e mediático.

A dimensão do corpus de análise estudado é reduzida para podermos fazer extrapolações e generalizações sobre o espaço de opinião, mas não deixa de oferecer um conjunto de pistas relevantes para serem aprofundadas em outras investigações futuras sobre os usos estratégicos do espaço de opinião em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Blankenburg, E. (2002). From political Clientelism to Outright Corruption - The Rise of the Scandal Industry In: Kotkin, S. & Sajó, A. *Political Corruption in Transition: a Sceptic's Handbook*. Budapest: Central European University Press.

- Bourdieu, P. (1989). *O Poder*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Cunha, I. (2012). Partidos, Candidatos e Temas nas Legislativas In: Figueiras, R. (ed.) *Os Media e as Eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas de 2009*. Lisboa: UC Editora.
- Cunha, I. (2014). Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 371-419). Lisboa: Alêtheia.
- Entman, R. (2003). Cascading Activation: Contesting the White House's Frame After 9/11, *Political Communication* 20: 415–432.
- Figueiras, R. (2005). *Os Comentadores e os Media. Os Autores das Colunas de Opinião*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Figueiras, F. (2007). Os Comentadores na Imprensa Portuguesa. In: Cunha, I.F. (coord.) *Jornalismo e Democracia*. Lisboa: Paulus Editora.
- Figueiras, F. (2008). A Agenda dos Comentadores e a Política Nacional, *Observatory - Journal of Communication (OBS*)*, vol.2 (2): 245- 262.
- Figueiras, F. (2009). *O Comentário Político e a Política do Comentário*. Lisboa: Paulus Editora.
- Figueiras, F. (2011). Press Pundits and Portuguese Society. *Journalism: Theory, Practice, and Criticism*, vol. 12 (3): 317-333.
- Figueiras, F. (2015). Democratic Culture and Public Opinion in Portugal. In: Figueiras, R., Espírito-Santo, P. e Cunha, I.F. (coords.). *Democracy and Media at work: Pressure and Propaganda in Portugal and Brazil*. Coimbra: Coimbra University Press.
- Fraser, N. (2007). Transnationalizing the public sphere. On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-westphalian world. *Theory, Culture & Society*, 4 (4): 7–30.
- Goffman, E. (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de todos os Dias*. Lisboa: Relógio d' Água.
- Graber, D. , McQuail, D. & Norris, P. (2008). *The Politics of News*. Washington: CQ Press.
- Granovetter, M. (2004). *The Social Construction of Corruption*. In: (http://fsi-media.stanford.edu/evnts/4117/The_Social_Construction_of_Corruption_Oct04.pdf) (acedido 21/01/2015).
- Habermas, J. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Heidenheimer, A.J. & Johnston, M. (2002). *Political Corruption. Concepts & Contexts*. New Jersey: Transaction Publishers.
- International Transparency Corruption Global Report (2010). (http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi) (acedido 31/01/2015).
- Jacobs, R. & Townsley, E. (2011). *The Space of Opinion: Media Intellectuals and the Public Sphere*, New York, Oxford University Press.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1990). *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin.
- Luhmann, N. (1993). *A Improbabilidade da Comunicação*. Lisboa: Vega Passagens.
- Mancini, P. (2009). *Elogio della lottizzazione. La via italiana al pluralismo*. Bari: Laterza.
- Mazzoleni, G. e Schulz, W. (1999), Mediatization of Politics: A Challenge for Democracy? *Political Communication* 16 (3): 247–61.
- Nimmo, D. & Combs, J. E. (1992). *The political pundits*. New York: Praeger.

- Norris, P. (2000). *The Virtuous Circle. Political Communications in Postindustrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Shea, D.H. (1999). All scandal politics is local: ethical lapses, the *media*, and congressional elections. *The Harvard International Journal of Press Politics* 4: 45-63.
- Schudson, M. (1995). A esfera pública e os seus problemas. Reintroduzir a questão do Estado. *Revista de Comunicação e Linguagens* 21/22: 149-166.
- Thompson, J. B. (1998). *A Mídia e a Modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Thompson, J.B. (2000). *Political Scandal. Power and Visibility in the Media Age*. Cambridge: Polity Press.
- Tumber, H. & Waisbor, S.R. (2004). Introduction: political scandals and *media* across democracies. *American Behavioral Scientist*, 47 (9):1143-1152.

Quadro

	Freeport		Face Oculta	
	Comentador	Comentários	Comentador	Comentários
RTP 1	Eduardo Dâmaso, Jornalista	1	Marcelo Rebelo de Sousa, Académico/Político/Jurista	6
	Marcelo Rebelo de Sousa, Político/Jurista/Académico	9		
SIC	António Costa, Político	1	José Gomes Ferreira, Jornalista	1
	António Lobo Xavier Político/PLQS	1	Luís Filipe Carvalho, Jurista	1
	António José Teixeira, Jornalista	2	Ricardo Costa, Jornalista	1
	Jorge Coelho, Político/PLQS	1		
	José Gomes Ferreira, Jornalista	1		
	José Pacheco Pereira, Académico/Político	1		
	Luís Filipe Carvalho, Jurista	1		
	Ricardo Costa, Jornalista	1		
Rogério Alves, Jurista	1			
TVI	Fernanda Cândia, Jornalista	1	Miguel Sousa Tavares, Jornalista/Escritor	2
	Francisco José Viegas, Escritor	1		
	João Pereira Coutinho, Jornalista-Academia	1		
	Miguel Sousa Tavares, Jornalista/Escritor	3		
	Rogério Alves, Jurista	1		
	Vasco Pulido Valente, Académico	5		

REGALIAS E PROVEITOS DOS POLÍTICOS COMO INSTIGADORES DA PERCEÇÃO DO ESCÂNDALO THE PROCEEDS AND BENEFITS OF POLITICIANS AS INCITERS OF THE SENSE OF SCANDAL

BRUNO PAIXÃO¹ | CENTRO DE INVESTIGAÇÃO MEDIA & JORNALISMO

CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

INTRODUÇÃO

Quando se fala da classe política é frequente abranger também no mesmo debate os rendimentos dos seus titulares e a desigualdade face aos restantes cidadãos. Este é um assunto sensível e recorrente nos órgãos de informação, o que, potencialmente, servirá para ampliar uma perceção depreciativa dos escândalos e dos seus protagonistas, como considera o historiador e comentador político Pacheco Pereira². O enfoque dado pelos jornalistas às regalias e proveitos dos sujeitos políticos extravasa os seus órgãos de informação, verificando-se nesta ótica a publicação de obras que vão aparecendo nos escaparates das livrarias, onde o tema é sempre um promissor motivo de venda.

Resultado de investigações jornalísticas, os livros "Como os políticos enriquecem em Portugal", de António Sérgio Azenha (2011) e "Os privilegiados", de Gustavo Sampaio (2013), constituem dois dos principais exemplos, somando-se às várias peças noticiosas publicadas pelos *media*, a que faremos menção ao longo do presente artigo, por serem determinantes para a contextualização do tema que aqui nos propomos tratar.

Este trabalho tem como objetivo indagar se os *media* e os jornalistas fazem alusão aos rendimentos e outros benefícios da classe política, podendo por essa via agudizar a perceção negativa dos cidadãos face aos políticos e aos protagonistas do escândalo político. Para responder a esta questão, atenderemos à descrição de casos que aludem aos protagonistas da política. Não ignoraremos o recente reagendamento político e mediático do tema da subvenção vitalícia dos cargos políticos, que ciclicamente tem gerado polémica, sendo que esta última surgiu sob uma atmosfera de austeridade para as famílias portuguesas. Outro dos privilégios de que beneficiam alguns detentores de cargos políticos é relativo às responsabilidades criminais, onde, entre outras, se pode listar a Imunidade Parlamentar, que aqui merece uma anotação histórica e uma exposição mais detalhada. Num outro ponto, olharemos para a crítica às desigualdades, dando como exemplo o Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos. Num quadro comparativo, observaremos a seguir a disparidade das remunerações e como os vencimentos dos políticos estão em patamares significativamente mais

1 Bolseiro de investigação da FCT: SFRH / BD / 84605 / 2012.

2 Durante a apresentação do livro *O Escândalo Político em Portugal: 1991-1993 e 2002-2004*, de Bruno Paixão, na FNAC do Chiado, em Lisboa, a 17 de março de 2010.

baixos daqueles em que se encontram os presidentes de comissões executivas das empresas do PSI 20 mas, todavia, bem acima do salário que auferem muitos portugueses.

Correspondendo ao objetivo traçado neste artigo, abordaremos ainda se os protagonistas políticos, enquanto membros de uma elite que abrange igualmente ex-políticos, empresários ou banqueiros, estão mais expostos à captação dos holofotes mediáticos e mais propensos ao escândalo político.

A POLÍTICA COMO PORTA GIRATÓRIA PARA OS NEGÓCIOS

Num livro profuso em casos sobre políticos com assinaláveis privilégios financeiros, a que o seu autor, Gustavo Sampaio, atribuiu justamente o título "Os privilegiados", é narrado um largo número de exemplos de titulares e ex-titulares de cargos públicos com assento em órgãos sociais de empresas e usufrutuários de benefícios que acentuam a distância que os separa dos cidadãos comuns. Uma imagem bem elucidativa desse quadro é a Assembleia da República, dado esta ser "composta por uma maioria absoluta de deputados em *part-time*. Do total de 230 deputados em funções, 117 optam pelo regime de acumulação" (Sampaio: 2013: 18)³. Este jornalista corrobora assim um artigo do Jornal de Negócios, publicado a 18 de setembro de 2012 na sua edição *online*, intitulado "Um Parlamento recheado de turbo-deputados", que faz alusão a uma "Assembleia cheia de deputados que (...) desempenham outras profissões em simultâneo. Há os que trabalham por conta própria, mas há também quem tenha outras ocupações a tempo inteiro, por conta de outrem"⁴. Num artigo do jornal *i*, intitulado "Deputados dos sete ofícios"⁵, é uma vez mais mostrado que a função de advogado e a de consultor são as mais ocupadas pelos deputados que optam pelo regime de não exclusividade. Estas são precisamente as "duas áreas que têm constituído o maior foco da polémica", aponta o mesmo jornal, referindo que a possibilidade de os parlamentares trabalharem em empresas prestadoras de serviços para o Estado e em escritórios de advogados que poderão beneficiar com leis aprovadas no Parlamento tem sido um dos maiores focos de crítica ao regime de impedimentos dos deputados.

Diz-se nos bastidores da política que "o melhor da função de ministro vem quando se chega a ex-ministro". De facto, como nota Gustavo Sampaio, "o trânsito de ex-políticos para as administrações de empresas está cada vez mais congestionado. A título de exemplo, entre as 20 empresas cotadas encontramos nada mais nada menos do que cinco ex-governantes na presidência de seis conselhos de administração"⁶ (Sampaio:2013: 79). O mesmo autor acrescenta que para "além das seis presidências e duas vice-presidências, contam-se mais 20 cargos nos conselhos de administração e comissões executivas das empresas do PSI 20⁷ que são ocupadas por

3 A análise de Gustavo Sampaio remonta ao ano de 2012.

4 http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/um_parlamento_recheado_de_turbo_deputados.html, acedido a 02 de janeiro de 2015.

5 *i*, 25 de novembro de 2014, p. 26-27.

6 A referência reporta-se a uma pesquisa feita no período entre janeiro e março de 2013.

7 O PSI 20 (*Portuguese Stock Index* é o principal índice da Euronext Lisboa (bolsa portuguesa),

ex-políticos" (Sampaio: 2013: 80). E contabiliza ainda, para além dos conselhos de administração e comissões executivas, que "nos restantes órgãos sociais das empresas analisadas há mais 32 cargos ocupados por ex-políticos" (Sampaio: 2013: 81).

Procurando compreender como a prosperidade económica dos ex-governantes aumenta, por vezes de forma bastante acentuada em poucos anos, após saírem do governo, o jornalista e autor do livro "Como os políticos enriquecem em Portugal", António Sérgio Azenha, escarpeliza a ascensão financeira de 15 ex-políticos¹ para pôr o dedo na ferida: a análise comparativa do património destes ex-governantes revela que após terem saído do Governo, "todos eles aumentaram, em pouco tempo, a remuneração anual entre um mínimo de 163% e um máximo de 2956%" (Azenha: 2011: 16). No prefácio a este livro, o empresário e ex-deputado socialista Henrique Neto deu o mote à contundência ao notar que "passagens fortuitas pela política, ou resultados dessa passagem reconhecidamente medíocres, permitiram a entrada pela porta grande da gestão em algumas das mais importantes empresas privadas ou da área do Estado" (Azenha: 2011: 12).

Ex-ministros de vários quadrantes políticos, ex-deputados, barões dos partidos, familiares e até mesmo secretárias têm assento em empresas com ligações ao Estado, refere o Expresso na sua edição de 16 de julho de 2005, acrescentando que "a contratação, por parte das grandes empresas com capitais públicos, de quadros direta ou indiretamente relacionados com a política já se tornou um lugar comum"². Porém, como regista Henrique Neto, as nomeações não são todas iguais, havendo uma espécie de *ranking* de promoção de políticos para cargos nas empresas participadas pelo Estado (Azenha: 2011: 12-13):

"Uma primeira divisão dirigida para a administração das empresas mais rentáveis – PT, Galp, EDP, CGD, REN –, e uma segunda divisão de nomeações para empresas destinadas a apresentar prejuízos todos os anos, como a CP, REFER, CARRIS e muitas outras. Pareceria lógico, se o objetivo fosse a recuperação das empresas e o bem público, que o melhor critério conduzisse a colocar os gestores da primeira divisão, os mais bem pagos, nas empresas a viverem maiores dificuldades e a necessitar de soluções mais competentes e inovadoras. Ora não sendo o que acontece, fica a ideia de que isso resulta de favorecimento político destinado ao enriquecimento dos escolhidos".

Como refere António Sérgio Azenha, "os ingressos de ex-governantes nas empresas públicas ou participadas pelo Estado e em sociedades do setor privado, antes tuteladas por eles enquanto ministros ou secretários de Estado, não constitui uma ilegalidade" (Azenha: 2011:17). De facto, verificamos que o Re-

sendo o índice de referência do mercado de capitais português, composto pelas ações das vinte maiores empresas cotadas na bolsa de valores de Lisboa.

1 Os casos a que alude António Sérgio Azenha dizem respeito aos ex-governantes Pina Moura, Jorge Coelho, Armando Vara, Dias Loureiro, Faria de Oliveira, Fernando Gomes, António Vitorino, Luís Parreirão, José Penedos, Mira Amaral (que contestou o "grave erro metodológico" desta análise), António Mexia, Castro Guerra, Joaquim Ferreira do Amaral, Filipe Baptista e Ascenso Simões.

2 *Expresso*, 16 de julho de 2005, p. 2.

gime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos³, no seu artigo 5º, estabelece o que comumente se designa por "período de nojo", instituindo que titulares de órgãos de soberania e de cargos políticos não podem exercer, pelo período de três anos a partir do momento em que cessem funções, cargos em empresas privadas que prossigam atividades no setor por eles tutelado. Porém, o mesmo artigo indica também que esta limitação apenas é efetiva "desde que, no período do respetivo mandato, tenham sido objeto de operações de privatização ou tenham beneficiado de incentivos financeiros ou de sistemas de incentivos e benefícios fiscais de natureza contratual", deixando de fora um enorme rol de outras restrições, apenas excetuando, "o regresso à empresa ou atividade exercida à data da investidura no cargo".

Defendendo que a lei devia consagrar um "período de nojo" substancialmente maior, António Sérgio Azenha considera que o problema coloca-se sob o ponto de vista da ética e eventuais favorecimentos partidários, mais conhecidos por "*jobs for the boys*". Paulo Morais, da Transparência e Integridade Associação Cívica, entende que o período que os titulares de cargos públicos deveriam cumprir depois de deixarem os cargos podia ser alargado para os cinco anos⁴. Indo mais longe, o sociólogo António Barreto não só defende "um grande alargamento ao período de nojo" como, em certas circunstâncias, uma "impossibilidade total de exercer o cargo", referindo que "quem trabalha diretamente com um setor e assina um contrato com uma empresa, nunca na vida pode ir trabalhar para essa empresa"⁵.

A CÍCLICA MENÇÃO ÀS SUBVENÇÕES VITALÍCIAS DOS POLÍTICOS

O tema dos benefícios que favorecem os políticos tem suscitado a atenção dos *media*, que não precisam de grande esforço para encontrar alvos de notícia. O ex-bastonário da Ordem dos Advogados António Marinho e Pinto, na qualidade de eurodeputado, disse a 05 de outubro de 2014 que iria divulgar todos os recibos de vencimento auferidos na função, não poupando o motejo ao mencionar que teria "muito gosto em fazer o *striptease* que outros recusam", sublinhando que o faria em nome da transparência e defendendo "a absoluta exclusividade" no exercício de funções de titulares dos órgãos de soberania⁶. O remoque era dirigido ao primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, por este se ter recusado em finais de setembro a fazer, como o próprio mencionou, o "*striptease*" das suas contas bancárias, quando desafiado pelo então secretário-geral do PS, António José Seguro, a autorizar

3 O Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, foi aprovado pela Lei 64/93, de 26 de Agosto e alterado pela Lei 39-B/94, de 27 de Dezembro; pela Lei 28/95, de 18 de Agosto; pela Lei 12/96, de 18 de Abril; pela Lei 42/96, de 31 de Agosto; pela Lei 12/98, de 24 de Fevereiro; pelo Decreto-Lei 71/2007, de 27 de Março; pela Lei 30/2008, de 10 de Julho; e pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de Novembro.

4 *Jornal de Negócios*, 19 de setembro de 2012, p.5.

5 *Jornal de Negócios*, 03 de março de 2011, p. 31.

6 http://www.tsf.pt/Paginalnicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=4163006, acessado a 20 de dezembro de 2014.

o levantamento do sigilo bancário para desfazer dúvidas sobre o seu envolvimento no caso Tecnoforma⁷.

Os privilégios da classe política estão assiduamente presentes no palco mediático. O verniz voltou a estalar numa quinta-feira, dia 20 de novembro de 2014, quando a comissão parlamentar de Orçamento e Finanças votou favoravelmente a reposição das pensões vitalícias dos políticos, apresentada pelo PSD e pelo PS. Assim, o principal partido do Governo, com a cobertura do seu líder Pedro Passos Coelho⁸, bem como o partido líder da oposição, o PS, viabilizaram a proposta que visava repor, com um corte de 15%, a pensão vitalícia que durante anos foi atribuída aos ex-titulares de cargos políticos. O CDS absteve-se durante a votação e o PCP e o BE votaram contra. O caso fez rebentar a polémica, suscitando ânimos incendiados entre deputados da mesma bancada, com os *media* a darem ampla cobertura à iniciativa parlamentar e os cidadãos assistindo à tentativa de perpetuação do estatuto de excecionalidade dos políticos, que têm gozado da fama de serem pouco afetados pelos constrangimentos e sacrifícios impostos à generalidade da população. O assunto depressa se disseminou também pela blogosfera. Dos dez blogues políticos considerados mais influentes (Serrano: 2014: 493-521)⁹, só três não fizeram alusão ao tema: *5 Dias*, *Abrupto* e *Jugular*.

A inflamação que se abateu sobre a cena política nacional levou a uma reviravolta e o PSD decidiu então retirar a proposta que supostamente havia de ser submetida a votação no plenário do dia seguinte. Vendo-se pressionado por vários deputados e por uma opinião pública a ferver, o PS foi também forçado a deixar cair a iniciativa. Os seus proponentes, Couto dos Santos (PSD) e José Lello (PS), foram convencidos a retirar a proposta. O assunto adormeceu.

As pensões vitalícias a pessoas que tivessem durante apenas oito anos sido governantes, deputados, magistrados e juizes do Tribunal Constitucional foi criada em 1985. Uma década depois, o tempo para se ter direito à subvenção aumentou para os 12 anos. Ainda assim, bastante benevolente face a quem pode reformar-se apenas com 40 anos de serviço. A suspensão da benesse foi aprovada em 2005 pelo Governo de José Sócrates, não sendo contudo aplicada de forma retroativa. Em 2014 o Governo de Passos Coelho colocou um novo travão às pensões vitalícias e aplicou a denominada "condição de recurso", dirigida aos titulares com rendimento suplementar à subvenção num valor superior a dois mil euros. Esta ajuda

7 O caso Tecnoforma veio a público em meados de setembro de 2014, colocando em causa alegados pagamentos desta empresa ao primeiro-ministro enquanto este era deputado. A revista *Sábado* noticiou que Passos Coelho teria recebido cerca de 150 mil euros entre 1997 e 1999, o que consistia numa ilegalidade por estar em regime de exclusividade no Parlamento.

8 <http://expresso.sapo.pt/subvencoes-vitalicias-a-antigos-politicos-foram-aprovadas-mas-partiram-o-psd=f899090>, acessado a 21 de novembro de 2014.

9 Temos por referência a análise da investigadora Estrela Serrano, que selecionou os seguintes blogues que abordam temas de política nacional: *31 da Armada* (<http://31daarmada.blogs.sapo.pt/>), *5 Dias* (<http://5dias.net/>), *A Educação do meu umbigo* (<http://educar.wordpress.com/>), *Abrupto* (<http://abrupto.blogspot.pt/>), *Arrastão* (<http://arrastao.org/>), *Aspirina B* (<http://aspirinab.com/>), *Blasfémias* (<http://blasfemias.net/>), *Delito de Opinião* (<http://delitodeopiniao.blogs.sapo.pt/>), *Jugular* (<http://jugular.blogs.sapo.pt/>) e *O Insurgente* (<http://oinsurgente.org/>).

financeira, segundo o *Expresso*¹⁰, representa para o Estado um custo anual de cerca de sete milhões de euros.

Mariana Mortágua, deputada do Bloco de Esquerda, classificou como "vergonhoso" que o PS e o PSD "tenham considerado que a prioridade política era repor pensões dos ex-políticos enquanto condenam pessoas a uma vida de pobreza"¹¹. Em artigo de opinião no seu jornal, Pedro Sousa Carvalho, diretor-adjunto do *Público*, questionou a moralidade de se "aliviar a austeridade que recai sobre os políticos numa altura em que pensionistas, funcionários públicos e a maioria dos contribuintes continuam a sofrer cortes salariais e a pagar contribuições extraordinárias". O mesmo é dizer que os sacrifícios não são iguais para todos e há quem acabe por sair beneficiado.

REGIME DE EXCEÇÃO NAS RESPONSABILIDADES CRIMINAIS

Outro dos privilégios que distingue os detentores de alguns cargos políticos é relativo às responsabilidades criminais, diferenciando-se das regras aplicadas aos restantes cidadãos. Definido no artigo 130º da Constituição da República Portuguesa, o Presidente da República apenas responde perante o Supremo Tribunal de Justiça por crimes praticados no exercício das suas funções, cabendo a iniciativa do processo à Assembleia da República. Todavia, por crimes estranhos ao exercício das suas funções, este não tem de responder enquanto estiver no cargo.

O regime de exceção nas responsabilidades criminais também abrange os deputados. O Estatuto do Deputado protege este titular, dado que o artigo 11º referente à Imunidade Parlamentar sustenta que "nenhum deputado pode ser detido ou preso sem autorização da Assembleia, salvo por crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos e em flagrante delito" e diz ainda que "os deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia". Assim, raramente um deputado deixa o cargo por estar envolto num escândalo. Aliás, goza da faculdade de encontrar neste estatuto um refúgio que o isenta das circunstâncias judiciais que abrangem ordinariamente os outros cidadãos.

Na XII legislatura, no período entre junho de 2011 e janeiro de 2015 (faltando oito meses para o *términus* da legislatura), foi pedido o levantamento da imunidade parlamentar por 11 vezes, referindo-se estas a três deputados do PSD, sete do PS e a um do PCP¹², o que, na totalidade, corresponde a cerca de 5% dos parlamentares. Os pedidos de levantamento de Imunidade Parlamentar dos deputados são sempre formulados por um juiz, em documento dirigido ao Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto nos números 5 e 6 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados¹³. Na sequência desse pedido, a Comissão Parlamentar para a Éti-

10 <http://expresso.sapo.pt/quem-tem-direito-as-subvencoes-vitalicias=f899195>, acedido a 21 de novembro de 2014.

11 <http://www.publico.pt/politica/noticia/psd-e-ps-retiram-proposta-de-reposicao-das-subvencoes-dos-politicos-1676991>, acedido a 21 de novembro de 2014.

12 Dados fornecidos pela Secretaria-Geral da Assembleia da República, a 22 de janeiro de 2015, em resposta ao nosso pedido de 05 de janeiro de 2015.

13 Lei 7/93, de 01 de março, com a redação que, no caso deste artigo, lhe foi dada pela Lei nº 3/2001, de 23 de Fevereiro.

ca ouve o deputado em questão e elabora um relatório sobre a matéria, relatório esse que é depois submetido a votação do Plenário da Assembleia da República. Na XII legislatura, durante as três primeiras sessões legislativas, dos 11 pedidos apresentados, houve consentimento para que quatro deputados prestassem depoimento de forma presencial, enquanto que os restantes sete parlamentares usaram da prerrogativa que lhes assiste de deporem por escrito.

A Imunidade Parlamentar tem proveniência anglo-saxónica¹⁴. Todavia, foi a Revolução Francesa que procurou instituir o princípio da "inviolabilidade dos deputados face a outros órgãos do Estado" (Freire et al, 2002: 130), numa altura em que a volubilidade política justificava a atribuição. O estabelecimento dessa prática produziu duas vertentes da imunidade: aquela que visava proteger o parlamentar da punição civil, disciplinar e criminal pelas suas opiniões, denominada "irresponsabilidade civil", e a da "inviolabilidade", que preserva o deputado da detenção, prisão ou procedimento criminal, salvo nos casos anteriormente enunciados. Com a legislação portuguesa a absorver ambas as vertentes, é a referente à inviolabilidade que amiúde tem sido mais debatida, uma vez que entra em confronto com a garantia de independência do poder judicial. Em alguns parlamentos, as regras da utilização da imunidade são menos protecionistas e noutros, inclusive, como o inglês e o holandês, a imunidade circunscreve-se à forma de "irresponsabilidade", não dando guarida à da "inviolabilidade".

A CRÍTICA ÀS DESIGUALDADES

Um estudo apresentado por Manuel Villaverde Cabral revelou que a maioria dos inquiridos de vários países (Portugal, Brasil, Canadá, Espanha, República Checa e Suécia) considera que "uma das causas próximas das desigualdades sociais é o facto de estas beneficiarem os ricos" (Cabral et al.: 2003: 39). No caso dos inquiridos portugueses, 50,7% concordou totalmente com este postulado e 29,9% concordou parcialmente, o que totaliza 80,6% de concordância. De salientar também que o mesmo estudo revela que 81,1% dos portugueses inquiridos pensa que o seu ordenado está abaixo do que considera justo e 96% entende que, de uma forma ou de outra, as diferenças de rendimento são muito grandes (Cabral et al.: 2003: 52-53).

A indignação com o que auferem os políticos tem-se avolumado devido aos casos que os *media* vêm trazendo a público. Um coro de críticas fez-se igualmente ouvir quando o Presidente da República Cavaco Silva fez saber, através de um comunicado de três linhas emitido pelo Palácio de Belém, que este dispensaria o vencimento enquanto Presidente – cargo ao qual se candidatou e foi eleito –, no valor de 6.523 euros (já com cortes incluídos), optando por auferir as suas pensões do Banco de Portugal e da Caixa Geral de Aposentações, que totalizam cerca de dez mil euros mensais, escapando assim aos cortes para a função pública previstos nas medidas de austeridade, como refere a edição *online* de 27 de janeiro de 2011 do Diário de Notícias¹⁵. Mas o assunto não terminou aqui, pois numa deslocação oficial ao Porto, cerca de um ano depois, a 19 de janeiro de 2012, o mesmo Cavaco Silva queixou-se

14 Os conceitos anglo-saxónicos de *freedom of speech* e *freedom from arrest* deram origem à imunidade parlamentar.

15 http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1767735, acedido a 02 de janeiro de 2015.

que o valor das suas reformas "quase de certeza que não vai chegar para pagar" as despesas. O salário mínimo em Portugal nessa altura cifrava-se nos 485 euros mensais. As críticas aumentaram e a popularidade do Presidente diminuiu. De acordo com o estudo de opinião publicado pelo *Expresso*, a popularidade de Cavaco Silva desceu para os 43,8 pontos positivos e 31,8 negativos, com uma variação negativa de 11,7 pontos¹⁶, quando no mês anterior, antes das declarações em torno das pensões de reforma, os níveis de popularidade do Presidente estavam bem acima, com 47 pontos positivos e 25,3 negativos¹⁷.

Noutra sondagem publicada pelo mesmo semanário, quando foi pedido aos inquiridos para classificarem "as declarações do Presidente em que este considerava que as pensões não chegam para as despesas", 24,6% encarou-as como "inadmissíveis" e 49,1% reputou-as de "infelizes". Apenas 20,9% as achou "compreensíveis". À pergunta sobre se o Presidente da República devia abdicar do 13º e 14º meses da sua pensão do Banco de Portugal, quando esta regra era imposta a todos os trabalhadores que dependiam do erário público, 70,4% respondeu que "sim", 7,6% decidiu-se pela opção "não sabe/não responde" e apenas 22% disse que "não"¹⁸.

De acordo com o Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos¹⁹, e feitas a partir daí as contas em valores brutos e excluindo as restrições impostas durante os anos de austeridade, o Presidente da República auferia 7.630,33 euros, acrescido de um abono mensal de 3.052,13 euros, viatura e residência. O salário mínimo nacional em 2009 era de 450 euros mensais, tendo subido a 01 de janeiro de 2010 para 475 euros, a 01 de janeiro de 2011 para 485 euros e a 01 de outubro de 2014 para 505 euros. De acordo com o portal PorData²⁰, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem cifrava-se em 2012 nos 1.094,70 euros. O presidente da Assembleia da República, a segundo figura na hierarquia do Estado, recebe de vencimento o equivalente a 80% do salário do Presidente da República, o que totaliza 6.104,26 euros, acrescido de abono mensal no valor de 2.441,71 euros, viatura e residência. O primeiro-ministro ganha 5.722,75 euros, tendo direito a um abono mensal de 2.289,10 euros, viatura e residência. Os seus ministros recebem 4.959,71 euros, a que acresce 1.983,89 euros de abonos; e os secretários de Estado auferem 4.578,20 euros mais 1.602,37 em abonos mensais. Todos os membros do

16 Estudo de Opinião efetuado pela Eurosondagem, de 02 a 07 de fevereiro de 2012, com base em entrevistas telefónicas, publicado pelo *Expresso*, 11 de fevereiro de 2012, p. 15.

17 Estudo de Opinião efetuado pela Eurosondagem, de 05 a 10 de janeiro de 2012, com base em entrevistas telefónicas, publicado pelo *Expresso*, 14 de janeiro de 2012, p. 16.

18 Estudo de Opinião efetuado pela Eurosondagem, de 02 a 07 de fevereiro de 2012, com base em entrevistas telefónicas, publicado pelo *Expresso*, 11 de fevereiro de 2012, p. 8.

19 O Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos foi fixado pela Lei 4/85 de 09 de abril, sofrendo as alterações ditadas pelas Lei 16/87, de 01 de junho; Lei 102/88, de 25 de agosto; Lei 26/95, de 18 de agosto; Lei 3/2001, de 23 de fevereiro e pela Lei 52-A/2005, de 10 de outubro; bem como pela lei especial que estipula o vencimento e os abonos do Presidente da República, a partir da qual se calcula o vencimento dos restantes titulares de cargos políticos, que concerne à Lei 26/84 de 31 de julho e respetivas alterações encontradas na Lei 102/88 de 25 de agosto e na Lei 28/2008 de 03 de julho.

20 <http://www.pordata.pt/Portugal/Ganho+medio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+ou+tr+total+e+por+sector+de+atividade+economica-377>, acedido a 27 de dezembro de 2014.

Governo dispõem de viaturas do Estado. Os salários dos titulares de cargos políticos são pagos em 14 prestações mensais.

Quanto à remuneração dos membros da Assembleia da República, esta é hoje vista como "garantia da dignidade individual de cada deputado e proteção contra eventuais riscos de corrupção" (Freire et al.: 2002: 123). Os parlamentares²¹ têm direito a um vencimento base no valor de 3.815,17 euros, acrescidos de 381,52 euros de abonos mensais. É-lhes também atribuído um valor suplementar em ajudas de custo para assistirem a reuniões de plenário ou de comissões, o que dará mais de mil euros mensais para os deputados residentes fora da Grande Lisboa e um valor abaixo deste para os deputados ali residentes, valores que não são tributáveis. Para além disso, os deputados que residam fora do círculo por onde foram eleitos têm direito a receber ajudas de custo até dois dias por semana para deslocações a esse círculo. As ajudas são ainda concedidas a todos os parlamentares nas deslocações oficiais fora de Lisboa, seja no País ou no estrangeiro.

DISPARIDADE DAS REMUNERAÇÕES

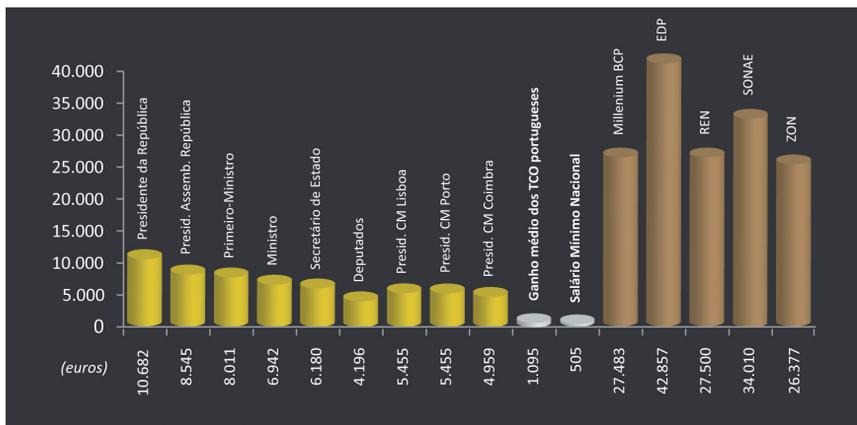
Numa análise sobre o desenvolvimento e a perceção das desigualdades em França, na entrada para o novo milénio, Jean-Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon concluem que "o fosso entre o país e as suas elites tornou-se incontestavelmente maior", acrescentando que "a celebração republicana das elites cede o lugar à denúncia dos privilégios de uma casta" (Fitoussi & Rosanvallon: 1997: 37). Estes professores franceses consideram estar a acontecer uma nova e moderna desigualdade, em que as elites são assimiladas como a "categoria dos que não compreenderam o peso das dificuldades quotidianas da população pelo facto de as não viverem". Transportando o resultado dessa desigualdade para campo profissional, estes autores dão como exemplo que "ao lado de um 'povo' que vive no presente, as elites vivem fora de tempo. Sem conhecerem o desemprego, não vivem, temporariamente sequer, o fenómeno específico de desaparecimento que o desemprego acarreta" (Fitoussi & Rosanvallon: 1997: 37). Em pleno contexto europeu e numa altura em que a austeridade se transformou na palavra de ordem, sobretudo nos Estados em apuros financeiros, como Portugal, esta análise sobre as desigualdades, produzida em França, terá uma ressonância interessante que não podemos aqui desprezar.

Através do gráfico seguinte é possível comparar o valor do salário mínimo português com os vencimentos de titulares de cargos políticos (incluindo o respetivo abono mensal previsto na lei, sem eventuais cortes decorrentes ainda do Plano de Ajustamento), e ainda com a remuneração fixa de alguns presidentes da comissão executiva de empresas que integram o PSI 20. Importa aqui realçar que os "relatórios de governo da sociedade" atinentes às empresas consultadas preveem, para além das remunerações fixas (aqui apresentadas) também uma componente vari-

21 Tendo em conta os vários diplomas como a Lei 7/93, de 01 de março, que define o Estatuto dos Deputados da Assembleia da República, nomeadamente os termos do mandato, imunidades, a definição de antigo deputado e deputado honorário; a Lei 24/95, de 18 de agosto, que introduziu a primeira alteração; a Lei 55/98, de 18 de agosto, que impôs a segunda alteração; a Lei 8/99, de 10 de fevereiro, aplicando a terceira alteração; a Lei 45/99, de 16 de junho, que veio alterar o referente às imunidades, deveres e direitos dos parlamentares; a Lei 3/2001, de 23 de fevereiro, que sujeitou a uma quinta alteração e; finalmente a Lei 52-A/2005, de 10 de outubro, que impôs uma sexta alteração.

ável. No caso da SONAE SGPS, por exemplo, o presidente da comissão executiva, Paulo Azevedo, auferiu em 2013 uma remuneração fixa de 476.150 euros anuais e 872.200 euros de recompensa variável, o que totaliza 1.348.350 euros²². No mesmo ano, a remuneração fixa do presidente do conselho de administração executivo da EDP, António Mexia, corresponde a 600.000 euros brutos anuais, havendo ainda a manutenção dos Planos de Poupança Reforma (PPR) atribuídos durante o mandato, no montante líquido de 10% da sua remuneração fixa anual. Já a remuneração variável pode ir até 80% da remuneração bruta fixa anual mediante sejam alcançados determinados indicadores financeiros, a que acresce ainda um valor plurianual que pode ir até 120% da remuneração bruta anual, em função da "avaliação acumulada da performance dos administradores na materialização da sustentabilidade económica do grupo EDP"²³. Quanto à Galp Energia, a componente variável da remuneração "é determinada em função do cumprimento de objetivos económicos, financeiros e operacionais" e consiste numa atribuição anual e outra trianual, havendo ainda lugar a benefícios de reforma e subsídio de renda de casa se a residência permanente não se situar na área da sede da empresa. Manuel Ferreira de Oliveira, presidente executivo da companhia, auferiu em 2013 um montante de remuneração fixa anual no valor de 1.069.600 euros, acrescido de 267.400 euros em PPR e mais 305.600 euros de remuneração variável²⁴.

Gráfico 1 Comparação dos vencimentos mensais e abonos de titulares políticos com o valor do salário mínimo nacional e o ganho médio dos Trabalhadores por Conta de Outrem, e com a remuneração mensal fixa de cinco presidentes de comissões executivas de empresas que integram o PSI 20.



Como podemos observar a partir do Gráfico 1, os vencimentos dos políticos estão substancialmente abaixo das remunerações auferidas pelos presidentes de comissões executivas das empresas do PSI 20. Ainda assim, estão substancialmente acima do salário mínimo nacional. De acordo com o Expresso, em 2014, o número

22 Relatório do Governo da Sociedade da SONAE SGPS de 2013, p. 50.

23 Relatório e Contas da EDP de 2013, p. 152.

24 Relatório do Governo da Sociedade da GALP Energia de 2013, p. 55.

de trabalhadores portugueses que estariam a receber o salário mínimo oscilava entre os 500 mil e os 600 mil²⁵. Como refere António Sérgio Azenha, "mesmo com ordenados desajustados das responsabilidades inerentes aos cargos de ministro e de secretário de Estado, não é tão mau como parece, ou como apregoam alguns, ser governante em Portugal" (Azenha: 2011: 16).

Os benefícios obtidos pelos políticos e ex-políticos, sejam financeiros ou de outra ordem, fazem deles alvos preferenciais dos *media*, atraídos por uma boa história sobre os poderosos, posto cativarem também a atenção do público. Assim, políticos, ex-políticos, empresários ou banqueiros, estão mais expostos à captação dos holofotes mediáticos e mais propensos ao escândalo político.

METODOLOGIA

Seguindo as tipologias elaboradas por Thompson (2002:154), o fenómeno mediático conhecido por escândalo político encontra-se maioritariamente disperso em três categorias principais: de Poder, Financeiro e Sexual. A primeira categoria diz respeito ao pretensão mau uso, ou abuso, do poder político e é considerada como a forma mais pura de escândalo político, uma vez que é a única que impreterivelmente advém do exercício do poder político. A segunda concerne ao mau emprego de recursos económicos e financeiros, dependam estes da atividade política ou exclusivamente privada do seu protagonista. Por último, de forma mais vincada nos países anglo-saxónicos ou, se quisermos antes fazer referência ao sistema mediático, no designado Atlântico Norte (Hallin & Mancini: 2004), o escândalo sexual envolve a transgressão de códigos sexuais ou conjugais. Complementar à abordagem de Thompson, optámos por inserir uma quarta categoria, a que chamámos escândalo de Conduta, e que diz respeito à transgressão de outras contravenções de comportamentos que são moral e culturalmente reprováveis. A adição desta categoria deve-se ao facto de as três categorias elencadas por Thompson deixarem de fora um importante número de casos ocorridos ao longo da democracia portuguesa, sendo nosso propósito incluí-los.

De acordo com Thompson (2002), se porventura houver simultaneidade de categorias na catalogação do mesmo caso, prevalece o de poder, mesmo que estejam envolvidos ilícitos de ordem financeira, uma vez que esta esfera passa a ser secundária face à de poder. Segundo Thompson, os escândalos de poder são a forma mais pura de escândalos políticos, no sentido de que "as regras ou contravenções cuja transgressão se coloca no coração do escândalo político, são as regras e convenções que governam a forma do poder – isto é, o poder político" (Thompson: 2002:239).

O objetivo traçado para este artigo consiste em observar se os *media* e os jornalistas, fazem referência aos rendimentos e a outros benefícios da classe política, influenciando assim na perceção negativa dos cidadãos face aos protagonistas do escândalo político. A estratégia metodológica adotada recorre a um *corpus* de análise que engloba a seleção, recolha e tratamento de todas

25 <http://expresso.sapo.pt/quantos-trabalhadores-recebem-o-salario-minimo-nao-se-sabe-ao-certo=f865074>, acedido a 05 de janeiro de 2015.

as peças noticiosas que refiram protagonistas políticos envolvidos em escândalos, nos semanários generalistas de referência Expresso, O Jornal, O Independente e Sol, desde 25 de abril 1974 a 25 de abril de 2014, cobrindo assim 40 anos do período democrático português²⁶. As peças jornalísticas foram tratadas em SPSS, procurando dar resposta a um conjunto de variáveis de forma, de conteúdo e de discurso.

Como refere Cunha (2007:28), o primeiro grupo de variáveis “descreve as particularidades do meio de comunicação analisado”, as variáveis do Discurso “incidem sobre as características do tratamento das temáticas”, enquanto que as variáveis de Conteúdo “visam codificar os temas – a substância da comunicação política – e são construídas tendo como suporte teórico a bibliografia de autores reconhecidos na área”. Desta análise resultaram 4.739 peças relativas a 99 escândalos políticos ao longo dos 40 anos. Estas foram segmentadas em quatro grupos, com intervalos de dez anos, no sentido de proporcionar uma comparação entre si.

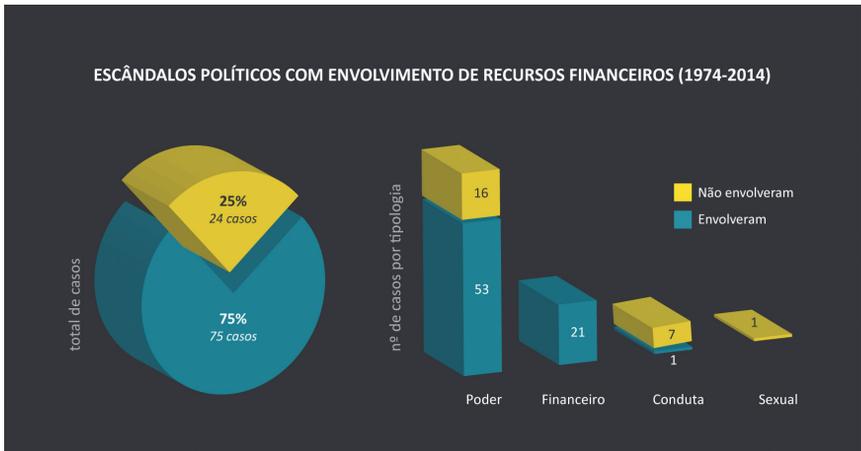
ANÁLISE DE DADOS

Partindo da análise de um *corpus* constituído pelas peças jornalísticas alusivas a escândalos políticos, publicadas em semanários nacionais generalistas de referência – Expresso, O Jornal, O Independente e Sol –, no período entre 25 de abril de 1974 e 25 de abril de 2014, validámos um total das 4.739 peças. Destas, extraímos 99 casos, tendo em conta a categorização em cima referida. As peças foram tratadas recorrendo ao SPSS, tendo para o efeito sido adaptado um *code-book* de análise de imprensa a partir dos trabalhos metodológicos que vêm sendo realizados por Isabel Ferin Cunha (2007a, 2007b, 2012, 2014).

Como ilustra o Gráfico 2, são 75% os escândalos políticos identificados neste trabalho, que se referem a casos com forte conexão a recursos financeiros. Escalpelizando estes casos por tipologia de escândalo, verificamos que, como se afigura evidente, a totalidade dos escândalos Financeiros reportam-se a eventuais ilícitos desta natureza. Já no que concerne aos escândalos de Poder, sendo a sua abrangência temática mais ampla, num total de 69 casos, 53 referem-se a eventuais ilícitos que envolvem expedientes financeiros, o que corresponde a 76,8% desta tipologia. Já os escândalos de Conduta (uma adição nossa à tipologia traçada por Thompson) contam com apenas um caso onde está alegadamente envolvido um motivo financeiro e os Sexuais não envolvem estes recursos.

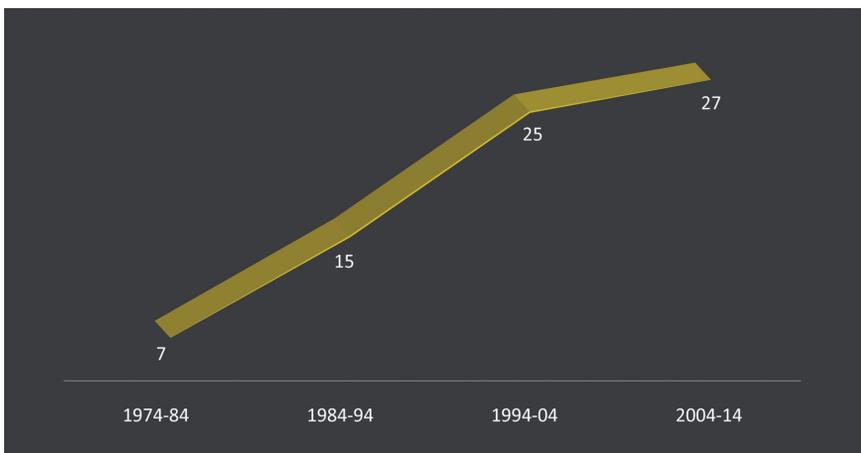
²⁶ *Corpus* relativo ao trabalho de doutoramento de Bruno Paixão.

Gráfico 2. Escândalos políticos cujo enredo envolve recursos financeiros.



No Gráfico 3, podemos observar o aumento contínuo do número de escândalos políticos cujo enredo envolve recursos financeiros. O Gráfico reporta-se ao início dos casos, ou seja, à sua revelação pelos *media*, sendo perceptível que a década 1974-1984 conta com apenas sete casos, passando para 15 o número de escândalos publicados na segunda década. Na referente a 1994-2004 o número de casos registados passa para 25 e na última década, respeitante ao período 2004-2014, ascende aos 27 casos.

Gráfico 3. Ocorrência de escândalos políticos cujo enredo envolve recursos financeiros, agrupados por décadas: 25 de abril de 1974 a 24 de abril de 1984; 25 de abril de 1984 a 24 de abril de 1994, 25 de abril de 1994 a 24 de abril de 2004, 25 de abril de 2004 a 24 de abril de 2014.



A tendência crescente de transgressões de normas ou condutas enraizadas na sociedade, por parte dos políticos envolvidos nos casos, mostra como os ilícitos de

ordem financeira vão tendo um peso cada vez maior na democracia portuguesa. Sendo os escândalos fenómenos mediáticos, é de sublinhar a atenção que os órgãos de informação dedicam ao tema, bem como aos seus protagonistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos aferir se os jornalistas e os *media* fazem menção aos rendimentos e outros benefícios da classe política, podendo assim fomentar uma determinada perceção negativa dos cidadãos face aos protagonistas do escândalo político, pretendemos realçar que distinguindo os políticos pela sua protuberância financeira, atribui-se por consequência uma exigência maior na avaliação das suas ações, o que leva os *media* a deslocar para eles o holofote mediático e a fomentar uma perceção de menor condescendência a este grupo. Acresce a este facto que o escândalo é crítico desde logo porque os *media* influem com acutilância na imagem dos políticos, podendo a sua atuação aumentar ou diminuir capitais simbólicos como a reputação e a confiança. De acordo com Canel e Sanders, "os políticos, sem boa fama, estão perdidos, e é apenas graças a ela que almejam gozar da confiança dos cidadãos" (Canel & Sanders: 2005: 165).

Através da menção a vários artigos na imprensa e de livros de jornalistas, bem como à atenção dada pelos blogues a assuntos atinentes aos benefícios e proveitos da classe política, constatámos que o assunto está bem vivo na ordem do dia. Por outro lado, a tendência crescente de escândalos políticos onde estão envolvidos recursos financeiros, não apenas corrupção como também ilícitos fiscais ou outras formas de obtenção de vantagens financeiras para si ou para outrem, deixa na democracia um rasto negro no que concerne àqueles que assumem a representação da vida pública. Todavia, não podemos também ignorar que é na democracia que os escândalos são possíveis, dada a ação livre e reveladora dos *media*, ao desvendarem ações que noutra forma de regime não passariam no crivo da censura. O que significa igualmente que os *media* hoje expõem mais o fenómeno do escândalo e dão protagonismo às características dos atores políticos, conjugando isso com os seus interesses não só de *ethos* profissional mas também comerciais, com o escândalo a granjear a atenção dos públicos e a suscitar enfoques ricos em infortretenimento.

Como refere Maria Helena Weber, "as instituições e os sujeitos que disputam os espaços públicos, votos e boa vontade, por quaisquer meios, são vulneráveis a julgamentos, curiosidade, expectativas e, portanto, passíveis de formação de opiniões, imagens e dúvidas" (Weber: 2004: 274). Assim, a elite, como temos vindo a sustentar, encontra-se na primeira linha da visibilidade, ficando à mercê não só dos órgãos de informação como também dos cidadãos que os observam a partir das suas trincheiras económicas sem privilégios, vislumbrando uma esfera política radiosa e envolta de benefícios, mas que poderá cair copiosamente com estrondo, se acaso um escândalo for disparado na sua direção.

BIBLIOGRAFIA

- Azenha, A. S. (2011). *Como os políticos enriquecem em Portugal*. Lisboa: Lua de Papel.
- Cabral, M. V., Vala, J. & Freire, A. (2003). *Desigualdades sociais e Percepções da Justiça*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Canel, M. J. & Sanders, K. (2005). *Morality Tales: Political Scandal and Journalism in Britain and Spain in the 1990s*. Cresskill: NJ, Hampton Press.
- Cunha, I. F. (coord.) (2007a). *Jornalismo e Democracia*. Lisboa: Ed. Paulus.
- Cunha, I. F. (2007b). *Agenda da corrupção política nos média portugueses: a imprensa como estudo de caso*. 36º Encontro Anual da ANPOCS.
- Cunha, I. F. (2012). A cobertura televisiva de Partidos, Candidatos e Temas nas Legislativas. In: Figueiras, R. (coord.). *Os média e as eleições Europeias, legislativas e autárquicas de 2009*. Lisboa: Ed. Universidade Católica Editora.
- Cunha, I. (2014). Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 371-419). Lisboa: Alêtheia.
- Fitoussissi, J.-P. & Rosanvallon, P. (1997). *A nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta Editora.
- Freire, A. (coord.) (2001). *Recrutamento Parlamentar, Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa: STAPE
- Hallin, D. C. & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sampaio, G. (2013). *Os privilegiados*. Lisboa: A esfera dos livros.
- Serrano, E. (2014). A corrupção política vista através das redes sociais: metodologias para o estudo de conteúdo Web. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 493-521). Lisboa: Alêtheia.
- Thompson, J. B. (2002). *O escândalo Político. Poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Weber, M. H. (2004). Imagem pública. In: Rubim, A. (org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens* (pp.259-307). Salvador: Edufba.

A COBERTURA TELEVISIVA DA CORRUPÇÃO EM ANOS
ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DO CASO
PETROLÃO NOS NOTICIÁRIOS DE EMISSORAS PÚBLICA E
COMERCIAL.

THE TELEVISION COVERAGE OF CORRUPTION IN ELECTION
YEARS: AN ANALYSIS OF THE BACKGROUND OF THE CASE
PETROLÃO IN THE NEWS PUBLIC AND COMMERCIAL
BROADCASTERS.

ILUSKA COUTINHO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ILUSKA.COUTINHO@UFJL.EDU.BR

JOSÉ TARCÍSIO OLIVEIRA FILHO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

JTARCISIOFILHO@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Segundo eletrodoméstico mais presente nos lares do país, a televisão exerce um papel central também nos processos de (re)conhecimento e acompanhamento das informações políticas no Brasil. E considerando uma das promessas fundamentais do jornalismo a de atuar como um monitor independente, fiel à enfoque de atuar como um poder fiscalizador dos demais, assume-se como perspectiva de investigação o papel desempenhado pelos telejornais veiculados em horário nobre em duas emissoras de televisão na cobertura de um caso de corrupção, o chamado *Petrolão*, desencadeado em 2014, ano de eleições presidenciais brasileiras.

Constituídos como a praça pública na qual o Brasil (é) ditado, como anunciam os títulos de dois livros publicados pela Rede de Pesquisadores de Telejornalismo (Telejor), os telejornais brasileiros seriam um lugar de referência, para Alfredo Vizeu e João Carlos Correia (2008). A partir das contribuições, sobretudo, de Paulo Freire, os autores avaliam as funções dos noticiários de televisão na contemporaneidade, postulando uma ampliação do lugar de segurança que antes ocupavam, para sua conversão em lugar de referência, de construção do real pelos telespectadores.

Na cobertura das informações sobre o poder, no que refere-se às relações entre jornalismo e política no Brasil, os telejornais atuavam como sistemas peritos segundo Ananias José de Freitas: “aparecer na mídia é condição essencial para transitar na esfera política na atualidade” (2000). O autor defendeu então que a cobertura da política no telejornalismo reforçava o esvaziamento desta, valorizava as dimensões da encenação e da estetização e conotava um sentido geral negativo para esse campo.

Iluska Coutinho (2008) acrescenta ainda que por meio de suas coberturas, de sua dramaturgia e ritmos os telejornais também exerceriam um papel político ordenador em sociedades como a brasileira. Segundo a autora, por meio de sua lógica de produção, de suas narrativas, o telejornalismo mostraria o mundo por meio de sua janela, enquadramentos que envolvem recortes, inclusive político, especialmente

em anos eleitorais. É nesse sentido que ganha relevância refletir sobre a cobertura da corrupção nos moldes propostos nesse artigo.

Autores como Teles, Fraiha & Lopes (2014) consideram que a demanda por informações na esfera política é atendida prioritariamente pela mídia, televisiva em particular. Os telejornais seriam uma das principais formas dos cidadãos saberem sobre a corrupção cometida por, ou envolvendo agentes públicos. Ao fazer referência à pesquisa que analisou a percepção dos eleitores acerca da corrupção política nas eleições municipais de Belo Horizonte, em 2012, eles afirmam que: “A televisão parece ser o principal divulgador dos casos de corrupção: 93% do eleitorado soube de casos de corrupção através de informações veiculadas pela televisão” (Teles, Fraiha & Lopes: 2014: 304).

É a partir desse quadro teórico inicial, e da relevância da cobertura da corrupção política nos telejornais brasileiros, que propõe-se analisar a cobertura das denúncias sobre a corrupção envolvendo a Petrobrás, empresa brasileira de capital misto voltada para a exploração de petróleo e seus derivados, em dois telejornais noturnos veiculados nacionalmente: Jornal Nacional (TV Globo) e Repórter Brasil (TV Brasil). Essas denúncias, e sua cobertura, obtiveram destaque midiático ao longo do ano de 2014 e demonstraram tratamentos distintos entre emissoras brasileiras que apresentam diferentes modelos de gestão e financiamento. Na mídia comercial o assunto se fez presente nos alinhamentos (*scripts*) dos telejornais de forma contínua.

Entretanto, observou-se a necessidade de avaliar como essa cobertura seria realizada pela TV Pública Brasileira – já que a maior parte das ações da petrolífera é proveniente do Governo Federal, responsável pelo repasse de parte considerável dos recursos para a emissora. Também há de se notar que a parte mais intensa das investigações, como o depoimento de ex-diretor do setor de abastecimento da companhia, Paulo Roberto Costa, e de um dos membros envolvidos no esquema, o doleiro Alberto Youssef, aconteceu justamente no intervalo compreendido entre o primeiro e o segundo turno das eleições para presidente.

Os resultados apresentados neste artigo são referentes a uma pesquisa que começou em março de 2014, através da análise de um dos primeiros casos de corrupção envolvendo a Petrobrás – o da refinaria de Pasadena, cujos dados foram apresentados no Congresso Latino-Americano dos Investigadores da Comunicação (ALAI), realizado no Peru. O trabalho consistiu na análise da cobertura do telejornal mais visto do país, o Jornal Nacional, veiculado pela TV Globo, emissora comercial, e do Repórter Brasil segunda edição, da TV Brasil, emissora pública.

Para compreender o tratamento dado por esses dois telejornais à divulgação das notícias envolvendo a Petrobrás, consideramos importante retomar as informações levantadas nesta primeira pesquisa, e relacioná-las com a nova análise realizada às vésperas das eleições, um dos momentos considerados mais delicados do ano eleitoral brasileiro. Realiza-se assim breve retrospectiva do Caso *Petrolão* – como é chamado esse esquema de corrupção na mídia comercial brasileira, assim como caracterizar o Repórter Brasil e o Jornal Nacional quanto às suas origens e propostas.

PETROLÃO: CORRUPÇÃO, POLÊMICA E ÊNFASE MIDIÁTICA.

Escândalos, rombos, corrupção foram apenas algumas das palavras repetidas dia após dia pela grande mídia brasileira ao longo de 2014 em referência a

maior empresa petrolífera do Brasil. O primeiro caso de maior repercussão foi em março, envolvendo a compra da refinaria da cidade de Pasadena, nos Estados Unidos. A transação foi divulgada por parte da imprensa nacional e por políticos da oposição, como um dos piores negócios da história da Estatal desde sua fundação, em 1953.

Segundo informações divulgadas pelo Jornal Nacional, em 2005 a empresa Belga Astra Oil comprou Pasadena por US\$ 126 milhões. Um ano depois, a Petrobrás adquiriu metade da empresa por US\$ 416 milhões. O valor chamou a atenção por ser bem maior do que os belgas haviam pago por toda a refinaria. A justificativa, na época, é de que haviam sido realizados investimentos que agregaram valor ao negócio. Porém, os gastos foram ainda maiores. Em 2008 a Astra Oil, alegando conflitos de gestão com a Petrobrás, obrigou a estatal brasileira a comprar o restante da refinaria – o que seria permitido devido a uma cláusula chamada de “*put option*” no contrato. Depois de acionar a justiça americana e perder a causa, a Petrobrás teve que desembolsar US\$ 820 milhões pela outra metade de Pasadena, acumulando um gasto total de US\$ 1,236 bilhões, um valor considerado excessivo pelos economistas.

Os principais telejornais de emissoras comerciais brasileiras intensificaram a cobertura no dia 19 de março, quando a presidente Dilma Rousseff divulgou um comunicado oficial na qual afirmava desconhecer cláusulas importantes do contrato de compra entre a Petrobrás e a Belga Oil. Durante nove dias, Oliveira Filho e Coutinho (2014), do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais da Universidade Federal de Juiz de Fora, analisaram a repercussão do caso no Jornal Nacional e no Repórter Brasil 2ª Edição.

A análise de conteúdo apontou um contraste entre a repercussão excessiva das denúncias e o silêncio. Enquanto o Jornal Nacional investiu no caso de forma sistemática, dedicando 54m31s de cobertura nos dias pesquisados, o Repórter Brasil abordou o assunto em apenas 3m20s no mesmo período. O telejornal da TV comercial repercutiu o caso para além de Pasadena, e intensificou a polêmica envolvendo a Petrobrás através de outras obras da Estatal que também haviam indícios de irregularidades, como o atraso das obras na refinaria de Pernambuco e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Em algumas reportagens, a oposição obteve maior espaço, como na edição em que foi divulgado o comunicado oficial da presidência da república. Logo após a veiculação do conteúdo do documento foi inserida uma sonora¹ do senador Aécio Neves (PSDB), então pré-candidato às eleições presidenciais, com 23 segundos de duração. Nela, o adversário político do governo fez críticas à presidente, que na época em que o contrato foi fechado, era Ministra da Casa Civil. Depois, com sete segundos a menos, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB), defendeu as condutas da atual chefe do executivo (Oliveira Filho e Coutinho: 2014:10).

Com uma ênfase maior no assunto, o Jornal Nacional também apresentou uma cobertura mais diversificada em termos dos formatos jornalísticos utilizados, como

1 Sonoras são as entrevistas gravadas e que, geralmente, são inseridas numa reportagem. Alguns telejornais utilizam também a sonora de forma isolada, quando é veiculada fora de uma matéria.

reportagens, notas secas², artes³ e notas cobertas⁴. Imagens gravadas nos Estados Unidos também foram exibidas com frequência e com uma logo colorida no canto da tela com o símbolo da TV Globo, que remetia a exclusividade. Com condições financeiras mais enxutas, a TV Brasil se mostrou excessivamente cautelosa na abordagem do tema. Porém, foi inevitável questionar o silêncio diante do caso.

É evidente que a TV Brasil não possui tantos recursos quanto a estrutura comercial para enviar um correspondente ou cinegrafista para Pasadena, como fez o Jornal Nacional. Porém, as discussões realizadas no Congresso eram cobertura de fácil acesso para a emissora pública, na medida em que ocorriam mesma cidade onde o telejornal é ancorado - Brasília. É importante destacar também que alguma das notas, como a exibida no dia 19/03, quando começou a série de reportagens pelo JN, foram dedicadas exclusivamente para dar voz a defesa do governo federal. Nenhum depoimento de parlamentares da oposição, que protocolaram o pedido da CPI, foi inserido. Já o Ministro da Justiça, durante 44 segundos, encontrou espaço para criticar a conduta de deputados e senadores do congresso que fizeram o pedido da Comissão Parlamentar. Atitudes como essa, mostram o aparente "medo" de uma emissora - que tem a maior parte das verbas oriundas do governo - em dar destaque a assuntos polêmicos, que envolvem a presidência (Oliveira Filho e Coutinho: 2014: 12).

O comportamento das duas emissoras no caso Pasadena representou o contraste existente entre as TVs Comerciais e Públicas brasileiras. Num aspecto prático, entre aquelas que dependem do dinheiro privado, e por isso precisam fomentar assuntos potenciais geradores de audiência, e emissoras que vivem às custas dos recursos repassados pelo governo, e portanto, aparentam encarar as denúncias envolvendo o poder executivo com maior cautela, e muitas vezes, sem profundidade. Essas características foram frequentemente visualizadas durante o ano de 2014. Entretanto, a realização das eleições presidenciais demonstrou a necessidade de avaliar como a mídia iria conduzir as denúncias diante do embate entre as candidaturas da oposição e do governo que tentava a reeleição. Um agravante foi a divulgação do depoimento do ex-diretor de abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef, pela Justiça do Estado do Paraná, em pleno segundo turno eleitoral. Os réus revelaram com detalhes como funcionava os esquemas de corrupção envolvendo a Petrobrás.

Toda a investigação pertence à Operação Lava Jato, da Polícia Federal Brasileira, que identificou dirigentes da Petrolífera envolvidos com o pagamento de propina a políticos e grandes empreiteiras. As propinas eram cobradas através do recolhimento

2 Nota seca é o texto lido pelo apresentador para noticiar algum assunto. O termo "seca" é utilizado para demonstrar que a informação é transmitida apenas pela voz do apresentador, sem o uso de imagens, artes ou qualquer outro recurso.

3 As artes são os recursos gráficos utilizados pelos telejornais para explicar com maior didatismo o assunto. Podem ser mapas interativos, infográficos ou esquemas feitos por uma equipe composta geralmente por profissionais de designers gráficos que trabalham sob demanda da ilha de edição.

4 A nota coberta trata-se de uma nota seca, lida pelo apresentador, entretanto acompanhada com imagens. Geralmente é utilizada quando o assunto não tem o destaque para virar uma reportagem completa ou não há tempo suficiente para editar a reportagem. A nota coberta pode ser produzida com imagens gravadas por um cinegrafista profissional ou mesmo por fotos/vídeos enviados por telespectadores.

mento de 3% no valor dos contratos da Estatal. Dezenas de pessoas, entre políticos e empresários, estariam envolvidos, consolidando todo o esquema como *Petrolão* pela mídia comercial brasileira - em referência ao *Mensalão*⁵, um outro escândalo de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Governo Federal. Considerando a repercussão e o momento político daquela ocasião, foi realizada uma nova pesquisa para visualizar como os telejornais conduziram essa turbulência na política brasileira. Porém, antes, consideramos importante caracterizar as diferenças entre as origens e propostas entre os dois telejornais considerados objetos de estudo deste trabalho.

JORNAL NACIONAL E REPÓRTER BRASIL

A primeira edição do Repórter Brasil foi veiculada no dia 3 de dezembro de 2007, um dia depois do início das transmissões da TV Brasil pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC)⁶. Veiculado de segunda a sábado às 21 horas, com uma hora de duração, incluindo intervalos, o telejornal tem seu estúdio em Brasília, mas conta com material de parceiras de todo o país.

Por ser produzido e veiculado em uma TV Pública, considera-se que o dinheiro que custeia o programa é proveniente do cidadão e, portanto, o conteúdo da emissora não deveria ser submisso aos interesses do governo federal. Essa questão da independência é reafirmada por vários autores que se dedicam a caracterizar a TV Pública na América Latina, como Barbero (2002) e Fernández (2002).

A autonomia para definir a produção, programação e veiculação do conteúdo também constitui um dos princípios descritos no Manual de Jornalismo da EBC. Nele, a base dos princípios é atrelada a construção da cidadania e da democracia, garantindo a expressão da diversidade social, cultural, regional e étnica. Há também ênfase na subordinação do trabalho da EBC aos interesses da sociedade (Manual de Jornalismo da EBC, 2013: 10). Em suma, o documento considera, entre os objetivos, os seguintes tópicos:

Quadro 1: Princípios editoriais da Empresa Brasil de Comunicação

Pluralidade	Promover o acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo.
Imparcialidade	Os jornalistas, comunicadores e todos aqueles que atuam no processamento da informação que a EBC oferece ao público têm o dever de evitar o partidarismo, a pregação religiosa, o tom promocional e qualquer finalidade propagandística. A informação deve refletir a verdade dos fatos.
Liberdade	Valorizar e defender a liberdade de imprensa e de expressão como fundamento da democracia;

5 *Mensalão* se refere a um escândalo político que aconteceu entre 2005 e 2006 durante a gestão do Governo Lula (PT). O esquema se caracterizou pela compra de votos de parlamentares do Congresso Nacional do Brasil para viabilizar a aprovação dos projetos encaminhados pelo governo federal. A investigação foi realizada pelo Ministério Público e o julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal em 2014.”

6 A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi criada em 2007 com o intuito de gerir as emissoras de rádio e televisões públicas federais. Atualmente, é responsável pela TV Brasil, Rádios EBC, Agência Brasil, Radioagência Nacional e Portal EBC. O órgão conta com um Conselho Curador que tem o objetivo de fiscalizar a programação e constituir um elo entre a sociedade e as atividades desenvolvidas pela EBC.

Debate Público	Fornecer espaços e meios para o debate público acerca de temas de relevância local, regional, nacional e internacional, assegurada a expressão de ideias, opiniões e pontos de vista divergentes.
Proselitismo	Vedar qualquer forma de proselitismo.
Inovação	Buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos.

Fonte: Manual de Jornalismo da EBC, 2013: 23-24

É importante compreender esses indicadores de qualidade pois também se constituem parâmetros de análise. Um tópico do manual intitula-se denúncias e denúncias, estabelece que “toda denúncia deve ser confirmada antes de ser publicada” (Manual de Jornalismo da EBC: 2013: 31). A apuração é evidenciada de forma paralela à cautela no tratamento da informação.

É recorrente a busca da repercussão para uma denúncia visando a transformá-la em realidade ou gerar consequências concretas pela força da difusão. Os interesses por trás dessas denúncias são ocultos e o jornalismo da EBC tem a obrigação de esforçar-se para não ser instrumento desse tipo de ação, habitualmente rotulada como denunciismo (Manual de Jornalismo da EBC: 2013: 31).

O órgão também evidencia a necessidade de informar o cidadão a respeito de cada acontecimento, inclusive o desfecho.

Muitos dos preceitos elencados pela EBC, que servem de norteadores qualitativos para o Repórter Brasil, também são considerados pelo Jornal Nacional, da TV Globo, como a isenção e a necessidade de levar a informação de forma completa e verídica ao telespectador. Os aspectos estão descritos nos Princípios Editoriais das Organizações Globo, publicizados em agosto de 2011. Um dos tópicos trata da necessidade de correção diante da veiculação de conteúdo equivocado; também estabelece-se a priorização do contraponto, de forma que todos os envolvidos em uma notícia sejam ouvidos. Segundo o editor chefe e apresentador do Jornal Nacional, William Bonner (2009) o principal objetivo do telejornal é noticiar o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo. Se por um lado a expressão, pode ser interpretada como uma necessidade de manter o telespectador informado, ela também pode ser analisada, através de um olhar crítico, como uma preocupação do editor chefe em evitar furos jornalísticos e estar sempre à frente do que é divulgado pela mídia – aumentando assim a credibilidade perante a audiência e os anunciantes.

Em termos histórico-estruturais, o Jornal Nacional é telejornal mais antigo ainda em veiculação na televisão brasileira e consolida-se ano após ano como o de maior audiência. Veiculado na emissora de propriedade da família Marinho, a primeira edição foi exibida em 1969. Assim como Repórter Brasil também é transmitido no período noturno, porém, com início às 20h30. A duração é de pouco mais de 30 minutos.

PARÂMETROS DE ANÁLISE DA QUALIDADE

Na busca pela elaboração de indicadores que possam servir como parâmetros de análise do conteúdo do Jornal Nacional e do Repórter Brasil considera-se necessária uma revisão teórica que aborde os papéis das emissoras públicas e comerciais e indique critérios de qualidade voltados para a área audiovisual jornalística.

Um dos trabalhos que é considerado referência para a radiodifusão pública são os indicadores de qualidade formulados por Bucci et al. (2012) com parte da série Debates, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em um breve histórico, os autores resgatam a importância da independência para as emissoras públicas, já que “na prática, e não apenas na lei, a radiodifusão deve levar informação e cultura à sociedade, ajudando-a no acesso à informação independente, no livre trânsito das ideias e na formação crítica dos cidadãos (Bucci et al.: 2012: 13).

Os autores elaboraram 188 indicadores de qualidade, que na prática, são perguntas que devem auxiliar o comunicador e gestor da TV Pública a avaliar se o jornalismo praticado pela emissora cumpre seu papel em uma sociedade democrática. Os indicadores são formulados com base em três condições que Bucci et al. (2012) consideram essenciais para atender ao interesse público: a independência, garantia de financiamento e transparência.

Na formulação da base qualitativa, Bucci et al. (2012) utiliza como base o estudo de Eric Barendt, que cita aspectos que devem caracterizar uma TV Pública. Entre eles, destacam-se a abrangência geográfica, a preocupação com a identidade e a cultura nacionais, a independência tanto do Estado quanto de interesses comerciais, a imparcialidade e a diversidade na programação e financiamento substancial proveniente de uma taxa paga pelos usuários⁷.

Outra contribuição para pensar a qualidade é o conceito de modo de endereçamento, utilizado na análise do telejornalismo por Gomes (2005), que aborda as estratégias do Jornal Nacional para se identificar com o telespectador. “Modo de endereçamento é aquilo que é característico das formas e práticas comunicativas específicas de um programa, diz respeito ao modo como um programa específico tenta estabelecer uma forma particular de relação com sua audiência” (Morley & Brunson: 1978, apud Gomes: 2005: 2). Segundo Gomes (2005) a compreensão do modo de endereçamento é feita através de operadores, que são definidos como os mediadores⁸; a temática e organização das editorias; o pacto sobre o papel do jornalismo; o contexto comunicativo; os recursos técnicos a serviço do jornalismo; os recursos da linguagem televisiva; os formatos de apresentação da notícia; a relação com as fontes de informação; e o texto verbal. A autora ainda cita uma série de elementos que faz com que o estilo do telejornal se identifique com a audiência, como a humanização dos relatos, os apresentadores, o sentimento nacionalista, entre tantos outros. Um dos exemplos se refere a imparcialidade. “A notícia “imparcial” e *in loco* é a marca privilegiada do JN. Uma das formas mais visíveis da construção da credibilidade no JN é através da elaboração, retórica, dos “dois lados da notícia”⁹ (Gomes: 2005: 8).

7 Algumas TVs Públicas que são consideradas referências, como a BBC, aplicam a taxa aos cidadãos, como diz Rothberg (2011). Entretanto, vários autores discutem a dificuldade de implantá-la em países onde não há a tradição dessa cobrança, como é o caso do Brasil. Portanto, os recursos são repassados de forma majoritária pelo Governo, que não exclui o caráter público da emissora, apesar da necessidade de avaliar sistematicamente a influência deste na programação da emissora.

8 Segundo Gomes (2005), os mediadores são caracterizados pelos apresentadores ou pivôs; a temática e a organização das editorias são descritos no telejornalismo como atenção concedida a forma de organizar e apresentar diferentes editorias, estabelecer uma proximidade com a audiência; o pacto sobre o papel do jornalismo trata da ligação entre o programa e o telespectador, referindo-se aos elementos que efetua a relação entre ambos; e o contexto comunicativo é definido como o ambiente em que o programa televisivo é veiculado.

9 Traquina (2005) faz uma crítica a respeito da forma como muitos telejornais constroem a nar-

Também tratando da qualidade, Becker (2009), afirma que os cuidados básicos com as informações, como a apuração, são capazes de gerar uma notícia de qualidade. Porém, reforça que é preciso ir além. A questão da diversidade de programas e conteúdos destinados a diferentes audiências e a descentralização dos meios é colocada como um ponto essencial para o fortalecimento da democracia e para a qualidade do trabalho jornalístico (Becker: 2009: 107). A autora também aborda um dos pontos mais conflitantes que envolvem as emissoras em relação aos seus financiadores.

As relações das empresas de comunicação com os poderes públicos e privados limitam a construção de relatos jornalísticos, assim como as condições de produção, e os recursos financeiros disponíveis para serem investidos em matérias mais elaboradas. Não podemos compreender o jornalismo como uma atividade filantrópica, a notícia é um produto, mas há possibilidade de trabalhar os conteúdos jornalísticos, garantindo lucros, com notícias mais contextualizadas (Becker: 2009: 107).

Também podemos utilizar como critério de qualidade os preceitos que vem sendo elaborados por Coutinho (2014) na coordenação de pesquisas que envolvem o telejornalismo público, através do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais. Em artigo publicado na quarta edição da Revista do Conselho Curador da EBC foi enfatizada como a ausência de uma regulação midiática no Brasil tem comprometido a prática de critérios que são constantemente levantados por organizações, pesquisadores e profissionais de comunicação – o que dificulta a formação de um papel midiático além da informação, com a propriedade de compreensão e reflexão da realidade.

A pesquisadora afirma que os pressupostos da TV Pública, como o pluralismo, diversidade e independência, devem também ser incorporados ao jornalismo em geral, o que concluímos ser independentemente de modelos de financiamento. Assim, a TV Pública brasileira pode ocupar um lugar importante, no sentido de aprimorar o interesse público e as diretrizes de atuação da mídia.

Em relação aos aspectos qualitativos que devem constar na grade da emissora, além dos citados anteriormente, Coutinho (2014) ainda considera o compromisso com a cidadania - que deve se traduzir na preocupação em explicitar os contextos e problemáticas e incentivar a participação de forma que crie o sentimento de protagonismo por parte do telespectador. Essas premissas constituiriam a base de uma TV que tem por objetivo criar um sentimento de pertencimento por parte dos cidadãos. A autora afirma que "essa nova forma de narrar, nos canais públicos da EBC, teria como diretrizes editoriais: cobertura temática, prestação de serviços, espaço para a prestação de serviços e protagonismo do cidadão (Coutinho: 2014: 28).

METODOLOGIA DE ANÁLISE

A divulgação por parte da imprensa do depoimento de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobrás, e do doleiro Alberto Youssef, é considerada o ponto de partida da análise. A primeira matéria a respeito do assunto foi

rativa. Essa estrutura comumente é veiculada através de dois lados, o bem contra o mal – numa analogia a velha dualidade moço versus vilão.

veiculada no dia 09 de outubro pelo Jornal Nacional e um dia depois pelo Repórter Brasil. Entretanto, para a definição das edições de análise foi preciso considerar dois fatores. Primeiramente, o período de repercussão - já que era de se esperar que ambos os telejornais, de acordo com o que preveem o próprio manual de jornalismo e os princípios editoriais, iriam acompanhar o desenvolvimento do caso, e o período que compreendeu o segundo turno das eleições para presidente, que se estendeu dos dias 06 de outubro até 26 do mesmo mês.

Diante das variáveis, a análise foi realizada entre os dias 09 de outubro, data da divulgação dos depoimentos, até 25 de outubro, quando foram veiculadas as últimas edições do Jornal Nacional e Repórter Brasil antes das votações do segundo turno. O conteúdo foi capturado através do site¹⁰ de cada noticiário, que disponibiliza as matérias poucas horas depois de serem veiculadas na TV aberta.

No total foram 15 edições analisadas do Jornal Nacional e 14 do Repórter Brasil. A diferença quantitativa se refere à ausência da edição do dia 09 de outubro por parte do Repórter Brasil. Um e-mail chegou a ser enviado para a diretoria de jornalismo da EBC que confirmou que os vídeos não foram carregados para a página virtual. Entretanto, por dedução, consideramos que provavelmente a primeira inserção sobre o assunto foi divulgada apenas no dia 10, já que nesta data o título do vídeo foi definido como “Justiça Federal divulga depoimento do ex-diretor de abastecimento da Petrobrás”, entendendo-se, portanto, que foi a partir deste momento que o Repórter Brasil iniciou a cobertura referente aos depoimentos de Paulo Roberto Costa – o que não prejudicaria este estudo.

A metodologia utilizada, de análise de conteúdo, considerou os seguintes aspectos:

1. Formato: no que se refere a classificação da estrutura da reportagem, como por exemplo, nota seca, nota coberta, reportagem completa¹¹, stand-up¹² ou vivo¹³.
2. Sonoras: além da quantidade também buscamos identificar o posicionamento político de cada pessoa entrevistada, e perceber aspectos relativos à isenção e pluralidade.
3. Tempo: em cada inserção foi medido o tempo de duração. O tempo dedicado ao assunto é um dado que permite visualizar situações de omissão ou

10 O acesso aos sites é aberto. A página do Jornal Nacional está disponível no Portal G1, através do link: g1.globo.com/jornal-nacional. Já as edições Repórter Brasil podem ser acessadas através do link: tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil.

11 Neste trabalho utiliza-se como conceito de reportagem completa o modelo mais difundido pelas TVs comerciais e públicas brasileiras, composto por off-sonora-passagem. O primeiro se refere a locução do repórter sobre as imagens; a sonora são as entrevistas; a passagem representa a aparência do repórter, geralmente com a função de acrescentar uma nova informação ou direcionar a reportagem para outra angulação.

12 Stand-up é um modelo de veiculação da notícia semelhante ao vivo, entretanto, se diferencia por ser gravado. Nele, o repórter grava as informações olhando diretamente para a câmera, com ou sem a presença de um entrevistado.

13 O vivo consiste na participação do repórter no telejornal em tempo real. A inserção é feita após a cabeça do apresentador. O vivo tem o costume de ser realizado no local do acontecimento, de forma a caracterizar o assunto em questão. É utilizado para dar dinâmica ao noticiário com informações de última hora ou que ainda estão acontecendo.

excessos na cobertura. Na análise, consideramos no tempo total, além do VT¹⁴, a cabeça¹⁵ e a nota pé¹⁶.

4. Recursos: este tópico se refere aos recursos utilizados pela equipe de reportagem e pela edição para tornar o formato utilizado mais rico, seja em forma de artes, narrativas diferenciadas ou uso de arquivos.

Por meio destes operadores buscou-se levantar dados qualitativos e quantitativos, de forma que pudessem indicar caminhos interpretativos que permitam visualizar as características de cada cobertura, os pontos fortes e fracos e as contribuições para um telejornalismo de qualidade.

PETROBRÁS EM PAUTA: ANÁLISE DAS COBERTURAS

A primeira divulgação dos depoimentos de Costa e Youssef pelo Jornal Nacional foi realizada no dia 09 de outubro - um dia antes do Repórter Brasil. A reportagem teve duração extensa para o padrão do telejornal cujas matérias raramente passam dos 3 minutos. Com 7 minutos e 48 segundos, mais 1 minuto e 39 segundos de nota pé, a reportagem intitulada "Ex-diretor da Petrobrás e doleiro Alberto Youssef delatam a corrupção da Petrobrás" divulgou vários trechos dos depoimentos dos réus do caso Petrolão. Neles, foi explicado como eram realizados os desvios, os beneficiados e a porcentagem de recursos destinada aos corruptores.

A matéria utiliza imagens do local onde aconteceram os depoimentos, fachadas de prédios, como do Supremo Tribunal Federal, imagens de arquivo para mostrar os dois envolvidos (enquanto cita em off partes dos depoimentos), arte para explicar como funcionava o esquema que envolvia três partidos (PP, PMDB e PT) e para detalhar o áudio dos depoimentos. Em síntese, explica que a propina era viabilizada através de um desvio de um percentual dos contratos realizados com as empreiteiras que era repassado a membros internos da Petrobrás e encaminhado também a políticos.

Deve-se notar que apesar da reportagem ser longa, não houve nenhuma entrevista. Essa constatação pode entrar em choque com os preceitos de qualidade defendidos pelos princípios editoriais da emissora. Em uma inserção com mais de 10 minutos, incluindo cabeças e notas pé, a ausência de entrevistas também pode ser interpretada como uma estrutura incapaz de gerar contrapontos,

14 VT é todo o conteúdo audiovisual editado pela ilha de edição de um telejornal. Podem ser reportagens, matérias, stand-up ou mesmo um infográfico previamente gravado. Os VTs são organizados antes do telejornal começar através de um espelho – onde consta todos os VTs que deverão ser veiculados pelo noticiário.

15 Cabeça é o texto lido pelo apresentador que antecede a reportagem. Tem o objetivo de contextualizar o telespectador acerca da matéria que será exibida em seguida.

16 Nota pé se refere ao texto lido pelos apresentadores após a exibição de uma reportagem. Tem a função de complementar a matéria com informações que não foram inseridas no texto do repórter. No Brasil, em reportagens de denúncia, é comum inserir na nota pé a versão dos envolvidos que não ganharam espaço através de entrevista no VT.

já que a única versão apresentada é relativa a organização da matéria – realizada pelos próprios editores. Especialistas políticos, os próprios envolvidos e representantes dos partidos não foram ouvidos. O espaço foi concedido apenas em nota pé, lidas, como de prática, pelos próprios editores-apresentadores do Jornal Nacional.

Também é questionável o critério escolhido para o uso das imagens de arquivo dos personagens para cobrir o off da repórter que detalha os depoimentos. Em uma delas, visivelmente antiga e aparentemente incompatível com o "padrão Globo de qualidade", aparece Youssef (aparentemente mais novo que atualmente) em uma mesa piscando um dos olhos - numa simbologia que remete à esperteza ou atos dignos de entrelinhas. A escolha da imagem pode ter sido estratégica pelos editores do telejornal para "encaixar" o personagem a imagem de corrupto.

Figura 1: Youssef representado pelas imagens de arquivo do Jornal Nacional



Legenda: As imagens capturadas na página do Jornal Nacional na internet mostram sequência de frames do arquivo veiculado pelo telejornal para cobrir o off da repórter quando se cita o doleiro Alberto Youssef.

Nos dois dias seguintes, o telejornal exibiu matérias que repercutiram o caso. Duas delas, inclusive, apresentaram conteúdo semelhantes. Através do próprio título é possível visualizar essa aproximação de propostas. No dia 10/10/2014 foi veiculada "Ex-diretor da Petrobrás e doleiro dão detalhes sobre cartel e corrupção e contratos". Já a do dia 11/10/2014 traz como título "Paulo Roberto Costa revela detalhes de como os operadores atuavam para garantir propinas". A impressão ao realizar a análise de conteúdo é de que o telejornal buscou divulgar as informações dos depoimentos em pequenos pacotes, de forma que tivesse conteúdo "inédito" por vários dias. A inovação também não aparece na estrutura das duas reportagens, que assim como a veiculada no dia 09 de outubro, não fazem uso de sonoras e se utilizam dos depoimentos divulgados pela justiça através de artes.

Nestes três dias, a única reportagem que se distanciou deste padrão foi a exibida no dia 10/10/2014 que mostrou como os depoimentos de Costa e Youssef estavam se refletindo nas campanhas eleitorais. O candidato à presidência Aécio Neves (PSDB), da oposição, afirmou em sonora de 39 segundos que a cor-

rupção se institucionalizou no que chama de "seio da nossa maior empresa" e cobra maior investigação, prometendo, caso fosse eleito, que iria aprofundá-las. Já a candidata à reeleição do PT, Dilma Rousseff, disse em sonora cinco segundos maior, estranhar a divulgação dos áudios em meio a campanha eleitoral e defendeu a apuração do caso. Na própria reportagem e na nota pé, o telejornal rebateu, de forma discreta, a fala da presidente, ressaltando que os depoimentos não eram sigilosos.

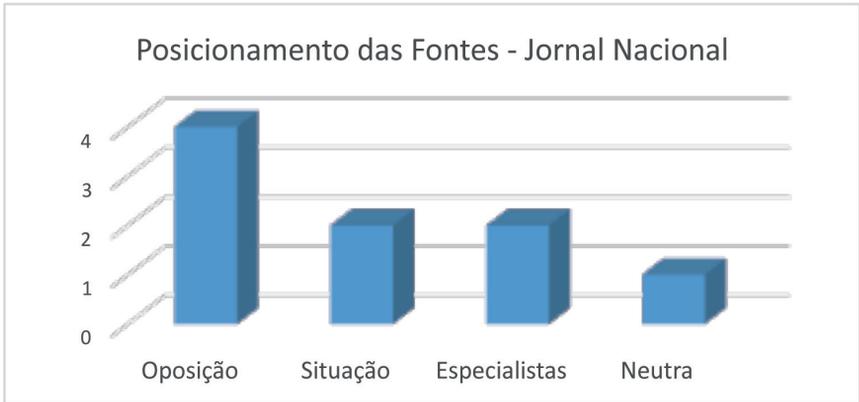
Ainda neste contexto, percebe-se que o Jornal Nacional buscou resguardar sua credibilidade acerca da acusação de Dilma Rousseff a respeito da divulgação dos depoimentos em pleno segundo turno eleitoral. No dia 14/10/2014, a matéria "Juizes federais apoiam colega responsável pela apuração do escândalo da Petrobras" mostra que a Associação dos Juizes Federais do Brasil, a oposição e o Ministério Público do Paraná defenderam a atuação do Juiz Sérgio Moro, que autorizou a divulgação do conteúdo do depoimento de Costa e Youssef. Em sonora, o vice-presidente da associação dos juizes explica que a investigação é pública, por isso, não houve irregularidade. Entretanto nota-se a ausência do principal personagem de toda a reportagem. O Juiz Sérgio Moro, mote da matéria, não foi ouvido e os apresentadores e o repórter também não falaram se tentaram entrar em contato com ele. Questiona-se, neste caso, o motivo dessa opção. Várias perguntas, que deveriam ser feitas ao juiz ficaram sem respostas – entre elas, o porquê de não ser sigiloso? os depoimentos, que não foram comprovados ainda e estão em investigação, não poderiam beneficiar determinado candidato em pleno segundo turno eleitoral?

No dia 15/10/2014 o Jornal Nacional repercutiu o assunto dizendo que outra obra da Petrobrás estava sendo investigada. Em nenhum momento é dito se as denúncias foram ou não confirmadas – situação que ganha peso considerando o período eleitoral. Na única sonora da reportagem de 2 minutos e 11 segundos, um relator do Tribunal de Contas da União (TCU) diz que a denúncia é grave, mas que precisa ser investigada. Apesar de citado como um dos comandantes do esquema, Costa não foi ouvido.

Em meio às polêmicas, direcionadas principalmente a aliados do governo, na edição de 17/10/2014 o Jornal Nacional exibiu uma reportagem de 4 minutos e 29 segundos dizendo que Costa citou um membro da oposição (PSDB) como um dos políticos que recebeu propina. O telejornal utiliza de imagens dos jornais impressos Folha de São Paulo e Estado de São Paulo para desenvolver o assunto. Considerando o tempo midiático de cada veículo, questiona-se o fato do telejornal, que deveria ter mais agilidade para informar, ter sido pautado pelos impressos. A matéria diz que cerca de R\$ 10 milhões teriam sido desviados para abastecer a campanha do PSDB – partido de Aécio Neves - em 2010. Apontado como possível operador, o senador Álvaro Dias (PSDB), foi ouvido em sonora e negou a participação. No mesmo VT é dito que um órgão americano que cuida do mercado de ações também investiga a Petrobrás. São utilizadas imagens de relatórios e da fachada do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

Durante o período analisado, o Jornal Nacional fez o uso de 9 sonoras. A distribuição dos posicionamentos políticos ficou configurado da seguinte forma, segundo a análise:

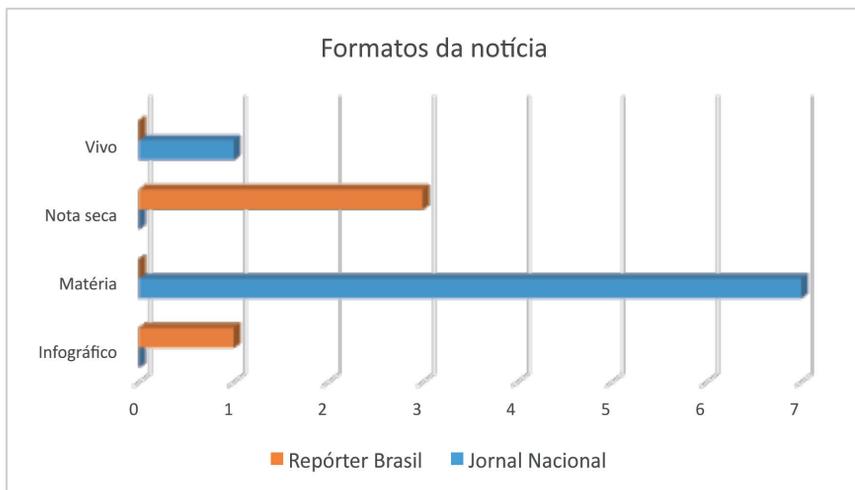
Gráfico 1



Entre os que foram enquadrados como oposição, estão o líder do PSDB que cobrou investigação; o senador Álvaro Dias (PSDB), que se defendeu da acusação de ser considerado um dos operadores do esquema; e o candidato à presidência Aécio Neves. Visualizados como da situação, estão a candidata à reeleição Dilma Rousseff e o relator da CPMI, Marcos Maia (PT) que concedeu uma entrevista dizendo que não poderia levar as denúncias para o lado eleitoral. Foram classificados como especialistas o membro da Associação dos Juizes Federais do Brasil, que defendeu a atuação do juiz Sérgio Moro em relação a divulgação dos depoimentos, e o relator do TCU, Ministro José Jorge, ao falar da apuração de mais uma obra vista como superfaturada por funcionários da Petrobrás. Incluído na categoria de sonora neutra, o presidente da CPMI, Vital do Rêgo (PMDB), é ouvido na condição de presidente da comissão de investigação – apesar de pertencer a um partido da base aliada do governo.

Já o Repórter Brasil apresentou uma cobertura bastante distinta da realizada pelo Jornal Nacional. Nos 15 dias dedicados à análise, em apenas quatro o tema esteve presente no script do noticiário – mesmo assim, na maioria das vezes, em formato de nota seca. Apenas no primeiro dia foi inserida uma arte com um trecho do depoimento do ex-diretor de abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa. Portanto, a configuração do formato da notícia se distanciou do que se viu na emissora comercial.

Gráfico 2



Fontes: Jornal Nacional e Repórter Brasil 2ª Edição

A opção pelo uso predominante de notas secas contrapõe com o Manual de Jornalismo da EBC – que dita as normas editoriais da TV Brasil. Esse formato pode ser considerado pobre em termos de recursos jornalísticos que poderiam fomentar o debate público e o contraponto de ideias, já que não há sonoras, imagens e as informações que um VT poderia oferecer ao telespectador.

Com 2 minutos e 27 segundos, a inserção do dia 10/10/2014 foi a maior, considerando o período analisado. Com o título “Justiça Federal divulga depoimento do ex-diretor de abastecimento da Petrobras”, os apresentadores destacaram na cabeça o histórico de Paulo Roberto Costa na Petrobrás, sendo funcionário de carreira por décadas – o que não foi dito no Jornal Nacional. É citado que ele foi indicado por um ex-deputado do PP a diretoria de abastecimento em 2004. Em nenhum momento é mencionada a palavra Lula ou Dilma, ao contrário do que aconteceu no telejornal da TV Globo. Os apresentadores também dizem que o Ministério Público ainda vai investigar as informações divulgadas por Costa. Depois da cabeça de 1 minuto e 24 segundos é inserido o áudio de Costa detalhando como acontecia o esquema. O outro lado é dado através de nota pé. As outras três inserções sobre o assunto foram feitas através de notas secas, como demonstra o Quadro 2:

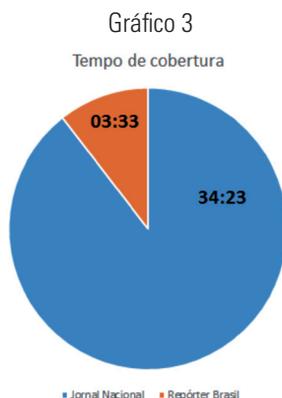
Quadro 2: As notas secas veículas pelo Repórter Brasil

Data	Título	Tempo	Conteúdo da Nota Seca
15/10	Presidente da CPI Mista da Petrobras entra com mandato de segurança	0:21	Notícia que o senador Vital do Rego, presidente da CPMI da Petrobrás, pediu no Supremo Tribunal Federal o depoimento de Costa prestado em regime de delação premiada. No Jornal Nacional a informação foi dada na passagem da repórter em um VT que mostra possíveis irregularidades em uma obra da Petrobrás, no Rio de Janeiro.
21/10	Justiça Federal do Paraná absolve doleiro Alberto Youssef.	00:24	Fala da absolvição de Youssef da acusação de lavagem de dinheiro do tráfico de drogas. Também é citado que ele é investigado na Operação Lava Jato.
22/10	Justiça Federal de Curitiba condena doleira Nelma Kodama a 18 anos de prisão.	0:31	Trata da condenação da doleira Nelma Kodama, que teria atuado junto com Youssef na lavagem de dinheiro. A ação faz parte da Operação Lava Jato. O Repórter Brasil explica como a doleira atuava: por meio de empresas fantasmas para abastecer os negócios de Youssef.

Fonte: Repórter Brasil 2ª Edição

Ao traçar um paralelo com o Jornal Nacional, nota-se algumas diferenças no tratamento da informação. Na nota seca divulgada no dia 21/10/2014 sobre a absolvição de Youssef, por exemplo, a apresentadora do Repórter Brasil explica a justificativa dada pelo juiz, de que o doleiro emprestou o escritório sem saber que o local seria usado para tratar de assuntos relacionados ao tráfico. No Jornal Nacional é dito somente o motivo dele ser acusado, em relação ao envolvimento com traficantes colombianos - percebe-se um lado mais acusador, pouco preocupado com as justificativas da absolvição, ou com o lado de quem o telejornal considera como sendo o "mal". Já no dia seguinte, diante da condenação de Nelma Kodama, o Repórter Brasil já utiliza um tom mais próximo do Jornal Nacional ao explicar a ação da doleira.

Diante das coberturas analisadas, nota-se um grande distanciamento em relação ao tempo gasto por cada telejornal.



Fontes: Jornal Nacional e Repórter Brasil 2ª Edição

O Repórter Brasil gastou 1/10 do tempo dedicado pelo Jornal Nacional aos assuntos relacionados a divulgação dos depoimentos de Costa e Youssef. Além do tema aparecer menos ao longo das edições, as notas secas foram lidas de forma breve, com média de 21 a 31 segundos cada. Já o Jornal Nacional gastou mais tempo com matérias longas, que também incluíram o uso de artes e imagens gravadas no exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É dedutível que o tempo reduzido dedicado pelo Repórter Brasil ao tema é passível de questionamentos, principalmente acerca se o assunto não deveria ser tratado como pertencente ao interesse público. A Petrobrás é uma empresa brasileira, cuja maioria das ações pertence ao Estado. Portanto, a população saber o que acontece dentro dela pode ser considerado de interesse público — já que a mídia também deve exercer um papel fiscalizador. Entretanto, há um agravante que é o segundo turno da eleição para presidente, caracterizado por uma disputa acirrada, onde em várias pesquisas o atual governo, candidato à reeleição, aparecia atrás do candidato da oposição por poucos pontos percentuais. Se por um lado demonstra a necessidade de tratar o tema com cautela e responsabilidade jornalística, também é um motivo para que o governo tente conter qualquer divulgação que possa se refletir na votação.

Considerando este cenário e os dados apresentados, conclui-se, ao relacionar os resultados desta pesquisa com os obtidos pela análise do caso Pasadena, que a conduta de “retração” está incorporada a linha editorial da emissora pública (TV Brasil). Na análise realizada em março, o Repórter Brasil dedicou 3 minutos e 20 segundos, enquanto o Jornal Nacional gastou 54 minutos e 41 segundos nos mesmos dias analisados. Aparenta-se que o Repórter Brasil insere o assunto na grade do telejornal apenas por uma obrigação como veículo informativo — já que não há aprofundamentos e a ausência total do assunto poderia evidenciar ainda mais sua dependência do governo federal.

O Repórter Brasil é gravado em Brasília, na mesma cidade onde transmite a CPMI que investiga o caso. Em nenhum momento uma equipe de reportagem foi ao local para mostrar a movimentação do Congresso Nacional e ouvir os partidos envolvidos. Portanto, não se pode justificar a ausência do assunto às questões de falta de infraestrutura. Por outro lado, percebe-se o empenho e o poderio do noticiário da TV Comercial, que com maiores recursos financeiros e tecnológicos, conseguiu mostrar a repercussão da crise da Petrobrás no exterior, com imagens gravadas nos Estados Unidos.

Devido a fatores, como os provenientes de posicionamentos políticos e da própria complexidade no tratamento da informação, é difícil compreender a linha que separa a omissão, que poderia ser atribuída ao Repórter Brasil, e do exagero, que muitos poderiam vincular ao Jornal Nacional. A cobertura do caso e esses questionamentos devem ser vistos não apenas como críticas a cada um dos noticiários, mas também como a necessidade de discutir como cenários semelhantes devem ser tratados pela mídia que prima pela qualidade.

Acreditamos que a notícia quando é fruto de um processo que ainda está em investigação não deve ser tratada como uma verdade. Apesar do Jornal Nacional repetir em todas as matérias a expressão “segundo o depoimento”, a massificação do tema durante as edições ao longo do segundo turno pode levar o telespectador/eleitor

a processar a denúncia como sendo uma verdade. Foram 34 minutos e 23 segundos de informações que ainda não foram confirmadas – e que estão sendo investigadas.

Portanto, os depoimentos que estão em fase de investigação, em nenhum momento ganharam repercussão aprofundada de que poderiam ser considerados falsos. Esta perspectiva só era apresentada pelas notas pé, em poucos segundos, no breve direito de defesa de alguma pessoa ou algum órgão citado pelos réus. Podemos utilizar numa perspectiva de ilustração para melhor compreensão, uma conduta frequente de alguns telejornais. Em coberturas de homicídios, tráficos e roubos, muitas vezes evita-se veicular a sonora do acusado – a justificativa nas redações é feita através de uma velha pergunta: porque dar voz a bandido? Diante deste raciocínio, questiona-se então o fato das pessoas que assumiram atos de corrupção, como Costa e Youssef, ganharem tanta voz – e consequentemente uma aparente credibilidade - na grande mídia comercial.

Em contraponto, acreditamos que uma forma alternativa de tratar o assunto numa perspectiva diferenciada é através de profissionais especializados em política, como cientistas políticos, que poderiam abordar o assunto de uma maneira mais profissional. Ausentes em ambos os telejornais, poderiam esclarecer o caso com melhor didatismo aos telespectadores – como o que representa os depoimentos, quem são os envolvidos, como a divulgação interfere nas eleições, entre outras perspectivas.

A emissora pública, que possui um compromisso com o cidadão que custeia sua programação, e a emissora comercial, cujo compromisso não é menor, por se tratar de uma concessão pública, deveriam seguir com maior fidelidade os princípios que descrevem de forma louvável em seus manuais e diretrizes editoriais – mas que muitas vezes, não são vistos na tela da TV. Promoção do debate de ideias, pluralidade, incentivo à reflexão e novas formas de abordar a notícia deveriam ser vistos em qualquer tipo de cobertura, independentemente da temática.

BIBLIOGRAFIA

- Barbero, J. (2002). Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: Rincón, O. (org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão* (pp.41-80). São Paulo: ILDEs/FES.
- Becker, B. (2005). Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. *Revista Galáxia* 10: 51-64.
- Bonner, W. (2009). *Jornal Nacional: Modo de Fazer*. Rio de Janeiro: Globo.
- Bucci, E., Fiorini, A.M. & Chiaretti, M. (2012). *Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas - Uma Avaliação Contemporânea*. Brasília: Unesco.
- Cannito, N. (2010). *A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio*. São Paulo: Summus.
- Coutinho, I (2008). *Lógicas de uso do telejornal*. Eco-pós 11: 61-79. (http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/issue/view/130/showToc) (acedido 13/12/2014).
- Coutinho, I. (2013). *A informação na TV pública*. Florianópolis: Insular.
- Coutinho, I. (2014). O jornalismo público como parâmetro regulador do audiovisual. *Revista do Conselho Curador* 4: 26-28.
- Fernández, V. (2002). Por uma televisão pública para a América Latina. In: Rincón, O. (org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão* (pp. 155-200). São Paulo: ILDEs/FES.
- Freitas, A. J. de (2000). Jornalismo e Política no Brasil: Olhares contemporâneos. *Anais do XXIII*

- Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Manaus: Intercom. (<http://www.port-com.intercom.org.br/pdfs/f1f783f2f480fe3dc9bc84e5de207929.pdf>) (acedido 09/01/2015).
- Gomes, I.M. (2005). Modo de endereçamento no telejornalismo do horário nobre brasileiro: o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom: Rio de Janeiro (Brasil), (CD Rom).
- Oliveira Filho, J.T. & Coutinho, I. (2014). Entre denúncias e silêncios: a cobertura do caso Pasadena em emissoras de TV comercial e pública. *Anais do XII Congresso Latino-americano dos Investigadores da Comunicação*. Lima (Peru), 07-08 agosto
- Princípios editoriais das Organizações Globo (<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>) (acedido 23/12/2014).
- Rothberg, D. (2011). Jornalismo público: informação, cidadania e televisão. São Paulo: Unesp. Somente a verdade – Manual de Jornalismo da EBC (http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf) (acedido 16/01/2015).
- Telles, H., Fraiha, P.S. & Lopes, N. Meios de Comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil (2014). In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 421-457). Lisboa: Alêtheia.
- Traquina, N. (2004). *Teorias do Jornalismo Volume I - Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo Volume II - A tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.
- Vizeu, A. & Correia, J.C. (2008). A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: Vizeu, A. (org.). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis: Vozes.

CORRUPÇÃO E ESCÂNDALO POLÍTICO: O ENQUADRAMENTO DOS ESCÂNDALOS *FACE OCULTA* E *MENSALÃO* NA IMPrensa PORTUGUESA E BRASILEIRA

CORRUPTION AND POLITICAL SCANDAL: THE FRAMEWORK OF THE SCANDALS *FACE OCULTA* AND *MENSALÃO* IN THE PORTUGUESE AND BRAZILIAN PRESS

HÉLDER PRIOR, LIZIANE GUAZINA E BRUNO ARAÚJO | UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
POSCOM@UNB.BR

CORRUPÇÃO, ESCÂNDALO E PODERES OCULTOS

A existência de poderes ocultos no interior da esfera política não é, propriamente, uma ideia nova. Tampouco é uma ideia nova a desmistificação de círculos fechados no que se refere aos atos de governação. Durante a Idade Média, por exemplo, a esfera pública assumiu uma componente litúrgica característica das sociedades feudais. A visibilidade do campo político dependia quase exclusivamente da exaltação senhorial própria da relação entre suseranos e vassalos. De outro modo, sabemos que a esfera pública característica do Renascimento e do Barroco se pautou por uma *publicidade representativa* assente numa cultura aristocrática centrada na Corte (Habermas: 2006:46-47). A configuração da publicidade do poder não tinha que ver com a visibilidade dos atos do governo ou com a admissão do *Terceiro Estado* aos atos de deliberação. O poder apresenta-se *perante* os homens e não *entre* os homens que constituem o tecido societal (*inter homines esse*). Era de entendimento geral que os pequenos conselhos deliberavam melhor do que as grandes assembleias (Hobbes: 2002:165), e, portanto, à publicidade representativa corresponde uma técnica política conforme aos ideais de *arcantum* e de *mysterium*. Nos Estados autocráticos, o gabinete secreto, a sala secreta ou o conselho secreto, sempre foram o lugar privilegiado das deliberações políticas, e só a partir do século XVIII é que a política cerrada dos gabinetes deu lugar à ideia de publicidade e de visibilidade do poder (Schmitt: 2008:80-81).

Todavia, apesar do desenvolvimento do moderno Estado Constitucional, baseado nos ideais iluministas de “autoridade visível” e de transparência, a democracia e o constitucionalismo não aboliram, absolutamente, os redutos opacos e os poderes ocultos. A visibilidade erigiu-se como *conditio sine qua non* quer da política, quer do Direito¹, mas tal não significa que ao lado do Estado visível, regido pelos princípios de publicidade e transparência, não se tenha constituído um Estado esotérico, pautado por redes obscuras de interesses parciais que se ocultam mediante novas formas de “poder invisível”. O próprio Schmitt reconhece que a realidade da vida parlamentar e da ação dos partidos

1 Sobre o princípio da publicidade como conciliação entre moral, política e Direito *vide* Immanuel Kant, *Que é o Iluminismo?*, 2004.

políticos está muito distante da “fé na publicidade do poder” defendida pelos filósofos iluministas:

Comissões reduzidas de partidos ou de coligações de partidos decidem à porta fechada (...) os debates parlamentares não são mais do que uma formalidade vácuca e fútil. O Parlamento, tal como se desenvolveu no século XIX, perdeu a base e o sentido que teve até agora (Schmitt: 2008:105-106).

Justamente neste ponto, o desvelamento destas formas ocultas do poder revela, muitas vezes, o desrespeito por procedimentos normativos que se configuram como esteio das democracias. Quando o mundo oculto da política se desvela perante os olhos do público, é provável que os procedimentos que regulam o exercício secreto do poder tenham sido transgredidos. Do ponto de vista que aqui nos interessa, a saber: a eclosão dos escândalos *Face Oculta* e *Mensalão*, cumpre observar a constituição do escândalo mediante a transgressão de procedimentos normativos evidenciada através da *denúncia* dos *media*. A transgressão de normas e de leis que regulam o exercício do poder constituiu-se, como John B. Thompson sublinha, como a “forma mais pura de escândalo político” (Thompson: 2000: 196). Numa altura em que as relações entre os cidadãos e as classes políticas se vêem afectadas por uma profunda crise de confiança, o desvelamento de poderes ocultos contribui para afectar o *ethos* da política e a credibilidade das suas instituições.

Se a Constituição descreve um Estado transparente onde a ação do governo se deve voltar para o interesse dos cidadãos, sabemos que parte da vida política se desenvolve no interior de um Estado obscuro e clandestino que muitas vezes dissolve o Estado de Direito. Uma vez conquistado o direito a exercer o poder político, a administração pública pode ser colonizada pelos interesses políticos assumidos, mas também pelos dirigentes partidários e respectivos grupos de interesse. Enquanto a vertente honesta desta colonização se orienta para a realização de uma política determinada que foi legitimamente sufragada pelos eleitores, a componente desonesta vem ao de cima quando os interesses pessoais ou particulares são perseguidos em detrimento dos interesses da comunidade.

Ora, quando a política como profissão se encontra ao serviço dos chamados *beati possidentis*, assegurando a viciação do sistema e a dominação das *paixões* e dos *interesses parciais*, a democracia como *regnum* da transparência deixa de cumprir a sua promessa.² Nestes casos, o ato político transgride o Direito e a ética da profissão, *sendo que a justiça como fundamento da governação, dá lugar à corrupção como consequência da governação*. Entre as muitas definições sobre corrupção, há de se considerar que a corrupção do *público* começa quando o poder deixa de estar ao serviço do interesse geral para beneficiar os interesses particulares que se instalam na administração do Estado. Como muito sagazmente observa Alejandro Nieto, numa excelente obra dedicada ao *Desgoverno do Público* (2008), “a corrupção acompanha o poder como a sombra acompanha o corpo”

2 Para um autor como Norberto Bobbio entre as promessas não cumpridas pela democracia a mais irremediável, grave e destruidora é, precisamente, a da transparência do poder. Cf. Norberto Bobbio (2000). *Teoria Geral da Política, a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora: 409.

(Nieto:2008:154). Baltasar Garzón viu bem o intrincado deste problema ao observar que a corrupção política se traduz numa espécie de “privatização do Estado” onde aqueles que deveriam ser os “gestores” do Estado se convertem em “donos” dos serviços públicos (Brioschi: 2004:12). Por outro lado, de modo polémico, Baltasar Garzón reconhece que o desenvolvimento da história social e política é, também, o desenvolvimento da própria corrupção. Etimologicamente, *corruptionis* refere o que está podre ou decomposto, refere a decomposição da matéria orgânica. A partir do século XV, a palavra adquiriu o sentido que hoje se lhe reconhece sendo que, em português, há vestígios do uso da palavra “corruçom” durante o século XIV.³ Segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, *corrupção* é sinónimo de “decomposição”, de “putrefacção” ou “deterioração” dos valores morais, dos bons costumes.⁴ Quando transferido para a linguagem política, o ato de *corrumpere* refere a decomposição e perversão do exercício do poder nas tarefas públicas. Trata-se da perseguição de interesses “agradáveis” ou “vantajosos”, nas palavras do Cardeal Richelieu, que, na maior parte das vezes, “são contrários aos interesses do Estado” (Richelieu: 2008: 266).

Todavia, e apesar das palavras *corrupção* e *escândalo* se associarem frequentemente, a relação entre os dois conceitos é meramente casual. Derivada da raiz “skand”, que significa “surgir” ou “saltar”, a palavra *skándalon* foi utilizada no *Antigo Testamento Hebraico* para se referir a “uma ocasião de tropeço”, de “queda no erro”. Tendo em conta o sentido herdado das escrituras sagradas, “escândalo” designa uma conduta pecaminosa, uma falha que pode conduzir à ruína. Porém, pertence a John Thompson o mérito de ter estabelecido uma definição mais precisa do conceito. Do ponto de vista sociológico, o escândalo refere-se, segundo o autor, “a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressão, transgressão suficientemente séria para provocar uma resposta pública de reprovação ou indignação” (Thompson:2000:20). O mesmo é dizer que não há escândalo sem a transgressão de certos valores, e, por outro lado, sem a propagação da transgressão e sem a existência de um público que se sente ofendido pelo comportamento escandaloso e que, por isso mesmo, o publicita na esfera pública. Para que um acto corrupto dê lugar a um escândalo é fundamental que a transgressão se converta num elemento visível, isto é, se ofereça aos olhos do público. O escândalo apenas se constitui a partir do momento em que a transgressão se publicita, causando sentimentos generalizados de reprovação. Por outro lado, a corrupção existirá ainda que os atos que lhe deram origem se mantenham ocultos. Se a perversão de certos princípios mantiver o véu do segredo, ou, ainda que seja publicitada, se a perversão desses princípios não suscitar uma resposta pública de indignação, a “perversão” não dará lugar à eclosão de um escândalo.

Com efeito, é exactamente no momento em que denúncias de corrupção são divulgadas pelos meios de comunicação, tornando-se públicas, que se estabelece a possibilidade de constituição de um escândalo nos termos de Thompson. E,

3 Cf. José Pedro Machado (1995). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Segundo Volume. Lisboa: Livros Horizonte: 237.

4 Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001). Primeiro Volume. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Verbo: 994.

se a problemática da corrupção tem assumido particular destaque na agenda pública, é em parte devido à forte mediatização de escândalos relacionados com a transgressão de normas que regem o exercício do poder político. Uma vez que a exposição pública é uma característica central dos escândalos, a sua existência depende de “meios institucionalizados de exposição” (Lowi:1988:9) que seleccionam, enquadram, moldam e configuram os acontecimentos que estiveram na origem daquilo a que Markovits e Silverstein apelidam de “violação do procedimento devido” (1988: 7).

A partir do momento que os *media* começam a explorar o acontecimento, as revelações que estão na base de um determinado escândalo mediático provocam um conjunto de novas revelações e explicações que adensam o debate público. Tal como refere Thompson: “uma revelação inicial que se visse seguida por um completo silêncio nunca se converteria num escândalo” (2000:157). Deste modo, os *media* operam como “um dispositivo” que concentra a atenção do público num determinado tema ou assunto, oferecendo, ao mesmo tempo, “uma abstracção seletiva intencionalmente coerente” (Tuchman: 2002: 92) que confere ao escândalo a sua existência enquanto acontecimento público. À medida que se desenvolve nos *media*, a estória adquire novos contornos e novas significações, sobretudo porque os jornalistas procurarão obter novos dados que aumentem a complexidade da trama urdida e que atribuam novidade a uma intriga mediática que rapidamente se propaga na esfera pública. Ao enquadrarem os acontecimentos, os jornalistas seleccionam determinados recortes ou fragmentos da realidade que funcionam como esquemas de processamento das informações veiculadas e que, mediante propriedades específicas, estimulam percepções e compreensões do fenómeno. É por isso que, no processo de descrição de um acontecimento, “as notícias definem e moldam esse acontecimento”, atribuído selectivamente aos acontecimentos públicos “um certo carácter” mediante o recorte de particularidades específicas. Como refere Tuchman, “os meios de comunicação são parte integrante do drama a estruturar”, estando permanentemente a definir e a redefinir, a construir e a reconstruir os fenómenos sociais (Tuchman: 2000:93). Por estas razões, as nossas análises enfatizarão os momentos iniciais do que se constituiu como escândalo em Portugal e no Brasil, procurando identificar de que forma as publicações seleccionadas moldaram os acontecimentos.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Antes de iniciarmos a parte analítica, alguns apontamentos de ordem metodológica se fazem necessários. Primeiramente, é importante sublinhar a dimensão comparativa da análise sobre o desempenho de dois títulos da imprensa de referência, a revista *Veja* (Brasil) e o semanário *SOL* (Portugal), em face de dois grandes escândalos de corrupção surgidos na última década. Tal perspectiva de trabalho associa-se aos propósitos de Hallin e Mancini (2004), para quem a compreensão efectiva do papel dos *media* nas sociedades contemporâneas se dá através da comparação das suas várias actuações nos diversos espaços públicos. Para compreendermos o surgimento dos escândalos do *Mensalão*, na imprensa brasileira, e *Face Oculta*, na portuguesa, e a performance jornalística em relação à cobertura, recorreremos ao

conceito-método⁵ de enquadramento. Inspirado na sociologia de Goffman – para quem os enquadramentos (*frames*) são “princípios de organização que governam os acontecimentos e o nosso envolvimento subjectivo neles” (Goffman: 1986:10-11) –, o enquadramento tem vindo a ser utilizado em várias disciplinas, caracterizado pela grande transversalidade com que é mobilizado na investigação das ciências sociais e humanas. É comum observar o recurso ao enquadramento em análises de coberturas jornalísticas, mas também em estudos sobre audiência, organizações de *media* ou, ainda, no estudo de diferentes manifestações culturais. Nesse sentido, veja-se a cultura política brasileira – cujo entendimento é condição *sine qua non* para compreendermos o jornalismo em seu exercício diário – constituída por diversos valores e ideias que integram o imaginário popular⁶. Esses valores, socialmente partilhados, fornecem quer aos jornalistas, quer aos cidadãos em geral, modelos mentais que definem o modo como enxergamos a política e os políticos e nos relacionamos com eles.⁷ Apesar do esforço de vários autores para definir enquadramento, coube a Entman (1993) uma sistematização do conceito que permite entender as lógicas inerentes ao processo de enquadrar os acontecimentos da vida social e política. Diz o autor:

Enquadrar é seleccionar certos aspetos da realidade percebida e torna-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem (Entman: 1993:53).

Por outro lado, Gitlin já havia conceituado enquadramento como “padrões pré-existentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão pelos quais os comunicadores (*symbol handlers*) organizam rotineiramente o discurso, seja ele verbal ou visual” (Gitlin: 1980:7). Para a análise do discurso de imprensa, que é o que nos interessa neste trabalho, é fundamental destacar as ideias de *seleção*, de *saliência* e de *omissão* de aspetos da realidade, a que tanto Gitlin (1980) quanto Entman (1993) fazem referência. Em diálogo com Tuchman (1978), podemos dizer que os enquadramentos funcionam como marcadores discursivos que dão uma linha orientadora às notícias. Explicamo-nos: ao enfatizar um determinado aspeto

5 Referimo-nos ao enquadramento como conceito-método porque ele funciona, ao mesmo tempo, como conceito, por trás do qual está uma reflexão que encontra na cultura o seu principal ponto de ancoragem, e como método de análise, de que é exemplo este e outros trabalhos desenvolvidos no campo da comunicação e das ciências sociais, de modo mais amplo.

6 A definição de cultura política de Moisés (2008) é uma das mais conhecidas no terreno da ciência política brasileira. Para o autor, os brasileiros compartilham valores em relação à política, que vão do clientelismo ao autoritarismo e à desconfiança na prática política e nos seus protagonistas, os políticos.

7 Em íntima relação com esse pensamento está o conceito de “enquadramento lúdico-dramático”, de Motta (2010), muito próprio do jornalismo político. A partir das reflexões de Entman (1993; 2004), o autor defende que os enquadramentos devem ser vistos como algo ínsito ao próprio processo de reportagem. Desse modo, os jornalistas apropriam-se de quadros simbólicos, de enquadramentos socialmente partilhados, através dos quais tornam o mundo inteligível para o público. Em outras palavras, e recorrendo ainda a Motta, os jornalistas põem o mundo em perspetiva.

da realidade representada, e ao secundarizar ou omitir outros, o jornalista aponta caminhos interpretativos dos acontecimentos, que serão ou não seguidos conforme as características pessoais de quem os recebe. Com efeito, na esteira da perspectiva construcionista, subjacente aos estudos de enquadramento, o jornalista terá sempre de fazer escolhas e avaliações diante da matéria-prima bruta dos acontecimentos, a informação, cujo gigantesco número o obriga a definir estratégias para colocar ordem no caos da vida cotidiana.

Nesse sentido, a divisão do trabalho em editorias, a partilha de critérios de noticiabilidade, as linhas editoriais dos meios de comunicação, o uso da linguagem, os modelos textuais impostos por cada gênero textual e os próprios valores de quem conta a narrativa do mundo, são elementos integrantes da cadeia organizativa do trabalho jornalístico que influenciam na criação dos enquadramentos, especialmente daqueles que constituem a cobertura da realidade política de um país, como pretende elucidar a nossa análise. O funcionamento contínuo desses elementos, que se complementam, no dia a dia do profissional, deixa antever que os eventos são construídos, na medida em que resultam de um conjunto de escolhas do sujeito da enunciação, o jornalista, materializadas em signos de natureza linguística e trans-linguística que configuram o discurso do jornalismo.

Baseados nas reflexões de Tuchman (1978), Gitlin (1980) e Entman (1993; 2004), a análise que desenvolveremos em seguida visa identificar as linhas de interpretação que direcionam as matérias jornalísticas publicadas. Interessa observar, também, os valores mobilizados pelas publicações, bem como o modo como os atores sociais são posicionados, e a quem o enunciador impõe responsabilidades. Para isso, a análise dos *corpora* será realizada com base em três categorias, construídas a partir do trabalho de Entman (1993; 2004).

Quadro 1 - Categorias de Análise

CATEGORIA	DESCRIÇÃO/MODO DE APLICAÇÃO
Ideia Organizadora	Expressa o lugar que a informação ⁸ ocupada na estrutura do jornal. Os elementos mais importantes para nossa análise foram: a) as manchetes e b) os primeiros parágrafos, que podem indicar pistas sobre a lógica sob a qual a notícia foi organizada.
Atribuição de Responsabilidade e Julgamento Moral	Observa-se a) o conteúdo propriamente dito, em especial as palavras-chave, os verbos, adjetivos ou relações de causalidade e consequência entre frases, e b) as ênfases.
Indicação de “Solução”	Compreende os comentários dos jornalistas ou das fontes, dando um “fechamento” de sentido à matéria.

Adaptado de Guazina (2011)⁹

8 Essa ideia se associa à noção de superestrutura do texto noticioso, apontado por Teun van Dijk (2005), constituída sobretudo por títulos, subtítulos e o primeiro parágrafo (*lead*) das notícias.

9 Com base nas sugestões de Entman (1993), estas categorias foram construídas por Guazina (2011) e aplicadas em sua tese de doutoramento sobre a cobertura do Jornal Nacional, da TV Globo, do Escândalo do *Mensalão* no Brasil.

CARACTERIZAÇÃO DOS CORPUS

Como já esclarecemos, analisaremos a cobertura jornalística da revista *Veja* em face do aparecimento das primeiras denúncias que culminariam na consolidação do escândalo do *Mensalão* e, nas mesmas circunstâncias, a cobertura do semanário SOL diante da eclosão do escândalo *Face Oculta*. Para a análise do primeiro caso, o corpus é constituído por sete edições, publicadas de 18 de maio de 2005 e 29 de junho de 2005. No que diz respeito ao segundo, analisaremos nove edições, publicadas de 6 de Novembro de 2009 a 12 Fevereiro de 2010, altura em que o caso ganha conotações políticas mais evidentes.

O corpus foi construído com base num critério triplo: i) quanto ao aspeto temporal, situamo-nos nas primeiras semanas dos escândalos – quando esses ainda não se encontram totalmente configurados, de modo a perceber a evolução da cobertura e do próprio acontecimento; ii) seleção de edições em que houve um evidente destaque dos casos; iii) no interior dessas edições, seleção das matérias com claras referências a ambos. Como terreno de análise, estabelecemos as zonas de maior proeminência nos veículos e no texto jornalístico: demos preferência às capas de *Veja* e às primeiras páginas do semanário SOL e aos títulos, subtítulos e *leads* das matérias selecionadas. Ainda assim, recorreremos ao conceito de recorte, trabalhado por Orlandi (1989), para analisar trechos do discurso dos meios que consideramos emblemáticos para atender aos objetivos da análise.

O ESCÂNDALO *FACE OCULTA*: ANÁLISE DA COBERTURA DO SEMANÁRIO SOL

O escândalo *Face Oculta*, surgiu inicialmente como um processo judicial “despido” das conotações políticas que o enquadramento jornalístico do caso e a sua politização lhe haveriam de conferir. As alegações jurídicas recaiam na existência de uma associação criminosa que procurava obter, mediante uma “teia de influências”, benefícios privados junto de empresas públicas. A justiça deu como provada a existência de uma associação criminosa de “rede tentacular” liderada pelo sucateiro Manuel Godinho que tinha como objectivo conseguir favorecimento para a sua empresa, a O2, em concursos públicos de levantamento e limpeza de resíduos industriais para grandes empresas públicas. O caso ganhou proporções públicas em outubro e novembro de 2009, sendo que em março de 2011 o juiz de instrução decidiu quais os arguidos que deveriam ir a julgamento: 34 pessoas e duas empresas, incluindo o ex-ministro do Partido Socialista, Armando Vara. O processo terminou em Setembro de 2014, com a condenação de todos os arguidos por crimes de corrupção, tráfico de influências e associação criminosa. Apesar dos acontecimentos assim descritos parecerem relativamente lineares, a verdade é que este escândalo se converteu numa narrativa política com “uma certa veia romancista”, como reconheceu o próprio Armando Vara¹⁰.

Desde a primeira edição sobre o escândalo que o então primeiro-ministro José Sócrates assume o papel de protagonista da intriga (especialmente com as revelações sobre escutas telefónicas entre Armando Vara e José Sócrates), e em algumas edições essa centralidade torna-se mais explícita. Na edição de 6/11/2009, o semanário posiciona José Sócrates como protagonista do escândalo com a man-

10 Declaração de Armando Vara à saída do Tribunal de Aveiro no dia 11 de novembro de 2011.

chete: “Sócrates escutado em conversas com Vara”. Ainda na primeira página, o jornal refere que das escutas efectuadas a Armando Vara, surgem conversas com José Sócrates onde “um dos assuntos tratados entre o primeiro-ministro e Vara foi o negócio da TVI”. A informação de que José Sócrates foi interceptado nas escutas a Armando Vara ganha destaque em relação ao que seria apenas um escândalo financeiro. A notícia da página quatro da mesma edição refere que das conversas interceptadas “surgiram novos indícios” que se encontrariam a ser analisados por Pinto Monteiro, Procurador-Geral da República (PGR), sendo deixado em aberto que tais indícios estariam relacionados com o negócio PT/TVI e com “tráfico de influências”. No corpo da notícia, é referido que “uma análise ao currículo dos arguidos permite concluir que o *Face Oculta* atingiu em cheio o PS e o círculo mais próximo de José Sócrates”, algo que é ilustrado com um enquadramento lúdico em forma de teia sob o título: “a teia de influências do *Face Oculta*” (Sol, p. 4). Neste ponto, assistimos à personalização do acontecimento através da metáfora da teia, um *frame* que permite identificar as personagens do escândalo como “transgressores”. Como o escândalo político tem, necessariamente, as suas *dramatis personae*, os indivíduos que estão no epicentro do escândalo, os envolvidos são colocados em relação tendo em conta o “papel” desempenhado na narrativa. Armando Vara, José Penedos, então presidente da REN (Redes Energéticas Nacionais), e Manuel Godinho são as personagens do fio condutor da notícia, mas sempre como elementos pertencentes ao círculo de Sócrates. É a metáfora da teia que ajuda a contextualizar a acção das personagens. Na imagem, é possível ver como as personagens realizam determinadas funções, uma vez que a linguagem visual oferece ao leitor a capacidade de atribuir significados através da intuição ou contextualização. As figuras da imagem, que a semiologia denomina de actantes, participam no processo narrativo através da uma hierarquia construída pelo jornalista. É mediante esta hierarquia que as suas funções na trama são descritas. Trata-se de uma espécie de enquadramento de compreensão (*framework of understanding*) que orienta não apenas a interpretação da acção dos actantes por parte do leitor, mas também a realização das acções dos actantes na narrativa do escândalo. Apesar de José Sócrates não estar indiciado de quaisquer crimes, é identificado como se fosse o “actante dominante” no processo de relacionamento que se estabelece entre todos os actantes. Já na peça seguinte onde se referem “as provas contra Vara e Penedos”, o tom condenatório é evidente: “Vara apresentou gestores e Penedos favoreceu Godinho” (Sol, p. 6).

Porém, é a partir da edição de 13/11/2009 que o acontecimento se desdobra. Com o destaque, na manchete, que “Sócrates mentiu ao Parlamento sobre a TVI”, o escândalo adquire uma nova configuração assente nas “transgressões de segunda ordem”. Cruzando o teor das escutas filtradas pelo jornal com declarações públicas de Sócrates de 24/6/2009 – recurso ao *flashback* –, o jornal conclui que “José Sócrates mentiu ao Parlamento sobre a TVI”. A narrativa mediática passou a ser costurada sobre o prisma da mentira parlamentar, tendo sido utilizadas expressões como “escutas provam conhecimento do negócio”, ou “o primeiro-ministro faltou deliberadamente à verdade”. Efetivamente, um dos episódios mais interessantes do escândalo *Face Oculta* refere-se à hipotética mentira parlamentar do então chefe do Governo. No dia 24 de Junho, José Sócrates, ao ser confrontado no debate quinzenal no Parlamento com o negócio PT/TVI, declarou que “o Governo não dá

orientações, nem recebeu qualquer tipo de informação sobre negócios que tenham em conta as perspectivas estratégicas da PT”. Questionado pelos partidos da oposição, que demonstraram a sua preocupação face à possível intromissão do Estado na linha editorial da estação televisiva, José Sócrates reiterou que nem ele nem o Estado foram informados sobre o interesse da PT na TVI. Na sequência destas novas revelações, a edição de 13 de novembro recorre ao enquadramento temporal e cronológico para legitimar a sua fala e produzir efeitos nos leitores, reconstruindo os momentos mais significativos da história (p. 5). É a experiência do tempo, o *frame* temporal, que ordena os antecedentes, recria o passado e permite a *significação* tendo, naturalmente, em conta o *interesse comunicativo* da notícia. O *frame* temporal permite, de certa forma, comprovar a manchete: “Sócrates mentiu no Parlamento”.

Nas edições seguintes, o caso das escutas continua a ser enfatizado pelo semanário, mas uma vez que não são noticiadas novas denúncias, a cobertura é menos exaustiva. Ainda assim, a narrativa continua a ser tecida em função da personagem José Sócrates. As edições de 27/11/2009 e 4/12/2009 são tecidas em função de “fugas de informação” para os arguidos, referindo que um dia depois do primeiro-ministro ter dito no Parlamento desconhecer o negócio PT/TVI, “vários suspeitos trocaram de telemóvel” (p. 6). Já a edição de 4 de Dezembro, fala de “uma estranha coincidência de troca de telemóveis”, e José Sócrates é colocado novamente em relação com os arguidos mediante o *frame* verbal: “José Sócrates também mudou de telefone na mesma altura em que os arguidos do *Face Oculta*” (p. 15).

Como facilmente se constata, o momento da denúncia ocupou mais espaço informativo que o posterior desenvolvimento do assunto, tanto que as manchetes de 11/12/2009 e 18/12/2009 não contêm referências ao *Face Oculta*. Quanto às quatro edições do mês de Janeiro, apenas a edição de 8/01/2010 aborda o caso das escutas, mas sem revelar novas denúncias sobre o escândalo. O clímax dos escândalos é sempre acompanhado de mais matérias sobre o acontecimento e, caso não surjam novas denúncias, o escândalo vai perdendo visibilidade. Porém, é possível concluir que no momento da “revelação” ou “divulgação” do escândalo prevaleceu o tom de denúncia ou acusação, sendo que o jornal concentrou a sua cobertura nas “transgressões de segunda ordem”.

Porém, durante o mês de fevereiro o caso haveria de conhecer novos contornos com a publicitação do conteúdo das escutas entre Armando Vara e José Sócrates. Novas denúncias são acrescentadas à estória e o escândalo financeiro converte-se, definitivamente, num escândalo político que haveria de levar à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. É o período que podemos denominar de “crise política”. O desdobramento do caso levou à revelação de novas denúncias desveladas mediante um trabalho de investigação jornalística e o recurso a fontes oficiais, como o despacho dos investigadores do *Face Oculta* onde estes defenderam a abertura de um inquérito por terem descoberto indícios relacionados com “transgressões de segunda ordem”. O enquadramento das novas denúncias nas edições de 5/02/2010 e de 12/02/2010 passa pelo recurso às fontes e pelo papel que o campo do jornalismo lhes confere. A manchete intitulada “As escutas proibidas” revela um extracto do despacho do juiz que acrescenta novas filtrações ao escândalo. No interior do jornal, o despacho do procurador é revelado na íntegra. A edição de 5/02/2010 fala do “plano de Sócrates para controlar a TVI e outros *media*” (p. 4), referindo,

em seguida, que este plano ou “esquema” configuraria crime de atentado contra o Estado de Direito, já que o governo estaria a subverter o Estado Constitucional e a colocar em causa a Liberdade de Imprensa. Através de extratos de escutas filtradas, e através de fontes oficiais, o jornal configura os acontecimentos numa nova narrativa, mais complexa, com novos episódios, novos momentos dramáticos e novas personagens. Denota-se uma relação recíproca entre a narratividade e a temporalidade dos acontecimentos. Esta experiência do tempo da intriga que, de certa forma, representa a ação, torna-a presente na mente do público, é reforçada, por exemplo, pelas seguintes expressões temporais: “no dia seguinte”, “daí a dois dias”, “estava-se a 19 de Junho”, “nesse mesmo dia”, ou “aos primeiros minutos do dia 24” (p. 7-8). A experiência do tempo permite que a narrativa adquira uma certa unidade, mormente porque possibilita organizar episódios complexos numa sequência que enforma a própria significação do fenómeno. Podemos dizer que da sequenciação de fragmentos singulares resulta uma conexão interna entre os diversos extratos que é essencial para a reconfiguração mediática do acontecimento. E, ao ser narrado, o acontecimento é representado para ser apreendido pelo leitor.

Por outro lado, em alguns momentos é visível que a organização da intriga acontece através da identificação e descrição das personagens envolvidas. Porém, é igualmente visível que a descrição procura pôr em evidência a relação existente entre as várias personagens, isto é, cada personagem é descrita tendo em conta as relações que estabelece ou estabeleceu com as outras personagens. E, naturalmente, esta construção tem consequências na reconfiguração que o próprio leitor fará dos acontecimentos. Rui Pedro Soares¹¹, por exemplo, é caracterizado como um *boy* “socrático”¹², como alguém que teve uma subida “meteórica” devido à confiança de José Sócrates. Posteriormente, é notório o recurso ao *flashback* para explicar a “surpreendente” entrada de Rui Pedro Soares na PT. Uma entrada que, segundo a narração jornalística, surpreendeu os “especialistas e quadros superiores” da própria empresa. Ao longo do texto, é explicado como este “socrático” entrou no *inner circle* do PS e como, posteriormente, se impõe na empresa de telecomunicações apesar de sua “falta de *curriculum*”. No final do texto, é referido mais um pormenor interessante de construção jornalística. Rui Pedro Soares é identificado como sendo o responsável pelo apoio da PT ao clube de futebol Boavista, “clube condenado por corrupção desportiva pela Liga de Clubes”, estabelecendo-se um nexo causal que não existe, mas que visa ter determinadas conotações (5/02/2010, p. 9).

O rosto dos envolvidos é colocado não só em destaque (p. 7), mas, também, em relação, facto que permite que o público assimile as personagens e lhes atribua, na sua relação com os factos narrados, um determinado carácter, consciente ou inconscientemente. O *frame* visual é acompanhado pela legenda: “os pivôs do esquema”. Através da personalização do enredo, os atores tornam-se visíveis para o leitor.

11 Nomeado pelo executivo de José Sócrates para o cargo de administrador na PT, Rui Pedro Soares era o homem de confiança do governo socialista na empresa de telecomunicações.

12 A narrativa dos *boys* já tinha sido abordada na edição de 20/11/2009. No editorial, José António Saraiva escreve sobre “Os boys de Guterres” e estabelece uma relação causal entre o Face Oculta e o “deslumbamento” dos *boys* Armada Vara e José Sócrates que, oriundos da província, se mudaram para a “grande cidade” e se deixaram corromper pelo poder.

Como, no caso específico do escândalo mediático, nos referimos a acontecimentos que, ao deixarem de estar confinados à esfera do segredo se difundem no âmbito público, acontecimentos que envolvem a transgressão de determinados preceitos, os protagonistas são rapidamente identificados como “transgressores”, como os “pivôs de um esquema” que visava subverter princípios basilares do Estado de Direito. Na edição de 12/02/2011, a centralidade de José Sócrates torna-se ainda mais explícita. A manchete metafórica “o polvo” pretende significar que Sócrates e o os seus *boys* envolvidos no “esquema” agiram de forma similar ao polvo, construindo uma “rede de tentacular” que visava o controlo dos meios de comunicação. Trata-se de um enquadramento lúdico que desperta efeitos poéticos, que ornamenta a “realidade seletiva” e ajuda a despertar efeitos de sentido. Por outro lado, é visível uma certa intertextualidade entre a metáfora do polvo e a metáfora da “rede tentacular” da edição de 6/11/2009, sendo que, uma vez mais, Sócrates surge como aquilo que designámos anteriormente por actante dominante.

O MENSALÃO: ANÁLISE DA COBERTURA DE VEJA

A análise da cobertura jornalística da revista *Veja*, uma das mais conhecidas publicações brasileiras, teve como fio condutor observar não somente as categorias de análise definidas na metodologia, mas também as indicações mais subtis de mudanças de linguagem e as significativas formas de nomear os principais atores das matérias e os acontecimentos narrados.

O período analisado para este artigo compreendeu o estágio inicial de pré-cobertura do chamado Escândalo do *Mensalão*, indo desde a edição 1905 (de 18/05/2005) em que foi publicada a denúncia de corrupção na Empresa de Correios e Telégrafos, mais conhecida como Correios, uma das maiores e mais antigas empresas públicas brasileiras, fundada em 1663¹³, até a edição 1911 (de 29/06/2005), onde já se estabelece e se reafirma quem são os principais culpados da crise¹⁴. É apenas na edição 1909, de 15/06/2005, que se menciona, pela primeira vez, o termo “mensalão” para se identificar a denúncia feita pelo então deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, de pagamento de propina para parlamentares votarem a favor de projectos do governo Lula. Porém, a palavra ainda não ganha destaque nos textos nem a crise é caracterizada ainda como um “escândalo”.

No total, foram analisadas 27 matérias sobre corrupção (entre reportagens e textos-resumo intitulados “guias” ou “dicionários”, cujo objetivo era orientar/normatizar as interpretações dos acontecimentos narrados) de sete diferentes edições de *Veja*. Desta amostra, apenas a primeira edição não dedicou capa ao tema da corrupção. Destacaremos aqui as análises relativas às matérias de capa e os exemplos que mais se destacaram na observação de enquadramento.

Do ponto de vista de estrutura, as matérias publicadas na *Veja* seguem um padrão de editorialização dos conteúdos noticiosos bastante conhecido dos leitores brasileiros. Em geral, logo no início (no título, no destaque ou na abertura da matéria) a revista deixa claro seu posicionamento frente aos acontecimentos. Além disso, cos-

13 Cf. <http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa>

14 Obviamente a cobertura sobre o escândalo *Mensalão* não se esgota na última edição selecionada. Porém, a nossa amostra está delimitada aos acontecimentos iniciais.

tuma permear a narrativas com adjectivos, muitas vezes hiperbólicos; com frases que tentam vincular determinadas causas a consequências específicas, e com citações que corroboram (ou pretendem corroborar) o raciocínio lógico-especulativo defendido pelos autores. Importante registar que a revista também costuma dedicar algum espaço ao histórico anterior de personagens ou acontecimentos, a fim de retomar os novos factos dentro da organização lógico-temporal própria de suas narrativas.

Por outro lado, também utiliza, por vezes, fontes não identificadas para referendar as informações, assim como, ao contrário, costuma identificar explicitamente quem seriam os "culpados" ou "responsáveis" e indicar as possíveis soluções para os problemas da corrupção no país, do governo ou mesmo para os principais problemas do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva¹⁵. Interessante também observar que, de modo geral, os autores das matérias também explicitam sua aprovação ou desaprovação em relação às acções dos principais personagens e/ou acontecimentos.

As matérias de *Veja* também se caracterizam, de modo geral, pela utilização do conflito como categoria estruturante das narrativas quando posiciona personagens uns contra os outros, projectando sequências lógico-temporais e concatenando enredos mais ou menos completos ao longo das edições (Motta & Guazina: 2010). Como afirmam os autores, o conflito não é uma categoria inerente do jornalismo, pois advém do campo da política, porém, funciona como um enquadramento cognitivo que estrutura acontecimentos, muitas vezes isolados, em histórias compreensíveis (p. 137). Neste caso, aliás, há de se considerar o papel que as matérias identificadas como "guias" (intitulada "Perus e cafunés", na edição 1907 do dia 01/06/2005) ou "dicionários" (intitulada "Dicionário da Crise", na edição 1911, de 27/06/2005) desempenham ao auxiliarem na organização interpretativa dos conteúdos noticiosos, reafirmando e/ou esclarecendo os parâmetros de compreensão preferencial oferecidos pela revista sobre os acontecimentos.

Ao se observar o conjunto das matérias, é possível traçar, em linhas gerais, o roteiro de cobertura de *Veja* no período seleccionado. Na primeira edição analisada, ainda em Maio, apenas uma matéria se dedica à denúncia de corrupção nos Correios, quando o então funcionário Maurício Marinho é flagrado em gravação de vídeo ao receber R\$ 3 mil reais de propina de empresários. Na gravação, ele discorre sobre sua relação com o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e com então presidente do partido, deputado federal Roberto Jefferson (que, mais tarde, denunciará o chamado "mensalão").

Sob o título "O homem-chave do PTB", a matéria anuncia, em destaque sobre a foto, antes do parágrafo de abertura, que "o caso que se vai ler e ver (e ouvir em www.veja.com.br) é um microcosmo da corrupção no Brasil. Dá arrepios pensar que a mesma coisa está ocorrendo agora em milhares de outras repartições, prefeituras, câmaras municipais...". A matéria segue destacando uma cena que seria recorrente na política nacional de "políticos disputando, com unhas e dentes, a ocupação de cargos em todos os níveis de governo, da Esplanada dos Ministérios às Câmaras

15 Estes procedimentos, não custa lembrar, não encontram guarida na literatura académica sobre as práticas jornalísticas, inclusive do ponto de vista dos padrões liberais da profissão. No processo de apuração e redacção das notícias, a transparência no uso das fontes e o compromisso com a comprovação dos factos é essencial. Cf. Kovach e Rosenstiel (2003).

Municipais. (...). Ao longo do texto, é feito uma espécie de mapa discursivo dos cargos do PTB no governo e se descreve o histórico de casos de corrupção no partido.

É possível identificar, em trechos explícitos, a quem se atribui a origem da corrupção no governo Lula ou de quem é a culpa (os 25 mil cargos de confiança no governo, todos controlados pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República, o então ministro José Dirceu), o julgamento moral da revista sobre o facto – que considera a corrupção como fenómeno geral nos governos, não casos isolados (como no trecho da p. 57: "quem tem intimidade com o poder sabe que esses casos não são exceção - alguns bolsões de corrupção são até mesmo a regra. Raro mesmo é flagrar um deles em pleno voo. Foi o que Veja conseguiu na semana passada.") e a indicação de solução do problema da corrupção, como na p. 60: "a forma mais eficaz de evitar que esse festival de irregularidades prossiga é reduzir o número de 25 mil cargos de preenchimento político – todos eles, um a um, controlados pelo Chefe da Casa Civil, o ministro José Dirceu".

Já a edição seguinte (1906, de 25/05/2005) dedica a capa e quatro matérias diferentes ao tema da corrupção. Na primeira matéria (intitulada "Diga-me com quem andas..."), a ênfase recai sobre a repercussão da denúncia sobre corrupção nos Correios e a organização, por parte de Roberto Jefferson, de uma rede de corrupção que teria deixado o Palácio do Planalto (sede da Presidência da República) "atônito". Ao longo da matéria, pode-se observar a atribuição de responsabilidade pela corrupção ao governo Lula (que, "como os anteriores, tem sua parcela de culpa pela situação atual" - p. 39). De acordo com a matéria, se o governo Lula tivesse se dedicado a fazer a reforma administrativa (diminuindo o número de cargos na estrutura de poder) e a reforma política, não seria necessário o Presidente Lula ter saído em defesa de Roberto Jefferson e ter actuado contra a instalação da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional, mais conhecida como CPI dos Correios. Tanto a reforma administrativa, quanto a reforma política e a instalação da CPI são defendidas no decorrer do texto.

Já a segunda matéria, intitulada "Mesada de 400 mil reais para o PTB", destaca que o governo tomou as providências necessárias depois da denúncia de corrupção nos Correios, mas enfatiza também que "tais providências, por mais eficazes que venham a se revelar, são tímidas para a dimensão do caso e, portanto, incapazes de atingir o cerne do problema"(p. 40). Para a revista, o "esquema" de corrupção do PTB estaria instalado não somente nos Correios, mas também nos demais órgãos da máquina pública, e o responsável pelo "esquema" seria o deputado Roberto Jefferson. Neste caso, é interessante observar o deslocamento do foco da denúncia e da culpabilização dos actores: passa de um caso nos Correios para um "esquema" que atinge todo o governo Lula. E se o próprio governo é culpado, pois não realiza reformas e impede as investigações, também o então deputado Jefferson é considerado "o grande protagonista do vídeo de corrupção dos Correios"(p. 41) e o responsável pelo "esquema" em outros órgãos públicos.

Na terceira matéria da mesma edição, intitulada "A maior crise de Lula", o destaque é dado à atuação do governo e do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva no caso. As ênfases começam já na chamada logo abaixo do título: "atingido por um estado de espírito que varia entre o irritado e o assustado, o governo – quanto ironia! – faz tudo contra a CPI" (p. 41). No decorrer do texto, observa-

mos o tom de cobrança da revista em relação à postura do presidente e do governo de tentar evitar a instalação da CPI (ainda que integrantes do Partido dos Trabalhadores, base do governo, tenham apoiado) e o enquadramento dado ao posicionamento dos diferentes actores políticos em termos de ataque/defesa. Em termos diretos em relação ao presidente, o texto afirma que "Lula deve uma explicação aos brasileiros sobre por que está antevendo crise política e perigo para as instituições na investigação de corrupção de um funcionário do terceiro escalão dos Correios ligado a caciques do PTB, partido que, não é de hoje, sempre esteve na coluna dos custos dos governantes"(p. 45) Já na quarta matéria, intitulada "Temporada de caça aos ratos", a ênfase é contextualizar o problema da corrupção na história brasileira, identificando as ações contra a corrupção como uma "guerra" do Brasil, não do Estado, da cidadania ou do governo. A noção de que a corrupção é um fenómeno generalizado, presente na primeira edição analisada, de 18/05/2005, volta a ocupar a centralidade do enquadramento da matéria. Além disso, há um tom "conformista" de que o país falha no combate a este tipo de problema (como na abertura: "Se o combate à corrupção fosse uma maratona, o Brasil seria um competidor medíocre, daqueles que ficam com a língua de fora antes da metade do percurso").

Ademais, ao mostrar dados e levantamento histórico sobre o combate e o custo da corrupção, a matéria também evidencia sua percepção sobre como lidar com a questão e sua defesa do que deve ser feito. No trecho a seguir, é possível observar o enquadramento dado: "Acabar completamente com a imoralidade pública é uma meta utópica. O que é possível fazer é conseguir chegar a um nível de corrupção que corresponda apenas à fraqueza inerente da condição humana – ou a um nível em que, como diz o ditado popular, a ocasião faz o ladrão. No Brasil de 2005 os ladrões do dinheiro público estão fazendo a ocasião. Isso pode e deve acabar" (p. 48).

A edição seguinte (1907), de 01/06/2005, dedica a capa ao "Homem-Bomba" Roberto Jefferson e destaca na matéria principal "O que será que ele sabe?" o papel de Jefferson nas denúncias de corrupção, além do desenrolar das relações entre seu partido e o governo Lula. Também enfatiza, na abertura, o "tradicional arsenal" que estaria sendo utilizado pelo Palácio do Planalto contra a instalação da CPI dos Correios: "ameaças, cargos e dinheiro". Ao longo do texto, que utiliza fonte não explicitamente identificada, mas que se depreende poderia ser o próprio Jefferson, descreve-se os pedidos de integrantes do governo a Jefferson para impedir a CPI e as possíveis causas da aliança PTB-governo, além dos diferentes posicionamentos frente à CPI dentro do próprio PT, partido do governo.

De forma explícita, a revista identifica o "Planalto" como o principal responsável por alimentar o "regime de engorda do PTB, que saiu das urnas com 26 deputados e hoje tem 47 – crescimento que, como até as emas do Palácio da Alvorada sabem, não costuma se materializar à base de argumentos políticos ou ideológicos"(p. 50). Neste caso, há a ilação de que haveria troca de apoio partidário por dinheiro e que é esta a principal razão que levaria a casos de corrupção.

Outras três matérias, com diferentes focos de interesse relacionados à corrupção fazem parte da edição, mas destacaremos aqui o texto "Perus e cafunés", que é identificado como guia para interpretação/tradução das falas dos políticos envolvidos nas acusações (ou "um guia para decifrar a crise" - p.60). Logo na abertura há uma identificação entre Brasília, a capital do Brasil, e a prática das elites políticas, além

do uso do recurso da comparação com um tipo de cinema e língua supostamente de difícil acesso: "Brasília parece filme iraniano. Sem legendas, fica difícil entender o que os políticos dizem" (p. 60). Interessante observar, na sequência deste exemplo, a definição de política presente no texto que enfatiza o caráter negativo do campo: "Até porque a política, em larga medida, é a arte de usar palavras para esconder intenções. No afã de desviarem de temas incômodos, integrantes do governo e da oposição vem abusando da máquina de moer bobagens imaginada pelo pensador americano Ralph Waldo Emerson, aquela em que se colocam lugares-comuns de um lado e de outro saem frases feitas. Tudo isso para evitar o único assunto que realmente interessa: quem está roubando, quanto e como (p. 60)".

Já a edição 1908, de 08/06/2005¹⁶, dedica atenção especial novamente ao tema da corrupção, mas enfatiza outro caso relacionado à atuação de políticos do PT e agentes públicos na exploração econômica na Amazônia (a capa destaca: "Amazônia à venda"). Nesta edição, que traz cinco diferentes matérias sobre o tema, destacaremos o texto intitulado "Lutar contra a corrupção já é uma vitória" (que, na verdade, é uma introdução que enquadra as perspectivas das demais matérias). Aqui, novamente a revista reforça a ideia, presente em outros textos e enfatizada no parágrafo de abertura, de que a corrupção "não pode ser vencida", mas que sua luta em criar "uma disposição moral, cultural e econômica" seria equivalente a "dar um enorme salto civilizatório, como o que o Ocidente deu muitos séculos antes do Oriente rumo à valorização da vida (...)" (p. 118). O argumento presente é de que mesmo que não se possa erradicar a corrupção, é possível combatê-la (como a Polícia Federal estaria a fazer).

Outro texto, tratado como reportagem e intitulado "Operação de guerra", enfatiza o que seria uma mudança de avaliação do presidente Lula em relação às denúncias de Jefferson. Se antes o presidente havia ficado indignado, agora estaria a evitar as investigações. Neste exemplo, também há uma retomada da atribuição de responsabilidade do governo, do presidente e do PT em relação à corrupção que estaria a tomar conta de todo o governo.

Já na edição 1909, de 15/06/2005, utiliza-se, pela primeira vez, o termo "mensalão", ainda que sem destaque, e o foco das matérias passa a ser o Partido dos Trabalhadores – PT. Seis matérias compõem a edição e, mais uma vez, os textos reforçam a ideia geral de que casos de corrupção são frequentes e tomaram conta de diferentes áreas de governo, não somente em âmbito federal, mas também estadual e municipal (como nas denúncias em relação à Marta Suplicy em sua gestão na prefeitura de São Paulo).

O mais importante para nossa análise é que, nesta edição, há um deslocamento das atribuições de responsabilidade (culpabilização) e das causas da corrupção. Se antes tratava-se de uma denúncia em relação a corrupção nos Correios, passou-se para "esquemas" de corrupção que envolvia a entrega de cargos em órgãos públicos pelo governo a integrantes de partidos da base do próprio governo; com a consequente cobrança de propina por parte dos membros destes partidos em contratos de órgão públicos para financiamentos dos gastos partidários. Nesta sequência lógica,

16 Esta edição é posterior à entrevista de Roberto Jefferson ao jornal *Folha de S. Paulo* em que denuncia, pela primeira vez, a existência do que chamou de "mensalão". No entanto, é somente na edição seguinte, de 15/06/2005, que o mensalão se tornará foco das matérias de *Veja*.

os principais culpados eram o próprio governo Lula, que não realizava reformas e evitava investigações, além do presidente e, em alguma medida, o então Chefe da Casa Civil, José Dirceu, responsável pela estratégia política do governo. Até então, a corrupção poderia ser definida como fenômeno endêmico na estrutura governamental.

Após a denúncia de Roberto Jefferson ao jornal *Folha de S. Paulo*, a revista orienta o foco para o desenrolar da ação de novos atores e de novos factos. A capa da edição 1909 é uma foto de Delúbio Soares (então tesoureiro do PT) e a manchete: "Quem mais?". Na principal reportagem ("O PT assombra o Planalto"), há uma cobrança direta em relação ao PT e seu histórico de defesa da ética na política brasileira: "Alvejado pela acusação de comprar deputados com mesada de 30 000 reais, o PT vê desmoronar seu discurso ético e enfrenta uma crise que, no seu desdobramento mais dramático, pode afundar o governo junto" (p. 53).

A matéria traz ainda um resumo das denúncias de Jefferson e um quadro com um histórico do caso. Para a revista, o principal responsável pela corrupção do *Mensalão* é o PT e, para corroborar a conclusão, utiliza citação do próprio presidente Lula: "(...) Lula acusou o governo o PT de estar acabando com o governo e exigiu que o partido afastasse o tesoureiro do cargo enquanto as investigações fossem realizadas. No dia seguinte, ao saber que não fora atendido, fez um desabafo: o PT não entendeu o tamanho da crise, disse" (p. 58). Lula passa, então, a ser a figura ao mesmo tempo acusada (a ex-senadora Heloisa Helena, do PT, o culpa pelo escândalo na matéria), e defendida (ele declara que vai cortar na própria carne). Também é a primeira vez que se menciona a possibilidade de *impeachment* do presidente no período analisado.

Já as demais matérias retomam os detalhes do caso dos Correios (em "O que Jefferson omitiu"), exploram as repercussões dos escândalos de corrupção para a economia brasileira (em "Blindagem até quando")¹⁷, e denunciam e/ou retomam outros casos em diferentes instâncias do poder ("Mais um na mira", "O mensalão da perua" e "O PT deu a senha para desmatar", onde já se descreve o partido como uma "organização criminoso").

Em seu conjunto, as edições seguintes 1910 (de 22/06/2005) e 1911 (de 29/06/2005) aprofundam a atribuição de responsabilidade pelo *Mensalão* ao PT e, principalmente, a José Dirceu, que se torna figura-chave na cobertura dos acontecimentos. A capa da edição 1910 destaca a imagem de Lula como uma estátua em ruínas, mas a matéria principal ("Nocauté") narra a saída de Dirceu do cargo de Chefe da Casa Civil e enfatiza o papel dele no governo, atribuindo a ele e ao acordo PTB-PT, a principal culpa pela ocorrência do *Mensalão*. Se o PT era considerado o principal responsável, agora um de seus mais influentes membros passava a ser o foco das notícias¹⁸.

Após um histórico sobre o caso e sobre o papel de Dirceu na história política brasileira (como militante contra a ditadura e ex-exilado político), no partido e no governo, o texto é directo em atribuir a responsabilidade ao agora ex-Chefe da Casa Civil: "(...) José Dirceu assumiu seu posto como uma glória do governo, mas saiu de lá como sua tragédia. Foi ele quem levou para o regaço do governo legendas como PTB, PL e

17 Nesta matéria, há um infográfico dos escândalos e já se faz a diferença entre o caso de corrupção nos Correios (em maio) e o *Mensalão* (em junho).

18 No texto, explora-se o conflito entre Jefferson e Dirceu, em termos de protagonista e antagonista das ações, como já havia sido observado por Motta e Guazina (2010) na cobertura do Jornal Nacional, principal telejornal da Rede Globo de televisão.

PP – e ao executar sua estratégia, produziu um duplo desastre: uma base parlamentar gelatinosa e o escândalo do mensalão" (p. 49). Interessante observar também a aprovação explícita da revista em relação à saída de Dirceu do governo devido à ação do presidente: "Com a saída de Dirceu, porém, Lula dá um passo fundamental em direção a duas coisas essenciais: salvar seu governo e preservar sua biografia" (p. 50).

Já na última edição analisada, de 29/06/2005, a capa indica diretamente o que seria o erro do partido: "confundir o partido com o governo", reforçando, mais uma vez a atribuição de culpa ao PT. A principal matéria ("Muito barulho por nada"), por sua vez, dialoga diretamente com as principais estratégias de defesa do próprio partido e do governo durante o desenrolar dos acontecimentos até ali ao destacar seus contra-argumentos ao partido e a Dirceu: "Não há complô das elites, não há movimentos sociais que incendeiam o Brasil. Não há também José Dirceu o revolucionário, mas um fantasma de uma ideia que morreu".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar comparativamente, em termos qualitativos, constitui-se sempre um desafio. Porém, apesar das dificuldades metodológicas e de contextualização dos fenômenos observados, é possível avançar em algumas considerações, ainda que limitadas à observação sistemática de uma amostra reduzida.

Ao compararmos a cobertura de denúncias de corrupção envolvendo figuras-chave dos governos português e brasileiro nas publicações de o semanário SOL e Veja, respectivamente, pudemos identificar como se configuraram os contornos iniciais do que ficou conhecido como os escândalos *Face Oculta* e *Mensalão*. A análise do enquadramento mediático operado pelo o semanário SOL entre novembro de 2009 e fevereiro de 2010, permite concluir que, de escândalo com características vincadamente financeiras, segundo a tipologia de Thompson, o *Face Oculta* converteu-se num escândalo político com vários sub-escândalos, como a tentativa de compra da estação de televisão TVI pela Portugal Telecom (PT) ou a mentira do então primeiro-ministro, José Sócrates, no Parlamento. O *Face Oculta* mostra-nos que, muitas vezes, os escândalos são narrativas complexas onde da investigação das "transgressões de primeira ordem", das transgressões iniciais que estão na origem do escândalo, se descobrem novos indícios ou novas transgressões que podem alterar quer a tipologia do escândalo em causa, quer o enquadramento selectivo dos relatos informativos que, de acordo com Tuchman, confere às ocorrências a sua existência como acontecimentos públicos (2002: 97). Este segundo nível de transgressões, que Thompson define como "transgressões de segunda ordem", desempenhou um papel crucial na narrativa do escândalo, desviando a atenção que antes incidia sobre as transgressões iniciais para um conjunto de ações posteriores e que guardam uma relação superficial com as transgressões de primeira ordem, como o caso das escutas telefónicas a Armando Vara e a José Sócrates no âmbito da investigação ao Face Oculta que revelaram uma tentativa de intromissão do Estado em órgãos de comunicação social.

Assim como no semanário SOL, o escândalo do *Mensalão* nasceu, de acordo com a narrativa analisada, a partir de uma denúncia secundária publicitada pela revista Veja, envolvendo um caso de corrupção ativado por um agente público de baixa hierarquia nos Correios brasileiros. No entanto, este caso alçou o tema da corrupção à centrali-

dade da cobertura da revista, tornando-o presente em várias edições, e sempre a partir de uma caracterização de que seria um problema endêmico ao governo brasileiro.

A partir da edição do dia 15 de junho, quando se menciona pela primeira vez o termo *Mensalão*, há um deslocamento nas atribuições de responsabilidade sobre a corrupção, que até então seria majoritariamente do governo, para o Partido dos Trabalhadores e o então Chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Interessante observar que o foco em figuras-chave do governo brasileiro e português, como Dirceu e Sócrates, são características das narrativas observadas. Porém, se a ênfase na responsabilidade de Sócrates aparece logo no início da cobertura do semanário SOL, no caso de Veja a ênfase em atribuir a culpa em Dirceu só ganha força ao final do período analisado, quando a narrativa do escândalo já se configura mais organizada em termos lógico-temporais e os múltiplos sub-escândalos se tornam mais claros (a cobertura de Veja sobre o *Mensalão* estende-se ainda por muitas edições além das analisadas).

Ao final, há de se considerar também como o relato de ambos os escândalos são situados no tempo mediante uma extensão cronológica de desdobramento da ação em certos momentos. A temporalidade surge, assim, ligada à capacidade de organizar os acontecimentos fragmentados das edições anteriores e contar uma “estória” mais complexa. O “quando” e o “como” convertem-se em *frames* verbais constitutivos da narrativa do escândalo, especificamente porque permitem situar o leitor no tempo dos acontecimentos, ajudar o jornalista/narrador a organizar o tempo enunciativo e, por conseguinte, o próprio discurso jornalístico.

BIBLIOGRAFIA

- Bobbio, N. (2000). *Teoria Geral da Política, a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Brioschi, C.A. (2010). *Breve Historia de la Corrupción, De la Antigüedad a nuestros días*. Madrid: Taurus.
- Cunha, I. F. e Serrano, E. (coords) (2014). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001). Primeiro Volume. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Verbo, 2001.
- Dijk, T. V. (2005). *Notícia, Ideologia e Poder. Estudos da Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Entman, R. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication* 4: 51-58.
- Entman, R. (2004). *Projections of Power*. Chicago: Chicago University Press.
- Goffman, E. (1986). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press.
- Guazina, L. S. (2011). *Jornalismo em busca de credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão*. Tese de doutoramento. Brasília: Universidade de Brasília.
- Habermas, J. (2006). *Historia y crítica de la opinión pública; La transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Gustavo Gili.

- Hall, S. (1980). Encoding and Decoding. In: Hall, S. et al., *Culture, Media, Language*. London/Birmingham: Hutchinson/CCCS.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems. Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hobbes, T. (2002). *Do Cidadão*. São Paulo: Martins Fontes.
- Kant, I. (2004). *Que é o Iluminismo*. In: *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70.
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2003). *Os elementos do jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial.
- Lowi, T. J. (1988). Prefácio. In: Markovits, A. S. & Silverstein, M. (orgs). *The Politics of Scandal: Power and Process in Liberal Democracies*. New York: Holmes & Meier Publishers.
- Machado, J.P. (1995). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Segundo Volume. Lisboa: Livros Horizonte.
- Markovits, A. S. & Silverstein, M. (1988). Introduction: Power and Process in Liberal Democracies. In Markovits, A. S. & Silverstein, M. (orgs). *The Politics of Scandal: Power and Process in Liberal Democracies*. New York: Holmes & Meier Publishers.
- Moisés, J. A. (2008). Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – ANPOCS 66:11-43.
- Motta, L. G. & Guazina, L. (2010). O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. *Brazilian Journalism Research*, vol. 6 (1) edição online (<http://www.sbpjor.org.br/ojs/>, 2010) (acedido 01/2015)
- Motta, L. G. (2010). Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para enquadrar narrativamente os conflitos políticos. In: Miguel, L.F. & Biroli, F. (eds.). *Mídia: representação e democracia*. São Paulo: Hucitech.
- Nieto, A. (2008). *El Desgobierno de lo público*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Orlandi, E. P. (1989). *Voices e contrastes: Discurso na cidade e no Campo*. São Paulo: Editora Cortez.
- Platão (1991). *Apologia de Sócrates*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- Prior, H. (2012). *Esfera Pública e Escândalo: o secreto no âmbito público*, Tese de Doutorado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Richelieu (2008). *Testamento Político*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Schmitt, C. (2008). *Los fundamentos histórico-espirituales del parlamentarismo en su situación actual*. Madrid: Tecnos.
- Thompson, J. B. (2000). *Political Scandal, power and visibility in the media age*. Cambridge: Polity Press.
- Tuchman, G. (1978). *Making News: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press.
- Tuchman, G. (2002). As notícias como realidade construída. In: Esteves, J.P. (ed.). *Comunicação e Sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte.

DIREÇÃO | EXECUTIVE EDITORS

Estrela Serrano (Universidade Nova de Lisboa, CIC.Digital - Pólo FCSH/NOVA, Portugal) estrela.serrano@sapo.pt
Francisco Rui Cádima (Universidade Nova de Lisboa, CIC.Digital - Pólo FCSH/NOVA, Portugal) frcadima@fcs.unl.pt
Marisa Torres da Silva (Universidade Nova de Lisboa, CIC.Digital - Pólo FCSH/NOVA, Portugal) marisatorresilva@hotmail.com

CONSELHO EDITORIAL | ASSOCIATED EDITORS | CONSEJO EDITORIAL

ALBERTO PENA RODRIGUEZ (UNIVERSIDADE DE VIGO, ESPANHA) ALBERTO@UVIGO.ES
BARBIE ZELIZER (ANNENBERG SCHOOL OF COMMUNICATION, EUA) BZELIZER@ASC.UPENN.EDU
DANIEL DAYAN (CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, FRANÇA) DANIEL.DAYAN@EHESS.FR
DANIEL HALLIN (UNIVERSITY OF CALIFORNIA, EUA) DHALLIN@UCSD.EDU
EDUARDO MEDITSCH (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, BRASIL) EMEDITSCH@UOL.COM.BR
ELIHU KATZ (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, EUA/) EKATZ@ASC.UPENN.EDU
JENNY KITZINGER (BRUNEL UNIVERSITY, EUA) KITZINGERJ@CARDIFF.AC.UK
MICHAEL SCHUDSON (UNIVERSITY OF CALIFORNIA, EUA) MS3035@COLUMBIA.EDU
PETER GOLDING (LOUGHBOUROUGH UNIVERSITY, REINO UNIDO) ARTS-CCPR@GLASGOW.AC.UK
SERGE TISSERON (UNIVERSITÉ DE PARIS VII, FRANÇA) SERGE.TISSERON@GMAIL.COM
TEUN VAN DIJK (UNIVERSITY VAN AMSTERDAM, HOLANDA) VANDIJK@DISCOURSES.ORG
THOMAS PATTERSON (UNIVERSITY OF HARVARD, EUA) THOMAS_PATTERSON@HARVARD.EDU

COMISSÃO DE REDAÇÃO | EDITORIAL COMMISSION

ANA CABRERA (IHC/FCSH/NOVA, PORTUGAL) CABRERA.ANACABRERA@GMAIL.COM
ANA JORGE (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, PORTUGAL) ANAJORGE@FCH.LISBOA.UCP.PT
ANABELA SOUSA LOPES (ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, ICNOVA, PORTUGAL) LOPES.ANABELA@NETC.PT
ANTÓNIO GRANADO (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, CIC.DIGITAL - PÓLO FCSH/NOVA, PORTUGAL) AGRANADO@FCSH.UNL.PT
CARLA BAPTISTA (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, CIC.DIGITAL - PÓLO FCSH/NOVA, PORTUGAL) CARLAMARIABAPTISTA@GMAIL.COM
CARLA MARTINS (UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS, CIC.DIGITAL - PÓLO FCSH/NOVA, PORTUGAL) CARLA.MARTINS@ERC.PT
CARLOS CAMPONEZ (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL) CARLOS.CAMPONEZ@FL.UC.PT
ISABEL FERIN (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, CIC.DIGITAL - PÓLO FCSH/NOVA, PORTUGAL) BARONE.FERIN@GMAIL.COM
FERNANDO CORREIA (UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS, PORTUGAL) FERNANDO.ANTONIO.CORREIA@GMAIL.COM
JOÃO CARLOS CORREIA (UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, PORTUGAL) JCORREIA@UBI.PT
JOÃO PISSARRA ESTEVES (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, CIC.DIGITAL - PÓLO FCSH/NOVA, PORTUGAL) JJ.ESTEVES@FCSH.UNL.PT
JORGE PEDRO SOUSA (UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, CIC.DIGITAL - PÓLO FCSH/NOVA, PORTUGAL) JORGEPEDEROSSOUSA@GMAIL.COM
LÍDIA MARÓPO (INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL) LIDIAMARPO@GMAIL.COM
MÁRIA JOÃO SILVEIRINHA (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, CIC.DIGITAL - PÓLO FCSH/NOVA, PORTUGAL) MJSILVEIRINHA@GMAIL.COM
HELDER BASTOS (UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTUGAL) BASTOS.HELDER@GMAIL.COM
MÁRIA JOSÉ BRITES (UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO, PORTUGAL) BRITESMARIJOSE@GMAIL.COM
NELSON TRAUQUINA (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, PORTUGAL) NTRAQUINA@YAHOO.COM
RITA FIGUEIRAS (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, PORTUGAL) RITAFIGUEIRAS@FCH.LISBOA.UCP.PT
ROGÉRIO SANTOS (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, PORTUGAL) ROGERIO.SANTOS@NETCABO.PT

ARBITRAGEM CIENTÍFICA DESTA NÚMERO | SCIENTIFIC REVIEW OF THIS NUMBER | ARBITRAJE CIENTÍFICO DE ESTE NÚMERO

PATRÍCIA CONTREIRAS (BGCT - CIC.DIGITAL - PÓLO FCSH/NOVA, PORTUGAL) PATRICIACONTREIRAS@FCSH.UNL.PT

ARTIGOS

A CORRUPÇÃO POLÍTICA E OS MEDIA –
UMA PERSPETIVA COMPARADA | José Pacheco Pereira

A MEDIATIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL:
FORMAS PROCESSOS E IMPACTOS | Carlos Filipe Preces Ferreira

MEDIA E PADRÕES DA CORRUPÇÃO POLITICA:
OS CASOS *FREEPOR* E *FACE OCULTA* | Isabel Ferin Cunha

O PROJETO CORRUPTECA – UMA FERRAMENTA
ANALÍTICA PARA A ANÁLISE DO FENÓMENO
DA CORRUPÇÃO | Nuno Mesquita, José Álvaro Moisés, Giovanni Eldasi

A CORRUPÇÃO EM PORTUGAL –
ABORDAGENS DISTINTAS DE UM MESMO OBJETO | António João Maia

SERÃO OS BLOGS UMA ALTERNATIVA
AOS MEDIA NA DISCUSSÃO DE TEMAS
COMO A CORRUPÇÃO POLÍTICA? | Estrela Serrano e Vanda Calado

ANATOMIA DO COMENTÁRIO:
CORRUPÇÃO, NOTICIÁRIOS E DESTINATÁRIOS | Rita Figueiras

REGALIAS E PROVEITOS DOS POLÍTICOS COMO
INSTIGADORES DA PERCEÇÃO DO ESCÂNDALO | Bruno Paixão

A COBERTURA TELEVISIVA DA CORRUPÇÃO EM
ANOS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO
DO CASO PETROLÃO NOS NOTICIÁRIOS DE EMISSORAS
PÚBLICA E COMERCIAL | Iluska Coutinho e José Tarcísio Oliveira Filho

CORRUPÇÃO E ESCÂNDALO POLÍTICO:
O ENQUADRAMENTO DOS ESCÂNDALOS *FACE OCULTA*
E *MENSALÃO* NA IMPRENSA PORTUGUESA
E BRASILEIRA | Hélder Prior, Liziane Guazina, Bruno Araújo



Revista do Centro de Investigação
Media e Jornalismo

Media & Jornalismo

